



Saber Digital

Revista Eletrônica do CESVA

ISSN: 1982-8373

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL
D. ANDRÉ ARCOVERDE

CESVA
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA

DIFERENÇAS ENTRE ASSISTÊNCIA JURÍDICA, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E JUSTIÇA GRATUITA

PIERRI, J. C. C.*

SINOPSE

O presente trabalho visa, embora em poucas linhas, trazer a diferenciação entre assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita, muitas vezes mencionadas até mesmo no corpo da lei e em despacho judiciais como sendo sinônimos uma da outra, o que não é verdadeiro.

Temos ainda a pretensão de demonstrar que o texto constitucional que garante a todos o acesso à Justiça, muitas vezes não é respeitado e assim sendo, o cidadão que não consegue comprovar ser hipossuficiente, sendo assim beneficiário da justiça gratuita, é impedido de ver apreciado o dano a que foi submetido.

Embora a legislação extravagante que cuida do tema (Lei 1.060/50) diga em seu art. 4º que a parte obterá tal benefício, bastando para tal mera afirmação nos autos, não é esta aplicação prática que encontramos comumente hoje em dia. Vemos a todo instante exigências no sentido de que junto com a citada afirmação de hipossuficiência venham também os comprovantes de rendimentos e as declarações de rendas para que seja apreciado o pedido, o que muitas vezes causa um óbice e empecilhos de um rápido acesso à Justiça.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico procura abordar de forma sucinta o acesso à Justiça por parte dos carentes de recurso. Iniciando com a exposição dos princípios processuais que dão fundamento ao tratamento diferenciado dispensado ao pobre,

* Advogado - OAB/RJ 109.391, pós-graduando em Direito Civil, professor universitário.

discorreremos sobre a extensão dos benefícios e o perfil do beneficiário, fazendo considerações acerca do órgão prestador de assistência jurídica e o modo de prestar este serviço.

Sem maiores pretensões de exhibir as razões filosóficas da gratuidade, o trabalho também contém aspectos históricos e algumas considerações sobre os princípios que servem de fundamento valorativo para a assistência jurídica.

Analizamos os institutos da Assistência Jurídica, da Assistência Judiciária, e da Justiça Gratuita. Os três conceitos são muitas vezes confundidos, de modo que se faz necessária a definição conceitual de cada um deles, a fim de permitir distingui-los adequadamente.

Alguma experiência acumulada na prestação da assistência jurídica à população com o trabalho desenvolvido junto ao NPJ da Faculdade de Direito de Valença também serviu de fonte para o presente trabalho.

Desta forma, o respectivo tema escolhido envolve conflitos entre o desejo e o realizado. A assistência jurídica integral e gratuita, promessa constitucional, tem por finalidade tornar as pessoas efetivamente iguais perante o Direito. Mas as dificuldades são muitas, o que talvez torne o tema ainda mais instigante.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS

Desde tempos remotos, o Direito guarda relação com o justo, e isto fez com que ao pobre fossem concedidos graças, favores, proteção. A preocupação de não deixar que o fraco fosse oprimido pelo mais forte já se mostrava presente na Babilônia de Hamurabi. Altavila (apud MORAES, 1987, p.165) menciona a inscrição que Hamurabi mandou fazer em seu monumento:

“Eu sou o governador guardião. Em meu seio trago o povo das terras de Sumer e Acad. Em minha sabedoria eu os refreio, para que o forte não oprima o fraco e para que seja feita justiça à viúva e ao órfão. Que cada homem oprimido compareça diante de mim, como rei que sou da justiça”.

Em Roma, considera-se tenha sido obra de Constantino a primeira inserção em texto legal para que fosse dado ao advogado a quem não o tivesse, norma que

seria incorporada por Justiniano. Norma esta trazida até nossos dias, eis que nosso Direito, parte dele, é cópia do Direito Romano.

Surge aqui a tradição do uso da beca nas audiências públicas, onde na Roma antiga, todos deveriam se apresentar diante do Pretor (o Juiz Romano) cobertos dos pés à cabeça com uma túnica preta, não se permitindo assim, pelo exame dos trajes, identificar aquele que era rico e o pobre, para que não houvesse tratamento diferenciado entre ambos.

A história da assistência judiciária, assistência jurídica ou justiça gratuita, no Brasil, pode ter como marco de início a própria colonização do país, ainda no século XVI. Pois é verdade que o chamamento da jurisdição para resolver as contendas da época, já davam início a situações em que constantemente as partes viam-se impossibilitadas de arcar com os possíveis custos judiciais das lides. A partir de então, a chamada “Assistência Judiciária Gratuita”, Assistência jurídica gratuita ou como a jurisprudência e doutrina têm preferido denominar atualmente, “Justiça Gratuita” praticamente evolui junto com o direito pátrio. Sua importância, atravessou os séculos, sendo garantida nas mais diversas cartas constitucionais, e, no século XXI, seu estudo vem acompanhado de aspectos valiosos, que nunca podem ser olvidados.

Como garantia constitucional, a assistência judiciária apareceu somente na Constituição de 1934, em seu art. 113, § 32. Excluída da Constituição do Estado Novo, a gratuidade de justiça se manteve como norma infraconstitucional, no Código de Processo Civil de 1939. A garantia retornou ao *status* de norma constitucional em 1946, em seu art. 141, § 35, na qual determinava que “o poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados”. Já a Constituição posterior, a de 1967, alterada pela EC no 1/69, em seu art. 153, § 32, estabelecida: “será concedida assistência judiciária aos necessitados, na forma da lei”. A atual Carta alargando o âmbito da promessa constitucional, garante a assistência jurídica integral e gratuita, em seu art. 5º, inciso LXXIV.

A Constituição de 1988, em seu art. 5º, *caput*, ao tratar dos direitos e deveres individuais e coletivos, dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...), dispondo ainda, no inciso LXXIV, que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA

2.1. A inafastabilidade do controle jurisdicional

A Constituição de 1988, em seu art. 5º, inciso XXXV, dispõe: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. O princípio constitucional assegura, então, que nenhum conflito poderá deixar de ser apreciado pelos órgãos jurisdicionais, que darão a solução “útil” e definitiva para todo e qualquer litígio. Trata-se da garantia constitucional do direito de ação.

A garantia deve ser entendida não somente como mera afirmação formal de que o Judiciário se encontra de portas abertas, à espera dos litigantes> Há de se admitir que vários obstáculos são colocados no caminho de uma solução prática na resolução do litígio. Se a ação não é exercida por mera impossibilidade material da parte, de nada adianta uma garantia constitucional dizendo que o Judiciário está de “portas abertas”. Para assegurar plenamente o exercício do direito de ação, tais obstáculos devem ser removidos.

De outra banda, ao falar em “apreciação”, a Constituição quer se referir a uma “apreciação útil”; ou seja, ao Poder Judiciário não se pode furtar a apreciação de caso, aliada à possibilidade de entregar uma prestação que definitivamente solucione o conflito, reparando a lesão, e protegendo o direito violado. Não se pode imaginar que a “apreciação” se resuma tão-somente a conhecer do conflito, sem dela se absorver uma solução prática ao caso concreto.

Deve então esta garantia ser entendida no sentido de que nem a lei, nem os fatos alheios à vontade do interessado, podem suprimir do Poder Judiciário a apreciação útil do conflito de interesses.

3. ASSISTÊNCIA JURÍDICA, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E JUSTIÇA GRATUITA

3.1. Conceito, características e diferenças entre elas

Os conceitos de justiça gratuita e de assistência judiciária são comumente utilizados como sinônimos, sem que, na verdade, o sejam. Como bem anota Castro (1987, p. 25) o equívoco tem origem nos próprios textos legislativos, que empregam as duas expressões indistintamente, como se tivessem o mesmo significado. A Lei nº 1.060/50 utiliza diversas vezes a expressão *assistência judiciária* ao referir-se, na verdade, à justiça gratuita. Assim, à guisa de exemplificação, cite-se o art. 3º, que afirma que: “ a assistência judiciária compreende as seguintes isenções: (...)” .

De outro lado, encontramos a expressão *assistência judiciária* em seu sentido correto apenas no art.1º, nos §§1º e 2º do art. 5º, e no art.16, parágrafo único. E por figura de linguagem, os art.14, §1º, e 18, utilizavam a expressão *assistência*, que é o serviço, pra designar o prestador do serviço.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso LXXIV, ao mencionar que dentre os direitos e garantias fundamentais de cada cidadão encontra-se a *assistência jurídica* , cria um terceiro conceito, que também não deve ser confundido como sinônimo de assistência judiciária ou justiça gratuita.

Por **justiça gratuita**, deve ser entendida a gratuidade de todas as custas e despesas, judiciais ou não, a serem suportadas pelo cidadão para o correto desenvolvimento do processo. .

A **assistência judiciária** envolve o patrocínio gratuito da causa por advogado. É, pois, um *munus* público, consistente na defesa do assistido, em juízo, que deve ser oferecido pelo Estado, mas que pode ser desempenhado por entidades não-estatais, conveniadas ou não com o poder público. É importante acrescentar que, por assistência judiciária, devemos entender ali inserido, todo agente que tenha por finalidade principal a prestação do serviço, ou que o faça com freqüência, por determinação judicial ou mediante convênio com o poder público.

Deve ficar claro, portanto, que há uma clara distinção entre as relações assistido/prestador de assistência judiciária e cliente/advogado. Na primeira, diversamente do que ocorre com a segunda, não há mútua escolha: o assistido não

escolheu seu patrono, mas dirigiu-se ao órgão prestador de assistência judiciária porque presta este um serviço gratuito; o órgão prestador, por sua vez, atenderá o carente porque é sua função, diversamente do advogado privado, que atende o cliente de acordo tão somente baseado no seu interesse.

Assim, é correto dizer que o que se pede ao Estado, na pessoa do magistrado, é tão somente a concessão da **justiça gratuita**, e não da **assistência judiciária**. Embora possa o Magistrado determinar aos órgãos prestadores do serviço que seja indicado advogado para patrocinar a parte carente, a inversa não é verdadeira: não tem o Juiz poder para indeferir a assistência judiciária, ou seja, proibir o patrocínio gratuito pelo agente prestador de serviço.

Assim, em razão de diferentes entendimentos quanto ao que seja a condição de beneficiário, é possível ocorrer à concessão de assistência judiciária e o indeferimento da justiça gratuita. Isto se dará, anormalmente, na medida em que a parte seja tida como pobre pelo agente prestador de assistência judiciária sendo por ele defendida, mas lhe seja negada a gratuidade de justiça, por não entender preenchidos os requisitos para a concessão do benefício. Trata-se do exemplo patológico, embora eventualmente ocorra na prática, pois a rigor, o conceito de pobreza que dá acesso aos benefícios da justiça gratuita, da assistência judiciária e da assistência jurídica é o mesmo. O exemplo é útil, porém, para demonstrar a perfeita distinção entre os benefícios da justiça gratuita e da assistência judiciária. A hipótese inversa também é verdadeira: a parte, embora tenha o direito à gratuidade de justiça por não reunir naquele momento condições de efetuar os pagamentos devidos para manusear uma ação de indenização, pode contratar advogado que aceite o encargo, visando o recebimento dos honorários ao final da ação, havendo êxito na mesma, tratando-se do chamado contrato de risco, sem que isto implique, no entanto, na perda do direito à gratuidade processual, que poderá ser pedida e deverá ser-lhe concedida pelo Juiz.

Todavia, não sendo isto que se vê comumente na prática, onde alguns Magistrados chegam a exigir que o advogado junte aos autos uma declaração de que nada cobra pelo patrocínio da causa.

Por sua vez, a assistência jurídica engloba a assistência judiciária, sendo ainda mais ampla que esta, por envolver também serviços jurídicos não relacionados ao processo, tais como orientações individuais ou coletivas, o esclarecimento de dúvidas, e mesmo um programa de informação a toda comunidade.

Estes são os conceitos mais adequados para a **assistência jurídica**, **assistência judiciária** e **justiça gratuita**. A palavra *assistência* tem sentido de auxílio, ajuda. *Assistir* significa auxiliar, acompanhar, estar presente. Assistência nos traz a idéia de uma atividade que está sendo desempenhada, de uma prestação positiva. E neste sentido, por **assistência judiciária** deve ser entendida a atividade de patrocínio da causa, em juízo, por profissional habilitado. A gratuidade processual é uma concessão do Estado, mediante a qual este deixa de exigir o recolhimento das custas e das despesas, tanto as que lhe são devidas como as que constituem créditos de terceiros, como exemplo, honorários de perito. A isenção de custas não pode ser incluída no conceito de assistência, pois não há a prestação de um serviço, nem desempenho de qualquer atividade; trata-se de uma postura passiva assumida pelo Estado.

Portanto, a gratuidade processual não se confunde com a assistência judiciária, nem é espécie da qual esta é gênero. São benefícios perfeitamente distintos a que fazem jus as pessoas carentes de recursos. A assistência jurídica, mais ampla, é um benefício que compreende tanto a assistência judiciária como a prestação de outros serviços jurídicos extrajudiciais.

A distinção entre os conceitos não é mera questão acadêmica ou filigrana processual, podendo ter repercussão prática no dia-a-dia forense. Um exemplo, que demonstra os problemas que o entendimento equivocado destes conceitos pode trazer, ocorreu com certa freqüência logo após a entrada em vigor da atual Constituição. É que o art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição dispõe que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Não foram poucos os que entenderam que a citada regra constitucional não teria recepcionado o art. 4º da Lei nº 1.060/50, mediante o qual basta afirmar na petição inicial a condição de pobreza. E assim, alguns Juízes, em larga escala, chegaram a indeferir a concessão da justiça gratuita, sob o fundamento de não estar provada nos autos a condição de necessitado. Tal “hábito” não foi de todo abandonado, sendo tal exigência, para o prosseguimento de determinada ação, feita até hoje por alguns Juízes, conforme acima explanado.

A análise da nossa atual Constituição e do contexto político em que foi criada nos leva à mesma interpretação. A Carta de 1988 tem clara intenção de ampliar os direitos individuais e sociais como um todo. A inserção no texto constitucional do

princípio contido no art.5º, inciso LXXIV, por sua vez, teve a intenção de proporcionar um acesso mais efetivo do necessitado à Justiça, e não de restringir um direito que a lei ordinária já lhe conferia.

4. O BENEFICIÁRIO

O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 1.060/50 define quem tem direito à gratuidade de justiça, considerando como necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita naquele momento pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da sua família.

Uma importante distinção há de ser feita entre o conceito de **necessitado econômico** e **necessitado jurídico**. Enquanto que, perante a Justiça Civil levamos em consideração o conceito de necessitado econômico (aquele que não possa pagar pelo serviço, nem pelas despesas do processo, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família), perante a Justiça Penal; devemos considerar o conceito de necessitado jurídico. Como salienta Grinover (1990, p.246) na medida em que o processo penal é necessário para que haja condenação, o acusado rico ou pobre, é necessitado de serviço jurídico para poder se defender.

O conceito de necessitado não é determinado mediante regras rígidas, matemáticas. Têm direito ao benefício aqueles que não podem arcar com os gastos necessários ao desenvolvimento regular do processo, na medida em que, contabilizados os seus ganhos e os seus gastos com o próprio sustento e da família, não lhe reste numerário suficiente para tanto. O direito ao benefício decorre da indisponibilidade financeira do sujeito.

Cada caso deve ser analisado como único; pois pode acontecer, que um chefe de uma família numerosa, que pague aluguel e que tenha filhos em idade escolar, por exemplo, mesmo percebendo o equivalente a dez salários mínimos pode não ter condições de arcar com as despesas de um processo.

De outro lado, um jovem que ganhe um salário mínimo, mas que viva com os pais que lhe provêem o seu sustento, pode ser considerado como um não hipossuficiente, portanto, não merecedor dos benefícios da justiça gratuita.

O patrimônio daquele que postula a gratuidade, não é parâmetro para se determinar a condição de necessitado. Entretanto, não é o que se vê na prática; pois até hoje encontramos casos que vão de encontro ao espírito do constitucional, como exemplo, onde o requerente do benefício da gratuidade de justiça possui bens que lhe vieram por herança ou doação, e o mesmo encontrando-se desempregado ou ganhando um salário mínimo que é utilizado na sua subsistência; e que diante da posse dos bens lhe sendo negado o direito à gratuidade de justiça por alguns Magistrados que entendem que para exercer tal direito a pessoa não possa ter qualquer tipo de patrimônio, não sendo isto o que diz a Lei 1.060/50.

Ainda que detentor de bens, se os rendimentos da parte não lhe são suficientes para arcar com custas e honorários sem prejuízo de sustento, tal propriedade não é empecilho à concessão da gratuidade. Não é nem um pouco razoável pretender que a pessoa se desfaça do imóvel que mora para arcar com os custos do processo. Nem se deve presumir que a propriedade sobre um imóvel seja sinal exterior de riqueza, apto a afastar o benefício.

CONCLUSÃO

A assistência jurídica é instrumento de destacada importância para que se possa alcançar a efetiva igualdade jurídica entre os homens. Somente mediante a efetiva prestação de assistência jurídica é possível fazer valer, na prática, os princípios constitucionais da isonomia bem como a garantia constitucional do direito de ação e do acesso à Justiça.

Os conceitos de assistência jurídica, de assistência judiciária e de justiça gratuita não se confundem. A assistência jurídica é definida como a prestação de serviços jurídicos, tanto processuais como consultivos, às pessoas necessitadas. A assistência judiciária é muito mais restrita, abrangida pelo conceito da assistência judiciária, compreendendo somente o patrocínio judicial do necessitado. Por justiça gratuita, por fim, deve ser entendida a total gratuidade processual. Nos textos legais, todavia, os conceitos não são utilizados com rigor terminológico, devendo o intérprete buscar a intenção do legislador ao utilizar a expressão.

Por fim, nos pontos abordados neste trabalho, observa-se que os construtores do direito, ou seja, aqueles que vivem seu dia-a-dia, devem estar atentos à estas realidades amplamente aceitas, seja na jurisprudência ou doutrina.

A instituição da “justiça gratuita”, mais que uma prerrogativa, é uma conquista do homem – cidadão, que mesmo o Estado totalitário não se furtou a reconhecer, fosse no Brasil, ou nas legislações além de nossos limites. Pois a “justiça gratuita”, em sua mais pura concepção, tem de ser resgatada nos seus objetivos. Sua necessidade já é reconhecida como indispensável, mas suas possibilidades, muitas vezes, não são utilizadas em sua totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. **Decisão que aprecia a questão do direito à assistência judiciária: recurso cabível**. São Paulo: Saraiva, 1989. v 57.

CAHALY, Yussef Said. **Honorários de advogado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

CASTRO, José Roberto de. **Manual de assistência judiciária**. 2. ed. São Paulo: Aide, 1987.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Assistência judiciária e acesso à justiça**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. v. 11.

LEAL JÚNIOR, Cândido Alfredo da Silva. **A comprovação da insuficiência de recursos para concessão da assistência judiciária gratuita**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. v. 62.

MORAES, Humberto Pena de. **Assistência judiciária pública e os mecanismos de acesso à justiça no estado democrático**. São Paulo: Forense Universitária, 1997. v. 18.

RODRIGUES, Walter Piva. **Assistência judiciária: uma garantia insuficiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987. v. 3.

ZANON, Artemiro. **Da assistência judiciária integral e gratuita**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

GOOGLE: FERRAMENTA DE BUSCA DE INFORMAÇÃO NA WEB

PEREIRA JUNIOR, E. A.*

RESUMO

Com o crescimento da rede mundial de computadores (Internet), houve a necessidade de criação de ferramentas ou mecanismos de buscas cada vez mais inteligentes, rápidos, confiantes e precisos, dessa necessidade surgiu o sistema de busca Google, um dos mais utilizados no mundo.

Palavras-chave: Google; ferramenta de busca; Internet; informação; pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

Todos sabemos que a Internet é uma grande rede de computadores interligados, e entre seus vários objetivos, o mais importante é o acesso a informação, através da grande rede podemos obter informações sobre tudo que desejamos.

Mas a grande questão é: como obter essas informações?

A resposta é: através de mecanismos ou ferramentas de buscas na própria Internet!

Mas o que são mecanismos ou ferramentas de busca?

Ferramenta ou mecanismos de buscas são sites especializados em “varrer” todo o conteúdo da Internet e achar o que se deseja encontrar, entre essas ferramentas poderíamos citar milhares, mas as mais utilizadas hoje são o Altavista, o Alltheweb, o Yahoo, o Msn e o Google, este último que será o foco de nosso artigo.

* Especialista em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gerente de Tecnologia da Informação da FAA e leciona as disciplinas de Análise e Projeto de Sistema II, Laboratório de Programação II e Linguagem e Técnicas de Programação V no curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas de Valença - CESVA.

O Google, cuja pronúncia em português é “gugol” é a ferramenta de busca mais utilizada mundialmente, segundo estatísticas de cada 10 buscas feita na Internet, 7 são feitas através do site da Google.

2. O SEGREDO DO GOOGLE

O Google possui um sistema de atualização em sua base de dados único, esse sistema é chamado pelos desenvolvedores da Google como crawler Googlebot, é um “robô” que busca informações diariamente em tudo que é site.

Outra razão para o sucesso do Google é o sistema de PageRank (lista de popularidade do Google) que classifica os sites de acordo com a quantidade de links externos que o mesmo possui, como consequência, o conteúdo desse site é listado primeiro nas buscas, pois o PageRank entende que aquela página trata com maior relevância o assunto pesquisado. Além disso o Google analisa os assuntos mais pesquisados e verifica quais sites tratam aquele tema de maneira mais significativa. Para isso ele checa a quantidade de vezes que o termo pesquisado aparece na página.

Além disso o Google possui um recurso extremamente útil: o de armazenamento em cache. O Google armazena quase todas as páginas rastreadas pelo Googlebot e permite que esse conteúdo seja acessado, mesmo se essa página não existir mais. Por exemplo, suponhamos que você pesquisou um assunto e o mesmo foi encontrado em uma página, porém ao clicar no link para essa página, lhe aparece a mensagem que essa página não mais existe. Se você clicar no link “Em Cache” no resultado da busca do Google, você acessará uma cópia daquela página que está armazenada no mesmo.

Outros dois fatores que ajudaram o Google ser o mecanismo de busca mais utilizado na WWW é a simplicidade e a clareza. A combinação desses dois itens foram trabalhadas desde a sua concepção. Devido a essa filosofia é possível acessar um site de busca leve, sem poluição visual e cujas opções são facilmente localizáveis. Além de tudo já exposto, o Google ainda é capaz de realizar buscas em mais de 300 tipos de arquivos.

Uma das grandes preocupações do Google é também manter a ética em todos os países que trabalha. Por exemplo, se alguém pesquisar sobre pedofilia, encontrará textos que abordam tal assunto de maneira legal, ou seja, investigações, estudos, notícias, mas não encontrará sites com conteúdo pedófilo.

3. UM POUCO DE HISTÓRIA

A história do Google começa em 1995 com a criação de um sistema BackRub, criado na universidade de Stanford por dois estudantes de doutorado de ciência da computação: Sergey Brin, russo e Larry Page, americano. O BackRub foi sendo aperfeiçoado, e em 1998 a ferramenta ganhou o nome de Google e a empresa Google Inc. foi fundada. Quando a Google Inc. foi fundada a equipe da empresa saiu da Universidade de Stanford e foi para casa da amiga dos fundadores do Google. A medida que o Google foi crescendo, foram se juntando a equipe original nomes de peso do setor de desenvolvimento de sistemas, como engenheiros que trabalharam na Novell, Sun, Apple.

4. POR DENTRO DAS ENTRANHAS DO GOOGLE

Até aqui falamos de forma superficial sobre essa maravilhosa ferramenta de busca chamada Google, agora iremos nos aprofundar mais sobre como essas pesquisas são realizadas.

Como já citado o crawler GoogleBot é responsável por varrer toda a Web e indexar seu conteúdo, para esse processo é dado o nome de *crawling*(engatinhar), em que é necessário manter o instável equilíbrio entre o tamanho do que se deseja armazenar e o tempo necessário para capturar essas informações. As necessidades de largura de banda são tamanha, que durante esse processo *crawling* o Google pode fazer o servidor do site que está sendo vasculhado cair.

Um outro trabalho nessa fase é coibir a ação dos spammers. O conceito de spammers para o Google é um pouco diferente do que estamos acostumados.

Spammer para o Google é aquele que arruma uma forma de enganar o algoritmo de classificação do sistema, colocando um site obscuro e pouco visitado em posição de destaque PageRank da ferramenta.



A fase seguinte do Google é indexar as informações capturadas, um trabalho que dura vários dias rodando em milhares de computadores. São indexados mais de 20 bilhões de documentos, entre páginas Web, imagens, notícias e mensagens da Usenet. Nesta fase existem

também as duras tarefas de eliminar duplicidade de

informações e de realizar a compressão dos dados armazenados.

Durante a indexação também é calculado o PageRank de cada página, que é um número que independe das consultas (queries) feitas pelos usuários e tem a ver, isso sim, com o número de vezes que determinada página Web é linkada por outras. Uma vez que a Web já foi vasculhada e indexada, já é possível atender às consultas que nós internautas fazemos ao Google.

Para encontrar no meio do gigantesco banco de dados do Google as páginas relevantes em resposta a uma consulta, a consulta primeiro passa pelo servidor Web do Google, depois pelos servidores de índice e em seguida pelos servidores de documentos, para só então serem entregues as respostas ao usuário. A medida de relevância de cada hit (hit = cada site devolvido como resposta) é calculada com base em fatores dependentes da consulta e fatores independentes dela.

5. COMO UMA FERRAMENTA DESSA COMPLEXIDADE CONSEGUE DOMINAR O MERCADO SENDO GRATUITA?

A resposta para a pergunta é simples: ANÚNCIOS.

Também conhecidos como Google Ads, que para a empresa é o segundo sistema mais importante depois do mecanismo de busca, a implementação desse sistema é tão desafiador como a própria pesquisa por palavras-chaves, só que tem o complicador da semântica transacional que a grosso modo é uma forma de empacotar uma série de diferentes transações num conjunto de banco de dados de modo que seja vista pelo usuário como uma operação única. Para nós usuários dessa ferramenta de busca parece “mágica” receber uma lista gigantesca de sites com relevância para o que estamos buscando, e a ferramenta vai além disso, com base nessa busca o sistema exibe na tela de resposta diversos anúncios que têm a ver com o assunto pesquisado. Sendo assim uma consulta desencadeia uma série de operações nos bancos de dados que, até ser atendida, precisa ser vista pelo usuário como um bloco funcional único, ou seja, o que interessa para nós usuários é a resposta a nossa pesquisa e alguns anúncios relacionados com a mesma.

Para colocar os Googles Ads na página que o internauta está vendo é preciso que o sistema “entenda” o que está sendo tratado na tal página. Isto pressupõe que o conteúdo não está em inglês, ou seja, é necessário uma etapa de tradução. Mas essa tradução não é mostrada ao usuário, ela é feita internamente, no sistema do Google, para que seja possível que os algoritmos entendam qual o assunto que está sendo tratado na página.

Uma das saídas inteligentes para essas traduções é transformar este problema numa questão de modelagem estática e, em cima disso, partir para uma fase de “treinamento” dos algoritmos, alimentando-os com toneladas de expressões traduzidas prontas.

A partir de uma detalhada descrição probabilística do processo de tradução, utiliza-se um "corpus", ou seja, um vasto conjunto de pares de expressões, uma delas no idioma original e a outra sendo sua tradução para o inglês, que é a língua-mãe do Google. Com base nestes pares, é preciso encontrar as palavras que se relacionam à tradução e realizar o alinhamento das sentenças, criando aos poucos um modelo log-linear de tradução para o idioma em questão. Ao longo da

preparação para o evento, o Google andou também fazendo lá suas pesquisas internas e chegou à conclusão que o tamanho do corpus influi nos resultados. Quando se duplica o tamanho do corpus, os resultados melhoram cerca de 0,5%.

E não podemos esquecer que este processo precisa ser repetido para cada um dos idiomas contemplados pelo Google, quais sejam: africânder, albanês, alemão, amárico, árabe, armênio, azerbaijano, basco, bengali, bielo-russo, bihari, bósnio, bretão, búlgaro, cambodjano, catalão, cazaque, chinês (simplificado e tradicional), coreano, córsego, croata, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, esperanto, estoniano, faroês, finlandês, francês, frísio, galego, galês, galês da Escócia, georgiano, e mais de 5 dúzias.

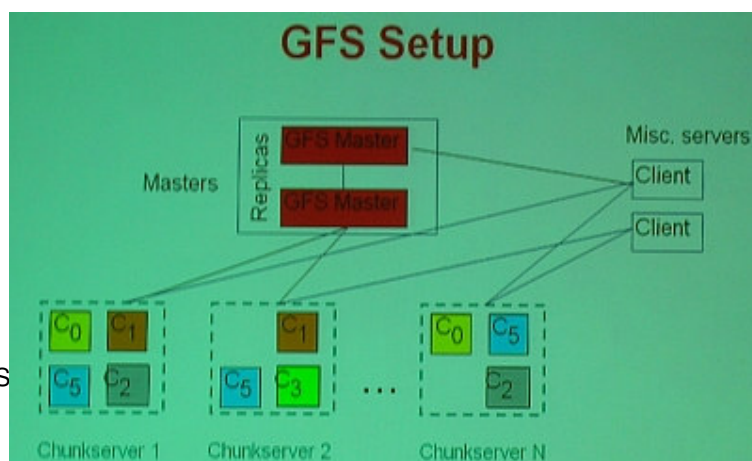
Na hora de traduzir para valer, é feita uma análise de cada frase para descobrir a probabilidade máxima de casamento com um dos pares de expressões com que foi treinado o sistema.

6. SISTEMAS DISTRIBUÍDOS NO GOOGLE

O sistema de armazenamento de informações do Google, denominado GFS (Google File System) atende a requisitos únicos e jamais antes encontrados na História da Computação:

- 1) Altíssima largura de banda para leitura e escrita;
- 2) Confiabilidade sobre uma matriz de milhares de nodos;
- 3) Opera em sua maioria com grandes blocos de dados;
- 4) Necessita de uma operação distribuída eficiente.

Cabe ressaltar que o sistema operacional utilizado pelo Google é o Linux.

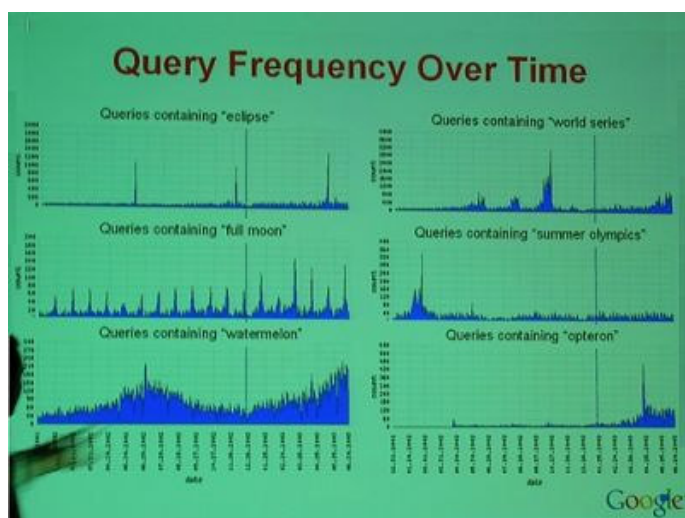


Na figura ao lado os “masters” gerenciam meta-dados, ou melhor dizendo dados a respeito de dados. A transferência de informações se dá

diretamente entre os "Clients" e os "ChunkServers". Os arquivos são quebrados em pedaços (chunks) de 64 MB cada. Com relação ao uso do GFS pelo Google, funcionam nele mais de 50 clusters, cada um com mais de 1000 computadores. São formados pools com mais de 1000 clientes cada um, num total de mais de 1 Petabyte de arquivos. A carga de leitura e escrita é de mais de 5 GB por segundo. E tudo isso na presença de freqüentes falhas de hardware, ou seja, com esses dados podemos concluir que o sistema de arquivo Google é poderoso para agüentar tais circulação de dados.

O GFS é um sistema de armazenamento distribuído de alta confiabilidade capaz de crescer até a escala de Petabytes mantendo esses dados guardados em *chunks* de 64 Mb, armazenados em discos espalhados por milhares de computadores, esses *chunks* são armazenados em no mínimo três máquinas diferentes, o que torna o processo de perda de dados quase mínima no caso de falha de hardware.

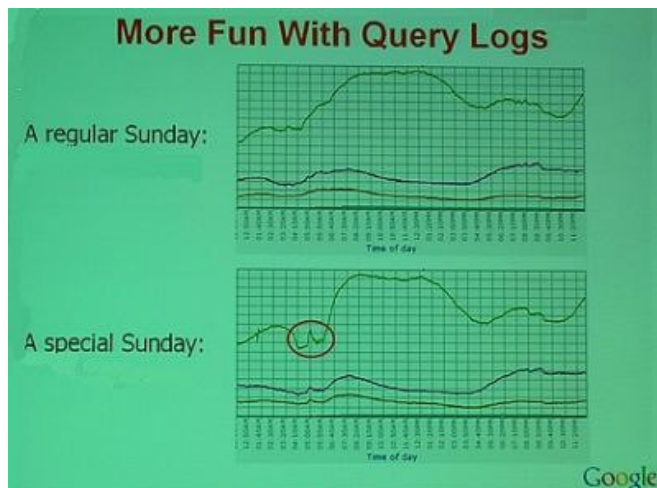
Com toda essa tecnologia em mãos, a equipe do Google tem o poder de gerar estatísticas sobre acessos em todos os países onde o mecanismo de busca é utilizado, através da ferramenta Sawmill, é possível fazer a análise de logs e analisar os dados residentes nela e o acesso da massa de internautas.



Na figura ao lado podemos ver estatisticamente os picos de busca relacionados a assuntos por data, quando algum acontecimento importante se dá, as consultas atingem um pico maior de buscas, isso nos deixa claro que o internauta recorre ao Google para saber o que realmente está

acontecendo sobre determinado assunto.

Como mostra o primeiro gráfico da figura, os picos de buscas relacionadas ao tema "eclipse" se dá justamente em época que acontecerá o eclipse.



Na figura ao lado, temos a comparação entre dois domingos, um Domingo comum, e outro um Domingo especial na Alemanha. E o que faz desse Domingo um Domingo especial? Jogo da seleção alemã na copa do mundo. Note-se no pequeno círculo vermelho a queda dos acessos ao Google durante o

primeiro e o segundo tempo. No intervalo da partida, porém, que os alemães acessaram bastante, querendo saber coisas sobre o jogo, provavelmente.

7. NECESSIDADES COMPUTACIONAIS DO GOOGLE

Suas necessidades computacionais se baseiam no tripé:

- Mais dados
- Mais consultas
- Melhores resultados

É fácil explicar esse “tripé”:

Mais dados por que a Web não pára de crescer,

Mais consultas por que o número de usuários não param de aumentar, e quando mais os usuários estiverem satisfeitos com o serviço, a tendência é que o sistema cresça cada vez mais e mais rápido;

Melhores resultados por que a equipe do Google permanece continuamente pesquisando novas maneiras de atender as consultas da forma ainda mais rápida e precisa.

8.HARDWARE

Em relação ao hardware utilizado pela equipe da Google, a preferência é para servidores de baixo custo, o desempenho de uma máquina “hiper-poderosa” não interessa a eles. O grande problema Google é quebrado em pequenos problemas e particionados em vários *Threads* de processamento, o que está de pleno acordo com a tendência moderna de chips multicore (múltiplos núcleos).

Um outro aspecto para a não utilização de “hiper-máquinas” é que torna os programadores preguiçosos, e é levado em consideração que até mesmo as plataformas mais confiáveis não estão imunes a falhas, tornando assim clara a necessidade de um software tolerante a falhas que pode funcionar em componentes de baixo custo.

9. DICAS PARA USO DO BUSCADOR GOOGLE

Quem sabe aproveitar todas as opções do Google certamente encontrará o que deseja, por mais complexo ou por mais desconhecido que o assunto seja. Se os recursos certos forem usados, as chances de encontrar algo que seja interessante à pesquisa aumentam consideravelmente.

9.1. Cálculos

Fazer cálculos no Google é simples. Digite, por exemplo, $2 + 2$, $18 * 3$, $14 / 8$ ou $4 - 3$ e veja o que acontece. O Google consegue realizar desde operações básicas até as mais complexas. Basta digitar o tipo de cálculo desejado. Veja a lista:

- $5 ^ 3$ —> faz 5 elevado a 3 (53)
- $\sin(45 \text{ degrees})$ —> faz o seno de 45 º
- $\tan(45 \text{ degrees})$ —> faz a tangente de 45 º
- $\cos(45 \text{ degrees})$ —> faz o cosseno de 45 º

- $\text{sqrt}(90)$ —> faz a raiz quadrada de 90
- $\ln(13)$ —> faz o logaritmo base e de 13
- $\log(1,000)$ —> faz o logaritmo base 10
- $50!$ —> faz o fatorial de 50
- 4th root of 64 —> faz o cálculo da quarta raiz de 64 #

O degrees não é obrigatório. Digite-o somente quando desejar o valor em graus. Sem o degrees, o valor é fornecido em radianos.

Para 1, deve-se usar st em vez de th. O mesmo vale para 2, onde deve-se usar nd e 3, onde deve-se usar rd. Para 4 e os demais números, deve-se usar th.

Você não precisa usar cada operação por vez. É possível criar uma equação. Por exemplo, $(14 + 554) * \ln(13) / \tan(90) + 1$. O Google dará como resultado – 729.197942.

9.2. Conversões

É possível fazer conversões no Google.

Veja a lista de conversões:

- 50 miles in km
- Faz 50 milhas em quilômetros
- 10 kg in lb
- Faz 10 quilos em libras
- 30 cm in ft
- Faz 30 centímetros em pés
- VI in arabic numerals
- Transforma VI em número arábico (o que utilizamos hoje em dia)
- 2004 in roman numerals
- Transforma 2004 em números romanos
- 9 hours in minutes
- Transforma 9 horas em minutos
- 365 days in hours

- Transforma 365 dias em horas

Em todos os casos, é possível que você faça as operações de modo contrário. E há outras conversões. Basta saber os nomes das medidas em inglês e experimentar no Google. No lugar dos valores, você pode usar equações. Por exemplo, 10/5+459 in roman numerals. O Google mostrará CDLXI. Outra maneira de fazer este tipo de conversão é escrevendo em formato de pergunta a medida desejada, em inglês, como nos exemplos abaixo:

How many cm are in 40 km?

Quantos centímetros há em 40 km?

How many miles are in 9041 cm?

Quantas milhas há em 9041 centímetros?

How many hours are in 8 days?

Quantas horas há em 8 dias?

9.3. Operadores Avançados

Algumas dicas que servem para a maioria dos buscadores, incluindo o Google, é usar apenas palavras chaves na sua busca, ao invés de buscar, por exemplo, Golpe do Estado busque por Golpe Estado. O Google e alguns poucos outros tem uma melhor vantagem, ele faz um filtro de busca, retirando informações pequenas, como de, da/do, com, dessa forma não é totalmente necessário fazer o filtro manualmente, porém a pesquisa pode se tornar um pouco mais rápida.

Função	Exemplo	Descrição
Pesquisa Exata	"Google Search"	Procura pela ocorrência EXATA (com as palavras agrupadas) de Google Search.
Filtrar Resultado	Google -Search	Filtra o resultado removendo todos os que possuem Search como resultado.
Busca Alternativa	Google (Search OR Groups)	Ao invés de OR.
Curingas	"Google * tem ótimas opções"	Troca o asterisco por uma palavra ou frase desconhecida.
Procurar num Site	Google site:pt.wikipedia.org	Procura pela palavra Google no site pt.wikipedia.org.
Buscar por tipo de arquivo	Google filetype: PDF	Procura a palavra Google em arquivos com extensão PDF.
Combinar Informações	filetype: PDF site:pt.wikipedia.org	Procura por arquivos de extensão PDF no site da pt.wikipedia.org.
Buscando pelo URL	inurl:wikipedia	Procura wikipedia no URL do site.
Buscando pelo Texto	intext: wikipedia	Procura pelo texto wikipedia no conteúdo do site, você pode simplificar este uso digitando somente wikipedia.
Buscando Conceitos	define: wikipédia	Define a palavra Wikipédia.
Palavras Chaves	keyword: wikipedia	Procura na METATAG do site por Wikipédia isto algumas vezes podem ser mais funcional.
Cache	Cache:www.google.com	Vê a página www.google.com em cache.
Título	intitle:google wikipedia	Procura páginas que tenham Google e/ou wikipedia no título da página.

10. CURIOSIDADES SOBRE O GOOGLE

- A empresa Nielsen//NetRatings que mede a audiência de sites em 11 países divulgou no ano de 2005 uma relação de usuários de sistemas de buscas. O Google se encontra em primeiro lugar com 153 milhões

no mês de agosto, contra 150,6 milhões do MSN e 146,5 milhões do Yahoo!.

- Atualmente o Google é o terceiro site mais acessado do mundo e o quarto no Brasil, ficando somente atrás dos portais UOL, IG e Terra.
- A 11ª edição do dicionário em inglês Merriam-Webster's Collegiate Dictionary passou a classificar a palavra "Google" como um verbo transitivo cujo passado é "googled"[2]. Segundo a definição, Google significa "usar a ferramenta de buscas Google para obter informações na world wide web".
- Nos EUA o Google é responsável por 64% das buscas na Internet.
- A expressão googol surgiu de um fato um tanto curioso, o matemático Edward Kasner questionou o seu sobrinho de 8 anos sobre a forma como ele descreveria um número grande - um número realmente grande: o maior número que ele imaginasse. O pequeno Milton Sirotta emitiu um som de resposta que Kasner traduziu por "googol".

11. CONCLUSÕES

Podemos concluir que a ferramenta de busca Google domina a Internet pelo fato de ser uma ferramenta simples, porém robusta, se destacando das demais pela rápida resposta a requisição de buscas, e também possuindo uma interface amigável, sem “poluições”, o que torna a navegação por essa ferramenta muito mais agradável.

Outro ponto interessante que cabe ressaltar é a forma como seus idealizadores encontram soluções simples para problemas complexas, indo as vezes, no inverso do que se estuda na academia, exemplo para essa afirmação é a utilização de computadores normais para gerir toda a informação que essa ferramenta produz.

A Google Inc. possui dezenas de outros serviços, citando os mais importantes temos:

AdSense: ajuda você a gerar receita para seu site, com anúncios relevantes, ou seja, eles aparecem de acordo com o conteúdo que seu site oferece.

Analytics: é um serviço do Google que mostra a percentagem de visitas por mês, o navegador dos visitantes, sistema operacional, a localização geográfica, etc.

Blog Search: é um serviço do Google especializado para buscas em blogs. Os bots do Blog Search parecem ser mais rápidos do que o Googlebot padrão, pois atualizações feitas em blogs, muitas vezes se tornam disponíveis em poucas horas ao contrário das semanas levadas pelo Googlebot padrão.

Gmail: Servidor de e mail gratuito que atualmente oferece ao usuário do seu serviço o espaço de 2 Gb para recebimento de mensagens, arquivos entre outros.

YouTube: é um sistema que permite o envio de vídeos para a internet armazenando-o, serviço que não foi criado pelo Google mas foi adquirido pelo mesmo por um valor de U\$1,6 bilhão. O Youtube é líder na área de vídeos on-line.

Google Earth: Emite imagens satélites de várias cidades do planeta, incluindo estradas, estações de metrô, etc.

ABSTRACT

Google, known as the most used search engine of the world; came as a necessity to fill the gap when the Computer Global Network have developed. It arose the need of tool quick and easy, but also precise and trustworthy.

Key-words: Google, search tool, Internet, information, research.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DANTAS, Marta. **Dominando o Google**. Rio de Janeiro: Editora BrasPort, 2005.

MONTEIRO, Ricardo Vaz. **Google Adwords: a arte da guerra**. Rio de Janeiro: Editora BrasPort, 2007.

WISE, David A, MALSEED, Mark, **Google: a história de mídia e tecnologia de maior sucesso em todos os tempos**. São Paulo: Editora Rocco, 2007.

PORTAL Google. Disponível em: <<http://www.google.com/corporate/history.html>>. Acesso em 06 set. 2007.

BLOG Oficial do Google no Brasil. Disponível em: <<http://googlebrasilblog.blogspot.com/>>. Acesso em 06 de set. 2007.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso 06 de set. 2007.

MODELAGEM DE DADOS – TEORIA E PRÁTICA

ARAÚJO, M. A. P.

1. INTRODUÇÃO

Modelagem de sistemas, tanto a nível funcional quanto de dados, é um requisito fundamental para a obtenção de produtos de software de maior qualidade e confiabilidade. Entretanto, percebe-se que cada vez menos profissionais têm dado a atenção devida ao processo de construção de modelos de suas aplicações. Isso provavelmente se deve às pressões por sistemas em prazos cada vez mais curtos e com menores custos de produção mas, por outro lado, acaba por prejudicar – e muito – o entendimento correto do problema e, conseqüentemente, a construção do sistema que atenda às reais expectativas do usuário. Esta situação muitas vezes leva a sistemas de baixa qualidade, com elevada necessidade de modificação e de difícil manutenção.

Neste sentido, este trabalho apresenta as principais técnicas de modelagem de dados, não tendo por objetivo tratar de modelagem funcional. Assim, no que diz respeito à modelagem de dados, será discutido tanto o modelo conceitual através do MER (Modelo Entidade-Relacionamento), quanto o modelo lógico através do MR (Modelo Relacional).

A abordagem apresentada neste artigo une a teoria destes modelos de dados com um estudo de caso prático, discutindo diferentes alternativas de solução a partir de uma série de problemas propostos. Assim, serão exercitadas técnicas básicas e avançadas de modelagem de dados, com suas possíveis soluções comentadas. Desta forma, espera-se que conhecimentos úteis à prática profissional de modelagem e manipulação de bancos de dados relacionais tenham sido apresentados e discutidos. Para isso, será considerado um fragmento de um sistema de controle de biblioteca, onde é importante considerar que o objetivo aqui é exercitar o máximo possível de técnicas de modelagem de dados, bem como discutir suas possibilidades de solução.

Este artigo é dividido em outras seis seções, além desta introdução. Na seção 2 são apresentadas as principais características de modelagem de dados. A seção 3 discute a utilização de relacionamentos 1:1 e 1:n, enquanto a seção 4 apresenta a utilização de relacionamentos n:n. Na seção 5 são abordados os auto-relacionamentos e relacionamentos ternários. A seção 6 descreve a utilização de Agregações e Estruturas de Generalização/Especialização e, por fim, a seção 7 apresenta as considerações finais.

2. FUNDAMENTOS DE MODELAGEM DE DADOS

O Modelo Entidade-Relacionamento é um modelo de alto nível, independente do SGBD (Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados), que representa o problema a ser modelado. A notação que será utilizada para a representação deste modelo é o DER (Diagrama Entidade-Relacionamento), exemplificado na **Figura 1**, onde os retângulos representam as entidades (elementos do domínio do problema) e os losangos representam os relacionamentos entre estas entidades (HEUSER, 2004). Entidades ainda são descritas através de atributos e devem possuir uma chave primária (ou *Primary Key* - atributo ou conjunto de atributos que identificam unicamente uma instância em uma entidade, e que não podem receber um valor nulo). A **Figura 1** representa que uma instância da Entidade A está associada a zero (opcional) ou mais instâncias da Entidade B. Por outro lado, uma instância da Entidade B está associada a uma (obrigatoriedade), e somente uma, instância da Entidade A. A este par de elementos chama-se cardinalidade, onde o primeiro elemento indica a participação (opcional ou obrigatório) do relacionamento, enquanto o segundo representa o grau do relacionamento (um ou muitos). Naturalmente, existem outros elementos utilizados na construção deste diagrama, como agregação, relacionamento ternário (ou de maior grau), auto-relacionamento e generalização/especialização, que serão apresentados posteriormente.

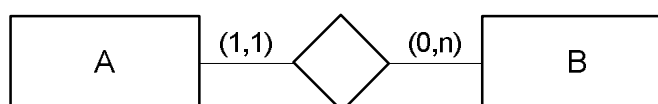


Figura 1. Notação do Diagrama Entidade-Relacionamento

Relacionamentos ainda podem ter atributos, quando algum dado precisa ser associado à ligação das duas instâncias envolvidas. Relacionamentos são descritos através da cardinalidade, que indica como as instâncias das entidades se relacionam. Os tipos utilizados na modelagem são (KORTH, SILBERCHATZ e SUDARSHAN, 2006):

- **Um-para-um (1:1):** uma instância em “A” está associada com no máximo uma instância em “B”, e uma instância em “B” está associada com no máximo uma instância em “A”;
- **Um-para-muitos (1:n):** uma instância em “A” está associada a qualquer número de instâncias em “B”, e uma instância em “B”, todavia, pode estar associado a no máximo uma instância em “A”;
- **Muitos-para-muitos (n:n):** uma instância em “A” está associada a qualquer número de instâncias em “B” e vice-versa. Alguns autores preferem chamar esta cardinalidade de m:n, por considerar que podem representar valores diferentes.

O modelo conceitual representa os elementos do domínio do problema e, conseqüentemente, não considera questões tecnológicas. Assim, alguns dos elementos descritos neste modelo não possuem correspondência com os recursos oferecidos pelos bancos de dados relacionais, tornando necessário transformar o Modelo Entidade-Relacionamento em uma notação que possa ser implementada neste tipo de banco de dados. O DTR (Diagrama de Tabelas Relacionais) é uma representação gráfica deste modelo, cuja notação está exemplificada na **Figura 2**, retratando a mesma situação descrita na **Figura 1**. Esta notação também é comumente conhecida como “Pé de Galinha”, devido à simbologia utilizada (COUGO, 1997). Este diagrama é interessante, pois apresenta elementos com correspondência direta àqueles implementados nos bancos de dados relacionais, facilitando a transição do modelo conceitual para o lógico. Além disso, muitas ferramentas CASE atuais implementam apenas este diagrama. Assim, no decorrer deste artigo, quando necessário, também será apresentado este diagrama de maneira a facilitar o entendimento desta transição.



Figura 2. Notação do Diagrama de Tabelas Relacionais

Neste sentido, existem algumas regras de conversão do Modelo Entidade-Relacionamento para o Diagrama de Tabelas Relacionais, sendo as principais (ELMASRI e NAVATHE, 2005):

- Toda entidade vira uma tabela;
- Relacionamentos que possuem atributos viram tabelas (existe a possibilidade em relacionamentos 1:n dos atributos irem para uma das tabelas, ao invés de se criar uma nova. Entretanto, relacionamentos com atributos são mais comuns em relacionamentos n:n, gerando assim uma nova tabela);
- Relacionamentos são representados por chaves estrangeiras (ou *Foreign Key* – atributo correspondente à chave primária de outra relação, base para a integridade referencial);
- Relacionamentos 1:1 podem ser mapeados numa única tabela (quando possuem a mesma chave primária), em duas tabelas (quando as chaves primárias são diferentes e um dos lados do relacionamento é obrigatório) ou em três tabelas (quando o relacionamento é opcional em ambos os lados);
- Relacionamentos 1:n são mapeados de forma que a chave primária do lado “1” seja representada do lado “n” como chave estrangeira;
- Relacionamentos n:n devem ser transformados em dois relacionamentos 1:n, resultando numa nova tabela;
- Relacionamentos ternários (ou de maior grau) geram novas tabelas;
- Agregações normalmente geram novas tabelas;
- Auto-relacionamentos geram novas tabelas se forem relacionamentos do tipo n:n;
- Generalização/Especialização podem ser mapeadas em uma única tabela, em uma tabela para cada especialização ou uma tabela para cada entidade envolvida, dependendo da situação.

Assim, a partir do modelo conceitual é construído o modelo lógico que, diferentemente do primeiro, é dependente das características do SGBD escolhido. A ferramenta para este fim é o MR (Modelo Relacional), que representa a solução do

problema modelado, considerando as estruturas (relações) que serão transformadas em tabelas quando da criação do banco de dados propriamente dito.

Existem também algumas diferenças na nomenclatura. Por exemplo, “entidades” no Modelo Entidade-Relacionamento são chamadas de “relações” no Modelo Relacional, e “instâncias” são chamadas de “tuplas” (as linhas de uma relação). Quando da construção do banco de dados propriamente dito, as “relações” são chamadas de “tabelas”, as “tuplas” de “registros”, e os “atributos” de “campos” ou “colunas”.

Neste contexto, uma questão importante a ser discutida na construção do Modelo Relacional é a normalização, que é um conjunto de regras que leva à construção de modelos mais robustos, com menos dependências entre seus elementos e menos redundância de informações. Normalização é uma atividade de verificação do modelo lógico e suas Formas Normais mais comuns, apesar de existirem outras, são (DATE, 2004):

- **1ª Forma Normal (1FN):** toda relação deve ter uma chave primária e deve-se garantir que todo atributo seja atômico. Atributos compostos devem ser separados. Por exemplo, um atributo Endereço deve ser subdividido em seus componentes: Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado e CEP. Além disso, atributos multivalorados devem ser discriminados separadamente ou separados em uma outra relação. Por exemplo, um atributo multivalorado Telefones poderia ser separado em Telefone Residencial, Telefone Comercial e Telefone Celular ou, ainda, ser convertido em outra relação que pudesse representar um número indeterminado de telefones.
- **2ª Forma Normal (2FN):** toda relação deve estar na 1FN e devem-se eliminar dependências funcionais parciais, ou seja, todo atributo não chave deve ser totalmente dependente da chave primária. Como exemplo, uma relação que contenha os atributos Código da Obra, Código do Fornecedor, Nome do Fornecedor e Preço de Venda, considerando que a chave primária é composta pelos atributos Código da Obra e Código do Fornecedor, não está na Segunda Forma Normal, uma vez que o Nome do Fornecedor depende apenas do Código do Fornecedor, e não do Código da Obra. Uma nova relação (Fornecedor)

deve ser criada contendo os campos Código do Fornecedor (como chave) e Nome do Fornecedor. Na relação original, ficariam os atributos Código da Obra e o Código do Fornecedor, ambos formando a chave primária composta, e o atributo Preço de Venda. Além disso, o atributo Código do Fornecedor também seria uma chave estrangeira para a nova relação criada. Esta forma normal ajuda a diminuir redundâncias de informações criadas indevidamente.

- **3ª Forma Normal (3FN):** toda relação deve estar na 2FN e devem-se eliminar dependências funcionais transitivas, ou seja, todo atributo não chave deve ser mutuamente independente. Como exemplo, uma relação que contenha os atributos Matrícula do Funcionário (atributo chave), Nome do Funcionário, Código do Departamento e Nome do Departamento não está na Terceira Forma Normal. O Nome do Departamento é dependente do Código do Departamento, e não da Matrícula do Funcionário. Uma mudança no nome do departamento, por exemplo, levaria a modificações em todos os funcionários daquele departamento. Para eliminar este problema, cria-se uma nova relação (Departamento) contendo Código do Departamento e Nome do Departamento. Na relação original, retira-se o Nome de Departamento, mantendo-se o Código do Departamento, agora como chave estrangeira. Esta forma normal também ajuda a diminuir redundâncias e aumentar a independência das relações.

3. UTILIZAÇÃO DE RELACIONAMENTOS 1:1 E 1:N

No sentido de exemplificar estes conceitos, será apresentado um fragmento de um sistema de controle de biblioteca. Como requisitos iniciais foram identificados:

1. Devem ser cadastradas as obras do acervo, que representam livros, periódicos (revistas, jornais) e qualquer outro elemento do acervo da biblioteca. Inicialmente, obras devem possuir um código que as identifique: título, autor principal, ano de publicação, situação (disponível, emprestada) e editora. Editoras, por sua vez, possuem um

código, nome e cidade. Uma obra sempre é de uma editora e uma editora pode possuir diversas obras;

2. Devem ser cadastrados usuários da biblioteca, que devem ter uma identificação única, nome, endereço completo, telefone de contato e CPF;
3. Os funcionários da biblioteca também devem ser cadastrados. Funcionários têm um número de matrícula, seu nome completo e departamento em que trabalha. Departamentos, por sua vez, possuem código e nome. Todo funcionário obrigatoriamente é vinculado a um departamento, que pode ter vários funcionários. Além disso, todo departamento possui um único chefe;
4. Usuários devem poder realizar empréstimo de obras. Um empréstimo deve conter uma única obra e ser de um único usuário, obrigatoriamente. Empréstimos ainda devem registrar a data e horário do empréstimo, data prevista de retorno, bem como o funcionário que o realizou. Quando da devolução da obra em empréstimo, deve-se registrar a data e horário da devolução, bem como o funcionário responsável;
5. Usuários ainda podem realizar reservas de obras. Uma reserva deve conter uma única obra e ser de um único usuário, obrigatoriamente. Reservas ainda devem registrar a data e horário da reserva e data na qual a obra será retirada.

Alguns comentários são importantes de serem considerados quando da modelagem de dados.

Primeiro, deve-se atentar para o fato de que redundância de dados não é desejável. Numa primeira análise, e pela simplicidade inicial do problema, se poderia imaginar a construção de uma única entidade contendo todas as informações do funcionário, por exemplo, incluindo os dados de seu departamento. Entretanto, a cada funcionário alocado a um mesmo departamento, acarretaria que os dados do departamento seriam duplicados no novo funcionário. Se, por exemplo, o departamento mudasse de nome, teria que mudar esta informação nos diversos funcionários lotados nele o que, além de redundante, pode causar inconsistências.

Outra consideração importante é a respeito do endereço do usuário. No modelo conceitual pode-se representar apenas o atributo Endereço, pois é o problema que está sendo modelado. Entretanto, no modelo lógico, representam-se as estruturas internas das relações (atributos, restrições, chaves, relacionamentos). Neste caso, deve-se lembrar que a Primeira Forma Normal (1FN) determina que todo atributo deve ser atômico. Desta forma, deve-se separar o endereço em seus diversos atributos. Isso é importante, pois se for necessário saber quais são os usuários que vivem numa determinada cidade, este atributo deve estar separado. Caso contrário, torna-se difícil distinguir, por exemplo, um usuário que mora na cidade do Rio de Janeiro de outro que mora na Rua Rio de Janeiro na cidade de Belo Horizonte.

Além disso, quando construir um relacionamento entre duas entidades, deve-se tomar cuidado com as obrigatoriedades dos dois lados do relacionamento. Por exemplo, se for modelado que um funcionário deve pertencer a um departamento e, ao mesmo tempo, um departamento deve ter ao menos um funcionário, não se está considerando a situação inicial, com o banco de dados vazio, onde primeiro se cadastram os departamentos sem funcionários e, no momento do cadastramento do funcionário, este é alocado ao departamento.

Também é importante notar que nem todas as entidades estão explicitamente descritas no enunciado do problema.

Por fim, não se deve preocupar com outras necessidades de modelagem, devendo-se focar no problema apresentado.

A **Figura 3** apresenta o Diagrama Entidade-Relacionamento contendo uma possível solução para o problema apresentado. Optou-se por não representar os atributos neste diagrama, para não dificultar a legibilidade. Os atributos serão apresentados posteriormente na estrutura das entidades.

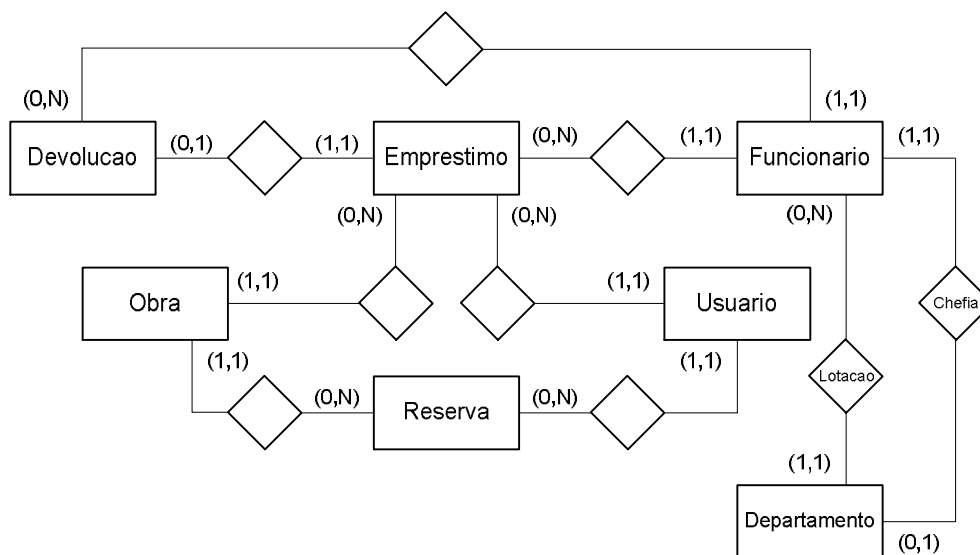


Figura 3. DER do problema apresentado

Vale lembrar que, apesar de uma prática comum, não é obrigatório nomear os relacionamentos, exceto quando estes irão originar tabelas, o que é o caso de relacionamentos n:n ou relacionamentos que possuem atributos. Nestes casos, o nome dos relacionamentos normalmente são os nomes das tabelas resultantes. Entretanto, nomear relacionamentos é importante para uma melhor compreensão do modelo e este recurso será utilizado quando for necessário. Neste exemplo, foram nomeados os relacionamentos entre as entidades Funcionario e Departamento, uma vez que seu entendimento fica dificultado se os relacionamentos não forem nomeados, por existirem dois relacionamentos entre as mesmas entidades.

A seguir, é descrita a estrutura inicial das entidades, onde o atributo determinante está sublinhado. Observe que, propositadamente, foram deixados os atributos da editora dentro da entidade Obra:

- Obra (cod_obra, titulo, autor_principal, ano_publicacao, situacao_obra, tipo_obra, cod_editora, nome_editora, cidade)
- Usuario (cod_usuario, nome_usuario, endereco, telefone, CPF)
- Emprestimo (cod_emprestimo, cod_obra, cod_usuario, data_emprestimo, horario_emprestimo, data_prevista_retorno, num_matricula_funcionario)
- Devolucao (cod_emprestimo, data_devolucao, horario_devolucao, num_matricula_funcionario)
- Funcionario (num_matricula, nome_funcionario, cod_departamento)

- Departamento (cod_departamento, nome_departamento, num_matricula_chefe)
- Reserva (cod_reserva, cod_usuario, cod_obra, data_reserva, horario_reserva, data_retirada)

Para a construção deste diagrama, algumas decisões de projeto foram tomadas e valem a pena serem discutidas:

- Na entidade Emprestimo, uma possibilidade para a definição do atributo determinante seria a concatenação dos atributos cod_usuario e cod_obra, caracterizando uma chave composta. Entretanto, esta chave impediria que o mesmo usuário realizasse o empréstimo da mesma obra em datas diferentes. Uma possibilidade seria incluir também o atributo data_emprestimo na chave. Neste caso, preferiu-se incluir um atributo cod_emprestimo como atributo determinante. Este tipo de situação é chamada de chave cega, onde um novo atributo é inserido por dificuldades na determinação da chave da entidade. O mesmo raciocínio foi utilizado para determinar a chave da entidade Reserva;
- O relacionamento 1:1 entre as entidades Emprestimo e Devolucao não necessariamente precisaria existir. Relacionamentos com esta cardinalidade muitas vezes podem ser eliminados e os atributos das duas entidades podem ser unificados, principalmente neste caso onde os atributos determinantes são os mesmos (a entidade Devolucao poderia ter um atributo determinante diferente, como cod_devolucao mas, neste caso, seria necessário definir um outro atributo que fizesse a ligação com a entidade Emprestimo). Assim, uma possibilidade seria transferir para a entidade Emprestimo todos os atributos da entidade Devolucao e eliminar esta entidade. Com isso, o empréstimo também teria os dados de sua devolução, sendo necessário ter um outro relacionamento com a entidade Funcionario, para representar o funcionário responsável pela devolução. Neste exemplo, preferiu-se manter as entidades separadas, uma vez que são eventos que representam situações diferentes e acontecem em momentos distintos e, no caso da devolução, pode nem acontecer;

- Os dois relacionamentos entre as entidades Funcionario e Departamento são importantes, uma vez que representam ligações diferentes entre as entidades, um representando lotação e outro chefia. Neste caso, o relacionamento 1:1 não poderia ser eliminado, uma vez que existe um segundo relacionamento entre as mesmas entidades;
- Optou-se por não fazer um relacionamento entre as entidades Emprestimo e Reserva, representando que um empréstimo possa ter sido efetivado em função de uma reserva. Esta decisão foi tomada uma vez que não existe a necessidade de estar armazenando definitivamente as reservas, podendo as mesmas ser eliminadas após a data da reserva ter sido vencida;
- Deve-se observar ainda um problema na entidade Obra. Caso existam vários exemplares da mesma obra, tem-se que cadastrar a obra várias vezes, uma para cada exemplar. Este problema será resolvido posteriormente.

O próximo passo é analisar se as entidades representadas estão normalizadas, podendo transformar-se em relações. Segue esta análise das Formas Normais:

- **1ª FN:** esta Forma Normal não foi satisfeita, uma vez que o atributo Endereco da entidade Usuario não é atômico. Para satisfazer esta FN, este atributo deve ser desmembrado em Logradouro, Numero, Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP;
- **2ª FN:** o modelo encontra-se na Segunda Forma Normal, que determina que todo atributo não chave deve ser totalmente funcionalmente dependente da chave primária, e não de parte dela. Só faz sentido preocupar-se com esta Forma Normal para aquelas relações que possuem chave primária composta. No estudo de caso em questão, como todas as relações possuem chaves primárias simples, contendo de apenas um atributo, não é necessário preocupar-se com esta Forma Normal no momento;
- **3ª FN:** pode-se observar um problema com esta Forma Normal ao analisar a relação Obra. Neste caso, os atributos nome da editora e cidade da editora dependem funcionalmente apenas do atributo código da editora, que é um

atributo não chave. Lembrando, a 3ª FN indica que todos os atributos não chave devem ser mutuamente independentes. Assim, apesar dos dados da editora poderem ser considerados como atributos da obra, torna-se importante separar estas entidades, primeiro para não ter estes atributos redundantes. Segundo, a digitação diferente do nome de uma editora, por exemplo, faz com que consultas indiquem editoras diferentes, o que não é desejável. Outra situação indesejável acontece se uma editora mudar de cidade, ocasionando uma mudança no valor deste atributo em todas as obras desta editora.

A **Figura 4** apresenta o DTR (Diagrama de Tabelas Relacionais) do modelo após a etapa de normalização. Novamente os atributos foram suprimidos para facilitar a visualização e serão detalhados a seguir.

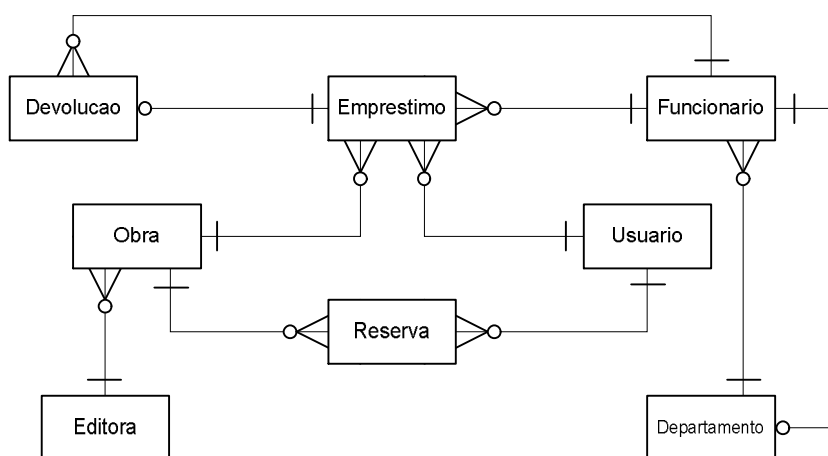


Figura 4. O DTR do problema apresentado

As **Tabelas 1 a 8** apresentam as estruturas das tabelas, onde PK (*Primary Key*) representa a chave primária da tabela (que deve ser obrigatória) e FK (*Foreign Key*) representa uma chave estrangeira, onde o valor do atributo deve ser correspondente a uma chave primária da tabela a qual está referenciando, ou ser nulo, quando não for obrigatório. Isto se chama integridade referencial. Pode-se observar ainda que os tipos de dados são genéricos, não sendo particulares de nenhum SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) específico.

Tabela 1. Estrutura da tabela Obra

Obra					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_obra	Inteiro		Sim	
	titulo	Texto	50	Sim	
	autor_principal	Texto	50	Sim	
	ano_publicacao	Inteiro		Sim	
	situacao_obra	Inteiro		Sim	1=Disponível 2=Emprestado
	tipo_obra	Inteiro		Sim	1=Livro 2=Periódico
FK	cod_editora	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Editora

Tabela 2. Estrutura da tabela Editora

Editora					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_editora	Inteiro		Sim	
	nome_editora	Texto	50	Sim	
	cidade	Texto	50	Sim	

Tabela 3. Estrutura da tabela Usuario

Usuario					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_usuario	Inteiro		Sim	
	nome_usuario	Texto	50	Sim	
	end_logradouro	Texto	50	Sim	
	end_numero	Inteiro		Sim	
	end_complemento	Texto	20	Não	
	end_bairro	Texto	30	Não	
	end_cidade	Texto	30	Sim	
	end_UF	Texto	2	Sim	
	end_CEP	Texto	10	Não	
	telefone	Texto	15	Não	
	CPF	Texto	20	Não	

Tabela 4. Estrutura da tabela Emprestimo

Emprestimo					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_emprestimo	Inteiro		Sim	
FK	cod_obra	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Obra
FK	cod_usuario	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Usuario
	data_emprestimo	Data		Sim	
	horario_emprestimo	Hora		Sim	
	data_prevista_retorno	Data		Sim	
FK	num_matricula_funcionario	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Funcionario

Tabela 5. Estrutura da tabela Devolucao

Devolucao					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK FK	cod_emprestimo	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Emprestimo
	data_devolucao	Data		Sim	
	horario_devolucao	Hora		Sim	
FK	num_matricula_funcionario	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Funcionario

Tabela 6. Estrutura da tabela Funcionario

Funcionario					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	num_matricula	Inteiro		Sim	
	nome_funcionario	Texto	50	Sim	
FK	cod_departamento	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Departamento

Tabela 7. Estrutura da tabela Departamento

Departamento					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_departamento	Inteiro		Sim	
	nome_departamento	Texto	50	Sim	
FK	num_matricula_chefe	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Funcionário

Tabela 8. Estrutura da tabela Reserva

Reserva					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_reserva	Inteiro		Sim	
FK	cod_usuario	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Usuario
FK	cod_obra	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Obra
	data_reserva	Data		Sim	
	horario_reserva	Hora		Sim	
	data_retirada	Data		Sim	

Cabe ainda uma observação em relação ao atributo cod_emprestimo da tabela Devolucao. Além de ser chave primária da própria tabela também é, simultaneamente, chave estrangeira em relação à tabela Empréstimo, estabelecendo a integridade referencial de que uma devolução é necessariamente associada a um empréstimo.

4. UTILIZAÇÃO DE RELACIONAMENTOS N:N

Considerando o modelo anterior, esta seção irá propor uma manutenção no modelo de dados construído, de forma a exercitar a utilização de relacionamentos n:n.

Neste sentido, será necessário efetuar uma primeira manutenção no modelo de dados. Existem dois novos requisitos solicitados pela biblioteca:

1. Será necessário armazenar os autores de uma obra. Além disso, é importante saber a ordem dos autores de uma obra, ou seja, quem é o primeiro autor, segundo autor, e assim sucessivamente. Como é comum fazer pesquisas pelo nome de autores, a biblioteca não deseja que o mesmo autor se repita no banco de dados, de forma que seu nome possa ser digitado de maneiras diferentes e dificultar a busca. Assim, deseja-se fazer um cadastro de autores e relacioná-los às obras. Cada autor deve conter apenas um código que o identifique e seu nome completo. Deve-se lembrar que uma obra tem diversos autores (seguindo sua ordem) e um autor pode participar em diversas obras. É importante atentar que existe um campo para este fim (autor_principal) na tabela Obra.
2. Outra necessidade comum numa biblioteca é a consulta de obras por assunto. Uma obra pode estar associada a diversos assuntos e um assunto pode estar vinculado a diversas obras. Novamente, deve-se fazer um cadastro de assuntos (contendo apenas código e descrição), de forma que possam ser associados às obras.

Para estes novos requisitos, primeiro deve-se pensar na solução através do modelo conceitual, para depois trabalhar no modelo lógico. Na transformação do modelo conceitual para o lógico, lembre-se que relacionamentos n:n devem originar novas tabelas.

Inicialmente, será discutido primeiro o problema de associação de assuntos às obras. Para isso, deve-se acrescentar ao modelo conceitual uma entidade Assunto, contendo apenas código e descrição. Como uma obra pode possuir diversos assuntos e um assunto pode estar vinculado a diversas obras, deve-se modificar o modelo conceitual acrescentando um relacionamento n:n entre estas entidades. A **Figura 5** representa o fragmento do modelo conceitual para este problema.

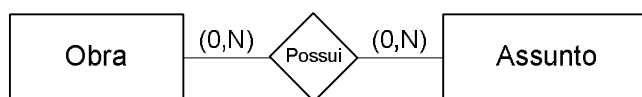


Figura 5. Relacionamento n:n entre Obras e Assuntos

Para transformar este modelo conceitual no modelo lógico, necessita-se fazer uma transformação substituindo o relacionamento por chaves estrangeiras. No caso do sentido da tabela Obra para a tabela Assunto, deveria ser colocado um atributo multivalorado em Obra para apontar para seus diversos assuntos, o mesmo ocorrendo no sentido inverso, da tabela Assunto para a tabela Obra. Entretanto, relacionamentos n:n não são possíveis de serem representados no modelo relacional, uma vez que todos os atributos devem ser atômicos, ou seja, armazenar um único valor. Neste caso, a alternativa é a criação de uma terceira tabela no modelo relacional, conforme ilustrado na **Figura 6**.

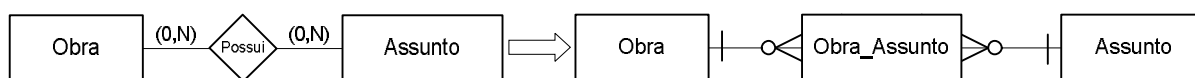


Figura 6. Mapeamento do Modelo Conceitual para o Modelo Lógico

Neste caso, a nova tabela gerada, Obra_Assunto, terá como chave primária a junção das chaves primárias das duas tabelas participantes, formando uma chave primária composta. Além disso, cada parte da chave primária será também uma chave estrangeira para sua tabela de origem. Assim, a cada relacionamento de uma obra com um assunto, gera-se um novo registro na tabela Obra_Assunto, transformando o relacionamento n:n do modelo conceitual em dois relacionamentos 1:n no modelo lógico. Observa-se ainda que o nome do relacionamento no modelo conceitual foi substituído por um nome de tabela que tivesse algum significado no modelo lógico, pois este será o nome da tabela no banco de dados.

Um outro requisito apresentado trata da necessidade de armazenar os autores de uma obra. Trata-se também de um relacionamento n:n, uma vez que uma obra tem diversos autores e um autor pode estar associado a diversas obras. Porém, neste caso específico, tem-se uma particularidade, uma vez que é importante identificar a ordem dos autores de uma obra, caracterizando quem é o primeiro autor, o segundo, e assim sucessivamente. Este requisito tornou-se necessário para evitar cadastrar repetidamente um mesmo autor que participa em diversas obras, facilitando também a busca por autores. A questão a ser tratada aqui é relativa à ordem do autor na lista de autores de uma obra. Esta informação não pode ficar na tabela Obra, uma vez que esta possui diversos autores, e também não pode ficar na tabela Autor, uma vez que o mesmo pode estar vinculado a diversas obras. Neste caso, o local apropriado para armazenar esta informação é no próprio

relacionamento entre as duas tabelas, conforme apresentado na **Figura 7**, que ainda apresenta a tabela resultante no modelo relacional, chamada de Obra_Autor.

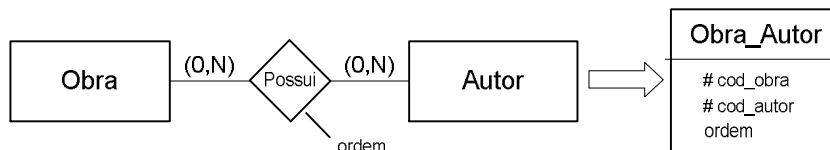


Figura 7. Mapeamento de Relacionamento n:n com atributo

Nesta situação, o atributo “ordem” do relacionamento entre as entidades Obra e Autor representa a posição de um determinado autor em uma determinada obra, na sua lista de autores. Este atributo é representado no modelo lógico como um atributo simples na tabela originada do relacionamento n:n. Ao fazer esta modificação, fica sem sentido o atributo “autor_principal” da tabela Obra, devendo ser retirado.

Desta forma, não se torna necessário repetir um mesmo autor em cada uma das obras que estiver vinculado. Isto faz com que as consultas por autor no banco de dados sejam mais precisas, uma vez que um mesmo autor poderia ser cadastrado de formas diferentes, tendo uma abreviatura em seu nome em uma determinada obra, por exemplo.

Por fim, o último problema a ser resolvido refere-se à repetição de uma mesma obra caso esta tenha mais de um exemplar. Seria interessante que uma obra fosse cadastrada uma única vez contendo os atributos comuns aos seus diversos exemplares. Cada exemplar deveria ter apenas seus atributos específicos, um identificador único, sua data de aquisição e sua situação. Num primeiro momento, isso pode parecer uma modificação pontual, representado através de um relacionamento 1:n, conforme **Figura 8**. Assim, se deve retirar o atributo “situacao_obra” da tabela Obra, uma vez que agora é responsabilidade de cada exemplar armazenar sua situação específica.

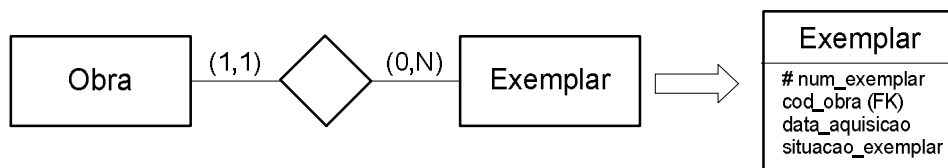


Figura 8. Criação da tabela Exemplar

Ainda segundo o requisito definido, a numeração dos exemplares deve iniciar de 1 a cada Obra. Ou seja, deve-se ter o exemplar 1 da obra “O Código Da Vinci” e o exemplar 1 da obra “O Livro dos Códigos”, por exemplo. Para que isso ocorra, a chave primária da tabela Exemplar deve conter, além do número do exemplar, o código da obra, formando uma chave primária composta. Esta situação de modelagem é chamada entidade fraca, onde a chave primária da entidade fraca (neste caso, a entidade Exemplar) é formada pela chave primária da entidade forte (no caso, a entidade Obra), mais algum atributo que diferencie seus registros (como o número do exemplar). Nota-se assim que a entidade fraca estará sempre carregando o relacionamento com sua entidade forte, sugerindo sempre uma leitura como “um exemplar de uma determinada obra”, neste caso. A **Figura 9** exibe a transformação do modelo conceitual para o modelo lógico relativo a esta situação.

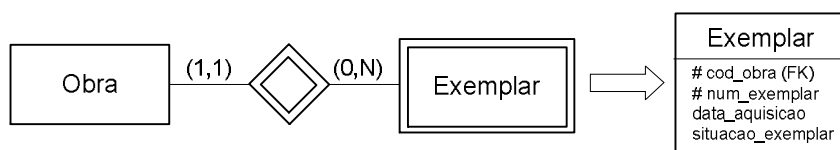


Figura 9. Mapeamento de Entidade Fraca

Percebe-se que, no modelo conceitual, a notação da entidade fraca é feita através de uma linha dupla envolvendo a entidade fraca. Nota-se ainda que, uma vez que esta entidade pode estar associada a diversas outras, para saber quem é sua entidade forte, também se apresenta com linha dupla o relacionamento que liga à entidade forte. No caso do modelo relacional, não existe simbologia específica para este fim, apenas modificando a chave primária da entidade fraca. Entretanto, algumas ferramentas CASE utilizam simbologias próprias para representar entidades fracas, arredondando os cantos do símbolo de entidade, ou com um tipo diferente de linha ligando-a a entidade forte. A presença da chave da entidade forte na entidade fraca enfatiza que, ao excluir um registro na entidade forte, todos os seus associados na entidade fraca também devem ser excluídos, uma vez que a integridade referencial não pode ser violada.

Este requisito ainda impacta o modelo de forma mais significativa. Por exemplo, nesta nova perspectiva, um usuário faria reservas de obras (uma vez que não importa o exemplar para a reserva), mas faria empréstimo de um exemplar específico de uma obra. A **Figura 10** mostra o modelo conceitual após as

modificações propostas anteriormente, enquanto a **Figura 11** apresenta o seu modelo lógico correspondente.

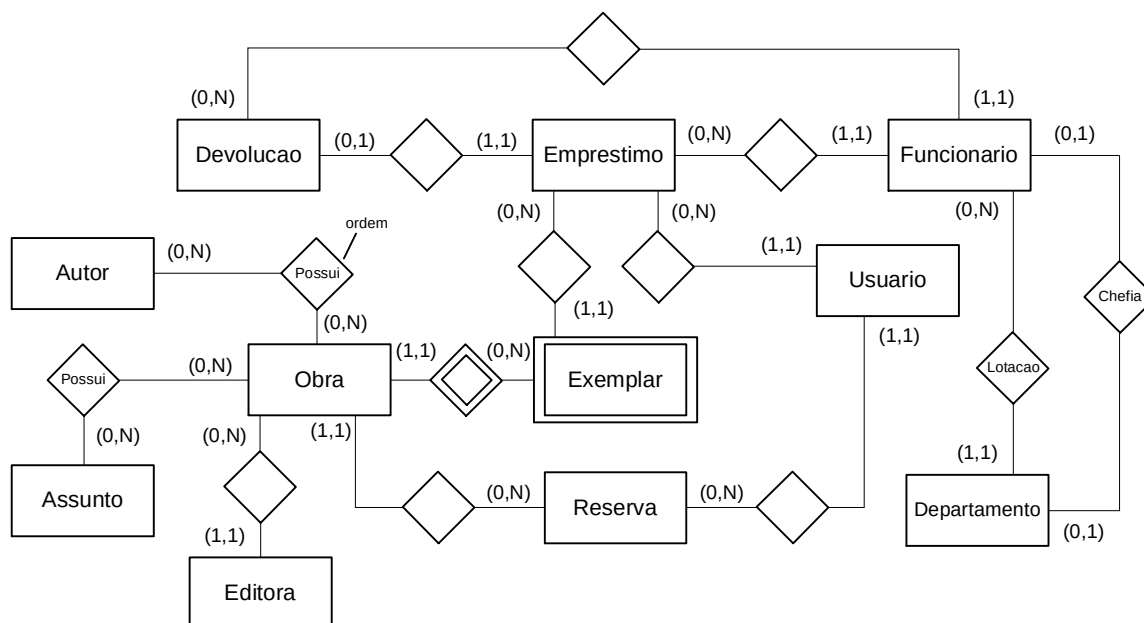


Figura 10. O modelo conceitual após as modificações

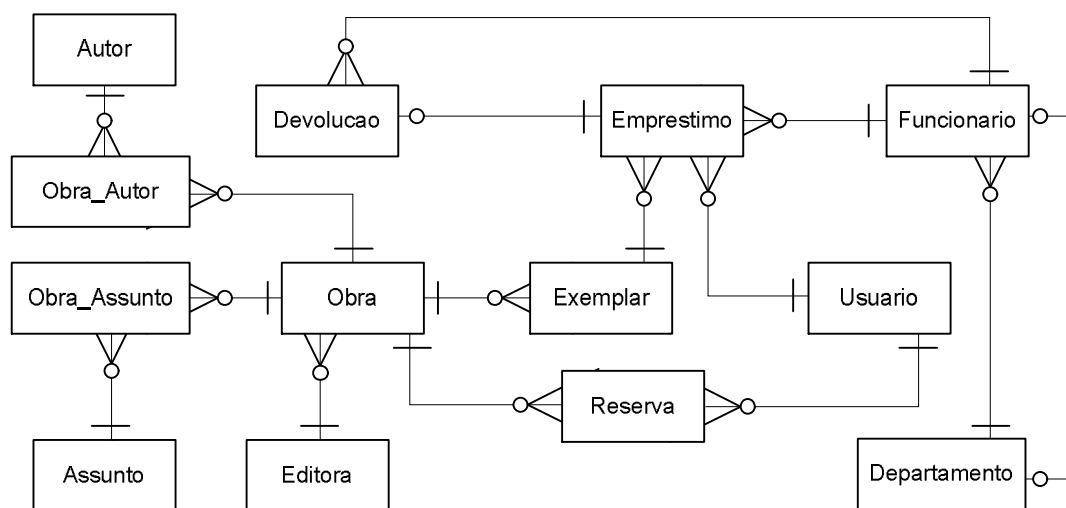


Figura 11. O modelo lógico após as modificações

As **Tabelas 9 a 15** mostram como ficaram as estruturas das tabelas que sofreram modificações em função dos novos requisitos.

Tabela 9. Estrutura da tabela Obra

Obra					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_obra	Inteiro		Sim	
	titulo	Texto	50	Sim	
	ano_publicacao	Inteiro		Sim	
	tipo_obra	Inteiro		Sim	1=Livro 2=Periódico
FK	cod_editora	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Editora

Tabela 10. Estrutura da tabela Assunto

Assunto					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_assunto	Inteiro		Sim	
	descricao_assunto	Texto	50	Sim	

Tabela 11. Estrutura da tabela Autor

Autor					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_autor	Inteiro		Sim	
	nome_autor	Texto	50	Sim	

Tabela 12. Estrutura da tabela Obra_Assunto

Obra_Assunto					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_obra	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Obra
PK	cod_assunto	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Assunto

Tabela 13. Estrutura da tabela Obra_Autor

Obra_Autor					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_obra	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Obra
PK	cod_autor	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Autor
	ordem	Inteiro		Sim	

Tabela 14. Estrutura da tabela Exemplar

Exemplar						
Chave		Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	FK	cod_obra	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Obra
		num_exemplar	Inteiro		Sim	
		data_aquisicao	Data		Não	
		situacao_exemplar	Inteiro		Sim	1=Disponível 2=Emprestado

Tabela 15. Estrutura da tabela Empréstimo

Empréstimo					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_emprestimo	Inteiro		Sim	
FK	cod_obra	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Exemplar
	num_exemplar	Inteiro		Sim	
FK	cod_usuario	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Usuario
	data_emprestimo	Data		Sim	
	horario_emprestimo	Hora		Sim	
	data_prevista_retorno	Data		Sim	
FK	num_matricula_funcionario	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Funcionario

Percebe-se que foram criadas as tabelas Assunto, Autor, Obra_Assunto, Obra_Autor e Exemplar. Na tabela Obra, foram retirados os atributos “autor_principal” e “situacao_obra”, que foi para a tabela Exemplar com o nome “situacao_exemplar”. A ordem do autor na lista de autores está representada pelo atributo “ordem” na tabela Obra_Autor. A tabela Exemplar possui uma chave primária composta, onde a primeira parte da chave, o atributo “cod_obra” também é uma chave estrangeira para a tabela Obra. A tabela Empréstimo precisou ser modificada para que a chave estrangeira anteriormente referente à tabela Obra agora seja referente à tabela Exemplar, inserindo o atributo “num_exemplar”, que forma uma chave estrangeira composta com o atributo “cod_obra”. Como a tabela Exemplar tem uma chave primária composta, as chaves estrangeiras para esta tabela também assim devem ser representadas. A tabela Reserva não muda, uma vez que reservas continuam sendo feitas para obras, e não para exemplares

específicos. As demais tabelas não sofreram modificações e continuam valendo as estruturas que já foram apresentadas.

5. UTILIZAÇÃO DE AUTO-RELACIONAMENTOS E RELACIONAMENTOS TERNÁRIOS

Esta seção apresenta modificações no modelo de dados do sistema de biblioteca para incluir funcionalidades que exercitem a utilização de auto-relacionamentos e relacionamentos ternários.

Assim, tem-se um novo conjunto de requisitos que, para serem atendidos, vão provocar novas modificações no modelo de dados. Os novos requisitos são:

1. Será necessário organizar os assuntos de forma que seja possível associar um determinado assunto a outros assuntos relacionados. Por exemplo, ao fazer uma consulta pelo assunto “Modelagem de Sistemas”, seria importante que as obras relacionadas ao assunto “Modelagem de Dados” também fossem encontradas. Assim, um assunto pode estar relacionado a diversos outros assuntos.
2. No cadastro de um usuário, caso este tenha sido indicado por um outro usuário cadastrado na biblioteca, será necessário registrar esta informação. Assim, um usuário poderá ter sido indicado por um único outro usuário. Por outro lado, um usuário poderá indicar diversos novos usuários.
3. Exemplos podem passar por diversas manutenções durante sua vida útil numa biblioteca, como limpeza, recuperação de páginas ou encadernação. O sistema necessitará cadastrar estas manutenções, contendo o exemplar em manutenção, a data da manutenção, o funcionário responsável pela manutenção e o motivo da manutenção, sendo todos os campos obrigatórios. Motivos de manutenção devem ser cadastrados e possuem apenas código e descrição. Vale ressaltar que um mesmo exemplar pode sofrer diversas manutenções realizadas por diferentes funcionários. Um mesmo funcionário pode fazer várias manutenções por motivos diferentes. Um motivo de manutenção pode

estar associado a diversos exemplares e funcionários. Não existe na biblioteca um código associado a cada manutenção realizada.

Para estes novos requisitos, primeiro deve-se pensar na solução através do modelo conceitual, para depois trabalhar no modelo lógico. Na transformação do modelo conceitual para o lógico, deve-se considerar que auto-relacionamentos de cardinalidade 1:n apenas acrescentam uma chave estrangeira na própria tabela e de cardinalidade n:n devem originar novas tabelas. Relacionamentos ternários no modelo conceitual tendem a gerar novas tabelas no modelo lógico.

O primeiro requisito apresentado nesta seção necessita organizar os assuntos de obras de forma que seja possível associar um determinado assunto a outros relacionados. Por exemplo, ao fazer uma consulta pelo assunto “Modelagem de Sistemas”, seria importante que as obras relacionadas a “Modelagem de Dados” também fossem encontradas. Assim, um assunto pode estar relacionado a diversos outros assuntos. Desta forma, precisa-se efetuar um relacionamento entre dois assuntos, ou seja, um auto-relacionamento na entidade Assunto. Deve-se tomar cuidado para não criar uma outra entidade no modelo conceitual para os assuntos relacionados, pois isso causaria uma redundância na base de dados, fazendo com que assuntos fiquem repetidos em duas tabelas. Este relacionamento será de cardinalidade n:n, uma vez que um assunto está relacionado a diversos outros e vice-versa, forçando a criação de uma nova tabela no modelo lógico. A **Figura 12** exibe o modelo conceitual para resolução desta questão, bem como sua transformação para o modelo lógico. Percebe-se que a chave primária da tabela Assunto_Relacionamento, gerada no modelo lógico, é composta por duas chaves estrangeiras, ambas referenciando a tabela Assunto.

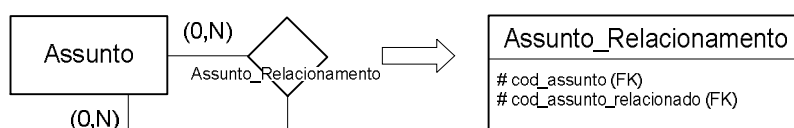


Figura 12. Auto-Relacionamento n:n

O próximo requisito determina que, no cadastro de um usuário, caso este tenha sido indicado por um outro usuário cadastrado na biblioteca, será necessário registrar esta informação. Assim, um usuário poderá ter sido indicado por um único

outro usuário. Por outro lado, um usuário poderá indicar diversos novos usuários. Este problema é semelhante ao anterior, exceto que o relacionamento neste caso é 1:n. Desta forma, como todos são usuários, existirá um auto-relacionamento na tabela Usuário. Sendo um relacionamento 1:n, basta acrescentar uma chave estrangeira para o usuário que fez a indicação na própria tabela Usuario. A **Figura 13** mostra a solução para este problema tanto no modelo conceitual como no lógico, apresentando apenas alguns dos atributos da tabela Usuario.

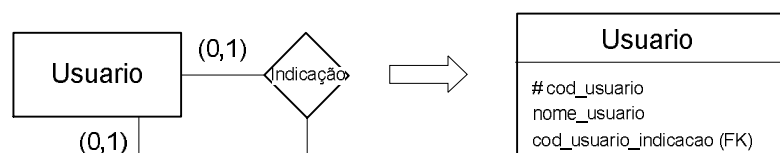


Figura 13. Auto-Relacionamento 1:n

O terceiro e último requisito proposto nesta seção refere-se a exemplares que podem passar por diversas manutenções durante sua vida útil numa biblioteca, como limpeza, recuperação de páginas ou encadernação. O sistema necessitará cadastrar estas manutenções, contendo o exemplar em manutenção, a data da manutenção, o funcionário responsável pela manutenção e o motivo da manutenção, sendo todos os campos obrigatórios. Motivos de manutenção devem ser cadastrados e possuem apenas código e descrição. Vale ressaltar que um mesmo exemplar pode sofrer diversas manutenções realizadas por diferentes funcionários. Um mesmo funcionário pode fazer várias manutenções em exemplares por motivos diferentes. Um motivo de manutenção pode estar associado a diversos exemplares e funcionários. Não existe na biblioteca um código associado a cada manutenção realizada. Pode surgir uma dúvida se seria utilizado um relacionamento ternário ou uma agregação. Neste caso, como todos os elementos envolvidos neste relacionamento são obrigatórios (exemplar, funcionário e motivo da manutenção), e devem existir simultaneamente, pode-se modelar como um relacionamento ternário. Este tipo de relacionamento não seria apropriado se, por exemplo, fosse possível cadastrar a manutenção com seu motivo e, posteriormente, associar o funcionário responsável. Num relacionamento ternário, o comum é que este resulte numa nova tabela, onde sua chave primária é a composição das chaves das entidades envolvidas no relacionamento, obrigatórias simultaneamente. A **Figura 14** apresenta

a solução para este requisito, tanto no modelo conceitual quanto no lógico, apresentando apenas os atributos necessários a esta situação.

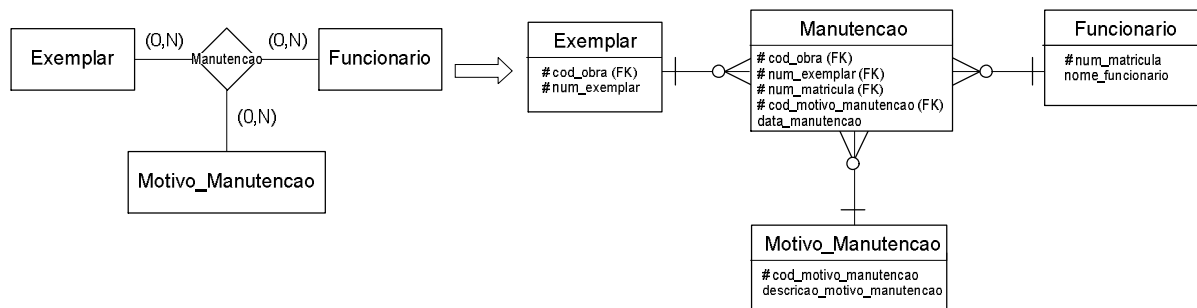


Figura 14. Relacionamento ternário

A **Figura 15** apresenta o modelo conceitual após as modificações realizadas, enquanto a **Figura 16** exibe o modelo lógico correspondente.

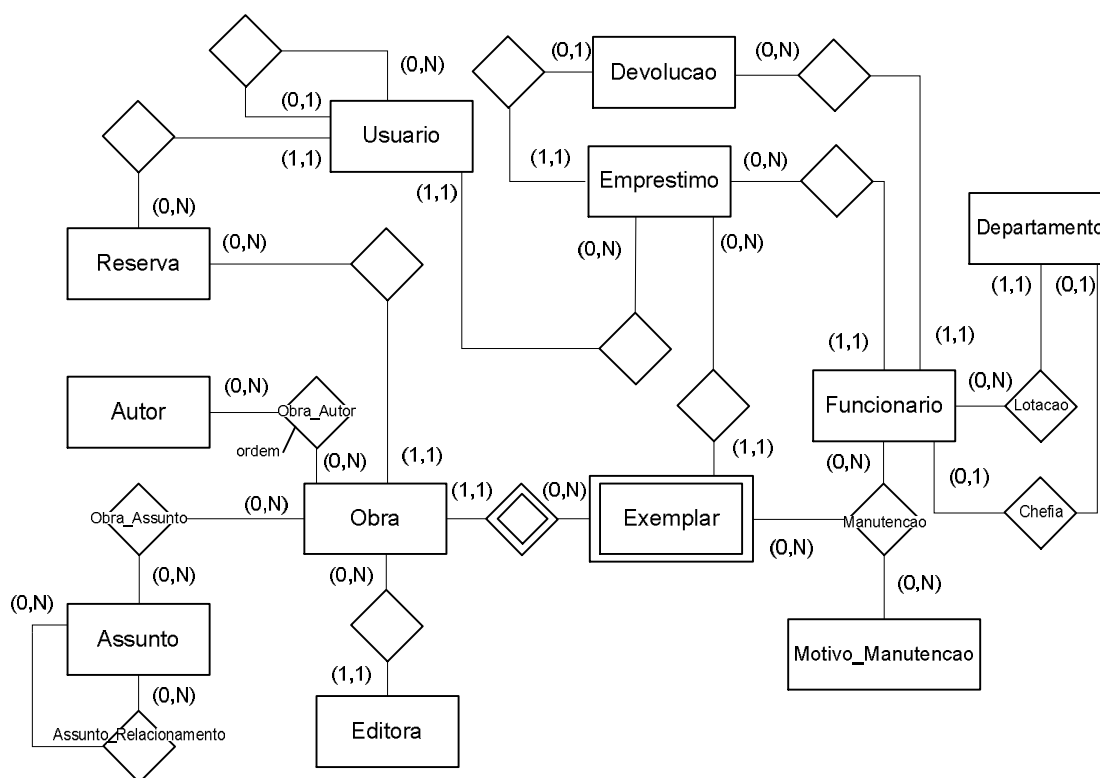


Figura 15. O modelo conceitual após as modificações

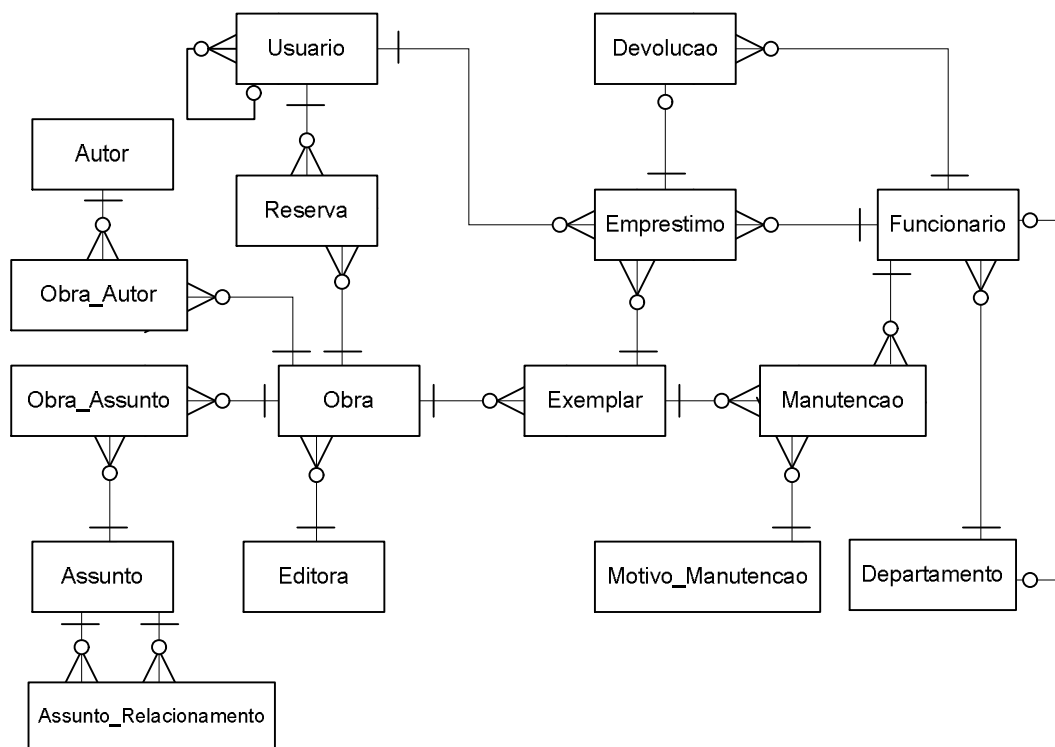


Figura 16. O modelo lógico após as modificações

As **Tabelas 16 a 19** mostram as estruturas das tabelas que sofreram modificações em função dos novos requisitos.

Tabela 16. Estrutura da tabela Assunto_Relacionamento

Assunto_Relacionamento						
Chave		Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	FK	cod_assunto	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Assunto
	FK	cod_assunto_relacionado	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Assunto

Tabela 17. Estrutura da tabela Usuario

Usuario					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_usuario	Inteiro		Sim	
	nome_usuario	Texto	50	Sim	
	end_logradouro	Texto	50	Sim	
	end_numero	Inteiro		Sim	
	end_complemento	Texto	20	Não	
	end_bairro	Texto	30	Não	
	end_cidade	Texto	30	Sim	
	end_UF	Texto	2	Sim	
	end_CEP	Texto	10	Não	
	telefone	Texto	15	Não	
	CPF	Texto	20	Não	
	cod_usuario_indicacao	Inteiro		Não	Integridade referencial com tabela Usuario

Tabela 18. Estrutura da tabela Motivo_Manutencao

Motivo_Manutencao					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	cod_motivo_manutencao	Inteiro		Sim	
	descricao_motivo_manutencao	Texto	50	Sim	

Tabela 19. Estrutura da tabela Manutencao

Manutencao					
Chave	Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	FK	cod_obra	Inteiro	Sim	Integridade referencial com tabela Exemplar
		num_exemplar	Inteiro	Sim	
	FK	num_matricula	Inteiro	Sim	Integridade referencial com tabela Funcionario
	FK	cod_motivo_manutencao	Inteiro	Sim	Integridade referencial com tabela Motivo_Manutencao
		data_manutencao	Data	Sim	

Percebe-se na tabela Assunto_Relacionamento que ambos os campos formam uma chave primária composta mas, individualmente, são duas chaves estrangeiras para a tabela Assunto, uma vez que os registros desta tabela representam relacionamentos entre dois assuntos quaisquer. A tabela Usuario

recebeu um novo campo (`cod_usuario_indicacao`), que nada mais é do que uma chave estrangeira para a própria tabela `Usuario`, evidenciando um auto-relacionamento 1:n. Como um usuário não necessariamente precisa de uma indicação, este campo não é obrigatório. Já a nova tabela `Manutencao` é resultante do relacionamento ternário do modelo conceitual e sua chave primária é composta dos campos chaves das entidades envolvidas. Uma vez que a entidade `Exemplar` é uma das entidades envolvidas neste relacionamento e esta é fraca da entidade `Obra`, tanto o código da obra quanto o código do exemplar passam a fazer parte da chave primária da entidade `Manutencao`, sendo também uma chave estrangeira composta para a tabela `Exemplar`. O mesmo acontece para os demais campos que compõem a chave primária, sendo o campo `num_matricula` também uma chave estrangeira para a entidade `Funcionario` e o campo `cod_motivo_manutencao` uma outra chave estrangeira para a recém criada tabela `Motivo_Manutencao`.

6. UTILIZAÇÃO DE AGREGAÇÕES E ESTRUTURAS DE GENERALIZAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO

Nesta seção será proposto um novo problema, desta vez modificando o modelo de dados do sistema de biblioteca para incluir funcionalidades que exercitem a utilização de agregações e estruturas de generalização e especialização.

Tem-se então um novo conjunto de requisitos que, para serem atendidos, vão provocar novas modificações no modelo de dados. Os novos requisitos são:

1. Será necessário fazer uma distinção entre tipos de obras, que agora podem ser `Livros` ou `Periódicos`. Para `Livros`, deve-se armazenar o número do ISBN (*International Standard Book Number* - Número Padrão Internacional de Livro), enquanto para `periódicos`, deve-se armazenar o número do ISSN (*International Standard Serial Number* - Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas). Estes números não devem ficar armazenados na tabela `Obra`, uma vez que obras não possuem ambos os números simultaneamente e também não se deseja que fiquem nulos dependendo do tipo da obra.

2. Periodicamente, a biblioteca faz compra de novas obras. Para isso, são abertas requisições onde são registradas as obras a serem adquiridas, bem como sua quantidade. Desta forma, uma obra pode estar em várias requisições e uma requisição pode possuir diversas obras. Requisições ainda possuem um número seqüencial que as identificam, uma data de abertura e um campo que indica o estado da requisição, podendo estar aberta ou fechada para inclusão de novas obras. Quando do momento da compra, cada obra da requisição pode ser adquirida de um fornecedor diferente, enquanto um fornecedor pode fornecer várias obras de diferentes requisições. Para isso, deve-se considerar uma nova entidade chamada Fornecedor, que possui código, razão social, e telefone de contato. Vale ressaltar ainda que fornecedores somente são definidos quando da compra de cada obra na requisição, associando então seu preço e data de compra.

Para estes novos requisitos, primeiro deve-se pensar na solução através do modelo conceitual, para depois trabalhar no modelo lógico. Na transformação do modelo conceitual para o lógico, deve-se considerar que agregados tendem a gerar novas tabelas e relacionamentos de generalização/especialização podem gerar tabelas para cada entidade, para cada ramo na hierarquia ou para a hierarquia completa, sendo o mais comum gerar uma tabela para cada entidade.

O primeiro requisito desta seção torna necessário fazer uma distinção entre tipos de obras, que agora podem ser Livros ou Periódicos. Para Livros, deve-se armazenar o número do ISBN, enquanto que, para periódicos, deve-se armazenar o número do ISSN. Estes números não devem ficar armazenados na tabela Obra, uma vez que obras não possuem ambos os números simultaneamente e também não se deseja que fiquem nulos dependendo do tipo da obra.

Problemas deste tipo podem ser resolvidos utilizando uma estrutura Generalização/Especialização, que representa situações onde determinadas entidades são tratadas como especializações de uma mais genérica, que agrupa o que é comum às entidades da hierarquia. Estruturas deste tipo podem ser mapeadas em uma única tabela, em uma tabela para cada especialização ou uma tabela para cada entidade envolvida, dependendo da situação. A **Figura 17** apresenta estas situações de mapeamento para o problema em questão. Na situação 1, todos os

atributos da hierarquia foram agrupados numa única tabela, fazendo com que atributos fiquem eventualmente vazios em função do tipo da obra. A situação 2 representa apenas as especializações, fazendo com que os atributos da generalização sejam repetidos. A situação 3 apresenta uma tabela para cada entidade da hierarquia, eliminando atributos repetidos, mas fazendo com que o acesso a uma obra tenha que agrupar dados de mais de uma tabela. Neste estudo de caso, será utilizada a situação 3, onde cada entidade é mapeada para uma tabela específica, não havendo redundância de dados ou atributos com valores nulos em função do tipo de obra em questão, atendendo assim ao requisito proposto.

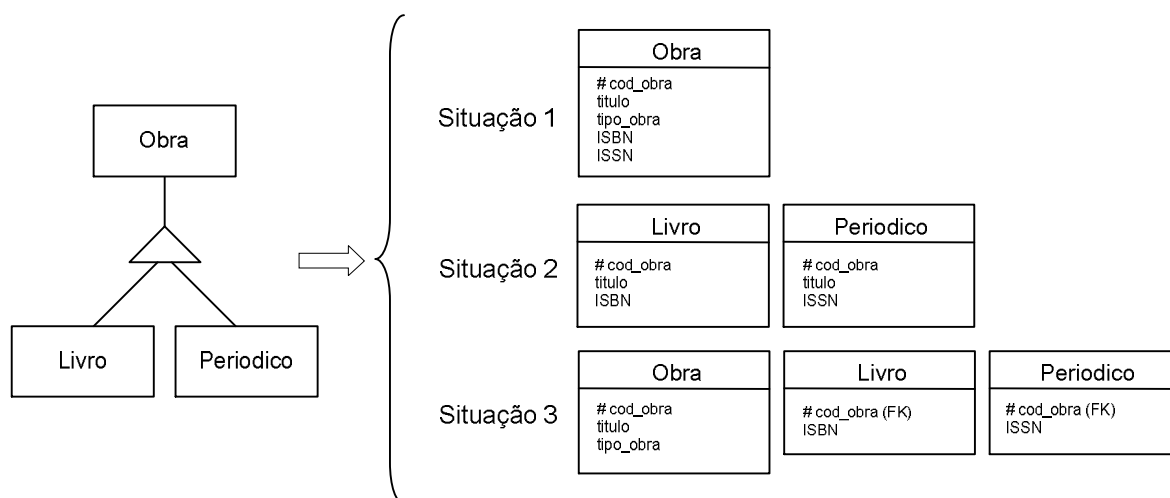


Figura 17. Mapeamento de Estruturas Generalização/Especialização

O próximo requisito trata da questão de compras de obras pela biblioteca. Periodicamente, a biblioteca faz compra de novas obras. Para isso, são abertas requisições onde são registradas as obras a serem adquiridas, bem como sua quantidade. Desta forma, uma obra pode estar em várias requisições e uma requisição pode possuir diversas obras. Requisições ainda possuem um número seqüencial que as identificam, uma data de abertura e um campo que indica o estado da requisição, podendo estar aberta ou fechada para inclusão de novas obras. Quando do momento da compra, cada obra da requisição pode ser adquirida de um fornecedor diferente, enquanto um fornecedor pode fornecer várias obras de diferentes requisições. Para isso, deve-se considerar uma nova entidade chamada Fornecedor, que possui código, razão social, e telefone de contato. Vale ressaltar

ainda que fornecedores somente são definidos quando da compra de cada obra na requisição, associando então seu preço e data de compra.

Como uma obra pode ser alocada a uma requisição sem um fornecedor num primeiro momento, um relacionamento ternário não se mostraria adequado, uma vez que a tabela originada teria também o fornecedor como parte da chave primária, e este não poderia ficar nulo. Desta forma, esta situação pode ser resolvida com uma agregação, que normalmente origina uma nova tabela. A **Figura 18** representa uma agregação para este problema apresentado.

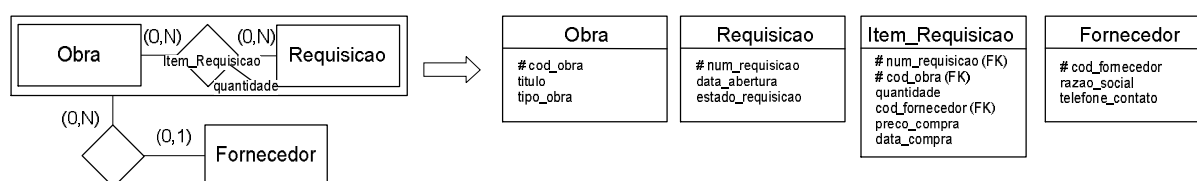


Figura 18. Mapeamento de Agregação

Percebe-se na tabela Item_Requisicao que o atributo cod_fornecedor é apenas uma chave estrangeira, não fazendo parte da chave primária. Isso irá permitir que o mesmo possa ter o valor nulo enquanto uma obra de uma requisição não passar pelo processo de compra.

Desta forma, a **Figura 19** apresenta o modelo conceitual após as modificações realizadas, enquanto a **Figura 20** exibe o modelo lógico correspondente.

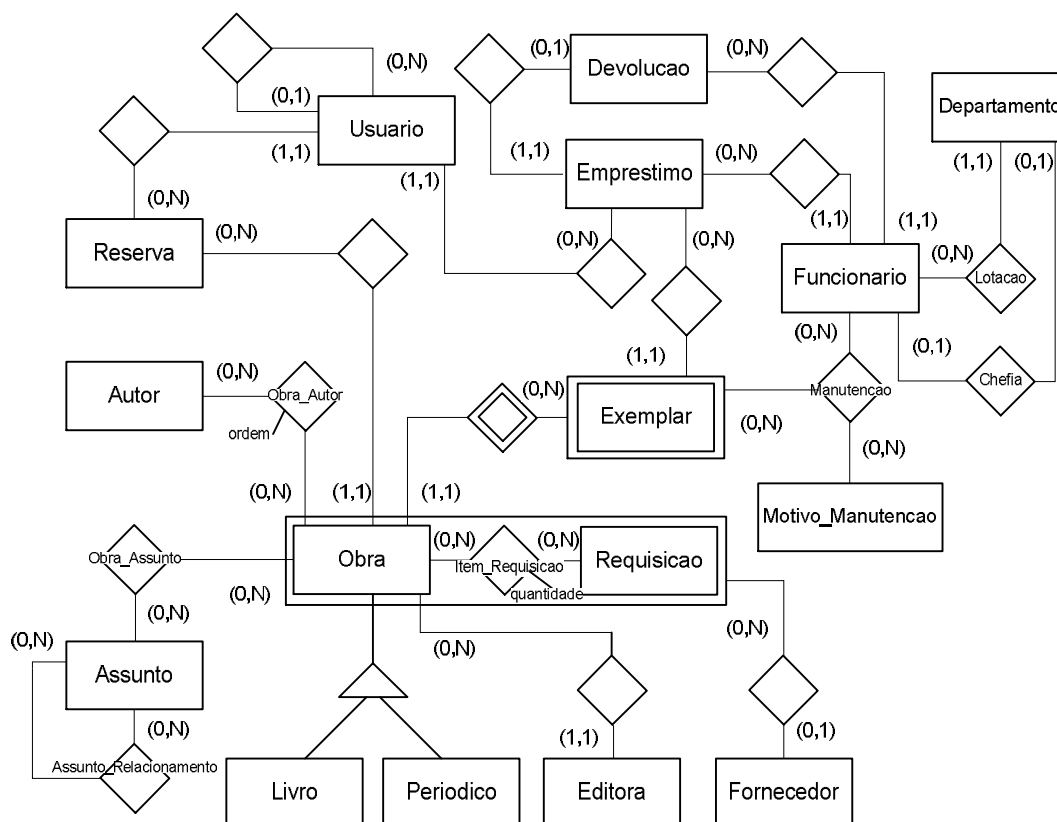


Figura 19. O modelo conceitual após as modificações

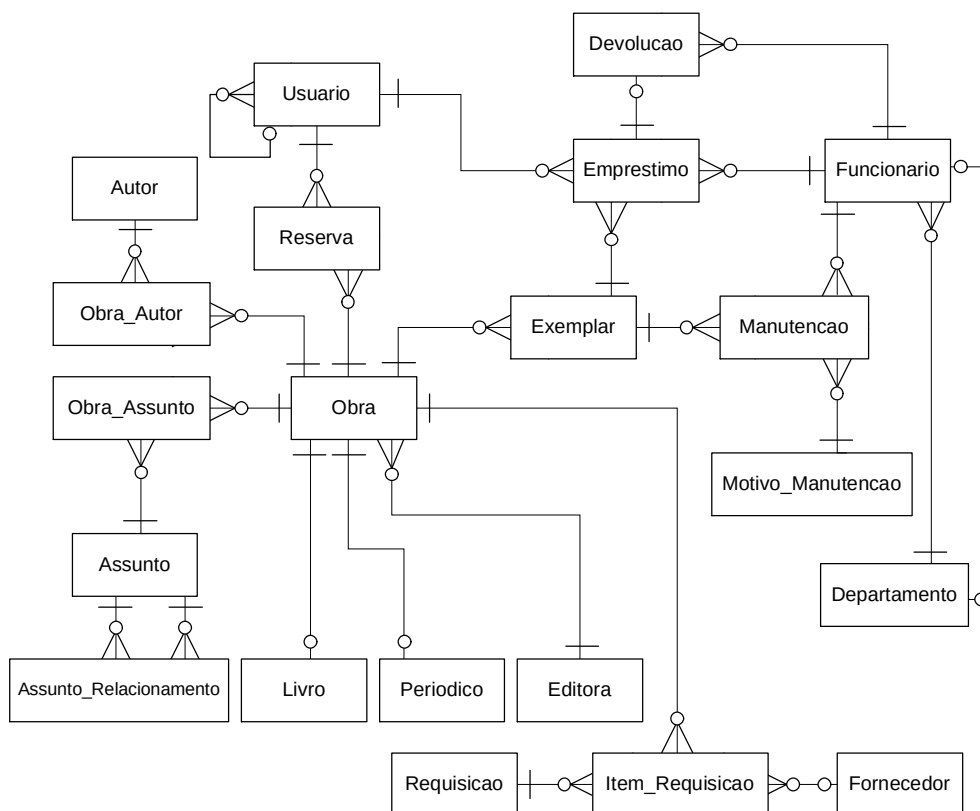


Figura 20. O modelo lógico após as modificações

As **Tabelas 20 a 24** mostram as estruturas das tabelas que sofreram modificações em função dos novos requisitos.

Tabela 20. Estrutura da tabela Livro

Livro						
Chave		Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	FK	cod_obra	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Obra
		ISBN	Inteiro		Sim	

Tabela 21. Estrutura da tabela Periodico

Periodico						
Chave		Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	FK	cod_obra	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Obra
		ISSN	Inteiro		Sim	

Tabela 22. Estrutura da tabela Fornecedor

Fornecedor						
Chave		Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK		cod_fornecedor	Inteiro		Sim	
		razao_social	Texto	50	Sim	
		telefone_contato	Texto	15	Não	

Tabela 23. Estrutura da tabela Requisicao

Requisicao						
Chave		Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK		num_requisicao	Inteiro		Sim	
		data_abertura	Data		Sim	
		estado_requisicao	Inteiro		Sim	1=Aberta 2=Fechada

Tabela 24. Estrutura da tabela Item_Requisicao

Item_Requisicao						
Chave		Atributo	Tipo	Tamanho	Obrigatório	Restrições
PK	FK	num_requisicao	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Requisicao
	FK	cod_obra	Inteiro		Sim	Integridade referencial com tabela Obra
		quantidade	Integer		Sim	
	FK	cod_fornecedor	Integer		Não	Integridade referencial com tabela Fornecedor
		preco_compra	Real		Não	
		data_compra	Data		Não	

Percebe-se nas tabelas Livro e Periodico que ambas possuem como chave primária o campo “cod_obra”, o mesmo da tabela que representa a generalização. Esta é uma característica de estruturas generalização/especialização, onde todas as tabelas da hierarquia possuem a mesma chave primária, aquela definida na tabela mais genérica. Usualmente, ainda coloca-se um atributo na tabela que representa a generalização, neste caso a tabela Obra, para indicar a tabela que possui a complementação de seus dados, Livro ou Periodico neste caso. Isto não precisou ser feito neste momento, pois a tabela Obra já possuía um atributo chamado “tipo_obra”, justamente para este fim.

A tabela Item_Requisicao representa a agregação do modelo conceitual. Percebe-se, neste caso, que o relacionamento entre as entidades Obra e Requisicao é de cardinalidade n:n, fazendo com que esta tabela surgisse de qualquer forma. A particularidade aqui se refere à ligação desta tabela Item_Requisicao com a tabela Fornecedor, de forma opcional, oferecendo a possibilidade de um item de requisição ainda não possuir um fornecedor. Isto fica evidenciado no modelo conceitual uma vez que o relacionamento com a tabela Fornecedor é feito diretamente com a agregação, e não com nenhuma de suas entidades participantes, caracterizando que um fornecedor está associado com uma obra de uma determinada requisição. Esta situação não poderia ser resolvida com um relacionamento ternário entre as entidades Obra, Fornecedor e Requisição pois, neste caso, as chaves primárias das três entidades participantes comporiam a chave primária da entidade

Item_Requisicao, obrigando-a a ter um fornecedor no momento da sua criação, uma vez que um campo que faz parte de uma chave primária não pode ser nulo. Por fim, percebe-se que os atributos preco_compra e data_compra não são obrigatórios uma vez que um item de requisição pode ainda não ter sido adquirido. Uma alternativa a isso seria deslocar estes campos, bem como o código do fornecedor para uma outra tabela de compras, mas optamos por esta solução neste exemplo.

7. Considerações Finais

Este artigo apresentou, através de um estudo de caso prático, as principais técnicas de modelagem de dados, tanto a nível de utilização do modelo conceitual, através do Modelo Entidade-Relacionamento, quanto do modelo lógico, através do Modelo Relacional, visando discutir não apenas a teoria de modelagem de dados, mas também apresentar possibilidades de aplicação através de situações reais de utilização. A utilização destas técnicas é fundamental para um melhor entendimento do problema e, conseqüentemente, auxiliar na construção de sistemas de software mais robustos e flexíveis, objetivando atender as necessidades do usuário final.

8. Referências Bibliográficas

COUGO, P. **Modelagem conceitual e projeto de bancos de dados**. Ri de Janeiro : Campus, 1997.

DATE, C. J. **Introdução a sistemas de bancos de dados**. 8.ed. Rio de Janeiro : Campus, 2004.

ELMASRI, R. E.; NAVATHE, S.B. **Sistemas de banco de dados**. 4.ed. Rio de Janeiro : Addison-Wesley, 2005.

HEUSER, C.A. **Projeto de banco de dados**. 5.ed. Porto Alegre : Sagra-Luzzatto, 2004.

KORTH, H. F.; SILBERCHATZ, A.; SUDARSHAN, S. **Sistema de banco de dados**. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO

MACEDO, D. C.*

*“Os limites do meu mundo são os limites
da minha linguagem” Wittgestein*

RESUMO

Este trabalho analisa a Evolução Conceitual do ponto de vista da Lingüística Cognitiva aplicando os pressupostos teóricos de Alexander R. Luria, Lev S. Vygotsky e Ingedore Kock. A partir da análise desta evolução, demonstramos como a mente humana é capaz de construir o significado usando como modelo de conteúdo o texto.

Palavras-chave: lingüística, psicolingüística, texto.

1. APRESENTAÇÃO

Este artigo foi escrito com a finalidade de demonstrar alguns aspectos lingüísticos da evolução conceitual embasados pela Ciência cognitiva, cujos fundamentos teóricos encontramos, principalmente, em Vygotsky (1999) e Kock (2002). Segundo esta perspectiva de estudo, a mente humana, durante a infância, é capaz de construir significados e muito deles são motivados por inferências de sentidos encontradas em textos. O texto funciona, então, como um modelo por meio do qual o conceito é aprendido.

A motivação que impulsionou o desenvolvimento deste artigo foi o questionamento em torno da *Evolução Conceitual*, o qual surgiu a partir da afirmativa de Lev Semenovich Vygotsky (*Op. Cit.*): *“O significado da palavra evolui de acordo com o amadurecimento cognitivo infantil”*.

Dividimos o artigo, didaticamente, em tópicos que abordarão os temas a seguir: a linguagem como mediadora, a formação de conceitos, conceitos e

* Mestre em Lingüística (UERJ) e Professora de Psicolingüística da FAVIVA.

modelos, os aspectos lingüísticos da evolução conceitual, a construção do significado e, finalmente, o texto como modelo de conteúdo.

2. A LINGUAGEM COMO MEDIADORA

Para a Ciência cognitiva, os conceitos são formações da mente humana através dos quais se torna possível abstrair e representar mentalmente elementos da realidade e usá-los na interação social:

"Um princípio básico da Ciência Cognitiva é que o **homem representa mentalmente o mundo que o cerca** de uma maneira específica e que, nessas estruturas da mente, se desenrolam determinados processos de tratamento, que possibilitam atividades cognitivas bastante complexas. Isto porque o conhecimento não consiste apenas em uma coleção estática de conteúdos de experiência, mas também **em habilidades para operar sobre tais conteúdos e utilizá-los na interação social.**" (Koch, 2002, grifo nosso).

Operar com tais abstrações também requer certas habilidades cognitivas específicas desenvolvidas desde a infância. Conforme demonstrado por Vygotsky (1999)¹, após a aquisição da linguagem, o desenvolvimento cognitivo humano se acelera consideravelmente. Este impulso nos processos cognitivos se dá por meio da visível interação com o mundo e com os falantes ao redor da criança.

Durante esta evolução, a criança aprende a organizar e a estruturar seus pensamentos para representar o mundo que a cerca, quer como instrumento do seu desenvolvimento cognitivo quer como meio para sua interação social. A importância do estudo dos conceitos na ontogênese reside no fato de que os conceitos evoluem à medida que a criança se desenvolve.

Para desenvolver o seu potencial lingüístico-cognitivo, a criança precisa aprender a organizar o seu pensamento e articulá-lo em palavras para interagir com os outros. Este processo é chamado Elaboração Conceitual.

A linguagem, expressão mais abrangente desta representação, funciona como mediadora entre o mundo intrapsicológico e o mundo exterior. Por esta

¹ As datas de referência fazem alusão às publicações das traduções posteriores e não às edições originais.

mediação, o homem passa a interagir com o seu semelhante e a tirar melhor proveito do mundo que o cerca.

Para compreendermos melhor todo este processo, passemos à formação de conceitos.

3. A FORMAÇÃO DE CONCEITOS

Desenvolvemos o tópico formação de conceitos para a melhor compreensão de como funcionam os mecanismos cognitivos infantis durante sua evolução, ou seja, durante a busca pela representação mental da realidade.

De acordo com a afirmação de Vygotsky (1999), um conceito não é uma simples associação idéia-palavra imutável e permanente. O conceito sofre alterações e evolui junto com o aprendizado que a criança faz do mundo, em seu desenvolvimento natural. Na verdade, ele afirma que as crianças não são capazes de formar conceitos porque a organização cognitiva acontece através de processos diferentes. A criança constrói o próprio desenvolvimento cognitivo por meio do que Vygotsky chamou de *complexos*², porque não tem, ainda, a visão abrangente e generalizada de todas as ocorrências do conceito. A partir de pesquisas com crianças de diversas idades, Vygotsky organizou estruturas de generalização (sincretismo, complexos e conceitos). Apesar desta divisão, todo o processo de amadurecimento lingüístico-cognitivo infantil ficou conhecido como Evolução Conceitual ou Formação de Conceitos, razão pela qual, neste artigo, denominamos complexos infantis de conceitos, mesmo sabendo que se encontram no estágio de formação.

² Para compreender as fases do pensamento infantil leia Vygotsky *Pensamento e Linguagem*, pág. 76. Em resumo:

- "Sincretismo ou agregação desordenada – o significado das palavras denota um conglomerado vago e sincrético de objetos isolados que se aglutinam numa imagem em sua mente.
- Pensamento por complexos – os objetos isolados associam-se não apenas devido às impressões subjetivas, mas também devido às relações que de fato existem entre esses objetos. Neste estágio, a criança pensa, por assim dizer, em termos de nomes de famílias; o universo dos objetos isolados torna-se organizado para ela pelo fato de tais objetos agruparem-se em 'famílias' separadas, mutuamente relacionadas. Dividem-se em cinco tipos: associativo, coleções, em cadeia, difuso, pseudoconceito." (Fernandes, inédito)
- Pensamento conceitual – pensamento adulto.

De acordo com a natureza de sua formação, há dois tipos de conceitos: os *espontâneos ou cotidianos* e os conceitos *sistematizados ou científicos*. Cada um se forma de maneira distinta e os dois tipos de um mesmo conceito se encontram após conviverem e interagirem durante o processo de maturação infantil.

Os conceitos cotidianos partem da experiência individual da criança que ainda está descobrindo o que compõe a realidade ao seu redor. Estes conceitos são vivenciados no mundo concreto, e estão presentes na experimentação da criança com algum brinquedo ou em qualquer outra situação. Partem do concreto em direção ao abstrato. Os conceitos espontâneos são formações individuais, segundo as experiências que a criança tem em relação a suas descobertas a respeito do mundo.

Um conceito espontâneo ou cotidiano começa a se formar no interior da mente infantil no momento em que a criança entra em contato com o conceito em seu dia-a-dia, de maneira natural. A formação de um conceito espontâneo tem início, portanto, com uma experiência da criança nas suas atividades, nas suas brincadeiras, na descoberta do mundo que a cerca, na convivência informal com um adulto. O conteúdo deste tipo de conceito é empírico.

Os conceitos científicos são abstrações explicadas à criança por um adulto, na maioria das vezes, através das palavras e a partir de então tais abstrações passam a figurar na mente infantil. O domínio de conceitos por meio das palavras possibilita à criança ter o pensamento desvinculado da realidade concreta ou das experiências práticas. Este tipo de pensamento possibilita operações mentais usando elementos da realidade comum, sem que tais elementos estejam presentes no momento. Possibilita operações mentais com elementos generalizados a partir de um exemplo e abstraídos da realidade. A isto Vygotsky denominou *pensamento conceitual*. O pensamento conceitual advém, principalmente, do aprendizado sistemático do conhecimento formal que é, geralmente, repassado pela Língua na escola.

Depois desta exposição a respeito de como o conceito é formado, passemos ao estudo dos modelos.

4. CONCEITOS E MODELOS

Para representar mentalmente o mundo que o cerca, o ser humano precisa articular os seus processos cognitivos utilizando conteúdos generalizados e abstraídos da realidade e armazenar tais modelos na memória. Principalmente através das palavras utilizadas como concretização do pensamento é possível representar o mundo e interagir com ele.

Um conceito representa a generalização do significado de uma palavra de acordo com o contexto no qual figura. Os conceitos são armazenados em conjuntos ou campos semânticos representados na memória por meio de um modelo mental.

Segundo Koch (2002), os conceitos estão correlacionados a outros conceitos, formando conjuntos que são armazenados e recuperados como um “bloco”. Estes conjuntos de informação processada são agrupados pelas relações de suas unidades (conceitos) e recebem o nome de *modelos mentais* ou *modelos episódicos*.

Os modelos mentais são *“estruturas complexas de conhecimento que representam as experiências que vivenciamos em sociedade e que servem de base aos processos conceituais.”* (op. cit.:44)

Numa linguagem metafórica, Koch (2002) comparou as unidades conceituais do pensamento humano a *tijolos* do conhecimento. Se estabelecermos um paralelo entre os conceitos com as unidades representadas na figura dos *tijolos* do conhecimento, os modelos mentais representam as *paredes* constituídas destes tijolos que, juntos, estão armazenados. Ao acionarmos o mecanismo de lembrança de um deles, os outros todos também serão acionados. A metáfora dos tijolos só não é perfeita porque nos dá idéia de formas estáticas. Não podemos tratar tais estruturas mentais como herméticas; de modo diferente, são flexíveis e podem ser reformuladas e adaptadas a outras situações semelhantes. Os modelos mentais são exemplos de situações vivenciadas e campos semânticos nos quais podem ocorrer os mesmos conceitos.

Na maioria das vezes, para criar um modelo mental, a criança precisa internalizar um modelo pronto da realidade. A mente infantil representará o que vê, ouve ou compreende, associando todos os elementos da realidade para a criação do próprio modelo mental.

O uso de recursos pedagógicos em práticas que favoreçam a ocorrência da modelização ajuda os alunos a construir seus próprios modelos mentais embasados pelo exemplo exposto pelo professor. Ao propor problemas e soluções o professor expõe o raciocínio a ser seguido, a princípio, e, posteriormente, reconstruído numa outra situação semelhante. Em relação a isto, Garnier (1996) afirma:

“Os alunos são chamados a utilizar o modelo proposto para resolver certas situações-problema e produzir conhecimentos com a sua ajuda. Isso significa que o modelo proposto torna-se, gradualmente, uma ferramenta nesta atividade de produção de novos conhecimentos, e que **os alunos dele se apropriam progressivamente**, e de uma forma ou de outra **reconstróem-no por si próprios, agora efetivamente como um modelo.**” (Grifo nosso.).

Tais recursos pedagógicos não permitem à criança apenas copiar uma determinada realidade, mas estabelecer relações e construir internamente o sistema estudado criando um modelo mental próprio.

Até para imitar um modelo proposto pelo professor é preciso ter um nível de desenvolvimento necessário. Afirmar Vygotsky (1998, p. 114): “*Uma pessoa só consegue imitar aquilo que está no seu nível de desenvolvimento.*” Por isto os recursos pedagógicos precisam estar adequados à criança. Não adianta que o professor apresente, por exemplo, a conversão de várias somas do mesmo numeral numa multiplicação equivalente ($2+2+2=3\times 2$), se a criança ainda não compreende esta operação matemática.

Garnier (1996, p. 211) explica que “*modelos são instrumentos essenciais utilizados pela comunidade científica para compreender melhor certos fenômenos*”. Esta autora cita o *modelo de conteúdo* que está ligado ao resultado da transformação de um objeto. Este tipo de modelo é o mais adequado aos estudos lingüísticos. Como exemplo deste tipo de modelo, podemos citar um texto, utilizado pelo professor de Língua Portuguesa. O texto situa o campo semântico no qual um novo conceito (na aula de Português tratado como uma nova palavra ou uma nova expressão) possa ocorrer.

Se imaginarmos um texto como um modelo de conteúdo, as unidades (conceitos) que não ficarem claras para o ouvinte/leitor poderão ser deduzidas a partir do contexto em que ocorrerem. O texto só se tornará coerente se o leitor conseguir situar o novo conceito dentro do campo semântico sugerido pelo texto.

Os recursos utilizados para que ocorra a modelização são essenciais para explicar como o pensamento infantil, à medida que se desenvolve, vai conseguindo perceber o significado dentro do campo semântico.

A seguir, abordaremos as implicações lingüísticas deste processo.

5. ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA EVOLUÇÃO CONCEITUAL

Os conceitos são formados como unidades do processo de significação. Entretanto, o processo de significação não envolve apenas a compreensão, mas a expressão. A expressão consiste, também, na organização mental dos significados daquilo que se quer dizer para possibilitar a sua exteriorização.

Vygotsky (2001, p. 479) afirma, a respeito da importância dos significados para a expressão verbal, que “*o significado medeia o pensamento em sua caminhada rumo à expressão verbal*”.

No processo de compreensão, o ser humano decodifica os significados enquanto forma conceitos ou esboços destes durante a sua evolução. No processo de expressão, os significados são os elos de ligação na cadeia do pensamento, e, conseqüentemente, da linguagem. Assim, tanto no processo de codificação como no de decodificação, o pensamento é mediado por significados. “*O pensamento não é só externamente mediado por signos, mas internamente mediado por significados.*” (*Idem ibidem*)

A construção do significado é, portanto, não só a compreensão de um conceito, como também a descoberta da sua expressão adequada. Durante a formação de conceitos a criança desenvolve este processo quando busca se expressar.

A seguir, abordaremos o processo de construção da significação e as diferenças, ainda que sutis, entre significado e conceito na ontogênese, nos tópicos: A Construção do Significado; e O Texto como Modelo de Conteúdo.

6. A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO

Não há como iniciar uma explicação sobre a construção do significado sem antes esclarecermos a diferença entre as palavras empregadas para designar os conceitos neste artigo. Vygotsky (2001, p. 398) considera como sinônimos generalização, conceito e significado da palavra, conforme podemos concluir a partir da citação abaixo:

“O significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. (...) Toda generalização, toda formação de conceito é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível do pensamento. Conseqüentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno do pensamento. (...) O significado da palavra só é um fenômeno do pensamento na medida em que o pensamento está relacionado à palavra e nela materializado, e vice-versa: é um fenômeno de discurso apenas na medida em que o discurso está vinculado ao pensamento e focalizado por sua luz. É um fenômeno do pensamento discursivo ou da palavra consciente, é a unidade da palavra com o pensamento.”

Nesta citação, ele não se referia à ontogênese ou ao processo de desenvolvimento infantil, mas sim ao pensamento conceitual adulto.

No decorrer deste trabalho empregamos as três palavras com algumas diferenças funcionais, em virtude de o processo de elaboração conceitual na mente infantil ser denominado evolução conceitual, enquanto sabemos se tratar de complexos ou pseudoconceitos ainda.

Entendemos como conceito a unidade do pensamento conceitual construída no final da sua evolução, ou seja, na adultícia. A generalização foi descrita como a inclusão dos conceitos numa categoria conceitual e como a capacidade de medir a equivalência entre conceitos.

Durante a idade adulta, quando o pensamento conceitual já está formado, podemos considerar as três palavras como sinônimas, mas na ontogênese em que a evolução de conceitos atravessa os níveis de desenvolvimento até chegar ao pensamento conceitual, as generalizações não existem ainda, nem os conceitos, mas o significado existe e está mais próximo da palavra como referência objetal do que na mente do adulto, por isso nossa distinção.

Não havendo como modificar o nome do processo que ficou consagrado como Evolução Conceitual ou Formação de Conceitos, continuaremos a denominá-

lo desta forma, bem como as noções de Conceitos Espontâneos e Conceitos Científicos. Entendemos, porém, o significado como parte integrante do processo de significação e mediador entre o pensamento e a linguagem, e, durante a ontogênese, consideramos significado como diferente de conceito – como Vygotsky já o fizera ao relacioná-los dentro de sua denominação na fase dos complexos.

Na ontogênese, não somos capazes de formar conceitos ainda e não construímos generalizações abrangentes e completas, mas temos capacidade de compreender o significado de uma palavra, embora este significado seja tratado como parte inseparável da palavra. O significado da palavra está mais próximo da referência objetual para a criança do que para o adulto.

“A criança explica os nomes dos objetos pelas suas propriedades. A transferência do nome como que significa a transferência das propriedades de um objeto para o outro, tão estreitas e indissoluvelmente ligadas entre si estão as propriedades de um objeto e seu nome.” (Vygotsky, 2000, p. 418).

A construção do significado começa no momento em que a criança se depara com um conceito espontâneo e utiliza a mesma referência objetual que o adulto para designar o mesmo objeto da realidade. A construção do significado é primeiramente esboçada através da interdependência nome-objeto (significado imediato³). Entretanto, a compreensão deste objeto e do significado da palavra que o representa são inferidos do contexto em que tal objeto figura.

Durante a fase da evolução dos conceitos, a mente infantil começa a estabelecer correlações entre o campo semântico e o significado das palavras a partir de uma referência da realidade. Estas relações são formadas de acordo com as fases do pensamento infantil. O significado, muitas vezes, fica preso ao campo semântico de um contexto específico e não faz parte de uma relação de generalidade, que prevê todas as ocorrências em todos os campos semânticos, como no caso dos adultos.

As palavras evocam campos semânticos porque foram compreendidas por meio de campos semânticos ou modelos de conteúdo expressos pela memória episódica⁴. Este movimento de entrada e saída não acontece com nenhuma palavra isolada ou fora de contexto.

³ Segundo Luria, o significado imediato, referencial ou denotativo é o que se forma a partir da referência objetual da palavra.

⁴ *Memória episódica* ou *experencial* contém informações a respeito de vivências pessoais.

Segundo Luria (1987, p. 35), a noção de campo semântico abrange a evocação mental através da memória. “A *palavra não somente gera a indicação de um objeto determinado, como também (...) provoca a aparição de uma série de enlaces complementares.*”

Para formar um conceito, o adulto precisa prever a teia de todas as ocorrências em diversos campos semânticos. Todo este processo se baseia na generalização. O conceito de *planta* está para o conceito de *fruta* assim como o conceito de *animal* está para o conceito de *peixe*, por exemplo.

Segundo Luria (*op. cit.*:45), o significado é “*um sistema estável de generalizações*” porque a mesma referência objetual da palavra adquire novas estruturas semânticas a cada contextualização. O conceito adquire um caráter paradigmático, porque sua estrutura permite que ele estabeleça uma rede de probabilidades de ocorrências. Este paradigma ainda não está formado na ontogênese. A criança compreende melhor o *significado imediato* de uma palavra. O significado imediato é aquele que a criança forma a respeito de uma palavra quando a compreende em um campo semântico ou de ocorrência.

Além do significado imediato, Luria distingue o *significado associativo*, ou seja, aquele que é evocado mentalmente a partir de outros significados ou que é lembrado conotativamente a partir de outros significados ligados ao primeiro. Este tipo classificação para o significado é importante para compreendermos melhor a noção de campo semântico.

Lembramos que não estamos tratando do pensamento adulto, mas do pensamento infantil que possui todos estes processos ainda em formação. Um significado associativo pode ser evocado pela mente infantil, porém as crianças compreendem melhor o significado imediato ou o que estiver situado dentro de um campo semântico.

Segundo Vygotsky (2001, p. 411), o pensamento infantil caminha do todo para as partes porque surge como um “*todo confuso e inteiro*”. A linguagem, no entanto, se processa ao contrário, há uma divisão em palavras que permite ao pensamento infantil se concretizar por partes enquanto “*caminha das partes para o todo desmembrado em sua linguagem*” (Idem *ibidem*).

A formação de um novo conceito deve destacar-se deste todo confuso através dos significados distintos de cada palavra aprendida no decorrer do desenvolvimento infantil. A presença de um todo, representado pelo texto, em que

se encontrem as partes, representadas pelos significados, facilita ao pensamento infantil situar o conceito (em formação) dentro de um campo semântico.

Esta noção de texto tomado como um todo significativo será retomada a seguir ao discorrermos sobre a utilização de um texto como modelo de conteúdo.

7. O TEXTO COMO MODELO DE CONTEÚDO

Conforme exposto, a mente infantil precisa construir modelos de significação para compreender os significados, para saber expressá-los durante a comunicação, inferindo-os de situações concretas. Explicaremos a seguir como um texto pode ser usado para facilitar o processamento mental infantil a inferir o campo semântico e, em consequência, o significado de um conceito. Para isto, precisaremos lembrar algumas definições de modelização.

Cada professor ou pesquisador de determinada Ciência se vale de metodologia apropriada e criação de modelos adequados ao seu ramo do conhecimento. Segundo Garnier (1996, p. 211), um modelo de conteúdo pode ser: *“uma maquete, um mapa, um desenho, uma equação, uma imagem mental”*, qualquer recurso de que se valha para que a criança possa basear seu processo de modelização.

Dentro da área da linguagem, um texto em que novas palavras ou expressões e, conseqüentemente, novos conceitos sejam estudados, pode ser um bom exemplo de recurso pedagógico capaz de iniciar o processo de modelização mental, desde que esteja adequado à faixa etária e à situação.

Um texto adequado à criança é aquele que lhe permite compreender o significado e campo semântico em que atua determinado conceito. Lembramos que o seu pensamento ainda não é conceitual e que sua perspectiva de mundo está muito embasada pelo *sincretismo*⁵, não permitindo que ela tenha uma visão generalizada do conceito. A criança não tem uma representação mental generalizada a respeito de um conceito.

⁵ O pensamento sincrético, segundo Galvão (2002, p. 87) é *“livre associação, analogia, predominância dos aspectos sensório-motores e afetivos sobre a conotação objetiva das palavras.”*

Assim, a modelização que a criança é capaz de criar em decorrência da interação com um texto fornecerá a ela os elementos de que necessita para inferir o significado de um novo conceito a ser explorado pelo professor. Isto não ocorre com o adulto, que já tem o pensamento conceitual estabelecido e consegue a equivalência entre as generalidades dos conceitos.

Segundo Koch (*op. cit.*), a coerência de um texto depende da construção de um modelo episódico de representação através da memória.

“Quando se lê ou ouve um texto, constrói-se na memória episódica, uma *representação textual*, definida em termos de conceitos e proposições. Adicionalmente a essa representação constrói-se um *modelo episódico ou de situação* sobre o qual o texto versa. Para tanto é preciso ativar na memória nossos modelos de situações similares, que (...) constituem o registro cognitivo de nossas experiências, mediatas ou imediatas, isto é, contém os acontecimentos, ações, pessoas, enfim, todos os elementos da situação a que o texto se refere. Assim, **uma teoria sociocognitiva da compreensão não pode prescindir da noção de modelo de situação** (ou modelo episódico). **Os textos, em última análise, são coerentes em relação ao(s) modelo(s): se os usuários forem capazes de construir ou recuperar na memória um modelo satisfatório**, eles dirão que entenderam o texto e que o texto é coerente.” (Grifo nosso)

Uma teoria sócio-cognitiva da compreensão prevê a importância da interação significado/campo semântico, quando se trata do estudo da formação de novos conceitos na ontogênese, porque busca se adequar ao funcionamento dos processos cognitivos como um todo incluindo a construção dos modelos episódicos.

Para construir os modelos mentais, o leitor/ouvinte tem de emprestar ao texto suas próprias inferências. Isto acontece quando ele elabora mentalmente a totalidade de probabilidades de significados que o texto poderia expressar. Quando empresta uma hipótese de possível interpretação, o leitor/ouvinte está realizando inferência.

As inferências são deduções a respeito do sentido de um texto ou discurso que não estão expressas literalmente no texto. Dependem do conhecimento de mundo do leitor/ouvinte, da sua competência lingüística e do contexto em que estiver o discurso.

Isso se observa porque a informação através da linguagem não se dá a partir da compreensão de cada significado isolado ou da soma de todos os significados, mas de uma perspectiva maior, de uma visão do conjunto. Há muitas lacunas nos

textos que se fossem preenchidas os tornariam redundantes e que, por não serem preenchidas, permitem ao leitor inferi-las do sentido geral.

Para que o significado geral de um texto seja compreendido é preciso que o leitor acrescente suas próprias inferências para que o que foi dito ou escrito seja coerente. O leitor ou ouvinte empresta ao texto literal as suas considerações, vivências e re-significações utilizando a memória do que conhece do mundo para reconstruir o conteúdo semântico pretendido pelo escritor. O único compromisso do leitor em relação ao texto é seguir as pistas (o que está efetivamente escrito) para construir o significado.

No caso da criança que ainda não tem a totalidade das generalizações, consideramos que ela consegue inferir o significado de uma palavra por intermédio do campo semântico expresso pelo texto. Quando isto acontece, estamos usando o texto como um modelo de conteúdo. Lembremos a linguagem figurada utilizada por Koch (2002, p. 40), a inferência acontece quando a criança consegue encaixar o *tijolinho* que faltava na *parede* de significado que lhe é expressa pelo texto proposto.

O texto é o elemento fundamental para a construção do modelo de conteúdo no qual figura o conceito estudado, se pretendemos descobrir qual campo semântico é evocado a respeito de um conceito determinado e se a sugestão do campo semântico através de um texto influenciará, ou não, nesta formação do novo conceito.

Há vários tipos de textos e situações em que a criança poderia inferir um conceito através do contexto semântico. Dentre os vários tipos de textos com que a criança tem contato na escola ou em casa, não se pode dizer que todos sejam adequados para comprovar inferências a respeito dos conceitos.

Se buscamos razões cognitivas para a escolha de textos adequados, precisamos ter em mente a formação dos conceitos científicos e espontâneos.

Quando se trata de um texto didático, estamos fornecendo à criança subsídios para que ela forme um conceito sistematizado ou científico. Se o texto for uma história estaremos mais próximos da modelização de um conceito espontâneo, porque a criança poderá inferir o significado do conceito a partir das atitudes das personagens da história ou montar um modelo mental utilizando suas próprias experiências a respeito do conceito associando-as às das personagens.

ABSTRACT

This work analyzes Conceptual Evolution of the point of sight of the Cognitive Linguistic applying the estimated theoreticians of Alexander R. Luria, Lev S. Vygotsky and Ingedore Koch. From it analyzes of this evolution, we demonstrate as the mind human being is capable to construct the meaning using as model model of content the text.

Keywords: linguistics, psycholinguistic, text.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, E. **Apostila didática da UERJ**. Rio de Janeiro.

FULGÊNCIO, L.; LIBERATO, Y. **Como Facilitar a Leitura**. São Paulo: Contexto, 2001.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GARNIER, C. et al. **Após Vygotsky e Piaget: perspectiva social e construtivista escolas russa e ocidental**. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1996.

KOCH, I. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; FAVERO, L. L. **Linguística Textual: introdução**, 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

LURIA, A. R. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Psicologia pedagógica.** São Paulo, 2000.

A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS E A GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO ON LINE

PENA, M. G.*

SILVA, A.C.**

RESUMO

Este trabalho trata da digitalização de documentos históricos e como esses documentos podem ser disponibilizados on line através de uma Gestão Eletrônica de Documentos eficiente. Nosso trabalho demonstra como a tecnologia pode encurtar tempo e espaço na pesquisa documental.

Palavras-chave: digitalização; documentos históricos; gestão eletrônica.

1. A HOMEM E A HISTÓRIA

O homem durante sua existência sempre sentiu a necessidade de conhecer suas origens e de onde ele veio. Com o passar do tempo essa necessidade foi se tornando cada vez mais intensa e o pouco conhecimento que tinha de si já não era o bastante para o homem. Acreditamos que foi dessa necessidade mais afluída que surgiu a Ciência História que vai investigar o passado a procura da origem das muitas identidades desse homem.

O historiador é como um detetive do passado que tem uma busca incessante por pistas que o aproxime de uma resposta para suas indagações. Para isso o historiador deve ir atrás de fontes históricas que muitas vezes podem ser escritas ou pintadas e até mesmo esculpidas. Algumas dessas fontes muitas das vezes não tiveram sua origem para servir de testemunha do passado, mas não é por isso que

* Graduado em Análise de Sistemas – UFJF. Desenvolvedor WEB do Núcleo de Tecnologia da Informação da FAA

** Graduado em História - CESVA/FAA. Secretário do Centro de Documentação Prof. Rogério da Silva Tjader – CESVA/FAA

se deve desconsiderá-las. Para Bloch o historiador deve tomar cuidado com as verdades absolutas, pois o mesmo fato pode ser interpretado de várias maneiras, de acordo com o interesse de quem narrou tal fato ou até mesmo de quem leu. O conhecimento histórico se estrutura numa constante indagação a essas fontes (BLOCH, 2001)¹.

Com o passar do tempo o homem se aprimorou em muitas coisas, se espalhou por vários continentes, se comportou de várias formas diferentes, acreditou em coisas diferentes, assumiu para si a devoção de vários deuses ou mesmo um só. Isso fez com que ele se tornasse mais complexo no seu modo de viver, de encarar o mundo que o cercava. Assim sendo a ciência que investiga o homem no tempo também teve que se aprimorar dividindo-se em muitas especialidades (BARROS, 2004)².

Para Barros o historiador vem se tornando cada vez mais um especialista em determinados assuntos. Segundo o autor supracitado a História se dividiu em vários campos, várias abordagens diferentes. Mesmo se dividindo dessa maneira a História necessita cada vez mais de comprovação do que se estuda.

2. A NECESSIDADE DAS FONTES PARA A PESQUISA HISTÓRICA

O grande problema que um historiador pode enfrentar é a falta de fontes. Sem as mesmas ele fica desguarnecido de informações. As vezes as fontes existem, mas não estão organizadas, catalogadas ou mesmo disponíveis. Foi tentando minimizar este problema que surgiram museus, arquivos, bibliotecas e, mais recentemente, os centros de documentação. No entanto, os mesmos, se não possuírem um sistema organizacional e de consulta rápido e eficiente, não lograrão bons resultados e seu trabalho ficará comprometido. Marilena Leite Paes explica as várias formas de atuação desses órgãos que, segundo ela, ao longo do tempo muito se

¹ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 2001. p. 70.

² BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Especialidades e Abordagens. Petrópolis, Ed. Vozes, 2004. p. 10.

modernizaram. É utilizando a mesma autora que nos referimos a necessidade de um serviço prático e organizado (PAES, 2005)³.

Todo documento, quando é produzido, tem suas finalidades específicas e entre essas não figura a de servir como testemunha histórica. O documento tem valor histórico quando este serve para satisfazer as perguntas de um objeto de pesquisa. Exemplo, um livro de registro de nascimento pode passar anos sem despertar o menor interesse, mas se for relevante para algum pesquisador comprovar o matrimônio de alguém ou mesmo se lhe for interessante saber quantos casamentos houveram em determinado mês, isso fará com que o mesmo livro outrora sem importância ganhe um valor imenso.

Para Ciro Cardoso o surgimento dos *Annales*, movimento fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre, a noção de documento histórico vem se ampliando muito. Segundo ele “*todos os vestígios do passado são considerados matéria prima para o historiador*” (CARDOSO, 1997)⁴. Isso trás para a História uma nova perspectiva documental e uma transformação na visão tradicional da historiografia. Todavia não podemos esquecer nunca que o objeto de estudo do historiador é o homem. As fontes são indícios das facetas deste homem (BLOCH, 2001)⁵.

3. A TECNOLOGIA A SERVIÇO DA HISTÓRIA

Para Luciano R. Figueiredo, no que diz respeito ao uso da Informática na História, é possível uma discussão em dois níveis.

O primeiro se refere à sua instrumentação *stricto sensu*, ou seja, procedimentos técnicos possíveis (e disponíveis) da máquina para operacionalizar pesquisa e ensino. O segundo se projeta no tratamento de dados de pesquisa que permitem visualizar graficamente indicador, projetar realidades, estabelecer crítica textual amparado por parâmetros predefinidos e tantos outros aplicativos que, em síntese, multiplicam o

³ PAES, M. L. **Arquivo. Teoria e Prática**. Rio de Janeiro, FGV, 2005. p. 35.

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: **Os Exemplos da Fotografia e do Cinema**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs) **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 1997. p. 402.

⁵ BLOCH, Marc. Op Cit. p. 55.

alcance qualitativo da pesquisa, graças ao emprego de um programa que a máquina executa (FIGUEIREDO, 1997)⁶.

É trabalhando com essa visão que o mesmo Figueiredo justifica amplamente os benefícios que a Informática trouxe à História desde a simplicidade de redigir um texto até o armazenamento de dados e é no mesmo trabalho que ele atribui ao rápido desenvolvimento dessas tecnologias o barateamento desses equipamentos e conseqüentemente uma popularização dos mesmos. Essa popularização proporcionou um acesso muito maior às informações. Mesmo os países pobres do mundo já têm acesso à informática e à internet. Foi exatamente com o surgimento da internet que a relação entre os conhecimentos se tornou mais estreita; embora sendo mais impessoal, as informações perderam a limitação de tempo e espaço.

Hoje vivemos uma verdadeira revolução digital. Os computadores se tornaram ferramentas importantíssimas para todos os ramos da ciência através do desenvolvimento de softwares específicos cada vez mais detalhistas. Encontramos hoje uma infinidade de periféricos e equipamentos que podem ser conectados uns aos outros facilitando a troca de informações. Um bom exemplo disso é a câmera digital que possibilita ao usuário escolher ou descartar a melhor imagem que lhe convier, descarregá-las em um computador, assistir na televisão ou ainda guardá-las em um pequeno cartão de memória.

Assim sendo, a tecnologia se tornou poderosíssima aliada da História no que diz respeito à preservação e transmissão de informações. Hoje muitos museus, arquivos e bibliotecas têm optado por digitalizar seus documentos mais antigos e raros com a finalidade de preservar as informações contidas neles uma vez que o papel tem uma tendência natural a se degenerar.

Já mais tradicional é a técnica da micro filmagem. Heloísa Bellotto discute a problemática deste mecanismo muito eficiente na preservação de informação que é o micro filme. Ela nos fala da problemática de se adotar políticas de microfilmagem para grandes quantidades de documentos, pois este ainda é um procedimento financeiramente caro. Segundo ela mesma, esta preservação eficiente esbarra no problema da acessibilidade para pesquisadores de diversas partes do mundo.

⁶ FIGUEIREDO. Luciano R. **História e Informática**: O Uso do Computador. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs) **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 1997. p. 421.

A questão está intimamente ligada ao problema da acessibilidade aos arquivos e apresenta vários aspectos que convém explicitar. A par das condições técnicas, jurídicas, administrativas e financeiras da microfilmagem, ela se reveste de princípios políticos, éticos e científicos que fazem com que haja duas opiniões quase irreconciliáveis entre as várias direções arquivísticas da América, Europa, Ásia e África: os que são a favor de uma política restritiva e os que apóiam uma política liberal em relação à microfilmagem de seus respectivos acervos (BELLOTTO, 2005)⁷.

Como vimos acima este ainda é um problema recorrente no meio científico que divide opiniões de especialistas no assunto. Algumas autoridades arquivísticas ainda se retêm quando o assunto é disponibilizar grande quantidade de informação através de um procedimento tão caro. Para eles deve-se haver uma seleção e dar prioridades. Em contraposição encontramos outros com os quais nos aproximamos em ideologias que afirmam que “a documentação conservada nos arquivos, antes de ser um bem nacional, faz parte do patrimônio cultural comum da humanidade⁸”. Daí concluímos que o processo de digitalização é mais eficiente no sentido de quebrar uma série de barreiras: operacionais, financeiras, espaço-temporais e etc. A mesma autora no trecho abaixo chama a atenção dos arquivistas atuais para a importância da informática.

A Informática, entendida como “técnica que permite a produção e o tratamento acelerado da informação por meio de operações eletrônicas e mecânicas”, tem hoje nos arquivos marcada presença. As tecnologias aumentaram muito a capacidade da sociedade de gerar, reunir, recuperar, examinar e utilizar dados com objetivos os mais variados, apresentando ainda vantagem de possibilitar o acesso à informação a distância e de nos ajudar a eliminar dados/informações redundantes, supérfluas, irrelevantes (BELLOTTO, 2005)⁸.

Podemos observar nos dias atuais que esse avanço da tecnologia só tem proporcionado uma melhor realização dos serviços a serem desenvolvidos, quer na área de preservação, quer na conservação ou na disponibilização das fontes. É preciso que os profissionais e entidades da área atentem para esse acontecimento.

É inquestionável o fato de que, queiramos ou não, a tecnologia rompeu com os esquemas tradicionais relacionados com a informação e com o documento, como resultado dos avanços obtidos na área das comunicações, da utilização de novos equipamentos e materiais distintos dos convencionais.

(...)

A partir dos anos 80, a explosão do uso de microcomputadores em todas as suas versões e aplicações, das mais simples, como a edição de textos, até

⁷ BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes**. Tratamento Documental. Rio de Janeiro, FGV, 2005. p. 280.

⁸ Idem, p. 282.

as mais complexas, vem-se constituindo no mais fantástico de todos os instrumentos facilitadores do armazenamento, tratamento e recuperação de informações.

(...)

Entre as mais recentes tecnologias produzidas no mundo encantado da informática podemos mencionar: o tratamento digital de imagens, seu armazenamento em disco óptico, que possibilita não só sua rápida recuperação, como sua visualização em vídeo ou ainda sua impressão em papel, muitas vezes com qualidade superior aos originais (PAES)⁹⁹.

Já nos dias atuais encontramos uma série de instituições que vêm realizando projetos de digitalização de seus acervos. Vale ressaltar que para elas essa operação ainda é muito delicada, pois esbarram no problema de terem que custear manutenção física do material e ainda dispor de pessoal técnico e qualificado para a digitalização. Uma saída para essas instituições tem sido as parcerias feitas com empresas privadas e até mesmo públicas. O avanço na informática possibilita-nos hoje uma grande troca de informações. Hoje o material pode ser melhor catalogado através de bancos de dados facilitando a consulta aos interessados. Algumas dessas instituições já estão além do que se imaginava até vinte anos atrás. Muitas estão além da digitalização: estão disponibilizando parte de seu acervo digital por meio da internet. Esse realmente é um avanço gigantesco na tentativa de quebrar as barreiras entre o pesquisador e o material o qual ele precisa pesquisar. Hoje a consulta on-line já é uma realidade. No Brasil ainda são poucas as instituições que dispõem desse recurso, mas principalmente universidades têm se empenhado cada vez mais em tornar este serviço acessível ao público.

4. O CASO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PROF. ROGÉRIO DA SILVA TJADER

Foi pensando em tudo o que foi exposto acima que idealizamos e concretizamos através Centro de Ensino Superior de Valença mantido pela Fundação Educacional Dom André Arcoverde, o funcionamento de um Centro de Documentação Histórica voltado para o atendimento com utilização do serviço digital. Nossa proposta foi criar um sistema de acesso rápido, simples, eficiente e financeiramente viável. Para isso optamos pela digitalização e disponibilização on-

line de documentos ligados à História da Instituição. Para a realização de tal serviço observamos que a digitalização dos documentos escritos e fotográficos também exige algumas regras básicas para a sua realização eficiente.

Uma série de cuidados básicos é requerida no processo de digitalização, como por exemplo:

- I. Respeito às dimensões do documento e todas as suas características físicas, evitando-se cortes no texto e nas assinaturas, bem com nas margens do papel para se permitir a correta identificação e autenticidade do documento;
- II. Busca de uma qualidade superior para a imagem digitalizada, que precisa ser clara e nítida;
- III. Oferecer um sistema de identificação e busca das imagens que seja ao mesmo tempo rápido e claro, com identificadores objetivos e sucintos.

A escolha dos documentos a serem digitalizados é feita através de critérios que favorecem a praticidade do serviço e desperte o interesse de pesquisadores para a História da Região do Vale do Paraíba Fluminense com ênfase para o Município de Valença. Todos os documentos são divididos em “Fundos” e dentro deles podem ser encontrados livros, ofícios, fotografias e cartas. Como já observamos antes, não podemos classificar tais fundos por grau de importância. Nossa escolha é sempre pela operacionalidade do serviço que passa por assinatura de convênios, autorização dos detentores dos direitos de imagem, higienização, identificação e catalogação dos documentos.

Sabemos que o documento é importante em função do objeto de pesquisa de quem o procura. Por isso, não podemos criar uma hierarquia para as diversas fontes documentais que encontramos. Se assim fosse, seriam descartados documentos hoje considerados secundários, mas que, com o decorrer do tempo, se tornariam mais importantes por terem caído no interesse de algum pesquisador.

Ao pesquisador são oferecidas informações básicas do documento tais como: autor, data da produção do documento, tipo de documento, a quem se destina, o proprietário dos direitos de imagem e um pequeno resumo do conteúdo.

Enfim, espera-se que o Centro de Documentação Histórica venha a se tornar uma referência na pesquisa do Vale do Paraíba, suprimindo uma lacuna há muito

⁹ PAES, M. L. Op Cit. p. 158.

sentida na região, uma vez que sabemos da existência de uma variedade documental existente principalmente em Valença, mas que não se encontram disponíveis para o pesquisador, seja pelo fato de os documentos pertencerem a particulares, pelo estado precário de conservação em que se encontram ou mesmo pela falta de catalogação ou pelo desconhecimento a respeito de sua existência. Ao buscamos, identificarmos, digitalizarmos e disponibilizarmos tais documentos, toda a comunidade científica e acadêmica da região irá conquistar um grande e valioso acervo que possibilitará, mediante técnicas avançadas e rápidas de consulta e utilização, o instrumental necessário para novas pesquisas e o aumento do interesse pela região.

Sabemos, ainda, que um dos grandes problemas dos arquivos e centros de documentação é a questão do espaço físico para armazenamento dos documentos que são produzidos, amiúde, todo dia. Em função disso, o armazenamento eletrônico viabiliza uma praticidade e uma economia de espaço e mesmo de tempo inconcebível alguns anos atrás. É lógico que não se trata de descartar o documento tradicional e/ou o original, mas de tornar prático o seu armazenamento e consulta, permitindo uma velocidade e eficiência nos mesmos que, difícil ou mesmo impossivelmente, ocorreria utilizando-se o suporte tradicional. E ainda precisamos levar em conta o fato de que, utilizando-se o suporte eletrônico, teremos a imagem do documento original que, por sua vez, estará melhor preservado por não ser manuseado constantemente pelos pesquisadores. É o que será tratado a seguir.

5. GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

Atualmente, presenciamos uma sociedade com sede de informação em que a realidade informacional nos deixa atordoados e perplexos com as inúmeras possibilidades de gerir a informação documental.

A humanidade gerou a mesma quantidade de informação nos últimos 50 anos que nos 5 mil anos anteriores. Este número duplicará nos próximos 26 meses. Em 2010, a informação duplicará a cada 11 horas.

Um arquivo de quatro gavetas, com 2.500 folhas de papel por gaveta, implica, em média, 10 mil imagens de documento. Um CD-R pode armazenar até 650 MB de informação, que corresponde a 13 mil páginas de documentos.

Segundo uma pesquisa nos EUA, as organizações criam cerca de 1 bilhão de páginas de papel por dia. Este total é constituído por 600 milhões de páginas de relatórios impressos, 234 milhões de fotocópias e 24 milhões de documentos diversos. Isso só nos Estados Unidos. Ainda neste ano, cerca de 600 *peta bytes* de dados estarão armazenados em formatos legíveis por computador. Esta quantidade não representa 5% de dados do mundo. Para se ter uma idéia deste volume, um *peta byte* equivale a 1024 *terabytes*, ou 20 bilhões de imagens. Um *terabyte* de informação em linha reta poderia dar 56 voltas na Terra, numa extensão de 2,4 milhões de quilômetros.

Foi através do Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos que muitas das organizações do *World Trade Center* conseguiram retomar as suas atividades, após a completa destruição física das suas instalações, em 11 de Setembro de 2001. É neste sentido, levando em linha de conta a produção da informação documental, analógica e digital, que as organizações produzem, e as dificuldades associadas à sua gestão, recuperação, digitalização, segurança e otimização, que surgiu em meados da década de 80, o Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED).

6. O QUE É SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED)

O GED visa gerir o ciclo de vida das informações desde a sua criação até ao seu arquivo, de forma bastante versátil.

No desenvolvimento de projetos de GED, visa-se implementar sistemas de informação eficazes para proceder à gestão eletrônica de informação textual e imagens contidas, reduzir o tempo gasto em atividades diárias de produção, localização e distribuição documental, assegurar as informações registradas preservando os documentos, dinamizar e democratizar o acesso e racionalizar a ocupação espacial de grandes massas documentais suportadas em papel. Estes fatores favoreceram o uso desta tecnologia na gestão da informação documental.

As informações podem estar, originalmente, suportadas em *medias* analógicos e/ou digitais. Ou seja, as informações podem ser criadas em papel, revistas em papel, processadas a partir de papel e arquivadas em papel. Podem ainda, serem criadas em *medias* eletrônicas, revistas a partir de *medias* eletrônicas, processadas a partir destes *medias* e arquivadas eletronicamente.

Existem ainda situações em que pode haver combinações de *medias* analógicos e digitais. Por exemplo, informações criadas e revistas em sistemas eletrônicos são impressas com vista ao seu processamento e arquivo em papel; ou criadas e revistas em suporte de papel para então serem digitalizadas por meio de um *scanner* e processadas e arquivadas eletronicamente.

Ter um GED significa ter nas mãos a capacidade de gerir todo o “capital intelectual” da organização. O GED controla o conteúdo de todas as “informações não-estruturadas” das organizações: isso significa 80% das informações que utilizamos no nosso dia-a-dia. Os outros 20% de conteúdo são “estruturados”, ou seja: encontram-se em bases de dados.

Tecnologias, como *workflow*, *document imaging*, *documentmanagement* e outras, foram sendo agregadas ao GED na medida em que, surgiu a necessidade de ferramentas mais completas para o gerenciamento de documentos.

O conceito de GED é um leque em constante abertura, devido às muitas tecnologias relacionadas. No princípio, a tecnologia de GED enfatizava basicamente a digitalização de um documento em papel através de um *scanner*. Assim, o documento poderia ser visualizado no monitor do computador. Mas, atualmente, a maioria das organizações tem uma imensa quantidade de documentos que ‘já nascem’ eletrônicos: são documentos em *word*, *excel*, desenhos de engenharia, *e-mails*, etc.

Este novo mundo de documentos digitais, sem gestão, implica muitas cópias de diversas versões, duplicação de documentos, provocando uma má utilização do espaço em discos e custos desnecessários no armazenamento. Para controlar este imenso mundo de informações digitais, quer sejam ou não originalmente eletrônicas, o conceito de GED ampliou-se automaticamente.

Gerir documentos é cuidar de toda a vida informacional da organização. Os sistemas de Gestão Eletrônica de Documentos além de gerirem documentos implementam categorização de documentos e controlam níveis de segurança.

O GED gera como produto final uma Biblioteca Digital, tendo como vantagens:

- I. As bibliotecas digitais (por serem virtuais) alcançam usuários em todo o mundo (e quando dizemos todo mundo é porque hoje temos uma internet sem limites e fronteiras).
- II. Ferramentas de pesquisa e fácil navegação (o tempo gasto na pesquisa de um arquivo em um acervo impresso é infinitamente superior ao tempo gasto em uma pesquisa no GED – na verdade a pesquisa no GED demora alguns poucos segundos);
- III. Informações disponíveis 24 horas por dia (fim dos horários de abrir e fechar das bibliotecas tradicionais);
- IV. Fácil e rápida atualização;
- V. Não desgaste do material (imagine um livro sendo manuseado por milhares de pessoas – certamente com o tempo iria danificar o material. Já o GED, o acesso dos *bits* das informações não se desgastam).

7. PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE GED

Para implementar um GED é necessário compatibilizar os novos sistemas aos já existentes nas organizações. O processo de implementação necessita de *hardware* e *software* específico, como *scanners* para captação de imagens, discos ópticos para armazenamento, placas de otimização do tráfego da rede. Deste modo, os sistemas de gestão de documentos de imagem e as bases de dados textuais apresentam-se como uma alternativa para organizações com grande volume de documentos. Esta opção visa não somente proporcionar ao utilizador uma maior flexibilidade na recuperação de documentos, mas também permitir melhor administração e racionalização do volume de documentos, que geralmente ocupa grandes áreas. O sistema deve permitir o tratamento, tanto de documentos impressos, microfimes, mapas, entre outros, assim como de documentos eletrônicos. Uma vez atualizadas as bases de dados e a “informação não

estruturada”, os documentos armazenados tornam-se disponíveis aos utilizadores para consulta e recuperação através dos terminais da rede de computadores.

A estrutura de armazenamento das informações, estruturadas e “não-estruturadas”, utiliza basicamente um sistema de base de dados relacional e um gestor de base de dados textuais, além de um conjunto de arquivos para informações específicas, tais como: imagens dos documentos, som, animações e os próprios documentos eletrônicos. Deste modo propõe-se uma metodologia para implementação de um GED, sintetizando as etapas mais utilizadas pelos profissionais envolvidos nos projetos de GED. É uma metodologia para estruturar o processo de gestão da informação. Esta metodologia, quando aplicada, deverá assegurar a racionalização dos fluxos de decisão dentro da organização, introduzindo tecnologia de forma segura e atendendo satisfatoriamente os clientes internos e externos da organização, na Gestão Eletrônica de Documentos tentativa de minimizar os efeitos negativos na introdução da tecnologia (paradoxo da produtividade tecnológica). Esta metodologia comporta basicamente 4 etapas, a seguir descritas:

- I. Levantamento dos dados e informações;
 - II. Análise do Sistema;
 - III. Projeção das necessidades tecnológicas;
 - IV. Implementação do projeto tecnológico de GED.
-
- I. Levantamento dos dados e informações - Após a identificação da primeira etapa, inicia-se a obtenção de dados e informações na organização/biblioteca. Nesta fase, é extremamente importante analisarmos os tipos de documentos envolvidos, volumes, quem tem acesso a estes, principais utilizadores, necessidade de manutenção do original (papel), o seu nível hierárquico na organização (estratégico, tático ou operacional), entre outros aspectos. Estes dados e informações estão na base do subsídio do projeto, mas também a viabilização deste, através de uma análise de custo/benefício. Além de dados pertinentes a volumes e valores envolvidos, deve-se verificar os tempos inerentes às diversas atividades, procurando frisar os tempos de fluxo das informações e da sua recuperação.

O levantamento dos dados para a implementação de um GED é facilitado quando a análise é feita, observando três conceitos práticos: processos, qualidade e controle. Um processo, neste caso, é qualquer conjunto de condições ou causas que operam juntas para produzir um determinado resultado. A qualidade refere-se às características do processo que está a ser estudado. Controle significa manter o processo dentro dos limites, fazendo com que este ocorra de maneira desejada, através da observação das suas características e da adoção de medidas corretivas, quando estas forem necessárias (ROSETTO, 1997)¹⁰.

Quando se faz este tipo de levantamento é necessário observar os seguintes pontos relacionados com a informação na organização: como é criada e recebida a informação; como é acrescentada e disposta no contexto, juntamente com outras informações, como é documentada para uso posterior; e como é armazenada e pesquisada.

- II. Análise do Sistema - Nesta etapa, depois de obtidos os dados e as informações, avalia-se a efetiva aplicabilidade da tecnologia. Neste ponto específico do projeto de implementação, consideram-se as soluções híbridas, através da integração de diferentes tipos de *medias*, tais como microfilmes e discos ópticos para uma mesma aplicação ou projeto.

Hoje em dia, as organizações procuram soluções híbridas para a gestão do seu repositório documental. Esse aspecto é muito importante, principalmente levando em consideração que, a constante evolução dos *medias* implica futuras migrações para outros *medias*, procurando assegurar que os documentos continuem legíveis. Outro aspecto a ser analisado é a questão legal que nos prende a *medias* mais tradicionais, como papel e as formas micro gráficas, mesmo estando conscientes que estes *medias* tradicionais não permitem acesso simultâneo, múltiplos índices, disponibilização remota, facilidade de *backup*, características que favorecem plenamente as soluções eletrônicas. Assim sendo, nessa fase, diferenciam-se os diversos documentos da organização, onde, por

¹⁰ ROSETTO, M. **Os Novos Materiais Bibliográficos e a Gestão da Informação**: livro eletrônico e biblioteca eletrônica na América Latina e Caribe. Ciência da Informação, Brasília, v. 26, n. 1, p. 54-64, 1997.

exemplo: os documentos com valor legal e/ou histórico ficam em papel, documentos de longo prazo de retenção, mas com baixo volume de acesso, ficam em *medias* micro gráficos e documentos com alto índice de acesso ficam em *medias* eletrônicos. Desta forma, procede-se também à preservação das fontes bibliográficas de maior Gestão Estratégica de Sistemas de Informação consulta. Esta separação também é analisada de acordo com o valor da informação. Só as condições que justificam o emprego de tecnologias eletrônicas farão parte da estratégia, conseguindo-se uma relação custo/benefício condizente com os aspectos socioeconômicos da organização. A análise de um GED visa também eliminar os processos sobrepostos e/ou ineficientes, tornando mais fácil a tomada de decisão. Esta etapa é muito importante porque analisa o ponto de vista global da organização e a sua estratégia, levando em consideração os propósitos e a relação funcional de cada unidade da organização e o seu fluxo de informação.

- III. Projeção das necessidades tecnológicas - Só após a definição clara das necessidades e premissas do projeto é que o processo de especificação e seleção de produtos/soluções deve ser iniciado, pois somente a partir daqui é possível obter uma definição das tecnologias necessárias. É nesta fase que ocorre o detalhe efetivo do projeto com a caracterização dos recursos de *hardware* (*scanner*, armazenamento, exibição, impressão, redes de comunicação), *software* (produto, estrutura de indexação, gestão de *medias*), serviços de digitalização, customização de produtos e formação dos utilizadores para a implementação do projeto.
- IV. Implementação do projeto de GED - Nesta fase é feita à implementação do projeto, visando-se a instalação do *hardware*, *software*, desenvolvimento ou compra da aplicação, conversão dos documentos, produção assistida e formação dos utilizadores. Este último, em especial, é decisivo para que o projeto não seja invalidado pela resistência cultural das organizações. Em função da amplitude de fornecedores de GED, principalmente, *hardware*, *software* e

serviços, é necessário procurar soluções integradas ou que permitam integrações. A metodologia proposta apresenta, de certa forma, um ciclo entre as respectivas etapas, ou seja, em cada ciclo poderá haver um reinício na primeira etapa.

8. SUÍTE DE PRODUTOS PARA GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

Os produtos abaixo listados foram utilizados na digitalização de documentos do Centro de Documentação Histórica Prof. Rogério Tjader da Fundação Educacional D. André Arcoverde.

Equipamento para scanear	Banco de Dados	Servidor de dados	Hardware	Ferramenta de Desenvolvimento
Sony Cyber-Shot 7.2 MP (Optical Zoom 3x)	MySql 5.0	Linux - RadHat	Pentium II 256 MB memória HD ATA 40 GB	Apache 2.0 PHP 5.0 HTML JavaScript Ajax
Scanner Genius Color Page Vivid III				

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos por tudo o que foi exposto acima que o serviço de digitalização de documentos é uma alternativa viável aos muitos problemas existentes quando o assunto é preservação e disponibilização de documentos. Em nosso trabalho apresentamos as justificativas para se adotar esse serviço que cada vez se mostra essencial aos arquivos, museus e bibliotecas. O mundo moderno nos trás essas soluções, embora ainda exista resistência por profissionais mais conservadores. Nosso objetivo com esse trabalho não é o de descartar o material físico, mas sim criar mecanismos que auxiliem na preservação dos mesmos, uma vez que o serviço

digital diminui o contato do pesquisador com o documento e facilitar a sua disponibilização e acessibilidade.

Ainda hoje no Brasil a tecnologia não é acessível a todos, mas acreditamos que proliferação de locais de acesso a internet voltadas para o público facilite esse trabalho. Hoje já encontramos muitas universidades no Brasil que dispõem de laboratórios de informática com acesso a internet aos seus alunos. Esse fator contribui muito para a pesquisa científica, uma vez que 80% dela é feita dentro das universidades. Deste modo, eliminamos o fator transporte para os pesquisadores, fator este que encarece demanda mais tempo para a realização de seus trabalhos.

Embora seja eficiente o processo de digitalização e disponibilização on-line de documentos, ele requer um certo aparato técnico e metodológico para sua consecução, ou seja, a elaboração de um projeto, a escolha de um equipamento eficiente e prático, entre outras necessidades. Acreditamos que a instituição que pretende realizar estes serviços deve cumprir no mínimo estes requisitos para lograr êxito em seu trabalho.

Servimo-nos deste artigo para mostrar que a tecnologia já é nos dias atuais uma poderosa aliada da ciência. Em especial mostramos que a História muito se beneficia com os avanços tecnológicos se forem respeitados alguns critérios básicos. Com o auxílio da tecnologia os problemas de espaço e tempo são minimizados.

ABSTRACT

This work treats of the scanning of historical documents and as those documents they can be available on line through an Electronic Administration of Documents efficient. Our work demonstrates as the technology it can shorten time and space in the documental research.

Key-words: scanning, historical documents, electronic administration.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDAM, R; **GED - Gerenciamento eletrônico de documentos**. São Paulo: Érica.
BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**.
Petrópolis : Vozes, 2004.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro :
FGV, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro :
Zahar , 2001.

BODIN, Bruno; ROUX-FOUILLET, Jean-Paul. **La gestion électronique de documents**. Paris: Dunod, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion ; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org) ; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro : Campus. 1997.

FIGUEIREDO. Luciano R. História e informática: o uso do computador. *In* CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.) ; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro : Campus. 1997.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

ROSETTO, M.. Os novos materiais bibliográficos e a gestão da informação: livro eletrônico e biblioteca eletrônica na América Latina e Caribe. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 54-64, 1997.

Websites

- Cenadem: <<http://www.cenadem.com.br>> acesso em 15/03/2007
- SAP: <<http://www.sap.com>> acesso em. 15/03/2007
- Documentum, Inc: <<http://www.documentum.com>> acesso em 21/03/2007
- Infoimagem: <<http://www.doc-imagem.com>> acesso em 21/03/2007

- FileNet: <<http://www.filenet.com>> acesso em 22/03/2007
- PCWorld: <http://pcworld.terra.com.br/pcw/testes/redes_soft/0010.html> acesso em 09/04/2007

A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA – VISÃO DE UMA UTOPIA

MATTOS, R.C.O.*

RESUMO

A JOC – Juventude Operária Católica – desempenhou um papel importante no cenário nacional na construção de uma nova utopia, principalmente a partir do golpe de 64 que procurou amordaçar as poucas vozes que se levantaram para defender os direitos dos trabalhadores. Representativa, ainda, de uma nova maneira de organização do laicato na Igreja Católica, não encontrou, por parte da hierarquia eclesiástica, o apoio suficiente para sobreviver e, mesmo não extinta oficialmente como foi a Juventude Universitária Católica, acabou desaparecendo devido à perseguição militar e ao descaso de muitos bispos que não compreenderam a sua importância. Destacamos, em nossa dissertação de mestrado, esta importância que rendeu os frutos de novos movimentos sociais dentro da Igreja que, agredida em sua hierarquia, acabou por voltar-se contra um regime que muitos eclesiásticos chegaram a aplaudir.

Palavras-chave: Utopia; Juventude Operária; Laicato.

1. A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA – VISÃO DE UMA UTOPIA

Valmir Francisco Muraro, em uma pequena obra sobre a JOC (MURARO, 1985)¹, trata do que ele classifica como “utopia jocista”. Não foi, ainda segundo o mesmo autor, apenas um sonho ou uma esperança abstrata, mas uma real possibilidade que se constituía nas fendas propostas pela transformação econômica brasileira.

Note-se que o autor utiliza o termo “utopia” não como uma imaginação, um projeto ou um “sonho irrealizável e narcotizante”, mas designando uma força capaz de provocar mudanças sociais profundas. Nesse sentido, estabelece-se uma ligação com o exposto em Karl Mannheim:

* Mestre em História Social pela USS, Professor Adjunto do Curso de História na Faculdade de Filosofia de Valença.

¹ MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

“Utopias (...) são aquelas idéias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para sua ruptura. Deste modo, as utopias têm uma função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária” (LÖWY, 2002)².

Michael Löwy, por sua vez, procura outra terminologia para aplicar tanto às ideologias quanto às utopias: “visão social de mundo”. E afirma que as “visões sociais utópicas” são aquelas que possuem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontam para uma realidade ainda não existente. Ora, nesse sentido, a história da “utopia” jocista conheceu momentos bem diferentes em sua trajetória, passando do “sonho” da salvação evangélica para a idéia do “paraíso social e deste para a idéia de revolução social” (MURARO, 1985)³.

O movimento surgiu na Bélgica, criado pelo Padre Leon Joseph Cardijn, nascido na Cidade de Schaerbeek em 13 de dezembro de 1882, perto de Bruxelas. Pertencia a uma família de classe operária e, ainda adolescente, ingressou no seminário da Cidade de Malinas, tendo norteado sua vida pela doutrina católica o quê, aliás, era comum às famílias pobres de sua época. Cresceu em uma Bélgica industrializada na expansão econômica de finais do século XIX. Nesse contexto, os trabalhadores tiveram que pagar um forte preço pela transição para uma sociedade industrial moderna: condições de trabalho perigosas, longas jornadas, baixos salários.

Durante o período de férias escolares, chamou-lhe a atenção um fato: a maioria de seus antigos colegas, ao trocarem o estudo pelo trabalho, acabavam se afastando da Igreja e das práticas religiosas. Muitos deles perdiam a fé e até tornavam-se adversários do catolicismo. Contando então quinze anos, Cardijn constatou que a Igreja tinha pouca ou mesmo nenhuma influência junto aos jovens operários que enxergavam o clero como “aliado das classes dominantes”. Foi talvez esta amarga experiência de rejeição da Igreja pelos operários que levou Cardijn a descobrir o mundo de sua vocação sacerdotal. A morte do pai por enfermidade profissional, por sua vez, levou Cardijn a prometer dedicar sua vida à causa da juventude trabalhadora.

² Citado em LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social*. Elementos para uma análise marxista. São Paulo, Cortez, 2002, p. 13.

³ MURARO, Valmir Francisco. Op. cit., p. 13.

O jovem seminarista tinha se alarmado com o fato de que o marxismo encontrava forte aceitação entre os operários de sua idade e passou a conceber a idéia de organizar um movimento de fundo cristão que fosse ao encontro desses jovens. Era o germe do movimento jocista que tomava forma em sua mente e que rapidamente se organizou. Por tais circunstâncias compreende-se porquê o movimento jocista, em boa parte de sua história, inclusive no Brasil, foi marcadamente anti-marxista. A realidade vivenciada pelo Padre Cardijn, o meio em que se desenvolveram as suas idéias para a criação da JOC acentuaram, de forma marcante, a tendência do movimento. No ambiente da fábrica as idéias marxistas acabavam sendo mais atraentes que as pregações católicas, ainda mais se levarmos em conta o afastamento considerável entre a hierarquia eclesiástica e o operariado, o que tinha levado a constatações como a do Papa Pio XI:

“O Papa Pio XI havia lamentado que o maior escândalo do século XIX tivesse sido o fato da Igreja ter perdido a classe operária, e Pio XI e Pio XII viam a reconquista dessa classe como um objetivo prioritário” (MAINWARING, 1989)⁴.

Nas fábricas, o apostolado católico estava mais voltado para as elites econômicas, o quê levava os jovens a um desinteresse pela religião que não respondia às suas necessidades. Foi diante de tais fatos que o então seminarista e depois Padre Cardijn criou a idéia de organizar um movimento religioso que pudesse reconquistar os jovens trabalhadores para o catolicismo. No entanto, para o Padre Cardijn os jovens operários deveriam ser mais do que simples objetos de uma conscientização. Deviam, eles mesmos, ser os agentes desta conscientização, agentes na resolução de seus problemas, condenando toda forma de paternalismo e assistencialismo. A Igreja entraria apenas como um apoio organizativo, pois toda a ação deveria ser sugerida e realizada pelos trabalhadores. Uma vez constatados os problemas, era necessário analisá-los para poder agir com maior segurança.

No princípio, o novo movimento não foi bem visto por parte da hierarquia eclesiástica belga, que não aprovava um movimento autônomo, principalmente na medida em que este desaprovava a atuação do clero despreocupado com os problemas sociais. A questão suscitada entre os bispos era: seria o movimento jocista uma versão comunista da atividade cristã católica? Na verdade, o movimento

⁴ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916/1985)*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 141.

jocista apresentou-se como uma opção para os operários frente ao marxismo. Seguia retamente a Doutrina Social da Igreja expressa nas encíclicas papais. Mas era um movimento renovador e relativamente progressista diante da realidade religiosa em que se apresentou. No entanto, acabou por impor-se, uma vez que:

“Do ponto de vista da Igreja institucional, a JOC era parte de um esforço amplo de realizar uma cautelosa modernização através do desenvolvimento de um trabalho pastoral mais eficaz entre a classe trabalhadora” (MAINWARING, 1989)⁵.

As preocupações da Igreja com os problemas operários vinham desde 1891, ano em que foi editada a *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Outros atos e pronunciamentos papais seguiram-se a esta encíclica, abordando os problemas da sociedade, mas o jocismo surgiu, na prática, como o movimento mais promissor, ainda mais levando-se em conta a questão aberta entre o clero e o laicato. Tal questão dizia respeito ao papel do laicato na Igreja, ou seja, qual seria a atribuição, quais seriam as funções dos leigos dentro da Igreja e fora dela. A JOC surgiu como um novo alimento para os trabalhadores que, na visão de seu criador e dos próprios jocistas, iriam refazer o mundo conjuntamente com a Igreja.

Alguns anos foram necessários, no entanto, para a aprovação efetiva do movimento. As desconfianças do clero belga e do próprio núncio apostólico, Cardeal Mercier, levaram Cardijn até o Papa Pio XI que interferiu pessoalmente para tornar viável a organização do movimento. Pio XI agradeceu a “sagrada ambição da JOC de organizar, não só uma elite, mas o conjunto da classe trabalhadora”. Isso ocorreu em 1925, quando o Vaticano reconheceu a JOC como um movimento oficial da Igreja e foi obtido o apoio do clero belga, agora apaziguado com a aprovação oficial. Ao mesmo tempo, foi permitido um espaço para a difusão do novo organismo.

A partir da década de 20 o jocismo organizou-se na Bélgica, alcançando grande sucesso, o quê permitiu ao movimento, na década seguinte, deixar os limites de seu país de origem assumindo dimensões internacionais. O sucesso alcançado pelo movimento tanto na Europa quanto em outros continentes, conquistando jovens trabalhadores, acabou convencendo o Vaticano a apoiar a implantação do jocismo em países onde a industrialização se fazia presente.

⁵ MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 141.

Ao ser instalado no Brasil, o movimento jocista representava uma tentativa de união dos jovens operários em torno de uma luta de transformação da vida operária. Pretendia mostrar aos trabalhadores o “valor de ser filhos de Deus”. Os primeiros grupos no país foram criados na metade da década de 1930. Mas foi só em meados da década de 40, quando foi organizada a Ação Católica, que a JOC começaria a se tornar um movimento importante⁶.

Segundo Mainwaring⁷, existiam no Brasil alguns problemas enfrentados pela Igreja, a saber: o processo de secularização, a erosão do monopólio religioso, o baixo comparecimento às cerimônias religiosas em áreas rurais. Tais problemas já haviam sido apontados por D. Sebastião Leme em sua carta pastoral de 1916, ano em que assumiu a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Tudo isso trouxe a conscientização de uma necessidade de desenvolver práticas pastorais mais eficazes, especialmente entre a classe operária urbana. Havia a crença, entre o clero, de que a classe trabalhadora era religiosamente ignorante e de que a Igreja precisava implantar uma fé mais atuante. Tal preocupação encontra-se expressa nos documentos da JOC do final da década de 50 e início da de 60.

Houve todo um evoluir na estrutura e forma de agir e pensar da JOC brasileira. No primeiro período de sua existência, defendia-se o Evangelho como fundamento de uma sociedade igualitária, justa e feliz. A partir do momento em que todos os cidadãos cumprissem os preceitos evangélicos, “o melhor dos mundos se instalaria como o reinado cristão”⁸ (MURARO, 1985). Tratava-se, aqui, do princípio teórico básico do movimento. Esse mundo seria alcançado sem conflitos com as autoridades constituídas ou com os donos do capital, seguindo-se o preceituado pela Doutrina Social da Igreja, a partir da *Rerum Novarum* de Leão XIII. Por isso, no primeiro período da História da JOC no Brasil, esta se caracterizou por vagos traços de reivindicações sociais. Seus objetivos eram mais espirituais que materiais. A idéia de revolução social não era, enfaticamente, colocada.

No segundo período, orientaram-se as atividades jocistas pela predominância de idéias liberais e humanitárias. Mas estava longe, ainda, de uma proposta reformista ou revolucionária. Reivindicava-se uma sociedade menos cruel e

⁶ É conveniente esclarecer que a JOC foi fundada como um movimento autônomo que nada tinha a ver com a Ação Católica. Com o tempo, a JOC brasileira acabou tornando-se um dos ramos especializados da ACB, isto é, voltado para uma parcela específica da população.

⁷ MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 141.

⁸ MURARO, Valmir Francisco. Op. cit., p. 14.

exploratória. Pretendia-se conseguir dos governantes a instalação de dispositivos reguladores das relações sócio-econômicas que pudessem minimizar os problemas materiais dos operários. Eram idéias transformistas, embora elementares. Seguiam paralelamente as próprias diretrizes do Estado Novo trabalhista, concessor de privilégios aos operários, embora com o preço de sua liberdade de ação. Estávamos em um período intermediário, entre o suicídio de Vargas e o golpe de 64, período esse que, segundo Marco Aurélio Nogueira:

“(...) desde o final dos anos 50, o Brasil mergulhara num ciclo de profundas transformações estruturais, que alterava o perfil de sua economia, de sua sociedade e de sua cultura. Dentre outras coisas, convivia-se com um novo padrão de demanda societal por bens e serviços públicos, que passaria a desafiar cada vez mais o Estado” (NOGUEIRA, 1998)⁹.

Nesse ponto da evolução jocista, pensava-se na fusão da “utopia” religiosa em um programa político que a levasse a efeito. O estabelecimento de uma nova vida, alcançada através da substituição total do regime sócio-econômico em vigor, seria a preocupação de uma reforma política. O jocismo brasileiro, após 64, aproximou-se nitidamente desse tipo de “utopia”, na medida em que seus militantes foram perseguidos e encarcerados. Nesse terceiro momento, as mudanças propostas deveriam ser realizadas imediatamente, não em um futuro distante. A imaginação utópica passou a manifestar-se na forma de idéias revolucionárias, onde os trabalhadores organizados poderiam promover as mudanças sociais desejadas. A partir daí, a intolerância e a violência opressora se fizeram presentes. O regime instalado no Brasil com o golpe de 64 sentia-se ameaçado por qualquer forma de organização popular, ainda que apenas discordassem dos princípios impostos pelos novos governantes.

Valmir Muraro, neste ponto, afirma que “não é possível eliminar completamente a imaginação utópica” e que a “repressão movida pelo Estado e a indiferença do clero em relação à violência praticada contra os membros da JOC não conseguiram destruir a ‘utopia’ jocista”. A destruição do jocismo brasileiro, considerada por ele como aparente, não significou o fim da “utopia” operária brasileira, mas apenas a “superação de uma etapa. A pastoral popular desenvolvida

⁹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política*. Idéias para a reforma democrática do Estado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, p. 103.

atualmente pela Igreja no Brasil também foi um dos excedentes utópicos que foram além da morte formal do movimento jocista” (MURARO, 1985)¹⁰.

A JOC organizou-se, internamente, em sua forma de atuar, como um movimento representativo dos operários em larga escala e, externamente, de maneira corporativista de classes. Uma de suas preocupações, pelo menos até o segundo período de sua existência no Brasil, foi o progresso material, além da seguridade social do trabalhador, tendo sempre apontado a liberdade como valor. O seu método de funcionamento, “ver-julgar-agir”, era adotado, segundo depoimentos de ex-jocistas, no sentido de observar a situação do operário a atuação dos empresários, julgar de que lado estaria a razão e, só então, agir, buscando a seguridade social e a manutenção da harmonia entre as classes, o *status quo*. No entanto, a partir do momento em que ocorreram as transformações políticas no país com o golpe de 64, a JOC transformou-se radicalmente, passando a ser um movimento contestatário, principalmente se levarmos em conta que, além de representativo dos operários, era também representativa da juventude, de uma juventude que, muito cedo, era lançada no mercado de trabalho.

A interrogação implícita nas diversas pesquisas sobre a condição juvenil é saber se os jovens são sujeitos potenciais de ação coletiva antagonista (MELUCCI, 2001)¹¹. Essa é a interrogação que se coloca em relação à JOC: a juventude operária brasileira nas décadas de 60 e 70 tinha condições potenciais para representar uma ação coletiva antagonista ao regime militar implantado no país em 64? O regime assim entendeu, haja vista a perseguição que moveu contra o movimento, levando-o à extinção.

Segundo o brasileiro Kenneth Serbin, “a JOC tornou-se uma das mais radicais organizações na Igreja brasileira” (SERBIN, 2001)¹². Uma de suas canções, composta em 1967, intitulada “Meu Brasil analfabeto”, convocava “toda a gente pra fazer revolução”. Em 1968, alguns jocistas participaram de importantes greves contra o regime em Contagem e Osasco. Não tinha, porém, ligações reais com organizações revolucionárias que viam os ativistas católicos como meramente reformistas. Isso, apesar de no final dos anos 60 a JOC ter passado a defender o

¹⁰ In MURARO, Valmir Francisco. Op. cit., pp. 15-16.

¹¹ In MELUCCI, Alberto. *A Invenção do Presente*. Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas. Petrópolis, Vozes, 2001, p. 100.

¹² SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo, Cia das Letras, 2001, p. 189.

socialismo. Com isso, entende-se porque o regime militar, entre agosto e setembro de 1970, ter desencadeado grande ofensiva contra o movimento. Ocorreram prisões no Maranhão e nas cidades do Rio de Janeiro e Volta Redonda. Alguns padres e numerosos jocistas foram torturados. A repressão, segundo o brasilianista supracitado, tornou-se maior depois da declaração do AI-5, a partir do qual o Exército se empenhou sistematicamente em destruir a organização. E, segundo Scott Mainwaring, citado por Kenneth Serbin¹³, por volta de 1970 ela (JOC), se tornara um dos alvos principais do regime militar por sua liderança junto aos movimentos populares, sua crítica radical ao regime e seu compromisso com o socialismo. Isso levou, inclusive, à diminuição do apoio dos bispos, o que constituiu, juntamente com a repressão militar, o assalto final que praticamente destruiu a organização. No entanto, a experiência da JOC vai exercer profunda influência no desenvolvimento da Igreja progressista nos anos 70, fazendo com que alguns bispos, devido à repressão, passem a assumir uma posição mais aberta contra o regime. Um dos pontos de choque entre o movimento jocista e o regime militar foi o relativo ao andamento da economia.

O que pretendia o regime de 64 quanto à economia do país? Segundo Marco Aurélio Nogueira, “previa o impulsionamento autoritário da expansão econômica, liberando-a dos entraves de natureza política e social ativados pela precedente fase democrático-populista” (NOGUEIRA, 1998)¹⁴. Mas, ainda segundo o mesmo autor, isso ajudou apenas “a aprofundar as deformações típicas do capitalismo brasileiro. O regime articulou-se simultaneamente com os grupos dominantes mais atrasados e com o grande capital monopolista, promovendo rápida modernização econômica”. Era nova fase de intervencionismo estatal que “modernizou o País, mas deformou-o em vários setores, recheando de artificialismo a estrutura produtiva e impondo um pesado ônus à sociedade”¹⁵. Contra tal situação insurgiu-se a JOC. E o Estado militar repressor voltou-se contra ela e contra toda e qualquer organização que tivesse vida própria. Essa união ou articulação do regime com antigos e novos grupos dominantes já se fizera sentir no Estado Novo.

Em boa parte do país, a repressão inaugurada em 64 fez surgir nos jocistas uma nova visão social. A nova situação deixou claro, no entanto, que somente uma

¹³ SERBIN, Kenneth. Op. cit., p. 189.

¹⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Op. cit., p. 103.

¹⁵ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Op. cit., p. 103.

transformação radical da sociedade poderia melhorar a situação dos setores menos favorecidos da população. Passou-se a substituir o anticomunismo antigo do movimento jocista por uma posição mais moderada: os comunistas passaram a ser vistos como possíveis aliados na luta pelos direitos dos trabalhadores. Até 1964 alimentava-se a esperança de mudanças pacíficas. O golpe enterrou tal visão, contribuindo para uma mudança de posição e atitudes. Nunca o “sonho da salvação da classe trabalhadora”¹⁶, alimentado pelo criador da JOC, que conheceu muito bem as “dificuldades econômicas que levavam muitas famílias, naqueles dias, a colocar os filhos muito cedo no mercado de trabalho”, esteve tão presente no ideário do jocismo brasileiro. Note-se aqui que, durante a década de 60, ia se tornando mais clara a presença de uma esquerda católica na pastoral especializada da Ação Católica Brasileira, da qual fazia parte a JOC. A ACB foi se radicalizando e aproximando-se da esquerda, distanciando-se da orientação eclesiástica, caminhando para criar vida própria e autônoma da hierarquia, como era a sua finalidade. Com isso, a “idéia revolucionária” tornava-se mais forte que a perspectiva desenvolvimentista alardeada pelo novo regime e os militantes considerados mais radicais da JUC (Juventude Universitária Católica), JOC e JEC (Juventude Estudantil Católica), como resultado desse novo ambiente, criaram em 1963 a Ação Popular (AP), que optou por uma política de preparação revolucionária, atuando na mobilização e conscientização popular em uma luta contra a exploração capitalista. Exatamente o capitalismo brasileiro com as “deformações típicas” aprofundadas pelo regime militar.

Entre 1964 e 1968, os jocistas tentaram ser porta-vozes dos leigos que pretendiam transformar revolucionariamente o papel da Igreja e da sociedade, mas foram perdendo sua liberdade de ação, quer seja pela vigilância do Serviço Nacional de Informações, quer seja pela diluição lenta promovida pelo episcopado católico. Foram pressões tanto da parte das autoridades eclesiásticas como dos policiais. O relacionamento da JOC com o Estado foi se deteriorando progressivamente. Como exemplo, logo após o golpe algumas regiões distribuíram críticas e advertências contra o novo regime e, na medida em que o governo procurou sair da crise através do sacrifício dos operários, as críticas da parte dos jocistas foram aumentando. A repressão mais violenta contra o movimento iniciou-se a partir do Congresso

¹⁶ MURARO, Valmir Francisco. Op. cit., p. 47.

realizado pela ACB e pela JOC em Recife em 1968, quando seus documentos foram considerados profundamente subversivos pelos militares. Depois de 1970, enquanto o movimento jocista continuava sua trajetória em outras partes do mundo, até mesmo na América Latina, no Brasil subsistiu apenas debilmente em algumas cidades, ou transfigurou-se com outras roupagens.

Havia, antes do golpe de 64, toda uma preocupação de a JOC afirmar-se como um movimento representativo não somente dos jovens trabalhadores, mas como uma organização representativa do mundo operário. Seus militantes tinham passado, em grande número, a participar de organizações operárias como sindicatos, associações profissionais, clubes de bairros e mesmo em associações partidárias. Já se falava em revolução e trabalhava-se para isso. Nesse sentido é que se compreende que o movimento de 64 tenha sido considerado pelos jocistas como uma “anti-revolução”. Chegou-se mesmo, em 1967, à conclusão, por parte dos jocistas, de que “o marxismo para nós é uma doutrina como qualquer outra. O comunismo não nos assusta. Se o marxismo contribui para dar ao operário aquilo de que ele precisa e permita a sua realização como indivíduo, não nos colocamos contra ele” (MURARO, 1985)¹⁷. Estava selado o seu destino.

Como movimento operário e, sobretudo, jovem, a JOC adotou a postura apontada por Alberto Melucci em sua obra:

“Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; (...) fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos este direito. (...) A cultura juvenil exige, então, da sociedade o valor do presente como única condição de mudança; exige-se que aquilo que vale se afirme no aqui e agora; reivindica o direito à provisoriedade, à reversibilidade das escolhas, à pluralidade e ao policentrismo das biografias individuais e das orientações coletivas. E, por isso, não pode desencontrar-se com as exigências do sistema que impõe imprevisibilidade, redução da incerteza, estandarização” (MELUCCI, 2001)¹⁸.

Foi justamente essa “reversibilidade de escolhas” que ocorreu com a JOC brasileira. Passou de simples organização que procurava a “harmonia social” para uma posição que abraçou a luta da classe operária e mesmo do país contra o regime militar que, segundo Marco Aurélio Nogueira, diante da crise, “aos poucos quebrava a própria base de sustentação política do regime, generalizava o

¹⁷ MURARO, Valmir Francisco. Op. cit., p. 63.

¹⁸ MELUCCI, Alberto. Op. cit., p. 102.

descontentamento social e estimulava a exacerbação de demandas e reivindicações, em torno das quais começaria a se estruturar uma nova subjetividade política no País” (NOGUEIRA, 1998)¹⁹. Mesmo esmagada, a JOC serviu de base para a tomada de posição aberta contra o governo por parte da hierarquia eclesial, abrindo caminho para o que se convencionou chamar de progressismo nas fileiras do catolicismo brasileiro e que foi extremamente importante para o fim do regime militar.

O movimento jocista no Brasil foi vítima de uma violência para a qual não estava preparado. Mas isso não foi suficiente para eliminar as suas influências e a sua continuidade. Alguns núcleos esparsos subsistem até hoje. Antigos militantes atuam em outros movimentos da Igreja Católica ou mesmo em sindicatos, associações de moradores e similares. Alguns abandonaram a Igreja Católica, motivados pela falta de apoio do episcopado durante a repressão. O método criado por Cardijn foi adotado oficialmente pela CNBB em suas diversas linhas de atuação²⁰. Ao lado de outros movimentos da Ação Católica especializados em juventude o jocismo brasileiro pretendeu promover uma reviravolta no catolicismo do Brasil para a pastoral popular. As experiências jocistas representaram um apostolado mais próximo daquilo que os trabalhadores esperavam da Igreja. A JOC, pode-se afirmar, despertou a Igreja para a importância de se fazer uma “opção preferencial pelos pobres”, oficialmente definida em Medellín, para não perdê-los.

As transformações da Igreja a partir da repressão militar, mas que já se faziam sentir bem antes do golpe de 64, foram dialéticas, segundo Scott Mainwaring. Muitas inovações foram iniciadas nas bases, mas se tornaram significativas somente depois de terem sido adotadas pela hierarquia eclesial. As contribuições e os limites da JOC na transformação da Igreja ilustram essa observação.

“A onda de repressão de 1970 silenciou a JOC justamente quando a Igreja popular começava a ganhar espaço e quando a instituição começava a defender os direitos humanos. Durante o governo Médici, outros grupos da Igreja adquiriram um dinamismo que ultrapassava a JOC e a ACO. As comunidades de base desabrocharam e as recém-formadas Comissão Pastoral Operária e Comissão Pastoral da Terra tornaram-se os focos ativos da inovação da Igreja” (MAINWARING, 1989)²¹.

¹⁹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Op. cit., pp. 103-104.

²⁰ A última Assembléia Geral da Conferência Episcopal da América Latina e do Caribe reafirmou a utilização do método “ver-julgar-agir”.

²¹ MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 157.

Mas essas comissões, bem como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), talvez não tivessem surgido se não fossem as experiências jocistas e o pioneirismo da JOC que, partindo das bases, lançou as raízes para o posicionamento de boa parte do clero nacional junto ao povo. A maioria dos estudiosos da história religiosa no Brasil não vê nenhuma relação entre o jocismo e as CEBs, no entanto. Mas não é difícil localizar antigos militantes e assistentes da JOC envolvidos com essas comunidades. Sabe-se, por exemplo, que algumas das primeiras CEBs surgiram no interior do Maranhão e foram fundadas por pessoas ligadas à JOC. Certamente, o caso do Maranhão não é o único.

As transformações do catolicismo brasileiro não se realizaram puramente de cima para baixo, do Vaticano II para as bases, mas em sentido inverso, de baixo para cima, com o papel destacado da JOC no processo. Ela contribuiu na formação da Igreja popular e involuntariamente provocou o conflito Igreja-Estado em torno de 1970, além de ter propiciado nova concepção da fé, mais envolvida com a vida concreta dos trabalhadores e com práticas pedagógicas importantes para a pastoral popular. Tanto a JOC como a ACO foram continuadoras de uma tradição iniciada pela JUC, o MEB, a AP e outros movimentos, de uma fé vinculada a uma opção política de esquerda. Mas acabaram dando uma contribuição singular. Enquanto os movimentos anteriores haviam sido liderados por intelectuais de classe média, a JOC e a ACO tinham uma visão mais popular. O seu ponto de vista era, de um modo geral, a situação material, a fé e os valores do povo. E parte integral dessa nova fé era encarar Cristo como um pobre que escolheu outros pobres e trabalhadores como seus discípulos e que veio para salvar os pobres acima de todos, atacando os ricos e poderosos ao clamar por justiça social. Foi essa temática que se fez presente na Igreja popular. Criada com o objetivo de trazer a Igreja até a classe operária, de cristianizar a classe operária, seu significado histórico reside em ter feito o oposto, ou seja, em ter ajudado a Igreja a compreender a classe operária.

A JOC ajudou a Igreja a reavaliar seus tradicionais paternalismo e elitismo com as classes populares. Influenciados por outras experiências em educação e cultura populares, os assistentes da JOC foram pioneiros na sua reflexão sobre os princípios pedagógicos do trabalho pastoral junto às classes populares. Afirmavam que os trabalhadores tinham algo a ensinar e que eram seres humanos completos, dignos de tanto respeito quanto os outros.

“A ênfase no valor humano fundamental de todos e na importância do respeito às massas, característica da Igreja popular contemporânea, emergiu da JOC por volta de 1963” (MAINWARING, 1989)²².

O movimento jocista organizou-se como representativo de parcela da sociedade civil: os operários jovens. Norberto Bobbio discorre sobre a questão da sociedade civil em sua obra, afirmando que:

“A digressão histórica mostrou a variedade de significados, inclusive entre si contrastantes, com os quais foi usada a expressão ‘sociedade civil’. Resumindo, o significado predominante foi o de sociedade política ou Estado, usado porém em diversos contextos conforme a sociedade civil ou política tenha sido diferenciada da sociedade doméstica da sociedade natural, da sociedade religiosa.

(...)

Nestes últimos anos pôs-se a questão de saber se a distinção entre sociedade civil e Estado, que por dois séculos teve curso, teria ainda a sua razão de ser.

(...)

Sob este aspecto, sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados mais contíguos, distintos mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna” (BOBBIO, 2001)²³.

É esta tênue separação entre o Estado e sociedade civil que convém analisar no caso da JOC. Principalmente se levarmos em consideração o confronto entre o movimento e o Estado brasileiro sob o governo dos militares. E ainda o confronto entre o clero, como um Estado religioso, e os leigos, a sociedade civil. E como Bobbio diferencia ainda esta sociedade religiosa, é conveniente esclarecer que a JOC, embora sendo um movimento organizado pela Igreja, pretendia ser antes de tudo representativo do operariado, construído a partir da fábrica, meio em que o operário vivia, para levá-lo de volta à Igreja.

Durante os últimos anos da década de 60 os movimentos populares da Igreja Católica ganharam uma força sem precedentes no Brasil. Afetaram muitos líderes da Igreja, tanto por chamarem a atenção para a importância de se dar apoio às reformas quanto por criarem, no caso dos grupos conservadores, uma conscientização do rápido crescimento da esquerda. E o papel do laicato dentro da Igreja foi algo que evoluiu a partir do Vaticano II. A JOC, como os demais movimentos leigos deste período, tentou alcançar autonomia. Acabou conseguindo,

²² MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 159.

²³ BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*. Para uma teoria geral da política. São Paulo, Paz e Terra, 2001, p. 49.

de certa maneira, pois chegou a ser abandonada pela hierarquia eclesiástica no seu momento mais dramático durante a repressão. Quando esta mesma hierarquia despertou para o problema, o movimento já estava enfraquecido.

A JOC procurou, à sua maneira, despertar uma consciência de classe na juventude operária do Brasil dos anos 50 e 60. Foi a “utopia” jocista, massacrada pelo regime militar, mas que marcou a história dos movimentos sociais da Igreja no Brasil, como precursora de uma nova ordem social, política, econômica e cultural, até mesmo religiosa.

Um dos mais destacados membros do episcopado nacional na década de 80, D. Luciano Mendes de Almeida, comenta em entrevista²⁴ que ficou muito preocupado quando, ao retornar de Roma em 1965, presenciou a repressão movida pelo regime especialmente a dois setores: a juventude e as lideranças operárias. Obviamente, os militantes da JOC se enquadravam nos dois casos. E essa repressão ocorreu no mesmo período em que se desenvolvia o que Scott Mainwaring denomina de Igreja popular, ocasionando o surgimento de outros movimentos como a Comissão Pastoral Operária e a Comissão Pastoral da Terra:

“A onda de repressão de 1970 silenciou a JOC justamente quando a Igreja popular começava a ganhar espaço e quando a instituição começava a defender os direitos humanos. Durante o governo Médici, outros grupos da Igreja adquiriram um dinamismo que ultrapassava a JOC e a ACO. As comunidades de base desabrocharam e as recém-formadas Comissão Pastoral Operária e Comissão Pastoral da Terra tornaram-se os focos ativos da inovação da Igreja”²⁵.

Enfim, podemos afirmar que, enquanto a JOC e outros movimentos de elite da década de 60 acabaram se transformando em grupos à margem da instituição, até 1982 as CEBs e outras expressões da Igreja popular ganharam crescente importância, ajudando a Igreja Católica a se tornar uma força política destacada na sociedade. Mas tudo isso nasceu a partir dos movimentos da ACB, em especial da JOC, que deu a sua contribuição ao desenvolvimento religioso e social do país, marcou uma época e abriu a possibilidade para uma profunda mudança no episcopado católico brasileiro.

²⁴ COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar*. São Paulo, Record, 1999, p. 29.

²⁵ MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 157.

ABSTRACT

JOC – Catholic Workers Youth – has played an important role in the national scenery in building a new utopy, mainly since the 64 political coup which tried to silence the few voices that arose to defend the rights of the workers. Representative still of a new way of organizing the laycity of the Catholic Church, it couldn't get from the ecclesiastic hierarchy, enough support to survive and, even not officially extinct as the Catholic University Youth, it finished by disappearing and the indifference of many bishops that couldn't understand its importance. We high light in our Master Degree dissertation, this importance which bore fruits to new social actions inside the church, wich, hit in its hierarchy, came to turn against regime that may priests have even cheered.

Keywords: utopy; workers youth; laycity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar.** São Paulo: Record, 1999.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social:** elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916/1985).** São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MURARO, Valmir Francisco. **Juventude operária católica.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política:** idéias para a reforma democrática do estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

LISTA DE SIGLAS E GLOSSÁRIO

ACB – Ação Católica Brasileira, congênere no Brasil de movimento internacional da Igreja Católica, introduzida no país por D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro e com destacado papel político nas décadas de 50 e 60.

ACO – Ação Católica Operária, movimento surgido a partir da JOC e de ex-jocistas, destinado aos adultos e/ou jocistas que se casavam.

AP – Ação Popular, organização revolucionária composta principalmente de militantes originários da JUC.

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, uma das mais importantes inovações da Igreja progressista das décadas de 70 e 80.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, idealizada por D. Hélder Câmara, constituiu-se como um organismo para congregar os bispos e arcebispos brasileiros.

JEC – Juventude Estudantil Católica, movimento similar à JOC, destinado aos jovens estudantes.

JOC – Juventude Operária Católica, movimento surgido na Bélgica, destinado a reunir e cristianizar os jovens operários.

JUC – Juventude Universitária Católica, movimento também similar à JOC, destinado a reunir os jovens universitários.

MEB – Movimento de Educação de Base, experiência educacional promovida no Nordeste brasileiro pela Igreja Católica. Empregou pedagogia popular entre os pobres e foi atacado pelos militares.

APRENDIZAGEM ACELERATIVA: RECUPERANDO A AUTO-ESTIMA DO ALUNO

VEGA, M. La *

SILVA, M. M. P. **

RESUMO

Este artigo sumariza as principais idéias sobre uma pesquisa que objetivou realizar uma abordagem sobre a importância da aprendizagem acelerativa na recuperação do auto – estima do aluno, bem como demonstrar como esses sujeitos podem ter resgatadas a sua confiança e a sua capacidade de aprender. Procurou-se chamar a atenção para a responsabilidade do professor no sentido de reconhecer o perfil de seus alunos, no que diz respeito à promoção do autoconceito positivo e de suas habilidades, para que seu ego seja alimentado pelos ganhos cognitivos e eles possam estabelecer uma relação positiva com o conhecimento e com as pessoas, num processo que possibilite o estabelecimento da confiança mútua, da solidariedade e da crença nos seus êxitos.

Palavras-chave: Aprendizagem; aprendizagem acelerativa; dificuldades de aprendizagem; fracasso escolar; auto-estima; capacidade de aprender; repetência.

1. INTRODUÇÃO

O programa de Aceleração de Aprendizagem se propõe a oferecer, aos alunos com dificuldades de êxito escolar, um ambiente rico e acolhedor no qual possam aprender a se organizarem e considerar o estudo e a escola com seriedade e alegria, acreditando em si mesmos, tendo autoconfiança, prontos a se auto-superarem, sentindo o prazer do sucesso. Propõe, portanto, a trajetória dos alunos em situação de defasagem, possibilitando-lhes avanços reais, reintegrando-os no percurso regular normal.

* Graduanda do 6º período de Pedagogia. Professora do Ensino Fundamental.

** Mestre em Educação. Pedagoga. Professora Titular de Psicologia da Educação e Sociologia da Educação da Faculdade de Filosofia do Centro de Ensino Superior de Valença.

Neste texto situamos inicialmente o processo de aprendizagem, num contexto mais geral e, especificamente, sob a visão de alguns educadores renomados no campo das teorias da aprendizagem e cujas concepções influenciaram, sobremaneira, no desenvolvimento do processo educativo.

Tiveram destaque também as principais dificuldades que determinam a não - aprendizagem da criança e as formas de como superá-las para que os alunos tenham garantida a sua permanência na escola e tenham ampliadas as suas oportunidades educacionais.

De igual forma, foram abordadas questões relativas ao autoconceito negativo formado pelos alunos, fruto de múltiplas repetências que os levam a interiorizar o sentimento de fracasso e de baixa auto-estima.

Foi distinguida, outrossim, a importância do professor e da família. O primeiro, como elemento – sustentador de todo o processo de Aceleração de Aprendizagem, no sentido de ser o responsável pela mobilização de interesses, instalação do entusiasmo e da confiança, valorização dos avanços e acertos, elementos que, sem dúvida, concorrem para que as crianças tenham resgatada a sua auto-estima e se sintam motivadas a prosseguirem seus estudos; e a família, como elemento – participativo, na discussão e acompanhamento do trabalho desenvolvido com seus filhos, no sentido de compartilharem com eles os seus sucessos.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A APRENDIZAGEM

O ato de aprender é um processo dinâmico e pessoal e, sobretudo, complexo que envolve influências não só ambientais, mas também as inerentes ao próprio sujeito que aprende. Assim sendo, a condução do processo de ensino requer uma compreensão segura das condições externas e internas que influenciam a aprendizagem e, também, do entendimento do modo como se processa e como as pessoas aprendem (LIBÂNEO, 1994).

Empenhados em explicar a forma como se processa a aprendizagem, muitos estudiosos dedicaram-se à esta tarefa tentando esclarecer sobre o seu dinamismo. Entre esses estudiosos, Piaget (REIS, 1984, p. 33) afirma: *... a aprendizagem deve ser um processo ativo porque o conhecimento é uma construção que vem de*

dentro... As implicações que a teoria de Piaget traz para a sala de aula revolucionam todo um processo didático-pedagógico onde o aluno, passando a ser o centro do processo, é um elemento atuante e descobridor. Para Piaget, uma boa pedagogia envolve a apresentação de situações onde a criança experimenta e conclui através da manipulação de objetos e símbolos, busca respostas, realiza descobertas, cria e aplica seus conhecimentos a outros anteriores.

Outro educador, Carl Rogers, citado por Joullié e Reis, (1984, p. 33) afirma: *Não se pode ensinar diretamente a outra pessoa, pode-se tão somente facilitar-lhe a aprendizagem.* Segundo ele, o homem é essencialmente livre para fazer escolhas e alcançar a auto-realização. Seus seguidores respeitam as potencialidades individuais, promovem a participação efetiva do aluno no processo e propiciam oportunidades de prática para uma aprendizagem significativa no desenvolvimento da criatividade e da autoconfiança. Para alcançar tal aprendizagem, deve-se dispor de material adequado, de conhecimento das estruturas cognitivas do aluno e de estimular a sua motivação. Vygotsky (REGO, 1995) considera que aprendizado e desenvolvimento estão relacionados desde o nascimento da criança, embora não sejam realizados na mesma proporção. O desenvolvimento não acompanha o aprendizado escolar, o que nos leva a deduzir que só deve ser exigido da criança aquilo que realmente ela é capaz de dar. Wallon (GALVÃO, 1995) defendia a idéia de que a inteligência e a afetividade estão integradas auxiliando no processo da aprendizagem. A teoria walloniana suscita uma prática que deve atender as necessidades da criança nos planos afetivo, cognitivo e motor, promovendo o seu desenvolvimento em todos esses níveis.

É importante dizer que inúmeros pedagogos fazem abordagens sobre a aprendizagem e sobre seus sujeitos, criando e recriando teorias de acordo com suas crença pedagógicas, no sentido de orientar os professores sobre o entendimento desse processo e a compreensão de todos os elementos nele envolvidos para que o sucesso acadêmico seja alcançado.

3. FATORES QUE DIFICULTAM A APRENDIZAGEM

É importante registrar que educadores de diversos países e não só do Brasil, preocupam-se com as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Muitos deles têm realizado estudos e pesquisas tentando detectar as razões que se constituem em empecilhos do aprendizado de um número bastante significativo de crianças na idade escolar, uma vez que essas crianças fracassam nos estudos não possuindo nenhuma incapacidade particular que as impossibilite de ter um desempenho escolar satisfatório que possa justificar a sua não – aprendizagem.

Agindo sobre o processo de aprendizagem, encontram-se fatores inerentes à própria criança, à escola, aos familiares e ao meio físico e social.

Os fatores presentes na própria criança e nos ambientes em seu entorno atuam diferentemente, influenciando negativamente a aprendizagem da criança, envolvendo as peculiaridades diversas em cada situação ou momento.

Em relação ao aluno, podemos citar sérias dificuldades como: anomalias físicas ou psíquicas que agravam o quadro de desmotivação; desinteresse, desmotivação e repetências sucessivas; inadaptação ao ambiente escolar; baixa auto-estima, dificuldades de relacionamento entre aluno e professor; falta de entendimento dos conteúdos desenvolvidos; inadaptação à metodologia aplicada, entre outros fatores que não impulsionam os alunos a progredirem.

Outro ponto relevante a ser considerado é a falta de estrutura familiar, muito presente nos dias de hoje, o que ocasiona, conseqüentemente, uma visão pessimista quanto à educação; ausência de orientações e apoio, por parte da família quanto ao desenvolvimento das atividades escolares ou ainda, a existência de um ambiente desencorajador que facilita a ascensão financeira sem valorizar a escola como agente da mudança.

Observa-se, também, no processo educativo, a falta de interação da comunidade com o ambiente escolar, o que dificulta muito a comunicação e o aprimoramento do processo de aprendizagem, com base nas aptidões dos alunos. O descaso da sociedade com relação ao papel da escola na formação do cidadão é outro fator de suma importância, que deve ser enfocado.

As dificuldades se multiplicam e inviabilizam, muitas vezes, as ações dos professores no exercício de sua função.

A educadora Tânia Zagury em seu livro *O Professor Refém* (2006) publicou o resultado de uma pesquisa realizada com professores de diversas áreas de ensino que apontam as principais dificuldades encontradas pelos professores no processo ensino-aprendizagem:

Manter a disciplina – 22% dos entrevistados; Motivar os alunos – 21% dos entrevistados; Fazer a avaliação dos alunos – 19% dos entrevistados; Manter-se constantemente atualizado – 16% dos entrevistados; Escolher a metodologia mais adequada – 10% dos entrevistados (p. 83).

À vista deste resultado, observa-se que motivar os alunos ainda é um desafio para os professores que, na sua maioria, está tão desmotivada quanto seus alunos.

A educadora Kátia Smole, pesquisadora da Teoria das Inteligências Múltiplas, diz que muitos dos problemas de aprendizagem são, na verdade, problemas de *ensinagem*. Segundo ela, infelizmente as escolas, em sua maioria, não estão capacitadas para lidar com as diferentes habilidades, inteligências e ritmo de cada educando. O aluno que não se enquadra nos padrões de aprendizagem, acaba sendo excluído, o que cria uma falsa dificuldade – o que é péssimo para a auto-estima. O aluno assimila muito rápido as idéias como “tenho dificuldade para aprender” ou “sou péssimo aluno” e age de acordo com estas idéias. É preciso quebrar este círculo vicioso e favorecer um ambiente de curiosidade, criatividade e interesse, onde o professor é a peça chave que instiga através da investigação constante.

Na afirmativa de Saraiva, (2007) que se segue, observa-se a importância do professor no processo ensino – aprendizagem:

... o baixo desempenho da maioria dos alunos têm outras causas externas e internas ao sistema de ensino sendo que, entre as internas, o principal fator é o professor, com formação deficiente, desatualizado, desmotivado; além da gestão da escola; das más condições oferecidas ao professor, que não encontra apoio para desenvolver uma prática docente, criativa, inteligente, competente, eficiente, que levem seus alunos a se sentirem interessados, motivados, transformando informação em conhecimento, aprendendo (p. 5).

É preciso entender, entretanto, que as dificuldades não devem ser consideradas barreiras para a aprendizagem, mas indicadores das necessidades a serem atendidas, lembrando e respeitando sempre o ritmo dos alunos.

4. DIFERENTES FORMAS DE ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

É de fundamental importância ressaltar que antes de rotular uma criança como incapaz de aprender deve-se fazer um levantamento minucioso de seu desenvolvimento e dos ambientes nos quais está inserida para que se determine, exatamente, o que deve ser feito, que medidas devem ser tomadas, respeitando-se a singularidade de cada criança.

É necessário que o fracasso escolar seja colocado considerando-se o “eu” da criança e seus valores, o grau de ansiedade que certamente a deixa cada vez mais suscetível a situações constrangedoras. A insegurança debilita sua capacidade e potencial, tornando-os comprometidos (SOUZA, 1996).

A frustração, o sentimento de inferioridade, a perturbação emocional são algumas das conseqüências do fracasso escolar, que determinam, na criança, suas atitudes e comportamentos, e, que interferem no seu rendimento escolar.

Facilitar a aprendizagem é a forma mais adequada de superar as dificuldades. Criar esta facilidade implica, entre outros fatores, promover o professor um clima de confiança, flexibilidade, respeito e liberdade; permanecer atento às expressões de sentimentos dos alunos, procurando compreendê-los e aceitá-los como são; levá-los a reconhecer e aceitar suas próprias limitações; observar os interesses dos alunos proporcionando situações prazerosas de aprendizagem onde eles possam obter êxitos e experimentar o prazer de aprender; estabelecer a relação entre o conteúdo estudado e os objetivos dos alunos; eliminar ou reduzir as ameaças externas sofridas por eles; incentivar a auto-avaliação para que desenvolvam a independência, a criatividade e a autoconfiança.

Que sejam valorizados os saberes que os alunos trazem consigo; que sejam percebidos que o ensinar é ajudar o aluno a construir novos significados a partir de seus conhecimentos; que sejam feitas reflexões sobre a metodologia e a

avaliação aplicadas em sala de aula; que a proposta pedagógica da escola esteja voltada para a realidade da comunidade na qual a escola está inserida para que suas dificuldades e prioridades sejam atendidas. Devem ser proporcionadas aos alunos condições para que se apropriem de conteúdos essenciais ao desenvolvimento não só da comunidade como ao seu próprio (SOPELSA, 1998).

Acreditamos que a família e a escola sejam as principais instituições sociais que exercem influência sobre a criança no período de sua formação, inculcando marcas profundas em sua personalidade e em seu caráter. Dessa forma esses ambientes e os personagens neles contidos são altamente responsáveis pelas atividades de segurança e confiança no desempenho de suas tarefas e na aquisição de experiências bem sucedidas, permitindo que ela elabore um conceito positivo de si mesma, o que por certo, vai influenciar na sua aprendizagem. As colocações de Branden (1995) confirmam nossas considerações

Quando crianças, nossa autoconfiança e nosso auto-respeito podem ser alimentados ou destruídos pelos adultos – conforme tenhamos sido respeitados, amados, valorizados e encorajados a confiar em nós mesmos (p. 12).

Isto posto, é necessário refletir sobre a tarefa relevante que têm a família e a escola no resgate da auto-imagem, na formação do auto-conceito, no desenvolvimento da auto-estima da criança para que ela recupere o significado e o sentido do aprender e visualize possibilidades de sucesso.

5. A APRENDIZAGEM ACELERATIVA RESGATANDO GANHOS COGNITIVOS E AFETIVOS

Em 1997, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pronunciou-se a respeito do Programa de Aceleração da Aprendizagem idealizado por Viviane Senna, presidente da Fundação Airton Senna, que tinha por finalidade resgatar a auto-estima de alunos que, por sucessivas repetências, acabavam por abandonar a escola. Neste pronunciamento ele dizia:

...para você que enfrenta o problema de repetência, fique tranquilo. Esqueça aquela idéia de que seu filho é lento para aprender. Já existe um programa no Ministério da Educação voltado para essas crianças: é o Programa de Aceleração da Aprendizagem.[...] vamos incentivar estados e municípios a encamparem este programa. Vamos, inclusive, liberar recursos para as escolas que quiserem desenvolver o programa... (p. 1-2).

Este é um programa desenvolvido essencialmente por secretarias estaduais de educação e que apresenta uma proposta metodológica curricular própria e inovadora com vistas à melhoria da aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental em defasagem idade-série. O Programa trabalha com outra dinâmica: os conteúdos básicos das séries em defasagem e é voltado para alunos que estão dois anos ou mais na mesma série, para depois, ao final de um período letivo de intenso trabalho, posicioná-los nas séries adequadas às suas idades.

A Lei 9394/96, em seu Art. 24, inciso V, alínea Ab@, explicita claramente a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar. É uma possibilidade, assegurada por lei, para aqueles alunos que, por diversos motivos, concorrem para elevar a taxa de repetência do país.

Podemos definir a Aceleração da Aprendizagem como uma forma de ensino que oferece aos alunos renitentes a chance de prosseguirem o estudo com a auto-estima bem desenvolvida e motivados positivamente. A proposta parte do princípio de que os conteúdos curriculares não *pertencem* a uma série determinada. Eles são reagrupados em unidades e eixos temáticos, com base em sua abrangência, relevância e adequação ao universo cultural dos alunos.

A Aceleração toca num dos mais graves problemas da aprendizagem. Um problema que não é apenas pedagógico, mas também sócio-afetivo, que adquire um significado especial quando a criança é colocada num compasso de aprendizado que a impulsiona a continuar estudando.

Alguns países e, entre eles o Peru e o Chile, apresentam experiências neste campo de atuação.

A Aceleração já foi testada com sucesso em vários Estados brasileiros. Entidades privadas começam a adotar esta forma de ensino que está, no momento, acelerando o processo de aprendizado de crianças em inúmeros municípios, inclusive Valença.

Para se obter sucesso na Aceleração da Aprendizagem, devem-se mobilizar interesses, ativar a participação, desafiar o pensamento, instalar o entusiasmo e a

confiança, possibilitar acertos, valorizar os avanços e melhorar a auto-estima dos alunos. O contido nesta afirmativa encontra respaldo no documento Reorganização da trajetória escolar no Ensino Fundamental - Classes de Aceleração - Proposta Pedagógica Curricular da Secretaria de Educação de São Paulo (2002) onde se lê:

O processo de ensino-aprendizagem só se modifica de fato quando se compreende o conhecimento como um processo dinâmico, vivo, de interações entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido; trata-se de relações em que intervêm o sujeito, com seu conhecimento anterior, e mais todo o ambiente social, incluindo as outras pessoas e os dados novos (p. 01).

É importante ressaltar os três grandes objetivos que norteiam o trabalho em turmas de Aceleração:

- Fortalecer e desenvolver o autoconceito, a auto-estima dos alunos: os alunos deverão sentir que são capazes de ter sucesso, de aprender, de *passar de ano*, de ter sucesso desde o primeiro dia de aula e não apenas no final do ano letivo.
- Ensinar os conteúdos básicos das quatro primeiras séries: professores se assustam com essa proposta de se ensinar os conteúdos básicos em um só ano. Tal fato é possível através da priorização do que é realmente importante para que o aluno possa avançar para a série seguinte.
- Desenvolver um conjunto de habilidades básicas importantes para o sucesso na vida e na escola: o sistema de Aceleração pretende que todos os alunos adquiram hábitos e habilidades que são importantes em qualquer situação, na escola ou fora dela, como ler bem, com discernimento e gosto; expressar-se oralmente com clareza e desenvoltura em diversas situações; usar instrumentos básicos da matemática em situações concretas do dia-a-dia; planejar, executar e avaliar o próprio desempenho nas tarefas escolares; participar de grupos de estudo com objetividade, contribuindo para o atingimento das metas do grupo e para a aprendizagem dos colegas.

É um trabalho que enfatiza o desenvolvimento de hábitos importantes de estudo e cujo resultado irá traduzir a aprendizagem do aluno. É de fundamental importância ressaltar que o aluno deve ser a principal preocupação na

Aprendizagem Acelerativa e o professor deve ser considerado a peça chave nesta forma de ensino. O professor tem que acreditar que seus alunos vão dar certo. O sucesso começa pela crença. Não é ter pena dos alunos. É estimulá-los a ser cada dia melhores exigir sempre que apertem o passo. O desafio é provocar o sucesso e celebrar cada um deles a cada momento, a cada dia. O sucesso dos alunos depende do empenho do professor que terá a função de orientá-los. Estimulá-los, criar novas situações e identificar aqueles que possam ajudar outros alunos na caminhada (QUERINO, 1997).

O processo de avaliação nas classes de aceleração leva em conta o que foi aprendido, como foi aprendido e o gosto pelo aprender. Observando estes três aspectos, o professor verificará se o aluno desenvolveu a capacidade de relembrar, reorganizar, sistematizar e aplicar os conhecimentos adquiridos a novas situações. Ao sentirem que trabalharam bem, que progrediram, eles melhoram em casa, na escola e em turma procurando expressar de formas variadas o seu grau de alegria e satisfação com o que aprenderam. Manifestam estes sentimentos através de apresentações em fechamento dos projetos (teatros, shows, feiras, exposições) onde se empenham, participam e apresentam aos outros os seus trabalhos.

A avaliação deve ser sólida, completa, mas com muita alegria, descontração e criatividade após o aluno ter caminhado pelos projetos e aprendido um elenco de conteúdos pré-estabelecidos, utilizando habilidades de comunicação escrita e oral, de planejamento e de trabalho em grupo.

O aspecto intelectual afetivo é de relevante importância no desenvolvimento do trabalho de aceleração o que importa é o que acontece com o intelecto e os sentimentos do aluno. Pois afinal, este aluno já vem com uma bagagem de danos irreparáveis na auto-estima, carregando estigmas de atrasado, repetente e incapaz. Levar este aluno para o sucesso não é tarefa fácil e para conquistá-lo é necessário disposição, alegria e afetividade.

Deve-se ter em conta que em todo o processo de Aceleração da Aprendizagem, o desempenho dos alunos é considerado pelo gosto pelo estudo, relacionamento positivo entre aluno e professor, participação ativa, hábito de leitura, mudança de atitude, transferência de energias excessivas para os estudos e a construção da auto-estima. Nas turmas de Aceleração os educadores devem evitar danos futuros à auto-estima do aluno nas séries em que serão inseridos. Para tanto, devem observar pontos relevantes de avaliação como não se restringir ao

quantitativo de conteúdos que é responsável pela retenção dos alunos na série; devem corresponder aos princípios metodológicos e aos conceitos das aprendizagens significativas, oferecendo ao aluno condições de prosseguimento seguro nos estudos, entre outros. É preciso que os professores trabalhem no sentido de recuperar os alunos com deficiência de aprendizagem, de recuperar, sobretudo, a alegria de aprender para que aspectos da realidade educacional do Brasil não sejam estampados na imprensa escrita, falada e/ou televisiva, como registrado no artigo de Gustavo Loschpe, publicado no Jornal

O Globo (2007), no qual se expressa:

...O Brasil tem uma das mais altas taxas de repetência na primeira série do mundo, e três quartos da nossa população são incapazes de ler e entender um texto simples. Três quartos! Combater nossas deficiências desde o início do processo educacional é, portanto, a prioridade máxima. Um aluno analfabeto é o futuro aluno fracassado, fantasma no mercado de trabalho e rascunho de cidadão (p. 07).

Esta é nossa realidade. Uma grande porcentagem de misoneístas está construindo rascunhos de cidadãos, sem sequer ter o direito de ter acesso à leitura de forma alegre e prazerosa como acontece nas turmas de Aceleração da Aprendizagem. Nessas turmas, o aluno não decora os conteúdos. Ele aprende convivendo com os conteúdos, aplicando-os e demonstrando-os a cada dia.

6. AUTO-ESTIMA E RENDIMENTO ESCOLAR

Autor de best-sellers sobre relacionamento familiar e educação infantil, Steve Biddulph (2003) nos aponta que os pais podem programar mentalmente os filhos para que sejam felizes sendo mais cuidadosos com as palavras que usam para se dirigir direta e/ou indiretamente a eles. Embora não percebam, todos os pais incutem mensagens na mente dos filhos que os acompanham pela vida inteira. Há certos discursos que têm o poder de atingir o inconsciente das crianças, por mais que estas finjam não prestar atenção.

De igual forma, Goleman (1996), referindo-se à importância da família na constituição emocional da criança, afirma:

A vida familiar é nossa primeira escola de aprendizado emocional; nesse caldeirão íntimo aprendemos como nos sentir em relação a nós mesmos e como os outros vão reagir a nossos sentimentos... Esse aprendizado emocional atua não apenas por meio das coisas que os pais fazem ou dizem diretamente às crianças, mas também nos modelos que oferecem para lidar com os próprios sentimentos... Alguns pais são professores emocionais talentosos, outros atrevidos (p. 204).

Biddulph (2003) defende a idéia de que mencionar aos outros as qualidades de suas crianças e realçar o lado positivo, em vez do costumeiro negativo, pode alterar o quadro de auto-estima destas crianças. Isto não significa que a repreensão esteja proibida, pelo contrário. Há, pois, uma forma certa de repreender ou reprovar o ato cometido sem danificar a personalidade da criança. Eis, portanto, o grande desafio aos professores: reverter essa convicção. Um desafio salutar para o avanço da aprendizagem. Uma empreitada que exige coragem e disponibilidade.

A auto-estima é formada no processo de desenvolvimento do ser humano. Quanto melhor estruturada a auto-estima, melhor a capacidade de se lidar com os percalços da vida. Entretanto, acontece muitas vezes, de se criar expectativas em relação à vida e ao se deparar com situações adversas, vem a impotência e a diminuição da auto-estima. E é neste ponto da questão que entra a repetência no processo ensino-aprendizagem. *Há dez anos, de cada cem crianças que cursava o Ensino Fundamental, quarenta repetiam alguma série* (KLEIN, 2007, p. 07). Hoje, a situação não está diferente e com um agravante: a evasão. Alunos desestimulados, desmotivados e com baixa auto-estima procuram ambientes fora da escola, onde se sintam valorizados. Eis o porquê do interesse se direcionar aos alunos que, mesmo atrasados, continuam se matriculando nas escolas, demonstrando que as famílias ainda têm expectativas com relação a eles. São esses alunos que se transformam no objeto de interesse da Aceleração da Aprendizagem.

Diante do exposto, é imperativo recorrer a todo tipo de intervenção para reduzir a repetência e a evasão. Precisa-se ensinar e incentivar os alunos. Motivá-los a recuperarem-se. Muitos educadores já estão se mobilizando, portanto, existem indicações do que se fazer. Depende do empenho e da dedicação dos profissionais da educação e a vontade de avançar dos alunos.

Isto posto, levanta-se a questão da auto-estima como uma forma eficaz de promover a aprendizagem, pois se esta aprendizagem tornar-se experiência dolorosa, fonte constante de humilhação, ocorre um bloqueio emocional como

mecanismo de defesa do próprio cérebro, que por sua vez não mais absorve as informações, armazenando-as no subconsciente. O desbloqueio das emoções negativas dos alunos em relação à escola torna-se uma responsabilidade dos envolvidos no processo educacional e especialmente do professor que, ao fortalecer-lhes a auto-estima, propicia-lhes o alcance do sucesso nas atividades escolares e, ao valorizar esse sucesso, resgata do subconsciente as informações que possibilitarão novas aprendizagens.

Rubem Alves, em seu livro *Conversas com quem gosta de ensinar*, na colocação abaixo, ilustra as observações tecidas sobre a importância do professor:

...necessitamos de um ato mágico de exorcismo. Nas histórias de fada é um ato de amor que acorda a Bela Adormecida de seu sono letárgico, ou o príncipe transformado em sapo.

A questão não é gerenciar o educador. É necessário acordá-lo. E, para acordá-lo, uma experiência de amor é necessária (p. 18).

A auto-estima e eficácia estão interligadas, pois emite ao espírito uma mensagem de confiança em nível muito profundo. Trata-se da confiança absoluta nos processos pelos quais o indivíduo raciocina, compreende, aprende, colhe, decide e orienta as suas ações.

Dois elementos muito importantes impulsionam o indivíduo para enfrentar os desafios que se apresentam no decorrer da vida e ser merecedor da felicidade: a sensação de eficiência que é a auto-eficácia e o respeito de si mesmo, que é o auto-respeito. Na auto-eficiência, o consciente intelectual tem a certeza da capacidade de pensar e de aprender, desde que esta capacidade seja reconhecida. No auto-respeito, a inteligência emocional percebe que o êxito, o sucesso, a realização e a felicidade fazem parte de cada pessoa. A importância dessa autoconfiança para a sobrevivência é óbvia tanto quanto o perigo quando falta essa confiança (QUERINO, 1997).

A auto-estima facilita e conduz o caminho para a auto-realização. Se os alunos têm a sua frente um problema difícil que lhes impõe um certo grau de confiança, há chance de perseverarem obtendo mais êxitos que fracassos. Mas, se ao enfrentarem um problema, houver o domínio de uma sensação de insegurança a respeito de sua capacidade mental, é provável que desistam ou relaxem chegando ao fracasso, porque dando menos de si, há possibilidades de fracassarem.

Se observarmos os alunos com uma forte consciência do próprio valor, o provável é despertar neles o respeito e boa vontade, pois é o auto-respeito que infunde respeito nos outros. Mas, se ao contrário, mostrarmos ser mais fortes, diminuindo-os, a tendência é despertar neles medo e hostilidade.

Através do entendimento do papel da auto-estima na aprendizagem, o professor poderá desenvolver um trabalho que valorize seus alunos recuperando os danos causados em sua formação escolar e o bloqueio da sua aprendizagem que, conseqüentemente, os levaram à repetência e evasão.

O sucesso comprovado das turmas do Programa da Aceleração da Aprendizagem deve-se, em grande parte, ao desenvolvimento da auto-estima dos alunos que assimilam os conteúdos com confiança e motivação, acreditando em seu potencial.

A palavra chave no desenvolvimento da auto-estima é o entusiasmo. A pessoa entusiasmada acredita em si. Acredita nos outros. Acredita na força que as pessoas têm de transformar o mundo e a própria realidade. E a realidade agora é a aprendizagem. São os prejuízos que a *não-aprendizagem* acarreta na vida escolar do aluno. É preciso entender que é o entusiasmo que traz o sucesso. Por isto é tão importante a auto-estima na Aceleração da Aprendizagem. Os alunos necessitam de uma nova visão de sua aprendizagem.

Para construir a auto-estima dos alunos em sala de aula, é importante fazê-los sentirem-se motivados, tratá-los com respeito, estimulá-los a desenvolver atitudes e habilidades para que possam inovar criar e agir de modo responsável, para que trabalhem com eficiência em equipe, vençam as dificuldades que se apresentarem, acreditem no seu potencial, valorizem as realizações por menores que sejam e neguem-se a aceitar o autoconceito negativo. Em assim sendo, sentir-se-ão confiantes, apoiados, inspirados e dispostos a colaborar.

A respeito da importância da crença do professor nas possibilidades do aluno para o desenvolvimento da sua auto-estima, Maffia (2007) faz a seguinte colocação:

...ao professor não cabe dizer: “faça como eu”, mas, “faça comigo”. Neste “faça comigo” acreditamos estar implícito todo o entendimento da capacidade e possibilidades do aluno. Está implícito o encorajamento, a valorização do indivíduo, a importância do desenvolvimento da auto-estima. Está implícito o apoio, o dar as mãos para vencer as dificuldades. Está implícito “vamos tentar”, “você consegue”, “você pode” (p. 8).

Assim entendendo, não podemos ter dúvidas de que é no dia a dia dada sala de aula, no cotidiano escolar, na relação professor-aluno, que se pode perceber as reais razões do fracasso escolar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os estudos realizados sobre o processo de Aceleração da Aprendizagem e a constatação bastante significativa de que uma grande parcela de alunos do Ensino Fundamental encontra-se defasada em relação à idade regular de matrícula à série que está cursando, conclui-se que um atendimento especial às crianças que não conseguem desempenhar-se bem na escola, se faz necessário e com bastante urgência.

Apesar de já existirem alguns programas que atendem essas crianças, é preciso que o Poder Público viabilize ações mais concretas, criando possibilidades e condições para que a Escola possa intervir nessa realidade permeada de significativos índices de seletividade e exclusão, oferecendo oportunidades para que o problema da repetência e da evasão sejam trabalhados de tal forma que os alunos readquiram a auto-confiança e vençam os obstáculos que dificultam a sua aprendizagem.

Os Programas de Aceleração devem oferecer a essas crianças um ensino adequado, dar um treinamento aos professores, agentes desse processo, para que participem de todos os esforços, no atendimento desses sujeitos e possam perceber os avanços e dificuldades dos mesmos na realização dos trabalhos pedagógicos; buscar a participação da família para que se envolva com os trabalhos realizados por seus filhos e, também, levarem os pais a recuperarem sua competência educadora, que por certo, se constituirá num grande suporte para essas crianças.

Isto posto, é necessário refletir também sobre a situação pedagógica de muitas escolas públicas que concorrem para que esta realidade de defasagem aluno – série se agrave a cada dia:

- Um grande número de escolas não oferece um ensino elevado, atividades estimulantes e desafios significativos, elementos que, com certeza, despertam a capacidade de raciocínio, desenvolvem o senso

crítico e motivam os alunos a se dedicarem as suas atividades estudantis, conscientes de que precisam dar bastante de si, se quiserem ser vencedores e alcançarem o sucesso.

- Um significativo contingente de professores não está comprometido com suas ações pedagógicas: esses profissionais não atualizam seus conhecimentos, não se importam com o aprendizado de seus alunos, não têm sequer postura profissional que os capacite a serem transmissores e cultivadores de valores morais, éticos, religiosos, entre outros.
- Os professores, num percentual expressivo, são mal formados, despreparados, desvacionados, desmotivados (ALMEIDA, 2007). Sua remuneração não permite que eles se atualizem e preparem suas aulas com qualidade, porque a sua necessidade de sobrevivência os obriga a trabalhar mais tempo, para terem garantido um salário razoável, que mesmo assim, não corresponde aos seus esforços e expectativas;
- Os critérios de avaliação muitas vezes contribuem para eliminar a cultura da repetência, mas implantam a cultura da incompetência. Muitos alunos são promovidos à série seguinte sem dominarem as competências básicas como ler, escrever e contar. Dão-se bem na escola, mas no mundo terão dificuldades frente às exigências que se lhes apresentarão. E o mais constrangedor é que a família e o aluno não alcançam o significado dessa avaliação inadequada e de sua repercussão em seu futuro. Mesmo não dominando os conteúdos que chamamos de essenciais, os alunos são promovidos. E então, a escola, o aluno e a família compartilham do mesmo jogo. Um jogo de perdedores, infelizmente.

É preciso que Poder Público, Escola, equipes pedagógicas, professores, alunos, pais, responsáveis e comunidades tenham sua mentalidade transformada para que possam desenvolver ações buscando alternativas para que se promova, de fato, o sucesso dos alunos, não só daqueles que precisam superar suas dificuldades e vencer os atrasos escolares, mas também daqueles que permanecem na escola e não recebem um ensino adequado e de qualidade. Somente desta forma será

Saber Digital: Revista Eletrônica do CESVA, Valença, v. 1, n. 1, p. 119-137, mar./ago. 2008 134

possível tentar minimizar o fracasso escolar e, conseqüentemente, o fracasso pessoal, profissional e social.

O processo acelerativo é trabalhoso e exige muito de todos os envolvidos nessa tarefa: além de um planejamento consistente, muita força de vontade, coragem, disponibilidade, crença no trabalho desenvolvido, motivação. A responsabilidade, entretanto, é de todos. De cada um de nós. A empreitada é difícil, mas não impossível. Todos viabilizando ações para que essas crianças sejam colocadas num compasso de aprendizado que as impulsionem a continuar estudando. Portanto, deve-se começar a trabalhar agora, antes que o fracasso escolar se instale, a baixa auto-estima se estabeleça e o aluno abandone a escola.

ABSTRACT

This article summarizes the main ideas about a research that intended to perform an approach about the importance of accelerating learning in the recovering of the students self-esteem, as well as to show that these subjects can recover their confidence and his power of learning. There was the attention to the responsibility of the teacher in order to recognize the profile of his students, regarding the improving of positive self-knowledge and their abilities, so that their ego can be nourished by the gains in learning and they can establish a positive relationship with knowledge and people, in a process the make it possible the setting of mutual trust, solidarity and faith in their victories.

Keywords: Learning; accelerating learning; difficulties in learning; school failure; self-esteem; ability to learn; repetition.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA ,Antonio Luiz Mendes. Predicativos vazios. **Folha Dirigida:** Caderno de Educação, 17 a 23 de maio de 2007.

ALVES, RUBEM. **Conversas com quem gosta de ensinar.** 20 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

BIDDULPH, Steve. **O segredo das crianças felizes**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2003.

BRANDEN, Nathaniel. **Auto – estima**: como aprender a gostar de si mesmo. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

GALVÃO, Izabel; Henri Wallon: **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

IOSCHPE, Gustavo. Interminável sono em berço esplêndido. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 08/04/2007. p. 07.

KLEIN, Ruben. Universalização do Ensino Básico. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 21/01/2007, p. 07.

LIBÃNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAFFIA, Vera. **O Ensino de Fundamentos da Psicopedagogia no Âmbito Universitário: tensões e perspectivas**. 2007. Monografia - UNESA, Rio de Janeiro, 2007.

PALAVRA DO AGÊNCIA BRASIL. Fernando Henrique Cardoso incentiva escolas a adotar Programa de Aceleração da Aprendizagem. Brasília, 1997. p. 1-2. Disponível em: <<http://www.radiobrás.gov.br/presidente/palavra/1997/palavra-1507.htm>>. Acesso em: 10 jun.2007.

QUERINO, Magda. **Aceleração da aprendizagem no ensino fundamental** /módulo 08. CETEB, 1997, adaptado.

REGO, Teresa Cristina. **Vigotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Rio de Janeiro : Vozes, 1995.

REIS, Ângela; JOULLIÉ. **Didática geral através de módulos instrucionais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SARAIVA, Terezinha. Por uma Escola de Qualidade. **Folha Dirigida**: Caderno Educação. 17 a 23 de maio de 2007.

SEE/SP. **Reorganização da trajetória escolar no ensino fundamental. Classes de Aceleração:** Proposta Pedagógica Curricular. São Paulo: SEE/CENP, 2000.

SOPELSA, Ortenila. **Dificuldades de aprendizagem:** resposta em um atelier pedagógico. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

STROCCHI, Maria Cristina. **Auto – estima:** se não amas a ti mesmo, quem te amará? 3 ed.. Petrópolis: Vozes, 2003.

ZAGURY, Tânia. **O Professor refém:** para pais e professores entenderem porque fracassa a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Record. 2006.

HISTÓRIA REGIONAL: OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA VILA DE VALENÇA, PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1823)

SILVA, S. P.*

RESUMO

Pretendemos mostrar como se deram a ocupação e a formação da elite senhorial na vila de Valença em 1823, seguindo as antigas estruturas do Brasil Colonial. A distribuição das sesmarias e dos títulos nobiliárquicos representam os primeiros passos para a cristalização do poder que, mais tarde, vai se confirmar com a expansão cafeeira, colocando a elite senhorial em destaque no novo cenário que se apresentava – o Brasil Imperial.

Palavras-chave: Micro-região; ocupação; elite senhorial.

A História Regional nos coloca a frente de novos estudos, reconstruindo uma história onde homens encontram sua identidade, percebam o sentido daquela coletividade, defendam e valorizem o seu patrimônio natural, artístico e cultural¹. Nesse intuito apresentamos um estudo da ocupação e formação da paisagem social de Valença, no vale do rio Paraíba do Sul, província do Rio de Janeiro, em 1823, que juntamente com outros municípios, como, por exemplo, Vassouras se destacaram, economicamente e politicamente no cenário nacional.

A partir dessa micro-região, pretendemos contribuir para um entendimento de um período histórico nacional, pois, só entenderemos a História Nacional a partir de suas particularidades como afirma Knox²:

* Professor adjunto e diretor Geral do Centro de Ensino Superior de Valença, da Fundação Educacional Dom André Arcoverde. Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra.

¹ KNOX. Miridan Britto Falci. **História Regional – Conceitos, Métodos e Problemas**. Revista do IHGRJ. Rio de Janeiro, 2001.

² KNOX. Miridan Britto Falci. Op. Cit. p. 4.

“E a História Regional só cumpre seus objetivos quando colabora para a completude de uma história maior seja espacialmente, seja por períodos históricos mais abrangentes, seja pela aplicação de leis e princípios gerais da ciência histórica”.

Apontamos alguns trabalhos já concluídos ou em andamento, que tem como micro região Valença: a pesquisa do professor Jorge Prata de Sousa³ que faz uma comparação entre duas fazendas, Santo Antonio do Paiol em Valença e a Fazenda Pau Grande em Vassouras; o estudo do professor Cláudio Luiz R. Teixeira⁴ que procurou mostrar o processo de instalação da indústria têxtil no município em Valença, a partir de 1906 e os conflitos internos entre capital e trabalho, que vão provocar a primeira greve no município, com desdobramento no reconhecimento do sindicato têxtil, pelo governo Getúlio Vargas; o estudo do professor Raimundo César de Oliveira⁵ que tratou da ação da Juventude Operária Católica no período de 1957 a 1975, mostrando que o movimento não se engajou em uma ação transformadora, atendo-se às idéias de conciliação social. O trabalho procurou demonstrar as causas que levaram tal posicionamento, tendo chegado à conclusão que as ligações com os donos das fábricas têxteis locais, o medo do comunismo presente no assistente eclesiástico do movimento e a sua conseqüente tomada de posição altamente centralizadora e controladora acabaram por desarticular o movimento que não chegou a sofrer represálias por parte dos militares da JOC e por fim, apontamos o trabalho em andamento do professor Alexandre Raimundo da Fonseca⁶ que aborda as diferentes estratégias de ação cultural empregadas pelos diferentes atores sociais e políticos hegemônicos e contra-hegemônicos presentes num município de fortes heranças rurais e escravistas, porém tencionadas, a partir da segunda metade do século XX, por significativos elementos de modernização tais como: urbanização, desenvolvimento industrial, implantação do ensino superior, etc.

³ Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Programa de Mestrado da UNIVERSO. Atualmente desenvolve a linha de pesquisa – Sociedade, sistema produtivo e trabalho na região do vale do rio Paraíba do Sul.

⁴ Mestre em História Social do Trabalho pela USS. Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Valença/CESVA/FAA.

⁵ Mestre em História Social do Trabalho pela USS. Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Valença/CESVA/FAA.

⁶ Mestrando pela UFRRJ. Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Valença/CESVA/FAA.

No início do século XIX, os principais centros populacionais encontravam-se no litoral, a Serra⁷ estava praticamente abandonada, existindo apenas alguns pousos de tropeiros. A ocupação processou-se, inicialmente, nas proximidades dos antigos caminhos ligados à mineração e ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

Do litoral partiam “estradas”, se assim podiam ser chamadas, pois se constituíam em simples picadas nas florestas, que serviam para a comunicação com a Serra e com a região das minas. Antigos caminhos do ouro foram aproveitados na ocupação do vale do Paraíba do Sul. Os principais eram: o Caminho Velho, que ligava Guaratinguetá a Parati e depois para o Rio de Janeiro através de Itaguaí e Santa Cruz; o Caminho Novo, de Garcia Rodrigues Paes, que passava por Paraíba do Sul e chegava à região mineira e a Baía de Guanabara, podendo-se ir por Irajá, ou então por via marítima pelo porto de Iguaçu.

As primeiras melhorias nas estradas somente foram efetuadas após o estabelecimento da família real portuguesa no Rio de Janeiro. No período joanino, surgiram os primeiros projetos para a construção de vias terrestres que pudessem transformar a cidade no principal centro exportador do Brasil. Exemplificando temos, a Estrada do Comércio, que aproveitava os antigos caminhos para as minas. Ela servia para levar o café até o porto de Iguaçu, ou então, por terra, até o Rio de Janeiro. Outra estrada importante foi a da Polícia que entrava por Sacra-família, Vassouras e, tomando um rumo mais ocidental, atingia Valença.

Com o esgotamento das minas, na Região das Minas Gerais, era necessário agora transpor a muralha fluminense e ocupar e dominar o Paraíba:

“A presença da barreira montanhosa da serra do Mar ao norte da Guanabara, o relevo vigoroso e compartimentado do planalto neste trecho e sua cobertura florestal contínua, aliando-se à inexistência de um curso fluvial navegável e, mais ainda, à ausência de trilhas indígenas que orientassem a penetração dos primeiros exploradores, impediram, por dois séculos, a expansão para o interior a partir do Rio de Janeiro... Contudo, mesmo não tendo servido de base para a penetração do planalto, o Rio de Janeiro se tornaria a pólo de atração do mesmo, logo que, nos primeiros anos do século XVIII, um áspero caminho foi aberto, ligando à baixada da Guanabara a região das Minas Gerais recém-desbravadas. E esta seria a

⁷ A “Serra”, utilizando o termo de Alberto Lamago, compreende toda a parte montanhosa da bacia do médio Paraíba. O relevo da região está ligado ao trabalho erosivo do rio Paraíba do Sul, alojado entre a Serra da Mantiqueira e a serra do Mar, o qual corta a antiga província fluminense no sentido de sudoeste para nordeste.

causa da grandeza futura do Rio de Janeiro: sua ligação terrestre com o Vale do Paraíba e o planalto mineiro”.⁸

O contingente mineiro no povoamento da Província resultou do confronto entre os penosos trabalhos de mineração, de ano para ano de mais incerto rendimento, e o modo de vida tranquilo dos lavradores às margens do Rio Paraíba do Sul.

Desceram, por último, os que dispunham de alguns recursos, que vão empregar esses em atividades no Vale, surgindo fazendas e aldeias, que posteriormente se transformaram em povoados prósperos, depois em vilas e cidades.

Assim sendo várias famílias estabeleceram na Província: os Teixeira Leite que estabeleceram em Vassouras; os Soares de Souza, que de Parati se espalharam por toda a região serrana e baixada fluminense; os Furquim Werneck; os Ferreira Leal; os Vieiras de Carvalho, que fixaram em Cantagalo; os Ribeiros de Resende e os Nogueiras da Gama que ocuparam Valença e outros.

Mattos⁹ promove uma discussão e uma crítica relacionada a um único fator de ocupação do interior da província do Rio de Janeiro. Inicia-se levando em consideração a grande mobilidade da população naquele momento, em especial no Sudeste, como consequência, e não exclusivamente, da decadência das jazidas auríferas.

A partir dos centros da mineração em decadência, os “generalistas”¹⁰ tomaram direções diversas, ganhando relevância duas delas no povoamento da província do Rio de Janeiro. De um lado, eles avançaram para o oriente de Minas Geras, dando origem a uma importante zona agrícola, e ao refletirem para o sul acabaram por se encontrar com a corrente de povoamento proveniente do Rio de Janeiro, e que tinha como ponto de dispersão Cantagalo.

De outro lado, os “generalistas” avançaram dos centros mineradores para o sul, em direção a Mantiqueira, onde se estabeleceria importante atividade agrícola e pastoril, voltada, sobretudo para o abastecimento do mercado do Rio de Janeiro, além do cultivo do fumo. Esta corrente que ocupou o que ficaria conhecido como o

⁸ BERNARDES, Lysia M. C. **O Rio de Janeiro e sua Região**. Rio de Janeiro, IBGE. 1964, p. 60.

⁹ Mattos, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994; p. 43.

¹⁰ Oriundos de Minas Gerais.

sul de Minas Gerais, avançaria ainda mais em direção ao curso médio do Paraíba, acabando por se encontrar com duas outras: a procedente da capitania de São Paulo, através do vale do Paraíba do Sul, e aquela outra que saía do Rio de Janeiro, mas que apenas de modo ralo ocupava a área onde, na passagem do século, existiam três pequenas vilas: Pati do Alferes, São Marcos e Resende.

Com a expansão cafeeira, os primeiros brancos, pequenos posseiros que viviam na região com suas lavouras de subsistência, até mesmo com pequenos cafezais, também foram expulsos, ou então, se sujeitavam às ordens dos grandes fazendeiros que ganhavam concessões de sesmarias. Para a obtenção de sesmarias, único título de propriedade reconhecido até 1822, o candidato deveria possuir, para fazer face às despesas iniciais, de trezentos a quatrocentos mil-réis. Esta era uma quantia bastante elevada para os padrões da época, inviabilizando, portanto, a aquisição legal de terras por simples posseiros. Numa sociedade de cunho aristocrático, a posse de terras, que assegurava status e prestígio, acabava sendo privilégio de quem tinha recursos para se candidatar a um título.

O regime de sesmarias propiciou a formação de grandes latifúndios na região, como apontava Saint-Hilaire¹¹:

“(...) nada se equiparia à injustiça e à inépcia, graças às quais foi até agora feita a distribuição de terras (...) era preciso que se distribísse gratuitamente, e por pequenos lotes, esta imensa extensão de terras vizinhas à capital, e que ainda estava por se conceder quando chegou o rei. Que se fez, pelo contrário, retalhou-se o solo pelo sistema de sesmarias, concessões que só podiam obter depois de muitas formalidades e a propósito das quais era necessário pagar o título expedido”.

Logo após a aquisição da sesmaria, o novo proprietário tomava as providências necessárias para afastar os antigos posseiros, contando com o apoio das autoridades governamentais, que os consideravam elementos preguiçosos.

A elite dirigente tinha a preocupação do controle social e a manutenção da ordem, pois, à medida que os elementos considerados vadios desenvolviam uma produção para a sua subsistência, poderiam adquirir uma certa autonomia, não se deixando dominar pelos laços de dependência pessoal.

¹¹ NEVES. Lúcia Maria Bastos Pereira das. MACHADO. Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 147.

Afirmam Neves e Machado¹² que os pequenos posseiros da região cafeeira foram afastados de forma violenta: alguns se dedicaram à produção de alimentos para as grandes propriedades e o mercado local, outros mantiveram relações amistosas com os cafeicultores, através de relações de compadrio, tornando-se cabos eleitorais nas disputas políticas. A relação de compadrio, como destaca Maria Sylvia de Carvalho Franco, era uma prática comum utilizada para a obtenção de favores por parte dos grandes proprietários. Em contrapartida, os grandes fazendeiros garantiam a fidelidade dos diversos “afilhados”.

“Para que se tenha presente o quanto esse recurso foi explorado, basta lembrar o significado que “apadrinhar” adquiriu na vida publica e o suporte político representado pelos “afilhados”. Ampliando-se as trocas do compadrio para situações sociais, compreende-se como deriva dele toda uma intrincada rede de dívidas e obrigações, infundáveis porque sempre renovadas em cada uma de suas amortizações, num processo que se regenera em cada um dos momentos em que se consome.”¹³

As primeiras sesmarias de Valença datam de 1771, 1793 e 1797, doadas a Francisco Nunes Fagundes, Garcia Rodrigues Paes Leme e Francisco Antonio de Paula Nogueira da Gama, respectivamente. As distribuições de sesmarias eram feitas pela Coroa, que as doavam após mil formalidades e despesas, gerando especulações com as concessões dessas terras. Deste modo tinham apenas alguns nomes, obtidos enormes áreas. Neste caso estavam Paulo Fernandes e Manoel Jacinto, alto funcionário da fazenda, que, em torno de Valença, receberá doze léguas de terras, da munificência régia.

“A aquisição de terras assegurava “status”, pois a posse de grandes extensões territoriais garantia, acima de tudo, prestígio nesta sociedade aristocratizada. Apenas os ricos, “bem nascidos”, teriam qualidades “empresariais”, pois os miseráveis, os desprotegidos da sorte não têm idéia de propriedade nem desejos de distinções e vaidades sociais, que são as molas poderosas, que põem em atividade o homem civilizado (...)”¹⁴

Os habitantes do Sertão de Valença eram os Coroados, resultantes do cruzamento dos Caiapós com os temíveis Goitacás de Campos¹⁵, que se

¹² NEVES. Lucia Maria Bastos. MACHADO. Humberto Fernandes. Op. cit, p. 149.

¹³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; p. 85.

¹⁴ MACHADO. Humberto Fernandes. **Escravos, Senhores e Café: a crise da cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense - 1860-1881**.

¹⁵ IORI. Leonil. **Valença de Ontem e de Hoje**. 1ª Edição, 1953; p. 11.

estabeleceram na margem superior do Rio Paraíba do Sul, dada a perseguição que lhes moviam os seus perigosos parentes – os Puris – que viviam entre o mar e a margem norte do rio Paraíba do Sul.

Segundo relatos¹⁶ a sesmaria pertencente aos Coroados, foi causa de disputa por todos. O padre Manuel Gomes Leal¹⁷ tentou anexar à sua sesmaria a dos índios coroados, onde se fundara a aldeia, por meios tortuosos. Não podendo fazê-lo diretamente, porque ao concessionário de uma não se concedia outra, requer a mesma em nome de Florisbello Augusto de Macedo, com a justificativa que a terra era devoluta.

O requerimento foi apresentado ao vice-rei em 1805, e a sesmaria foi concedida ao requerente a 3 de novembro de 1808. Com a morte de Florisbello Augusto de Macedo, o cidadão de nome Eleutério Delfim da Silva, vai requerer para si a sesmaria dos nativos, alegando as mesmas justificativas anteriores, tendo ganho de causa em 25 de janeiro de 1817.

A provisão de 20 de agosto do mesmo ano mandou que os nativos fossem conservados nas terras, porém Eleutério Delfim da Silva tentou através de mentirosas representações em grande parte assinados por analfabetos, como falsificando um mandato do almotacé do Rio de Janeiro, fez pressão aos moradores de Valença para absterem de obras e plantações na sesmaria.

D. João VI, verificando que o terreno destinado para a vila de Valença pela ordem régia de 25 de agosto de 1801 declarou nulas as concessões feitas e mandou pelo decreto de 26 de março de 1819, restituir o terreno aos índios.

A ocupação das terras pelos cafezais em Valença e no restante do vale do rio Paraíba do Sul e os vícios, como cachaça¹⁸, dada em pagamento de seus serviços, ou troca de sua caça, contribuíram de forma decisiva para o extermínio dos nativos

¹⁶ Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Vol. 213, 1951; p. 266-268.

¹⁷ O Vice-rei D. Fernando José de Portugal, depois Marquês de Aguiar, nomeava, pela portaria de 5 de fevereiro de 1803, para o cargo de capelão, com a cômputo anual de 150\$000, o padre Gomes Leal, que, estando paroquiano a igreja de Sacra Família, e tendo acompanhado as expedições anteriores contra os índios bravios, promovia uma série de serviços úteis à Igreja e ao Estado. À vista dessa nomeação, o bispo José Joaquim Justiniano designava, por despacho de 2 de março de 1803, o referido Capelão para “construir, edificar ou levantar altar em sítio convenientemente escolhido, com poderes para benzer capela ou igreja que erigisse, podendo ainda administrar aos índios os sacramentos, inclusive do matrimônio, e, finalmente, com autorização para construir e benzer cemitério”.

¹⁸ Monsenhor Pizarro diz que, na época em que escrevia a sua obra, isto é, em 1820, o número de habitantes da aldeia de Valença era de mais de 1 000, e que a região apresentava lamentável aspecto, pelas poucas casas que havia, das quais mais da metade eram vendas, que se restringiam ao comércio de aguardente.

que habitavam essa região, que eram considerados obstáculos ao desenvolvimento das lavouras. A sua eliminação da área cafeeira, através de doenças mortais, era o primeiro passo para a conquista de suas terras.

O Estado tinha interesse em ocupar a região buscando o desenvolvimento da lavoura e, especificamente, da cafeicultura; portanto, os nativos situavam-se como um entrave.

Passando por Valença, entre 1828 e 1829 descreve R. Walsh a respeito dos nativos já influenciados pela colonização:

“Havia quatro tribos ali: os Puris, de pele escura e baixa estatura; os Araris de pele mais clara e constituição mais robusta; os Pitás e os Xumettos, todos eles primitivos habitantes do Vale do Paraíba; estes últimos ainda conservavam os seus traços característicos, e os Puris e Araris se distinguem até hoje pela cor de sua pele e sua baixa estatura. Como sinal de civilização, eles usam os cabelos aparados, e não a lhes cair pelos ombros, como antes, também não se distinguem pelo seu vestuário¹⁹”.

Em 1823, a Aldeia de Valença é elevada a Vila, que representou o desmantelamento dos nativos que ainda existiam.

Augusto de Saint Hilaire, considerando a transformação de simples povoado, escreveu a respeito da elevação de Valença a Vila em 1823:

“Em relação particularmente a Valença, não sei dizer si a transformação da aldeia em vila foi justificada pela distância da autoridade judiciária e que antes estava sujeita, por dificuldades de comunicação ou outra qualquer circunstância; mas, o certo é que não se justifica nem pela importância da população, que se estabeleceu nas margens do cominho, nem pela do próprio povoado, ao qual, na verdade, é ridículo dar o nome de vila. Além disso, se fosse necessário existir uma Vila na região, parece que não seria em Valença, lugar afastado dos rios e um dos mais tristes que vi na Província do Rio de Janeiro. A nova Vila deveria ter sido fundada à margem do Paraíba, em local em que seu curso não fosse rápido: uma igreja e a isenção dos direitos de postagem atrairiam o povoamento.”²⁰

As considerações do escritor francês apresentam fundamentos, pois se sabe que antes se cogitou da instalação da Vila de Valença no local onde hoje se assenta à sede do 2º Distrito, em Desengano (Barão de Juparanã), em virtude de sua situação topográfica, à margem do Rio Paraíba do Sul, e da facilidade de comunicação rápida com os grandes centros. Porém para entendermos melhor a

¹⁹ WALSH, R. **Notícias do Brasil (1828-1829)**; Tradução Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1985; p. 40.

²⁰ IÓRIO, Leoni. Op. Cit, p. 65.

elevação de Valença a Vila cabe uma discussão do momento em que transcorre a elevação.

“Tudo está por fazer. Não há constituição, códigos legais, sistema de educação, nada exceto uma soberania reconhecida e coroada”, comunicava através de um ofício a seu governo o agente diplomático da Áustria na legação do Brasil, Felipe Leopoldo Wenzel, Barão de Mareschal, em meados de dezembro de 1822. Esse comunicado mostra que à construção do novo Império, em particular, exigiam medidas imediatas: a obtenção do reconhecimento internacional e a unidade territorial em torno do governo do Rio de Janeiro, pois cabe lembrar que o processo de independência não resultou de uma consciência nacional, visto que várias províncias vão se manter ligada a Portugal, uma ameaça à unidade territorial. Embora constituísse uma idéia estranha à América, e talvez devido à forma peculiar assumida pelo processo de emancipação da colônia portuguesa desde a transferência da corte, a solução monárquica acabou por se impor às forças políticas em luta no Rio de Janeiro, que resultou na centralização do poder político nacional na nova sede do império que se formava.

Em *O Processo de Independência no Rio de Janeiro*, Francisco C. Falcón e Ilmar Rohloff de Mattos²¹ afirmam que emancipação beneficiou diretamente, ainda que em longo prazo, os senhores de terras e de escravos, e que o Estado que se constitui representará, direta ou indiretamente, em maior ou menor escala, aceitarão a centralização, ou menos a ela não poderão opor-se, em constituíssem a classe dominante do ponto de vista econômico.

Ocorre a transformação de burocratas e negociantes em grandes proprietários rurais, a aproximação dos grupos nativos economicamente dominantes da Corte por meio de negócios, a união de famílias proprietárias através da conclusão de alianças matrimoniais, além da nobilitação de todos aqueles que circulavam ao redor da Família Real. Possibilita perceber como na área polarizada pela cidade do Rio de Janeiro foi-se constituindo o feixe de forças políticas que concretizaria o rompimento com as cortes portuguesas em 1822.

Entendemos que a elevação de Valença a Vila encaixa-se perfeitamente no processo analisado acima, pois D. Pedro I, na tentativa de buscar forças políticas, promove uma ruralização política, buscando centralizar seu poder apoiando-se no

²¹ FALCÓN, Francisco C. e MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Processo de Independência no Rio de Janeiro*. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822. Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

interior da província, que vai constituir uma elite, onde vão se tornar a ordem sob a ordem.

A instalação da Vila de Valença ocorreu em 12 de novembro de 1826, cuja origem foi de Resende, Rio de Janeiro e São João Príncipe²².

Valença era formada por cinco freguesias ou paróquias: Nossa Senhora da Glória, Santo Antonio do Rio Bonito²³, Santa Isabel do Ouro Preto²⁴, Nossa Senhora da Piedade das Piabas²⁵ e Santa Teresa. Cada paróquia dispunha de pessoal administrativo, sua pequena família oficial.

Os primeiros brancos que se estabeleceram no Vale do Paraíba Fluminense foram pessoas de poucos recursos que almejavam a obtenção de terras para desenvolver sua agricultura de subsistência. Aqueles que não as possuíam podiam conseguí-las, bastando apenas levantar uma choupana e desenvolver suas roças de milho que abasteciam as tropas que se dirigiam às minas. E a Coroa Portuguesa privilegiou, especialmente no período joanino, numerosos agricultores e antigos mineradores, elementos da burocracia governamental, de Minas Gerais, e comerciantes do Rio de Janeiro com grandes extensões de terras:

“O rico conhecedor do andamento dos negócios, tinha protetores e podia fazer bons favores; pedia-as para cada membro de sua família e assim alcançava imensa extensão de terras. Alguns indivíduos faziam dos pedidos de sesmarias verdadeira especulação. Começavam um arroteamento do terreno concedido, plantavam um pouco, construíam uma casinhola, vendiam em seguida a sesmaria, e obtinham outra. O Rei dava terras sem conta nem medida aos homens a quem imaginava dever serviços. Paulo Fernandes viu-se cheio de dons desta natureza. Manuel Jacinto, empregado do tesouro, possui, perto daqui, doze léguas de terras concedidas pelo Rei.”

“Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantavam, constroem pequenas casa, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu de véspera, expulsa-os e aproveita o fruto do seu trabalho.”²⁶

Assim alguns personagens, de grande influência, obtiveram enormes áreas e com certeza esse fato contribuiu para mais tarde ocorrer na expansão cafeeira

²² SANTOS, Lúcio G. de. Nélia L. Sá. (coord) **Síntese da Documentação Histórico-Administrativa e Geográfica dos Estados do Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE, 1995. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE.

²³ Lei Provincial nº. 136 de 19 de março de 1839.

²⁴ Lei Provincial nº. 603 de 19 de março de 1839.

²⁵ Curato pela Lei Provincial nº. 487 de 24/05/1849 – Freguesia pela Lei Provincial nº. 7 603 de 29 de setembro de 1852.

²⁶ Augusto. Saint Hilaire. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. Belo Horizonte – São Paulo, 1975, p. 23.

concentração de terras, propiciando o aparecimento de uma nova camada social no Vale: os Barões.

Schnoor²⁷ em artigo mostra-nos como se dava a nobilidade da elite que se formava no vale paraibano.

Para manter a corte e a ampliação do aparelho burocrático com a crise do Tesouro Real, o governo promove ações para maior captação de impostos e permissão de livre comércio, vão lançar mão de uma prática por eles muito utilizada: o pedido de auxílio às despesas do Estado. Agora, em vez de agradecimentos, a Coroa vai nobilitá-los. A Ordem de Cristo, tão parcimoniosamente distribuída anteriormente será o principal veículo para “chancelar” os senhores locais. Os pedidos de graça honoríficos não partiam do Estado. Eram feitos pelos pretendentes, que os enviavam ao Desembargo do Paço, contendo testemunhas e uma defesa em causa própria, explicando as razões pelas quais deveriam fazer jus ao pleito.

Calmon²⁸, nos aponta com grande clareza que a ordem monárquica estabelecida segue a estrutura de antes para se firmar perante a esfera fundiária que se constituía, oferecendo títulos e privilégios.

“A ordem monárquica aproveita sagazmente os elementos estruturais da ordem antiga: o Império não destruiu a colônia; emancipou-a, sem a desfigurar. Apoiou-se, com ela, no grande senhor territorial. O trono é pródigo em titular os proprietários rurais. Não poderia limitar-se a reconhecer os históricos títulos portugueses, nem aceitar o critério, absurdo em colônia de povoamento, de uma nobreza de sangue, cujos pergaminhos atestassem séculos de cavalaria. Cuidou de honrar a casta dos latifundiários, a sua indústria, o seu latifundium; e não somente lhes deu brasão de armas, como a efetividade de um comando civil”.

Iniciara-se com D. João VI o costume de titular os grandes proprietários, as notabilidades brasileiras, fora das velhas regras, as que no reino obedeceram os reis seus avós, para a concessão das cartas de nobreza. Exilado no Brasil, sem esperança de logo retornar a Portugal e querendo fundar o novo império, D. João VI se viu na necessidade de formar e apoiar uma classe, ainda inexistente, de

²⁷ Schnoor, Eduardo. Os Senhores dos Caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: Del. Priore, Mary. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

²⁸ Calmon, Pedro. **História Social do Brasil, volume 2: espírito da sociedade imperial**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 196.

“grandes” da monarquia, de condes e barões vinculados à sua sorte, e a ele obrigados.

D. Pedro I, e, em escala muito maior, D. Pedro II, desenvolveram esse costume, fundado na própria natureza do governo monárquico.

D. Pedro II estabeleceu certas normas para a concessão dos títulos. Aos estadistas do reinado anterior, e conselheiros de Estado, envelhecidos no serviço público, fez marqueses; viscondes, aos presidentes do Supremo Tribunal de Justiça; aos mais distintos comandantes da Guarda Nacional, barões. Só foram duques os príncipes de sangue: abriu honrosa, única exceção, para o marquês de Caxias, ao regressar, vitorioso, do Paraguai. Os títulos acompanhavam-se ou não de “grandeza”, o que distinguia os titulares homens de Estado, e os de merecimento invulgar, dos demais. Deviam manifestar a renda, essencial ao decoro de sua nobreza. Porque os títulos não importavam vantagens materiais, porém exigiam adequado tratamento: só podiam usá-los, portanto, os que estivessem em condições de viver à “lei da nobreza”.

Os títulos foram dados, prioritariamente aos fazendeiros e, depois, aos ocupantes de cargos públicos, aos comerciantes e negociantes, aos intelectuais e, por fim, aos capitalistas.

Pela tabela de 02/04/1860, ser nobre no Brasil, tinha os seguintes valores em contos de réis:

Duque: 2:450\$000

Marquês: 2:020\$000

Conde: 1:575\$000

Visconde: 1:025\$000

Barão: 750\$000

E, além desses valores havia, ainda, os seguintes custos adicionais:

Papéis para a petição: 366\$000

Registro do brasão: 170\$000

Em 1871, o uso indevido do título, e/ou brasão, foi considerado crime de estelionato e dava cadeia para os infratores, inclusive aos filhos que fizessem uso não autorizado por concessão específica do imperador.

Valença contou com o maior número de títulos no Império entre os municípios fluminenses: Estevão Ribeiro de Resende, Marquês de Valença; Domingos Custódio

Guimarães, Visconde do Rio Preto; Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama, Conde de Baependi; Peregrino José da América Pinheiro, Visconde de Ipiabas; Manoel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama, Barão de Juparanã; Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, Barão de Santa Mônica; Manoel Pereira de Souza Barros, Barão de Vista Alegre, Manoel Vieira Machado da Cunha, o Barão da Aliança; Inácio da América Pinheiro, o Barão de Potengi; Carlos Teodoro de Souza Fontes, o Barão de Santa Clara ; José Rodrigues Alves Barbosa, o Barão de Santa Fé; o Barão de Guaraciaba ,Francisco Paulo de Almeida e outros.

Eduardo Schnoor e Ilmar Rohloff de Mattos, analisam o comportamento dos titulares na sociedade em que estavam inseridos. Ambos concordam que a elite cafeeira para se manter no poder promove uma intrincada relação através de compadrio, matrimônio e a até mesmo no nível universitário, provocando assim uma hegemonização do poder. Mattos afirma:

“As divisões partidárias. Contudo, não foram suficientemente profundas, salvo em raras ocasiões, para romper os laços criados pelos casamentos entre famílias proprietárias; laços tão poderosos que apagavam mesmo os já tênues limites provinciais, tendendo a transformar num único bloco o terreno por onde se espelhavam os cafezais fluminenses, paulistas e mineiros, em quase contigüidade com as áreas mais antigas de lavoura canavieira. Por meio de uma “política de casamentos”, essas verdadeiras “dinastias cafeeiras”, assim como suas similares açucareiras, também tendiam a atrair para a sua órbita jovens oriundos de famílias não proprietárias de terras, bacharéis em Direito quase sempre, formados em Coimbra ou egressos dos Cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo, os quais obtendo ingresso na alta burocracia e no Parlamento constituir-se-iam em seus representantes políticos.”²⁹

Para defesa de seus interesses, a “dinastia cafeeira”, vai estar presente em todas as esferas da sociedade. Em Valença vão conduzir o poder político – Câmara Municipal e Associações, como por exemplo, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência –; o poder militar – a Guarda Nacional local -; o poder religioso – as Irmandades, em especial a de Nossa Senhora da Glória – e o poder social através da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença.

O controle dessas diferentes esferas relaciona-se ao contexto demográfico de Valença e de outros municípios do Vale.

²⁹ MATTOS, Rohloff de Mattos. **O Tempo Saquarema. Formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994; p. 63.

A lavoura cafeeira formou-se dentro do contexto de uma estrutura escravista colonial. Os interesses comerciais impulsionaram a expansão cafeeira, provocando a concentração das propriedades e utilizando-se um grande numero de escravos.

Segundo Emília Viotti da Costa³⁰, o desenvolvimento das lavouras cafeeiras determinou uma redistribuição demográfica na província. Enquanto os municípios de tradicional área de mineração se despovoavam, o inverso sucedia nas zonas cafeeiras. No Rio de Janeiro, os principais distritos cafeeiros coincidiam com as maiores concentrações de escravos, com exceção de Campos.

Em 1850, Cantagalo possuía 9.850 escravos, menos de sete anos depois, já possuíam um total de 19.537. Valença com mais de vinte mil (23.468) em 1857 e Piraí (23.862).

Com a prosperidade do café a tendência da concentração de escravos era aumentar. Em 1873, cerca de 35 mil em Cantagalo e em Valença 27 mil. A população escrava, em meados do século, superava em muito a população livre. Em Valença mais de 70%³¹ da população era de escravos.

Assim sendo, o temor de uma insubordinação da população escrava preocupava constantemente a “elite cafeeira”, que procurava usar todos os meios para evitar as tais insubordinações.

Em 1846, em Valença, reaparece o rumor costumeiro de prováveis levantes escravos, por ocasião das festas de São João, São Pedro e Santana. Flavio dos Santos Gomes³² afirma:

“A região do vale do Paraíba Fluminense, particularmente Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e Barra Mansa, parecia palco privilegiado para espetáculos de histeria coletiva em relação às insurreições escravas”.

A vigilância fazia parte estrutural do sistema, sendo respaldada, inclusive, pelo aparelho, repressor e legal, do Estado. Como por exemplo, a livre circulação dos cativos, a venda de armas sofria inúmeras restrições, como podemos constatar, analisando as diversas posturas municipais.

³⁰ COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998; p. 104.

³¹ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro pelo vice-presidente João Manuel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, 1857; e Relatório de 1884, Província do Rio de Janeiro. In: Costa, Emília Viotti. Op. cit. p. 105.

³² Gomes, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; p. 281.

Encontramos no segundo Livro de Atas da Câmara Municipal de Valença do ano de 1833, apresentado na Sessão ordinária do dia 7 de abril, os seguintes artigos do Código de Postura que servirá para ilustrar o que foi afirmado acima:

Artigo nº 1 – Ninguém poderá expor a venda em loja, pólvora e armas ofensivas sem que tenha licença do Jus de Paz – os infratores pagarão uma multa de 8 (oito) dias de prisão e em caso de recidência 20 (vinte) dias de prisão.

Artigo nº 2 – Fica proibido a venda ou negociação de armas com escravos – incorrerão nas multas do artigo anterior.

Artigo nº 3 – Os escravos que forem encontrados fazendo desordens serão conduzidos a cadeia, e no dia seguinte castigados com 100 (cem) açoites.

Caso ultrapassassem os limites, a lei, teoricamente os punia. Em Valença, no ano de 1829 encontramos a preocupação do então fiscal da Vila, Eleutério Delfim da Silva, em relação aos castigos brutais que os escravos daquela Vila recebiam. Inconformado o fiscal faz uma representação a Câmara, expondo tais brutalidades, e apela para os sentimentos de humanidade das autoridades, no sentido de pôr-se o fim nas cenas tão brutais, para o que pedia severa punição. Em 5 de dezembro, Sua Majestade, por intermédio do Ministro do Império, ciente das crueldades contra os escravos, e considerando a delicadeza do assunto, autorizava a Câmara a tomar medidas acauteladoras, a fim de que fosse evitada qualquer insubordinação dos escravos. Como afirma Humberto F. Machado³³:

“(...) nas propriedades de café do Vale do Paraíba eram implacáveis quaisquer normas jurídicas que visassem beneficiar os cativos”.

Em especial em Valença, o pedido do fiscal ia contra a ordem estabelecida entre a “elite do café”, que formava a ordem política estabelecida, e o poder central da província do Rio de Janeiro. Entende-se que a preocupação do Imperador não era punir os proprietário de escravos, mais sim evitar uma manifestação coletiva dos escravos.

O partido que tomou o governo do país em 7 de abril de 1831 instituiu uma agremiação patriótica a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional em 10 de maio de 1831, cujo objetivo era que homens dotados de capacidade pudessem fora do Parlamento, discutir e defender os interesses públicos. O exemplo da corte foi seguido por outros pontos do país.

³³ MACHADO. Humberto F. **Escravos, Senhores e Café: A crise da cafeicultura escravista do Paraíba fluminense, 1860-1888**. Niterói: Clube de Literatura Cromos, 1993; p. 76.

Consta na ata da sessão da Câmara de Valença de 16 de novembro de 1831 que a criação de tal sociedade se deu no dia 28 de setembro, sob a presidência interina de José da Silveira Vargas com doze cidadãos reunidos na casa da Câmara. O fim da sociedade era auxiliar a ação das autoridades, bem como estimular a agricultura, a indústria, a instrução pública e as artes conforme seu art. 2º:

(...) declarava que o fim da sociedade era sustentar a liberdade e a independência do Brasil, auxiliando as autoridades sempre que fosse necessário, a bem da ordem e tranquilidade pública. Propunha-se também promover a agricultura, “principal riqueza”, a instrução pública, “principal firmamento do edifício social”, a indústria e as artes, “base da felicidade nacional”.

Para ser sócio o art. 23 exigia:

“(...) exigia a qualidade de cidadão brasileiro, bons costumes e meios de subsistência, com a condição de não ter sido contrário a independência nacional.”

A Sociedade Defensora valenciana estende-se à margem direita do Paraíba do Sul, atraindo os homens de Vassouras, como Francisco José Teixeira Leite, o futuro barão de Vassouras, sobrinho de um dos sócios fundadores, Custódio Ferreira Leite, o futuro barão de Aiuruoca. Foi dissolvida em 7 de setembro de 1833.

No campo social em Valença, analisamos a Ata de fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de 1838 que declara:

São irmãos da Santa Casa de Misericórdia todas as pessoas, que forem aprovadas pela mesa, ou junta, no caso de recurso e que tiverem pago a jóia, e prestado juramento exigido no presente compromisso.

Qualidades:

- Idade completa de vinte e um anos, exceto o filho de irmão, sendo maior de quatorze anos, proposto por seu pai.
- Meios honestos de subsistência
- Boa fama, e conhecida.
- Suficiente inteligência.

Artigo nº 20 – Todo o irmão, que só possuir um escravo, tem direito de o fazer curar na Santa Casa gratuitamente, requerendo previamente ao Provedor para ordenar sua admissão.

Artigo 96 – Os presos escravos não tem direito aos socorros da misericórdia, cumprindo haver todo o cuidado, para que não sejam incluídos nas listas de socorridos, exceto no caso de condenação de pena capital. Essas listas serão reformadas, semanalmente, e nenhum, preso será lançado nelas sem preceder ordem do provedor, a vista das informações do mordomo.

Observando a Ata de Fundação da Irmandade constatamos que para pertencer à tal instituição era necessário fazer parte da “elite cafeeira”. Através da

irmandade percebemos que o poder local instituiu uma caridade para uma minoria, no entanto, encontramos vários recibos de tratamento de escravos que confirmam o *Artigo nº 20*, pois a maioria dos associados possuíam um elevado número de escravos, tendo assim despesas com seus cativos:

Ano de 1870

Sr Jacinto José do Sacramento deve tratamento de sua escrava Henriqueta.

25 dias. Entrada 22 de maio. Falecida a 16 de junho.

40\$000

8\$560

5\$000

53\$560

Ano de 1883

Entrou para este hospital no dia 23 de abril o escravo Miguel de Pedro Ramos ficando responsável pela diária de 3.000SS seus senhores. Faleceu dia 26 de maio de 1883 (31 dias de tratamento.).

Em outras localidades cafeeiras, como, por exemplo, Vassouras, vamos encontrar irmandades de escravos que além das atividades religiosas que se manifestavam na organização de procissões, festas, coroação de reis e rainhas, também exerciam atribuições de caráter social como ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maus tratos de seus senhores e ajuda a compra de carta de alforria .

Viajantes estrangeiros que visitavam o Brasil ficavam admirados com a pompa e cerimônia dessas festas, que possibilitavam aos escravos momentos de lazer, de diversão e de convívio social.

Segundo a literatura local³⁴, em Valença, existiu uma irmandade de negros. Na tentativa de estudar tal irmandade nos lançamos em busca de documentação. Curiosamente não existe nenhum registro documental a respeito de tal irmandade no arquivo da Catedral de Nossa Senhora da Glória e nem no arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Concluímos que, um grupo de negros, reuniu-se em torno da devoção de Nossa Senhora do Rosário e iniciou a construção da antiga capela para a devoção da mesma e manteve as tradições africanas como, por exemplo, danças tradicionais no dia da padroeira e a escolha de seu rei e rainha da congada:

“Marujadas e congadas eram festas populares, inspiradas em costumes africanos. Nos dias da festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

³⁴ Lóri. Leoni. op. cit.

eram eles o complemento que atraía a atenção da sociedade valenciana. Em desfile pelas ruas de Valença os seus componentes se trajavam a caráter, distinguindo-se pelas singulares e berrantes vestimentas em que predominavam as cores vermelho-escarlata, preta e amarela. Tais vestimentas consistiam em calções e mantos longos que desciam por sobre as espáduas, completando-se com um gorro de cores vivas sobre a cabeça”

³⁵.

Encontramos sim, no primeiro arquivo mencionado, atas das irmandades de brancos destacando a Irmandade de Nossa Senhora da Glória.

A Irmandade de Nossa Senhora da Glória foi instalada em 1836, com a aprovação do governo imperial e ordinário. Foi eleito como primeiro juiz o Visconde de Baependí. Em 1837, sem receber ajuda do governo da Província do Rio de Janeiro para as obras da igreja, a Irmandade pede a intervenção da Câmara, no sentido de obter-se de imediato auxílio financeiro, para a ultimização das obras. Em 5 de junho do mesmo ano foi lida em sessão da Câmara uma portaria do governo da província, declarando que *“ficava entregue ao Visconde de Baependí a quantia de 3:000\$000 para as referidas obras e que, no ano seguinte, expediria ordens ao tesoureiro provincial para entregar, adiantadamente, uma consignação mensal para aquelas obras e que se comunicasse a Irmandade”*.

Concluimos que: ao mesmo tempo, em que os grandes proprietários de terras estavam no poder político controlavam as outras esferas da sociedade valenciana, mantendo a regra do contexto histórico do Brasil Colonial.

A elite no vale do rio Paraíba do Sul e especial na nossa micro região-Valença, constituiu-se numa intrincada rede de relações sócio-parentais como, apadrinhamento, casamento e acordos políticos para estabelecerem como notáveis dentro de um contexto marcado pelo sistema escravista onde os cativos representavam uma ameaça a ordem social e econômica, pois as relações de exploração dependiam da manutenção da ordem a qualquer custo.

ABSTRACT

We intend to show the occupation and the formation of the elite in the town of Valença happened in 1823 following the old structures of colonial Brazil. The distribution of “sesmarias” (pieces of land donated by the King of Portugal) and the

³⁵ Ióri. Leoni. Op. cit, p. 347.

titles of nobility represent the first steps for the consolidation of political power, which, later, will be confirmed by the development of the plantations of coffee, putting the nobility elite outstandingly in the new stage that presented itself – Imperial Brazil.

Keywords: Micro-region; occupation; nobility elite.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Catedral de Nossa Senhora da Glória.

Atas da Venerável Irmandade de N. S. da Glória de Valença, 1836 -1876.

Arquivo da Câmara Municipal de Valença

Atas das reuniões da Câmara Municipal de Valença, 1826- 1885.

Ata de fundação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência – 28/09/1871

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Valença

Ata de fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, registro de fundação - 1838.

Recibos de tratamento de escravos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Saint Hilaire. **Segunda viagem do Rio Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. São Paulo, 1975.

ANDRADE, Eloy. **O Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro, 1989.

BERNARDES, Lysia M. C. **O Rio de Janeiro e sua região**. Rio de Janeiro : IBGE. 1964.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil**: espírito da sociedade imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v.2.

COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1988.

_____. Da Escravidão ao Trabalho Livre. In: _____. **História Geral da Civilização Brasileira** : reações e transações. São Paulo: Difel, 1969. t. 3, v. 3.

COELHO, Lucinda Coutinho de Melo. **Ensaio sócio-econômico de áreas valeparaibanas**. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1984.

FALCI, Miridan Brito Knox. História Regional: conceitos, métodos e problemas. **Revista do IHGRJ**, Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Luiz Damasceno. **História de Valença**. Rio de Janeiro, 1978.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas, mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

IORI, Leoni. **Valença de ontem e de hoje**. /S.l./, 1953.

MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, v. 8, n. 16, mar-ago.1988.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohlof. **O Tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

_____. FALCON, Francisco C. O processo de independência no Rio de Janeiro. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822 Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira ; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição**: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. 1990. Dissertação (Mestrado, ICHF da Universidade Federal Fluminense, 1990).

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, v. 213, n. 15, p. 1854, 1951.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Martins, Brasília: INL, 1976.

SANTOS, Nélia L. Regina de A Sá. (Coord.) **Síntese da documentação histórico administrativa e geográfica dos estados do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Abolição e crise na Província do Rio de Janeiro: um balanço das principais perspectivas de pesquisas. In: **Revista do Arquivo Nacional**, v. 3, jan-jun. 1988.

SCHNOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso**: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829)**; tradução Regina Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

O CONTEXTO EDUCACIONAL DA CRIANÇA PORTADORA DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR

SILVA, M. M. P.*

RESUMO

Neste artigo procuramos fazer uma reflexão sobre o papel da escola no atendimento ao ser humano que nela ingressa, tendo em vista suas características peculiares. Apresentamos os conceitos mais usualmente empregados para designar crianças portadoras de necessidades especiais e enfatizamos a necessidade do professor estar atento às singularidades de cada criança para que a aprendizagem se concretize no âmbito de suas possibilidades, permitindo sua integração ao mundo social. Fizemos abordagens que levam à reflexão sobre a importância da formação do professor, no âmbito da educação especial, para o enfrentamento das dificuldades surgidas no seu ambiente de trabalho, tendo em vista que um contingente bastante significativo de alunos precisa de uma orientação específica para vencer as dificuldades que suas limitações lhes impõe.

Palavras-chave: crianças com necessidades especiais; professor; aprendizagem; educação especial; desenvolvimento; integração.

1. O CONTEXTO EDUCACIONAL DA CRIANÇA PORTADORA DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR

Num momento em que as mudanças ocorrem de maneira muito rápida, certamente a mais rápida em toda a história da humanidade; num momento em que *adquirimos conhecimentos espantosos sobre o mundo físico, biológico, psicológico e sociológico* (MORIN, 1998, p. 13) é preciso (re)pensar intensa e profundamente o papel da escola, no seu atendimento, de forma igualitária, não só ao estudante que nela se matricula, mas ao ser humano, que independentemente de sua idade

* Pedagoga; Mestre em Educação pela UNESA, RJ; Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Valença, da Fundação Educacional D. André Arcoverde, Valença, RJ.

cronológica, sexo, idade mental, condições emocionais e antecedentes culturais, nível social e credo a que pertença (MEC, 1995) possui um valor inerente a sua própria natureza e as suas potencialidades.

Embora esteja explícito na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* que todo ser humano tem direito de reivindicar condições de aprendizagem e ação para desempenhar-se como pessoa e como membro atuante de uma comunidade, tais condições nem sempre têm sido oferecidas. Neste sentido, pode-se observar um processo de exclusão em relação ao portador de necessidades especiais. Este tem ficado, por descaso, preconceito, vergonha, falta de conscientização, e até mesmo despreparo, à margem da sociedade.

A Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 diz, no seu capítulo V, art. 58:

entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (p. 196).

De início, é preciso que se conceitue quem é o educando *portador* de necessidades especiais. O Ministério da Educação e do Desporto utiliza a expressão *portador de necessidades especiais* para indicar pessoas portadoras de deficiência (mental, visual, auditiva, física e múltipla) e pessoas portadoras de altas habilidades e de condutas típicas (MEC, 1995). Isso nos leva a dimensionar a educação dos portadores de necessidades especiais no seu aspecto não só pedagógico, mas social e cultural, no sentido de que tenha favorecido o desenvolvimento de suas potencialidades e seja capaz de participar e se integrar em sua comunidade.

Acreditamos ser pertinente apresentar os conceitos mais usualmente empregados para designar os portadores de necessidades especiais para que, a partir deles, possamos dimensionar os problemas pedagógicos advindos de sua não compreensão e entendimento quando nos reportamos ao campo da aprendizagem. Assim vejamos:

Deficiência Mental – Segundo a Associação Americana de Deficiência Mental, refere-se ao funcionamento intelectual geral, *significativamente abaixo da média, que coexiste com falhas no comportamento adaptado e se manifesta durante o período de desenvolvimento* (KIRK e GALLAGHER, 1996. p. 121).

Deficiência visual – redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor conexão ótica.

Deficiência auditiva – é a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala, através do ouvido.

Deficiência física – é uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral e da fala, como decorrência de lesões, sejam neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou ainda, de mal formações congênitas ou adquiridas.

Deficiência Múltipla – é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física) com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

Condutas típicas – manifestações comportamentais típicas de síndromes de quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos e que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social.

Altas Habilidades – notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criador ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes; capacidade psicomotora (MEC, 1995).

Diante de um alunado que apresenta essas características, o professor não pode desconhecer o quanto é necessário valorizar as singularidades de cada criança para que o aluno as tenha respeitadas, quando considerado em relação ao seu ritmo e às suas características pessoais. Somente visualizando a criança portadora de necessidades especiais, dentro do parâmetro da individualização, é que se poderá contribuir, com ações concretas, para que a criança tenha assegurada a sua aprendizagem, no âmbito de suas possibilidades.

Partindo do pressuposto de que uma das ocupações mais importantes do homem é a de aprender e que esta função é a grande tarefa da infância e da juventude (Kelly, 1965), cabe ao professor facilitar esta tarefa colaborando para que a criança e o jovem possam se sentir menos discriminados, que tenham elevada a sua auto-estima e sejam capazes de *reinterpretar o mundo como menos hostil e frustrante* (MEC, 1995, p. 7).

O professor é o elemento - chave na escola, no sentido de ser coadjuvante na tarefa de traçar os rumos da educação e do desempenho dos alunos que a freqüentam. Isto porque a contemporaneidade exige que ele tenha consciência de que lida com individualidades, com seres diferentes e originais, que têm múltiplas possibilidades. Nessa perspectiva, os alunos de uma classe não podem ser

considerados como uma massa amorfa, sem identidade, sem nome. Conforme afirmativa de Silva (2001):

é preciso que o professor compreenda que as individualidades encontram-se inseridas em um meio social, em permanente interação com seus pares, exercendo e recebendo influências diversas de todas as pessoas, do ambiente a que pertencem, do próximo e do distante, do micro e do macro contexto social (p. 51).

Ele é a figura central no processo de aprendizagem, pois além de perceber em sua classe crianças com deficiência, de condutas típicas ou de altas habilidades tem que estar capacitado, se não a lidar com elas, a encaminhá-las para que recebam atendimento adequado e tenham garantida a oportunidade de atingir e manter um nível satisfatório de aprendizagem. Esse professor deve estar aberto a desafios: saber, de uma forma especial, dar atenção a esses alunos; oferecer um currículo mais variado; programar trabalhos que atendam a singularidade de cada criança; ser criativo; ter habilidades diferenciadas; saber usar o bom senso, entre outros. Isto é de fundamental importância para afastar, quase sempre, os comportamentos agressivos e turbulentos, a timidez e a inibição. Ele deve ser o ponto de equilíbrio para que a criança vença o medo e enfrente desafios tendo a certeza de que não lhe faltará apoio. Assim, caminhando paralelamente com o professor, ela construirá a sua identidade pessoal desenvolvendo a independência e a autoconfiança, fruto de um trabalho objetivo, consistente e realista que se efetiva na ação integrada que favorece a evolução e o desenvolvimento dos indivíduos.

Outrossim, é importante lembrar, ao professor que possui em sua classe crianças portadoras de necessidades especiais, sobre a importância da afetividade, aspecto que engloba e condiciona todas as dificuldades e problemas decorrentes da condição de ser uma criança especial. Fazemos referência a todas elas: às que possuem deficiência mental, visual, auditiva, física; às que têm comportamentos típicos e às portadoras de altas habilidades. Se essa criança, à qual fazemos referência, tem sua necessidade de afeto satisfeita, provavelmente saberá, de forma diferente, enfrentar suas dificuldades. O sentimento de segurança, de apoio, de sentir-se querida e amparada, por certo, reforçará a sua coragem, a sua força e a autoconfiança, embora sabendo-se e sentindo-se limitada na sua capacidade de estabelecer contato com o mundo e com as pessoas, ou mesmo, não sendo compreendida nas suas possibilidades de realização.

Entretanto, não podemos deixar de enfatizar que a atuação do professor depende também de uma ação vigorosa do Governo, para expandir as políticas educacionais para que as crianças sobre as quais fazemos referência, sejam beneficiadas, uma vez que inúmeras disparidades existem no que diz respeito ao atendimento aos portadores de necessidades especiais, em diferentes regiões, estados e municípios, tendo em vista o Sistema Brasileiro de Ensino. Todavia, cabe-nos também registrar que, analisando o resultado estatístico oferecido pelo censo escolar, constatamos que em 2002, 24,7% de crianças portadoras de necessidades educativas especiais recebiam atendimento especializado e que em 2006, o percentual de atendimento atingiu 46,4% (www.inep.gov.br). Pelos dados apresentados, constatamos que a atenção aos direitos dos portadores de necessidades educativas especiais, no Brasil, apresentou uma sensível evolução, junto aos esforços das entidades governamentais e também da sociedade brasileira como um todo.

Pelo próprio objetivo da educação especial que, fundamentalmente, visa oferecer às crianças portadoras de algum tipo de excepcionalidade, atendimento específico ao seu tipo de necessidade, levando em consideração suas diferenças inter-individuais e intra-individuais, a referência à necessidade de capacitação dos docentes, no âmbito da educação especial, é de fundamental importância, no sentido de que lhes seja oferecida formação pedagógica e didático-metodológica que os possibilitem atender a essas crianças e transformar a sala de aula num ambiente propício à aprendizagem.

Pela observação feita em contato com alunos e professores, no cotidiano da sala de aula, constatamos que muitos professores não possuem o preparo necessário para trabalhar com essas crianças. Assim sendo, é preciso que se dê atenção, sobretudo, ao currículo dos cursos de formação de professores, sejam eles de ensino médio ou de nível universitário, no sentido de imprimir maior consistência à formação docente no que diz respeito à educação especial, o que por certo, facilitará o trabalho com a criança portadora de alguma necessidade. O que tem acontecido é que em inúmeras escolas, o professor acaba aprendendo na prática, com a didática do *aprender a fazer fazendo* ou, o que é muito pior, nada faz para que a criança se desenvolva de acordo com suas necessidades, o que representa uma omissão educacional inadmissível (Silva, 2001).

É relevante que os cursos de formação de professores, nos diferentes níveis, incluam em seus currículos disciplinas que possibilitem ao professor adquirir conhecimentos nessa área, para que não só os objetivos da educação democrática sejam atingidos e essas crianças possam receber orientações que possibilitem seu desenvolvimento, mas, sobretudo, porque é significativo o contingente de alunos que precisa de uma orientação específica para vencer as dificuldades que suas limitações lhes impõe.

Segundo Mutschele (1996)

a escola é um dos grupos sociais que por mais tempo, mantém contato sistematizado com indivíduos em desenvolvimento. Daí a sua responsabilidade em favorecer o processo da evolução através da ação integrante de todos os aspectos do viver, com a finalidade de assegurar a consistência e o equilíbrio pessoais... (p. 71).

Consistência e equilíbrio resultantes de uma vida cercada de amor, afeto e dedicação.

Consistência e equilíbrio resultantes do desenvolvimento integral dessa criança e sua preparação para uma vida produtiva na sociedade.

Consistência e equilíbrio resultantes do viver em sociedade tendo direitos, privilégios e deveres iguais às demais pessoas.

Consistência e equilíbrio resultantes do respeito à dignidade dos portadores de necessidades especiais como seres integrais.

Consistência e equilíbrio resultantes de um adequado atendimento educacional a cada portador de necessidades especiais, de acordo com seu ritmo e características próprios (MEC, 1995).

Assim, conscientizando-se da importância de seu desempenho, de forma acertada, no atendimento a esses sujeitos, o professor estará contribuindo para que a escola se transforme num ambiente de socialização da criança portadora de necessidades especiais, tornando-se um elemento integrador não só de aprendizagens, mas de seres humanos que poderão ser capazes de se perceberem como pessoas e conviverem socialmente, livres do estigma da discriminação.

ABSTRACT

In this article we intend to reflect about the role of the school in assisting the human being that is entering it, having in mind his personal qualities. We present the ideas used, to mention children that are bearers of special needs emphasising the teacher's need to be conscient to the particularities of each child so that the learning can solidify in the field of its possibilities, allowing the integration to the social world. We have performed approaches that take us to the reflexion about the importance of the formation of a teacher in the field of special education, for the facing against the problems found in his work place, having in mind that an important number of students needs a particular orientation to win over the difficulties that their limitation imposes upon them.

Keywords: Children with personal needs, teacher, learning, special education, development, integration.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N.; VILLARDI, R. **Múltiplas leituras da Nova LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/ 1996)**. Rio de Janeiro: Qualitymark /Dunya, 1997.

ANTIPOFF, D. **Deficientes e talentosos, os escolhidos**. Belo Horizonte: Lastro Editora, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Expansão e melhoria da educação especial nos municípios brasileiros**. Brasília, MEC, 1995 Série Diretrizes, n.º 4.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial**. Brasília, 1995. Série Diretrizes, n.º 7.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Linhas programáticas para o atendimento especializado na sala de apoio pedagógico específico**. Brasília: MEC, 1995. Série Diretrizes n.º 2.

KELLY, W. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1965.

KIRK, S. A. e GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SILVA, M.M.P. da. **O Portador de altas habilidades na visão de professores da educação infantil e do ensino fundamental**. 2001. Dissertação (Mestrado) - UNESA, Rio de Janeiro, 2001. (CDD 371.95). Registro nº. 231.268 Livro: 407. Folha: 428. Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, RJ 22 / 05 /2001.

PARADIGMAS DE QUALIDADE EM EDUCAÇÃO

FIGUEIRA JUNIOR, E.*

RESUMO

Faz-se, neste artigo, uma análise do que vem a ser um paradigma, com um sucinto comentário sobre alguns tipos de paradigmas, sua correlação com a educação e o objetivo desta união.

Palavras-chave: Educação; Qualidade Total; Paradigma.

1. INTRODUÇÃO

Entende-se por Paradigma um modelo, como se padrão fosse, com o intuito de atualizar, modernizar uma atividade, seja ela produtiva ou não, buscando uma melhoria final no quadro social a que pertence.

1.1. Paradigma da Qualidade

Paradigma – parece uma verdade, mas não é (explico).

Por Paradigma da Qualidade se entende um padrão a ser seguido, com o intuito de melhoria de nível, da qualidade em si do produto e processo para sua obtenção. Analisando a qualidade da educação para, a seguir, colocar tais paradigmas, tem-se que, esforços são feitos no sentido da criação de conceitos,

* Prof. Adjunto de Prótese Parcial Removível I e II e Bioquímica Geral e Aplicada à Odontologia da Faculdade de Odontologia de Valença. Mestre em Ciências Biológicas. Especialista em Metodologia do Ensino Superior.

categorias, com o objetivo de romper com a lógica dos direitos e instituir, gradativamente, a lógica do mercado - é bem sucedido quem produz muito, mais perfeitamente e de modo criativo - uma vez que, para isso, com os alunos deixando de sê-los, e tornando-se clientes, isto é, voltando-os para o mercado.

As idéias de perfeição e desafio do limite humano, pontos importantes para uma Qualidade Total, são tão bem incutidas nas cabeças da classe “dominada” que ela própria não se dá conta de que está sendo usada, e, se toma essa consciência, não sabe como inverter esta hierarquia que a massacra, apesar de ser a maioria.

Em se tratando de paradigmas, podem ser citados:

- 1) Paradigma Tecnológico
- 2) Paradigma Clássico
- 3) Paradigma Moderno e Pós-Moderno
- 4) Paradigma Psicanalítico
- 5) Paradigma Popular-Libertador
- 6) Paradigma da Qualidade Total
- 7) Paradigma da Terceirização
- 8) Paradigma da Escola Cidadã

2. REVISÃO DE LITERATURA

A questão central para a idéia da Qualidade Total em Educação é a da administração interna nas escolas. Porém, tal pensamento não pode vir a ser somente a única fonte de um problema já presente na precária situação do ensino público no Brasil.

Segundo Luís Antonio Gandim, o discurso da qualidade total em educação está longe de ser apenas uma estratégia organizacional nas escolas, mas uma ampla estratégia neoliberal que visa despolitizar a educação e preparar de forma mais intensiva e organizada a tomada de uma frente essencial à manutenção do capitalismo como modo de produção dominante: o senso comum.

A qualidade total é uma idéia que foi incutida nas mentes das pessoas através das idéias capitalistas neoliberalistas. Toda a sociedade respira e funciona

de acordo com essa idéia. É muito claro que a qualidade total e os benefícios trazidos por ela não atingirão a todos, mas somente a uma classe que consegue, e tem os meios, para fazer valer os seus direitos em relação aos deveres cumpridos dentro dos critérios estabelecidos.

Jung Mo Sung, ironicamente, comenta que a qualidade total está na moda, já que dezenas de livros sobre o assunto, inúmeros simpósios e seminários aconteceram, e vão continuar acontecendo, à medida que a educação passa a refletir as regras de um mercado. Com a globalização da economia e com o aumento da concorrência interna - por causa da crise econômica que diminuiu o nível do consumo do país -, as empresas foram obrigadas a aperfeiçoar a qualidade, oferecendo melhores produtos por preços mais competitivos.

Como parte da sociedade e funcionando dentro dela, a escola foi inevitavelmente atingida por este novo ideal de vida. É aí onde o paradigma se torna mais perigoso.

A própria escola influencia, e muito, na formação e/ou transformação da sociedade, e não pode ser vista como uma empresa, com o único objetivo de transmitir informações necessárias para criar funcionários competentes e profissionais de caráter ilibado, capazes de sobreviver neste novo quadro econômico-político-social. A escola, desta forma, estaria abrindo mão de seu papel vital que é a educação e formação do homem completo, contribuindo para o seu desenvolvimento integral. Seu papel é formar pessoas capazes de buscar sua felicidade, pessoas livres e críticas para perpetuar uma sociedade ou transformá-la, se acharem que possa ser melhor.

No entender de Issa & Ortiz, ao buscar a qualidade total em educação, procura-se desenvolver o processo crítico da aprendizagem, e manter o aluno no sistema educacional, evitando a reprovação e a evasão, pontos estes que trazem desânimo ao próprio aluno.

Analisando-se, sinteticamente, os principais tipos - ou modelos - de paradigmas, têm-se:

1) Paradigma Tecnológico

Compreende o aproveitamento da moderna tecnologia para, com isso, obter maior eficiência no ensino escolar. Isto é caso raro na escola pública brasileira; o uso de TVs, vídeos, informática, por exemplo,

mesmo disseminada no atual estágio da educação brasileira - segundo as autoridades educacionais - , esbarra no despreparo da maioria dos professores seja técnico, como também psicológico em saber lidar com todo este equipamento como um material auxiliar de suas aulas expositivas.

2) Paradigma Clássico

A educação é vista como fator de integração social. A qualidade do ensino, sob este aspecto, refere-se à transmissão de conteúdos acumulados pela humanidade com o passar dos tempos. Tem-se que ninguém educa ninguém; as pessoas se auto-educam. Este vem a ser o objetivo final - ensinar as pessoas a se auto-educarem, modificarem os padrões de comportamento; feito na medida de cada um.

3) Paradigma Moderno e Pós-Moderno

A era da modernidade, segundo Alvin Toffler, se caracteriza por: estandardização, especialização, e sincronização, dentre outros. Não se levam em conta as diferenças, ao contrário, a grande companhia absorve tudo o que é “pequeno”, com sua maneira diferente de trabalho e desenvolvimento. A ideologia de Toffler: todos num mesmo lugar, fazendo parte de um todo maior, ao mesmo tempo, sob um comando, de modo a conseguir o máximo de tudo; um aspecto “abrangido” numa escola pública.

Na pós-modernidade as diferenças se afloram, levando ao individualismo, a dois caminhos: **à idolatria do eu e às vítimas**. Daí a necessidade de se cumprir e respeitar diferencialmente cada pessoa, pois cada uma, na sua educação, tem seus limites, havendo também a necessidade de se inserir a pessoa na sociedade em que vive.

4) Paradigma Psicanalítico

Este paradigma afirma que o mais importante não é o racional, mas o arracional; ou melhor, não basta pão, é preciso pão e beleza. Educar não é só preparar as pessoas para o futuro, mas curtir a vida a partir do aqui e agora. O conteúdo numa escola não é só intelectual, mas a convivência e a música também o são. Isto tudo é a chamada **qualidade de vida**.

5) Paradigma Popular-Libertador

Aqui é analisada a qualidade de ensino num contexto que mostra a alta concentração de renda no Brasil, onde presente está grande desigualdade social. Com o avançar das décadas a partir de 1960, à medida que a população mais carente se organiza, proporcionando as transformações sociais, e diminuem os analfabetos; pode-se iniciar uma montagem na qualidade de ensino, principalmente o básico. Todo esse projeto passa por uma necessidade de investir no professor, de maneira adequada, uma metodologia, evitando a repetência escolar. Alfabetizar a população é elevar a qualidade de vida do povo.

6) Paradigma da Qualidade Total

A Qualidade Total não surgiu como uma teoria pronta e acabada, mas como filosofia, uma nova filosofia da administração. A busca da qualidade total não é um programa a seguir, mas um processo de busca voluntária, que não termina nunca, mas exige atenção constante.

Existem dez mandamentos da qualidade, que são:

- Total satisfação dos clientes (= alunos)
- Desenvolvimento de recursos humanos
- Constância de propósitos
- Gerência participativa
- Aperfeiçoamento contínuo
- Garantia de qualidade
- Delegação
- Gerência de processos
- Disseminação de informações
- Não-aceitação de erros.

O princípio básico da qualidade total é produzir mais com menos custo; daí esses princípios serem considerados ótimos para a gerência de uma escola. Em educação não se pode encarar como em uma empresa; deve ser encarada como um compromisso social.

Segundo Alvin Toffler, para que uma organização mude, são necessárias 3 (três) condições básicas, a saber :

- Enormes pressões externas à organização pressionando para que ela mude;
- Pessoas terrivelmente insatisfeitas dentro da organização;
- Uma alternativa, um plano, um modelo, uma visão para a organização.

Os suportes principais aonde se apóia a qualidade total são:

- Determinação
- Conhecimento
- Estratégia
- Pacto

Determinação - é o querer de cada um, evidenciada quando uma pessoa mobiliza seu potencial em direção a um propósito, não acontecendo espontaneamente, mas por uma motivação;

- motivação - elemento indispensável à instituição da Qualidade Total e, principalmente, geradora de pessoas estimuladas e orientadas a por em prática o conhecimento adquirido.

Conhecimento - é um ato individual, implica em dominar conteúdos e o processo;

Estratégia - é o “como fazer”. É o planejamento da ação a partir de um conhecimento adquirido;

- planejamento - é a organização das ações a partir de uma reflexão prévia.

Pacto - é o contrato do grupo, a transformação do “eu quero” para “nós queremos”, baseando-se em vontade e capacidade.

Hoje, a expressão “qualidade total” extrapola sua própria significação e passa a ter o sentido de revolução, principalmente no modo de pensar; com isso, espera-se mudanças e melhorias no modo de agir.

7) Paradigma da Terceirização

Este paradigma costuma distinguir atividades fim e atividades meio. Na educação, tudo o que serve de suporte e de instrumento para operacionalizar é atividade meio; enquanto que o tipo de pessoa humana e de sociedade que se quer ajudar a construir, é atividade fim. Estão estritamente ligadas. Não se deve, na escola, relegar a segundo plano a idéia de uma proposta educativa. Não se deve caracterizar a urgência de uma mensalidade escolar em detrimento do necessário. Na terceirização, buscam-se parcerias, com a característica de reciprocidade na educação e no dever do Estado em garantir escolaridade básica para todos. Quando se lança mão de uma dicotomia: **público x privado**, se partidariza a educação, privatiza-se o público no benefício de grupos econômicos restringindo o acesso da maioria à educação. O valor, o preço, pontos novamente em pauta.

8) Paradigma da Escola Cidadã

É aquela que está atenta à democratização de sua gestão, do acesso à escola, à implementação de um ensino com metodologias mais participativas. Tudo isto na luta contra o analfabetismo. Em educação para a cidadania busca-se para o cidadão um projeto social, no qual o Estado procura se diminuir, se retirar para fazer valer as regras de mercado, de livre negociação. O Estado procura cuidar da sociedade, regulando suas relações, a economia e todos os ramos de atividade.

3. CONCLUSÃO

Estes são alguns dos paradigmas referenciais para a discussão sobre qualidade de ensino. A escolha de um ou outro depende das opções fundamentais das pessoas e das instituições envolvidas no processo educativo. Toda melhoria da qualidade de ensino passa por um grande esforço de pensar a educação que se faz. A máxima da qualidade total - o cliente sempre tem razão - não se aplica à educação, pois pode haver imaturidade, inconsistência.

Toda proposta educativa de qualidade deve passar por três caminhos:

- Conter valores de transformação social, conservação
- Passar por uma metodologia adequada
- Comportar a capacidade de recusa.

Nem sempre apoiar a corrente dominante é a melhor opção. Reforçar, porém, as águas subterrâneas das idéias transformadoras e proféticas é próprio de quem acredita que educação é processo orgânico e sistemático de formação de atitudes.

Deve-se buscar esta melhoria de ensino no Brasil, para com isto tentar-se minorar os problemas sociais, as desigualdades que levam a população mais carente e aquela realmente sem acesso ao ensino, a se levantar socialmente. Com isto, espera-se queda em todas as referências de imperfeição, de quaisquer tipos, na sociedade como um todo.

ABSTRACT

We have an analysis the means of paradigm, with a succinct commentary each of them, your correlation on the education and the object this harmony.

Keywords: Education; Total Quality; Paradigm.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GANDIM, L. A. Qualidade total em educação: a fala mansa do neoliberalismo. **Revista da Educação AEC**, v. 23, n. 92, 1994.

ISSA K.; ORTIZ D. D. **O desafio da educação**: a qualidade total. São Paulo: Makron Books, 1994.

SANDRINI, P. M. Qualidade total na educação: a mudança conservadora. Paradigmas de qualidade. **Revista da Educação AEC**, v. 23, n. 92, 1994.

SOCIEDADE DE CONTROLE

REIS, L. M. S.*

RESUMO

O texto aborda a Sociedade do século XX que Deleuze denominou de Sociedade de Controle. Uma sociedade consumista, com muita pressa, na qual se vende idéias, informações e ilusões, através de um mundo midiático sem fronteiras, sem limites, espalhando, alastrando uma rede de poder e de controle.

Palavras-chave: Sociedade de Controle; poder; mundo midiático.

1. SOCIEDADE DE CONTROLE

O presente trabalho tem como objetivo abordar de forma sucinta a sociedade de controle característica do século XX, que segundo Foucault veio substituir a sociedade disciplinar dos séculos XVIII e XIX.

Segundo o autor as sociedades e os seus respectivos regimes de visibilidade podem ser divididos em: sociedades de soberania, onde o rei ou senhor exercia o poder, por meio de uma vigilância externa e geral; sociedade disciplinar, na qual as instituições são um dos maiores dispositivos de visibilidade, principalmente com relação ao funcionamento dos operários institucionais; e na 'sociedade de controle' - nomenclatura utilizada por Deleuze, ocorre a implementação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação, ou seja, o exercício do poder à distância,

Os investimentos na produtividade do corpo se aperfeiçoam e acumulam: na Sociedade de soberania castiga-se, na disciplinar busca-se utilidade econômica e docilidade política, na de controle exige-se participação e fluxo

* Mestre pela USS. Professora de Filosofia na FDV.

inteligente. Efeitos inibidores de resistências também não cessam de tráfegar entre o direito de morte, o de deixar viver e o de fazer viver.¹

A sociedade disciplinar traz como características essenciais à distribuição dos indivíduos em espaços individualizados, classificatórios, combinatórios, isolados, hierarquizados, capazes de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que deles exige. Estabelece uma sujeição do indivíduo ao tempo, com o objetivo de produzir com o máximo de rapidez e eficácia. Investiu-se no corpo sã para o Estado, um corpo útil e dócil para qual foi gestada uma biopolítica da população. O indivíduo não cessava de passar de um espaço fechado ao outro: família, escola, fábrica, universidade e eventualmente prisão ou hospital. A vigilância também se expressa como um dos seus instrumentos de disciplinarização, de maneira contínua, perpétua e permanente.

Atualmente, encontramos-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento da sociedade disciplinar e assistimos à instalação de uma sociedade que controla à distância. Desse modo, a crise das instituições modernas representa a implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação,

A sociedade de controle deveria ser identificada antes de mais nada com a atual crise das instituições sociais -a crise da família, a crise da fábrica, a crise da prisão etc. A partir do trabalho de Michel Foucault, Deleuze delimitou os espaços em que as lógicas disciplinares de cada instituição se aplicavam: na prisão, em que nós estávamos sujeitos a uma lógica disciplinar -que também nos formou; na fábrica, outra lógica disciplinar; na família, outra; e assim por diante. A isto Foucault chamou de sociedade disciplinar. A crise contemporânea das instituições, entretanto, implica que os muros que previamente delimitavam o espaço social destas instituições estão se desintegrando. Neste processo, as lógicas disciplinares não desapareceram, em vez disso, elas se generalizaram por todo o campo social, não mais no espaço limitado das instituições. Por exemplo, a lógica capitalista do regime da fábrica é exercitada não apenas dentro dos muros da fábrica, mas por toda a sociedade (aumentando nas formas de trabalhos precários ou não-integrais). O mesmo processo de generalização tende a ser verdade para a lógica da prisão, a lógica familiar e outros regimes disciplinares. A sociedade de controle é, portanto, melhor entendida não em oposição à sociedade disciplinar, mas como uma disciplina elevada a um poder mais alto, aumentada exponencialmente por meio de novas formas mais móveis e fluidas.²

Portanto a sociedade disciplinar cedeu lugar gradativamente à sociedade de controle, cujo alvo deixou de ser a população e passou a ser o planeta. Ocorre a

¹ PASSETI, Edson. Anarquismos e Sociedade de Controle. Cortez Editora, São Paulo, 2003.

² HARDT, Michael. Em que manifestações de poder se pode identificar traços do que Deleuze caracterizou como sendo a "Sociedade de Controle"? Matéria publicada na Folha de São Paulo em 2 de junho de 1996.

passagem da era do corpo-espécie para a do corpo-planeta em que a biopolítica da população transmuta-se em ecopolítica planetária. Nesta sociedade, não estamos mais frente a um corpo são (útil e dócil) para o Estado, agora volta-se para o corpo são, útil e participativo.

A produtividade passa a ser programada como forma de acesso à realização da riqueza. Ao lado das tecnologias políticas e da expansão de processos normatizadores com funções reguladoras, aparecem a programação e a simultaneidade.

Os indivíduos passam na sociedade de controle à condição de “divíduos”, como destacou Deleuze, divisíveis aninhados em bancos de dados, perdendo a sua identidade em favor do acesso por meio da senha. Não importam mais os indivíduos e tampouco as massas, estas agora fragmentadas, são absorvidas e ajustam-se à telemática. A televisão, a criadora de telerrealidades conformistas, passa a ser o meio de comunicação mais presente da mídia. Ela educa; entra na escola com vídeos, Internet, filmes telecinados, ensino a distância, enfim aproximando e informando sobre as exigências de uma sociedade de controle que investe em potencialidades, em produtividade virtual,

A Terra continua azul. Ela sempre foi azul. Nós fomos informados pela voz de Yuri Gagarin e depois pelas imagens, via satélite, publicadas nas revistas coloridas. Em breve tempo assistimos pela televisão, ao vivo, à chegada à Lua. Navega-se pelo espaço, constroem-se estações orbitais, instalam-se satélites e senta-se diante da TV ou do monitor do computador para orar pelos deuses midiáticos. A sociedade de controle, que prepondera desde a segunda metade do século XX, ainda é uma sociedade com base numa sociabilidade autoritária, que educa para guerras, medos e supostos direitos. A sua base ainda é a de uma educação que acredita na punição e em supostos direitos universais de igualdade. Precisamos abolir a punição. A Terra é azul.³

O núcleo familiar mudou de perfil. Não temos apenas, pai, mãe e filhos. O que conta é a convivência familiar. Vários casamentos, uniões homossexuais, pais separados, concubinato, enfim, uma diversidade de formatos para nova família. A convivência familiar não se define mais pelos limites da casa, se amplia, se renova se refaz até o fim da vida sem espaços determinados.

³ PASSETI, Edson. Anarquismos e Sociedade de Controle. Cortez Editora, São Paulo, 2003.

A preocupação com o “estilo de vida” associa-se a necessidade exacerbada de consumo, “diz-me o que consumes e dir-te-ei quem és” – máxima da atualidade⁴.

Baudrillard ressalta que “o lúdico do consumo tomou progressivamente o lugar do trágico da identidade”⁵.

Outra marca da sociedade de controle é a presença da política de *tolerância zero*; ou seja, não interessa mais a reeducação dos corpos ou mesmo a reintegração dos ladrões, assassinos, criminosos de alta periculosidade. Estes escaparam de todos os equipamentos de formação, destoam dos costumes, provêm de famílias consideradas desestruturadas, são, enfim, pessoas para as quais o investimento social deve ser destinado ao ato de retirá-las, em definitivo, de circulação.

Embora no direito penal não há mais a pena de prisão perpétua, mas sim um limite de anos a serem cumpridos, abdica-se dos investimentos biopsicossociais ao preso para dispô-lo ao jogo de forças físicas em torno da iminência da morte. É preciso tirar os perigosos de circulação em definitivo por meio de mais polícia, mais prisões, mais penalizações e controles a céu aberto,

A prisão tende para a liberdade oficialmente vigiada. Proliferam as penas “substitutivas” – principalmente de prestação de serviços à comunidade – para um número cada vez maior de delitos: o cárcere permanece como última alternativa, dedicadas apenas aos crimes mais graves. Crescem as penas em regime semi-aberto e a reclusão domiciliar, que vigia os horários em que os indivíduos devem estar em um determinado lugar. O indivíduo fica “livre”, porém permanece “oficialmente” vigiado, condicionado a comparecer em lugares e horários pré-estabelecidos para “prestar contas” de suas atividades. Ao mesmo tempo, surgem micropenalidades para pequenas transgressões cotidianas (multa-se, cada vez mais, quase tudo o que se faz), contribuindo para a construção de uma sociedade maximamente intolerante⁶.

Portanto o Estado de bem-estar social cede lugar ao Estado penal. Toda uma estrutura financeira emerge e movimenta-se em torno do controle do crime.

E como pensar a liberdade diante deste contexto?

Neste contexto de despolitização, de massificação de imagem-informação, de consumo desenfreado, de produção de “estilos de vida” à disposição dos

⁴ CHEVITARESE, Leandro. As “razões” da Pós-Modernidade: um ensaio em Filosofia da Cultura. Departamento de Filosofia de Mestrado, PUC-Rio, 2000.

⁵ BAUDRILLARD, 1981. *Apud* CHEVITARESE, Leandro. A questão da liberdade na sociedade de controle, por uma alegoria de Kafka em O Processo. In: Análogos. Anais da IV SAF-PUC. V.III, PUC-Rio, 2004.

⁶ CHEVITARESE, Leandro. A questão da liberdade na sociedade de controle, por uma alegoria de Kafka em O Processo. In: Análogos. Anais da IV SAF-PUC. V.III, PUC-Rio, 2004.

consumidores, enfim, de um radical controle tecnológico, que se pode dizer da “liberdade”? Segundo Bauman, “na prática pós-moderna, a liberdade se reduz à opção de consumo”. A condição para tal liberdade é ser um consumidor, e a exclusão do mercado torna-se o próprio “inferno”. Consume-se o espetáculo e cultua-se o espetáculo do consumo: tênue válvula de escape para o sonho da liberdade.⁷

Com muita ousadia lancei mão da música “3ª do Plural” (em anexo) do conjunto Engenheiros do Hawaii para ilustrar o presente trabalho.

Através das palavras soltas, ligadas e interligadas, a música expressa toda a realidade da sociedade de controle.

Uma sociedade consumista, com muita presssa, na qual se vende idéias, informações e ilusões, através de um mundo midiático sem fronteiras, sem limites, espalhando, alastrando uma rede de poder e de controle.

ABSTRACT

The text approaches the society of the Twentieth Century that Deuleze denominated of control society. A consumerist society, with a lot of hurry, that sells its ideas, information and illusions, through a world controlled by media without borders, without limits, spreading, ballasting a net of power and of control.

Keywords: control society; power; world controlled by media.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHEVITARESE, Leandro. A questão da liberdade na sociedade de controle, por uma alegoria de Kafka em O Processo. In: **Análogos**. Anais da IV SAF-PUC.Rio de Janeiro: PUC, 2004. v. 3.

⁷ Ibidem pág 06

_____. **As “razões” da pós-modernidade:** um ensaio em filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Departamento de Filosofia de Mestrado, PUC-Rio, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2004.

HARDT, Michael. Em que manifestações de poder se pode identificar traços do que Deleuze caracterizou como sendo a "Sociedade de Controle"? **Folha de São Paulo**, 2 de jun. 1996.

PASSETI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle.** São Paulo: Cortez, 2003.

3ª do Plural. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/engenheiros-do-hawaii/747530/>>.

ANEXO

3ª do PLURAL

Engenheiros do Hawaii

Corrida pra vender cigarro
Cigarro pra vender remédio
Remédio para curar a tosse
Tossir, cuspir, jogar pra fora
Corrida pra vender os carros
Pneu, cerveja e gasolina.
Cabeça pra usar boné
E professar a fé de quem patrocina

Eles querem te vender, eles querem de comprar
Querem te matar (a sede)... eles querem te sedar
Quem são eles?
Quem eles pensam que são?

Corrida contra o relógio
Silicone contra a gravidade
Dedo no gatilho velocidade
Quem mente antes diz a verdade.
Satisfação garantida
Obsolescência programada
Eles ganham a corrida antes mesmo da largada

Eles querem te vender, eles querem te comprar
Querem te matar (de rir)... querem te fazer chorar
Quem são eles?
Quem eles pensam que são?

Vender... comprar... vedar os olhos
Jogar a rede... contra a parede...
Querem te deixar com sede
Não querem te deixar pensar
Quem são eles?
Quem eles pensam que são?

A IMPORTÂNCIA DA VACINA CONTRA ROTAVÍRUS NA POPULAÇÃO PEDIÁTRICA

BARCELLOS, R. C.^{*}

PIRES, T. B. O.^{*}

PEREIRA, A. S. M.^{**}

AGUIAR, M. B.^{**}

NEVES, K. S.^{***}

MOTTA, C. F.^{****}

COUTINHO, J. S.^{****}

RESUMO

Os rotavírus causam grande mortalidade e morbidade em todo o mundo, principalmente na faixa etária pediátrica de 6 meses a 2 anos. É comum nos países em desenvolvimento e a ocorrência de casos em crianças menores de 6 meses aumenta a cada ano. Sendo assim, confirma-se a necessidade de uma vacina que seja eficaz contra a doença por rotavírus, com o intuito de proteger contra os casos moderados e graves, evitar óbitos, reduzir a morbidade, além de atenuar a gravidade, diminuir o número de internações e a duração dos surtos.

INTRODUÇÃO

O rotavírus é um vírus da família *Reoviridae* que causa diarreia grave, frequentemente acompanhada de febre e vômito.

Até o momento, são reconhecidos sete diferentes grupos de rotavírus, designados de A a G. Os rotavírus do grupo A destacam-se como os de maior importância epidemiológica. O vírus contém no genoma o RNA fragmentado de dupla cadeia, que sintetiza proteínas não estruturais e as proteínas estruturais: VP1,

^{*} Internas do 10º período da FMV

^{**} Internos do 12º período da FMV

^{***} Professor titular da disciplina de medicina da criança e do adolescente

^{****} Professora-assistente da disciplina de medicina da criança e do adolescente

VP2 e VP3 (componentes do core viral) e VP7 (glicoproteína G) e VP4 (proteína P, sensível à protease) na camada externa. As duas últimas constituem os maiores antígenos envolvidos na neutralização viral e são responsáveis pela definição dos diferentes sorotipos.

Encontram-se descritos dez sorotipos de VP7 e oito de VP4 capazes de infectar o homem, com possibilidade teórica de oitenta combinações. Os sorotipos G1P [8], G2P [4], G3P [8], G4P [8] e G9P [8] ocorrem com maior frequência no mundo todo, dentre estes a cepa G1P [8] é a predominante. A cepa G9 tem emergido desde os anos 1990 e predomina em algumas regiões. No Estado de São Paulo, observou-se também a circulação do G12.

A pesquisa clínica e o desenvolvimento de vacinas contra rotavírus começaram no final dos anos 70, cerca de cinco anos após a descoberta do vírus. A abordagem concentrou-se principalmente no desenvolvimento de vacinas atenuadas de vírus vivo, administrado por via oral, já que a imunidade da mucosa intestinal desempenha um papel importante na redução da incidência ou da gravidade da infecção.

A primeira vacina candidata foi a monovalente RIT 4237 bovina, sendo interrompida no início dos anos 80 quando a eficácia não foi confirmada em novos estudos.

Em 1998, a vacina tetravalente anti-RV recombinante Rhesus-humana (Rotashield), licenciada pela FDA (Food and Drug Administration) norte-americana para vacinação de lactentes nos EUA. Todavia, em menos de um ano após seu lançamento, o CDC (Centers for Disease Control and Prevention) suspendeu o uso da vacina Rotashield após ser associada a casos raros de intussuscepção após a administração da primeira dose.

Desde 1999, um amplo programa de desenvolvimento clínico está em andamento para avaliar a eficácia e a segurança da vacina GSK de rotavírus, uma vacina monovalente de vírus vivo atenuado, que ao invés de cepa animal ou combinação de cepas animais e humanas tem em sua apresentação cepa humana que confere proteção cruzada contra os sorotipos mais importantes por estar intimamente relacionada com as cepas de ocorrência natural de rotavírus humano.

A vacina GSK de rotavírus foi observada em estudos de Fase I e II avaliando a reatogenicidade, imunogenicidade e eficácia envolvendo mais de 9.400 indivíduos em todo o mundo. Hoje está em andamento a Fase III de desenvolvimento da vacina

na qual um estudo multicêntrico/multinacional vem sendo realizado com mais de 70.000 lactentes, principalmente na América Latina, Europa e Ásia, para avaliar sua segurança e eficácia.

DISCUSSÃO

A infecção por rotavírus apresenta um curto período de incubação com início abrupto, e vômitos em mais de 50% dos casos, febre alta e diarreia profusa, culminando em grande parte dos casos com desidratação. A transmissão é fecal-oral, por água ou alimentos contaminados, por contato pessoa-pessoa, por objetos contaminados e também por secreções respiratórias eventualmente.

É hoje considerado um dos mais importantes agentes causadores de gastroenterites e óbitos em crianças menores de cinco anos, em todo mundo, sendo responsável por cerca de 26 a quase 70 mil consultas médicas por ano em ambulatório, serviços de emergência e hospitais. A maioria das crianças se infecta nos primeiros anos de vida, porém os casos mais graves ocorrem principalmente em crianças até dois anos de idade, podendo apresentar complicações como desidratação severa e distúrbios hidroeletrólíticos.

A vacina foi introduzida no calendário básico no ano de 2006, administradas por via oral sendo a primeira dose entre 6 e 14 semanas e a segunda entre 14 e 24 semanas de vida, com intervalo de pelo menos quatro semanas, mostrando grande eficácia e sem efeitos colaterais importantes. Ressaltando a aplicação da vacina na faixa etária preconizada buscando diminuir o possível risco de intussuscepção intestinal, já que esta pode levar a complicações graves como necrose intestinal, perfuração intestinal, peritonite e óbito.

Após a segunda dose da vacina observou-se eficácia elevada pela diminuição de episódios de gastroenterite grave causada por rotavírus, variando entre 68,5% a 90% e também redução nas hospitalizações devido a doença causada por rotavírus, variando entre 65,4% a 93%.

Algumas precauções devem ser tomadas na administração da vacina, entre elas destacamos:

- ✓ Não repetir a dose se a criança vomitar ou regurgitar.

- ✓ Nenhuma dose aplicada fora dos prazos recomendados poderá ser repetida .
- ✓ A vacina não está para lactentes que convivam com pacientes imunodeprimidos ou gestantes.
- ✓ Não há restrições quanto ao consumo de líquidos ou alimentos inclusive leite materno, antes ou depois da vacinação.
- ✓ Filhos de mães HIV + poderão ser vacinados, desde que não apresentem manifestações clínicas graves ou imunossupressão.

O adiamento da vacina deverá ser feito nos casos de vômitos e diarreia em que a criança com quadro de gastroenterite e necessita de hospitalização(diarreia e/ou vômitos com indicação para realizar o tratamento plano C da OMS) deve ter a vacinação adiada.

O uso da vacina deverá ser contra-indicado nas seguintes situações:

- ✓ A vacina não deve ser administrada em indivíduos com quadro agudo febril moderado a grave.
- ✓ A vacina está contra-indicada em crianças com imunodeficiência primária ou secundária, pois não há dados de segurança em vacina nesses indivíduos.
- ✓ A vacina não deve ser administrada em indivíduos que fazem uso de medicamentos imunossupressores como corticosteróide (prednisona > 2mg/Kg por duas semanas ou mais) e quimioterápicos.
- ✓ As vacinas não estão indicadas para adultos, idosos e gestantes.
- ✓ A vacina não deve ser administrada em crianças que sabidamente tenham alguma forma de alergia grave (urticária disseminada, broncoespasmo, laringoespasmo e choque anafilático) a algum dos componentes da vacina, ou a doses prévias desta vacina.
- ✓ A vacina não deve ser administrada a crianças com história de alguma doença gastrointestinal crônica ou má-formação congênita do trato digestivo ou história prévia de invaginação intestinal.

Estudos realizados com a administração da vacina contra rotavírus juntamente com a vacina oral contra poliomielite apresentaram redução na resposta de anticorpos IgA para a primeira dose de rotavírus. Após aplicação da segunda

dose não houve prejuízo da imunogenicidade, portanto deve-se respeitar o intervalo 15 dias entre as doses.

Eventos adversos após administração da vacina:

- ✓ Reação alérgica sistêmica grave até duas horas da administração da vacina.
- ✓ Presença de sangue nas fezes até 42 dias após vacinação.
- ✓ Internação por abdome agudo obstrutivo até 42 dias após aplicação.

Nas situações de reação alérgica e internação por abdome agudo obstrutivo, solicita-se notificação imediata a Central do CVE.

CONCLUSÃO

Portanto, podemos observar a eficácia da vacina GSK de rotavírus na proteção contra gastroenterite desde o início da vida, quando se faz mais necessária (antes da faixa etária de maior incidência). Além disso, o esquema simples de duas doses por via oral da vacina combina a conveniência de administração com a já mencionada prevenção precoce.

Não se encontrou risco aumentado de invaginação intestinal no grupo imunizado com a nova vacina de vírus vivo atenuado em relação ao grupo que recebeu placebo. Este estudo foi feito com 63.225 lactentes saudáveis em onze países da América latina e na Finlândia, dos quais 31.673 receberam as duas doses da vacina e 31.552 receberam placebo.

Diante disso, a vacina GSK de rotavírus se apresenta bastante promissora sendo um valioso recurso para evitar a morbi-mortalidade e os altos custos associados a essa doença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JENVILE-SC. Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: <http://www.saudejoinville.sc.gov.br/imunizacao/Normas_Tecnicas_Rotavirus_Corrigido.pdf>. Acesso em 02 out. 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Disponível em: <http://www.sbp.com.br/show_item2.cfm?id_categoria=21&id_detalhe=2017&tipo_detalh=s>. Acesso em 02 out. 2007.

VACINA contra rotavírus. Disponível em: <http://www.cve.saude.sp.gov.br/htm/imuni/ROTA_PRINC.htm>. Acesso em 02 out. 2007.

VACONAROTAVÍRUS. Disponível em: <<http://www.saude.ms.gov.br/externo/downloads/VacinaRotavirus.doc>>. Acesso em 02 out. 2007.

O PLANEJAMENTO NA TERAPÊUTICA PROTÉTICA TOTAL MUCOSSUPORTADA: A OTIMIZAÇÃO NOS RESULTADOS

MORAIS, G.^{*}

MENDES, J. A.^{*}

RACHID, H.^{**}

RESUMO

O presente trabalho pretende mostrar a importância do planejamento protético e o relacionamento paciente / profissional influenciando o resultado final do tratamento com próteses totais mucossuportadas para os pacientes edentados totais.

Palavras chaves: Prótese mucossuportada.

1. REVISÃO DE LITERATURA

O exame clínico em pacientes edentados totais deve ser conduzido de forma sistemática, organizado e completo independente do grau de dificuldade que inicialmente possa apresentar (DOMITTI, 1990). O conhecimento funcional do relacionamento maxilo-mandibular é de suma importância, bem como a anatomia e fisiologia do edentado total. Ao avaliar o paciente edentado total o profissional deve manter um relacionamento de confiança mútua associado ao conhecimento técnico profissional (TURANO, 2002).

A maioria dos insucessos com as próteses totais demandam do desconhecimento anatômico e funcional, da falta de domínio técnico, bem como de um preparo prévio da boca edentada. O cirurgião dentista ao avaliar o edentado total deverá fazer uso de recursos radiográficos e fotográficos com o intuito de promover

^{*} Alunos do 7º período – FOV 2006

^{**} Professora orientadora, responsável pela disciplina de Prótese Total da FOV.

uma maior orientação para o paciente e indicação do tratamento. O cirurgião dentista deve permitir que o paciente se expresse quanto as suas expectativas em relação às próteses novas para que não se surpreenda diante da nova prótese.

2. OBJETIVOS

Indicar o tratamento protético para um paciente edentado total levando-se em conta as suas limitações na otimização do resultado.

3. RELATO DE CASO CLÍNICO

Paciente C.M.V. 67 anos, feminina, portadora de próteses totais duplas há mais ou menos 30 (trinta) anos procurou a clínica de Prótese Total da Faculdade de Odontologia – FOV com queixa de que seus aparelhos estavam muito velhos. (Figura 1 e 2)



Figura 1



Figura 2

Ao exame clínico observou-se que as próteses apresentavam-se com desgastes das faces oclusais dos dentes, perda da dimensão vertical de oclusão – DVO. Ao exame radiográfico panorâmico e periapical verificou-se a presença de raiz residual correspondente ao elemento dentário 18 (Figura 3 e 4).

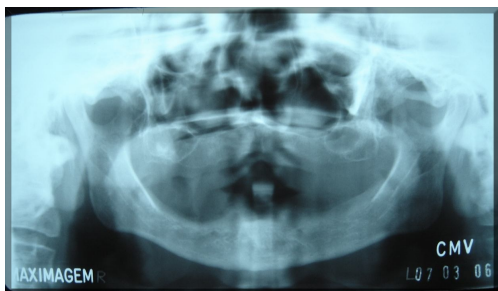


Figura 3

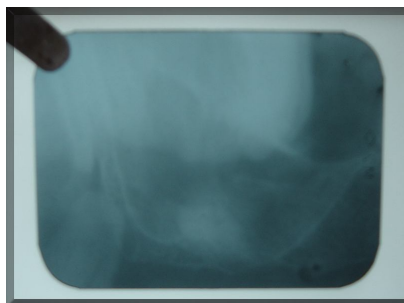


Figura 4

4. CONDUTA TERAPÊUTICA

Apesar das orientações feitas à paciente da necessidade da remoção cirúrgica da raiz residual, a mesma recusou-se veemente.

Em função da assintomatologia deu-se prosseguimento ao tratamento para a construção de novas próteses e da necessidade de controle radiográfico e exames periódicos. Foram confeccionadas e instaladas as novas dentaduras.

5. RESULTADOS

As próteses tornaram-se úteis e confortáveis; recuperou-se a DVO, estética e a readaptação da função mastigatória (Figura 5 e 6).

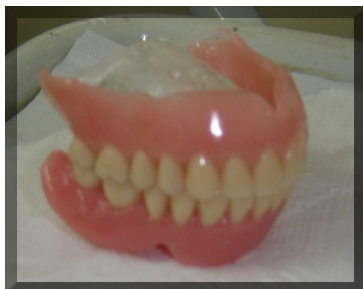


Figura 5

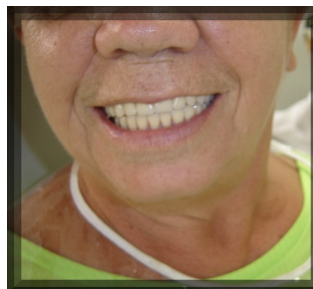


Figura 6

ABSTRACT

The present study intends to show the importance of the prosthetic planning and the patient-professional relationship influencing the final result of the treatment with mucus-supported complete dentures in edentulous patients.

Key-words: mucus-supported complete denture

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DOMITTI, S. S. **Sistematização do ensino integrado de prótese total**. São Paulo: Editora Santos, 1990, p.1.

GALATI, A. **Prótese total**: manual de fases laboratoriais. São Paulo: Ed. SENAC, 1996.

TURANO, J. C.; TURANO, L. M. **Fundamentos de prótese total**. São Paulo: Editora Santos, 2002.

PATOLOGIA DAS GLÂNDULAS SALIVARES: MUCOCELE

SILVA, A.P.^{*}

ROSA, A.N.^{**}

RACHID, H.^{***}

RESUMO

Apresentação de um caso clínico de patologia das glândulas salivares – mucocèle – de um paciente atendido no Serviço de Urgência Odontológica – CAIS ATERRADO-Volta Redonda/RJ.

Palavras-chave: mucocèle, cisto de ducto salivar.

REVISÃO LITERÁRIA

O mucocèle é uma lesão comum da mucosa oral, que resulta da ruptura de um ducto de glândula salivar e conseqüente derramamento de mucina para o interior dos tecidos moles circunjacentes. Frequentemente este derrame resulta de trauma local embora em muitos casos não haja este histórico (NEVILLE, 2004). É uma lesão não infecciosa com acúmulo de mucina que leva a uma reação inflamatória localizada (COLLEMAN, 1996).

^{*} Aluno do 8º Período 1º Sem/2007 UNIG

^{**} Aluna do 8º Período UNIFOA-RJ

^{***} Profª. Orientadora; responsável pelas Disciplinas de Materiais Dentários e Prótese Total da UNIG

RELATO DE CASO CLÍNICO

Paciente, H.S.D.A., 16 anos, afro descendente, compareceu ao serviço de urgência de Odontologia do Hospital Intermediário – CAIS Aterrado, V.R. - RJ com queixa da presença de um “caroço” no lábio há mais ou menos 01 ano. Ao exame clínico verificou-se a presença de um nódulo arroxeadado em mucosa de lábio inferior esquerdo e móvel à palpação. O paciente informou ter o hábito de morder o lábio e mantê-lo apreendido entre os dentes por um determinado tempo. (Figura 1)

CONDUTA CLÍNICA

Após exames complementares para o pré-operatório, o paciente foi submetido à cirurgia de remoção da lesão. O tecido retirado foi enviado em formol a 10% para exame histopatológico. Após 08 dias procedeu-se à remoção da sutura e verificou-se a remissão da lesão. (Figura 2, 3, 4, 5, 6 e 7)

RESULTADO HISTOPATOLÓGICO

Realizado no Laboratório Pasteur Volta Redonda-RJ. Enviados em formol dois fragmentos o maior medindo 1,6x1,0 cm e o menor 0,3x0,4cm de consistência firme, elástica. Ao corte mostrou aspecto de cor pardacenta clara com área de aspecto nodular de cor pardo-enegrecida e uma área cavitária preenchida por conteúdo gelatinoso transparente com diagnóstico de cisto do ducto salivar. (Figura 8 e 9)

CONCLUSÃO

O presente caso clínico é uma patologia de glândula salivar associado a trauma local, de evolução benigna. O exame histopatológico veio corroborar com o diagnóstico clínico, e o tratamento consiste na exérèse da lesão.

ABSTRACT

Salivar gland pathology case report mucoccele in a patient at Odontological Hospital Emergency Departament – CAIS ATERRADO/ Volta Redonda/ RJ.

Key-words: mucoccele, salivary duct cyst.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COLLEMAN, G.C. **Princípios de diagnóstico bucal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996

NEVILLE, B. W. **Patologia oral e maxilofacial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.



FIGURA 1



FIGURA 2



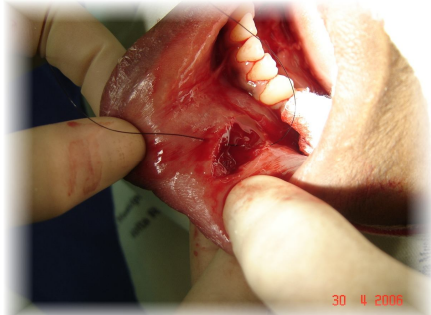
Fonte: Arquivo/2006 - Profª Helena Rachid

FIGURA 3



Fonte: Arquivo/2006 - Profª Helena Rachid

FIGURA 4



Fonte: Arquivo/2006 - Profª Helena Rachid

FIGURA 5



Fonte: Arquivo/2006 - Profª Helena Rachid

FIGURA 6



Fonte: Arquivo/2006 - Profª Helena Rachid

FIGURA 7



Fonte: Arquivo/2006 - Profª Helena Rachid

FIGURA 8



Fonte: Arquivo/2006 - Profª Helena Rachid

FIGURA 9

QUADRO EXTENSO DE VITILIGO VULGAR DISSEMINADO EM MENOR PRÉ-ESCOLAR

NETO, E. A. C.*

MACEDO, E. M.*

NEVES, K. S.*

LENZI, M. E. R.*

BITTENCOURT, T.*

MARTINS, V. P. A.*

RESUMO

Fundamento: O vitiligo é uma leucodermia adquirida relativamente frequente. Afeta 1% da população e metade dos casos inicia antes dos 20 anos. A incidência na infância é incomum. Sua causa ainda é desconhecida e a etiologia mais provável parece ser auto-imune. **Objetivo:** Apresentar um caso de vitiligo em menor com 3 anos, traçar suas características na população pediátrica e discutir seu tratamento. **Discussão:** O vitiligo em crianças pode ser um marcador cutâneo, e uma avaliação laboratorial inicial mínima deve ser feita com o intuito de flagrar comorbidades. Seu tratamento ainda é um grande desafio. Apesar da fotoquimioterapia (PUVA) oferecer os melhores resultados, esta é contra-indicada para os menores de 10 anos. A introdução dos imunomoduladores tópicos trouxe uma nova perspectiva: eficácia semelhante a dos corticóides, sem seus efeitos adversos.

Palavras-chave: vitiligo, criança, imunomoduladores

INTRODUÇÃO

O vitiligo é doença cutânea adquirida progressiva, que atinge de 0,5 a 2% da população mundial com média de aparecimento ao redor dos 20 anos. É caracterizado clinicamente por manchas acrômicas que correspondem

* Acadêmicos da Faculdade de Medicina de Valença

histologicamente à diminuição ou ausência dos melanócitos cutâneos. Pode acometer mucosas e pêlos. Várias teorias têm sido propostas para tentar explicar o processo de despigmentação que ocorre no vitiligo, sendo a mais aceita atualmente a de que seja uma doença de caráter auto-imune. Sua freqüente associação com doenças auto-imunes (tireoidopatias, diabetes mellitus, anemia perniciosa, alopecia areata, colagenoses, doença de Addison, atopia – asma, rinite, conjuntivite, dermatite), a presença de auto-anticorpos no soro dos pacientes e o achado de um infiltrado linfocitário na camada basal ao exame histopatológico corroboram para tal proposta.

O diagnóstico é basicamente clínico. A lâmpada de Wood pode ser útil para caracterizar a extensão da despigmentação, mas raramente é necessário fazer uma biópsia diagnóstica.

É incomum o quadro de vitiligo em crianças, sendo muito raro o início da doença em lactentes e crianças na faixa etária pré-escolar. Alguns autores o consideram um tipo distinto de vitiligo, com alta incidência do tipo segmentar, aumento de auto-anticorpos, difícil abordagem terapêutica e frequentemente mais associado a afecções auto-imunes e endocrinológicas.

Novas terapias têm sido propostas, como o uso de imunomoduladores tópicos, visto que àquelas já consolidadas, como a fototerapia com psoralenos e os corticosteróides podem trazer efeitos adversos danosos, principalmente se utilizados na população pediátrica.

RELATO DE CASO

MESSP, 3 anos, natural do RJ. Aos 7 meses iniciou o aparecimento de manchas hipercrômicas no abdome. Estas, em curto período de tempo, evoluíram com hipocromia e acromia se estendendo para diversas áreas do corpo. Ao exame dermatológico, presença de manchas acrômicas, hipocrômicas e hipercrômicas, algumas com bordas hiperpigmentadas (vitiligo tricromático) em todo tronco, região cervical, face medial dos braços, dorso das mãos, dos pés, região peri-oral e peri-orbitária. Apresenta também pequenas manchas hipercrômicas nos lábios e palato além de leucotríquia nos cílios e couro cabeludo. Instituiu-se diagnóstico clínico de

vítiligo vulgar disseminado e corticoterapia tópica, obtendo pouca melhora do quadro. Em maio de 2006 decidiu-se por mudança terapêutica e desde então faz uso de Tacrolimo unguento 0,03%, 2 vezes ao dia, apresentando resultados significativos. História pregressa de quadros recorrentes de conjuntivite não-infecciosa no primeiro ano de vida. Foram feitas avaliação da função tiroideana (TSH, T4 livre, anticorpos anti-microsomal e anti-tireoglobulina), hemograma completo, status glicêmico, dosagem de IgE sérica e fundo de olho, todos normais com exceção da IgE (215 KU/L). Criança com desenvolvimento pôndero-estatural adequado, sem outras queixas.

DISCUSSÃO

Apesar dos diversos diagnósticos diferenciais que se impõe ao flagrarmos uma lesão vitiligóide (Piebaldismo, hanseníase, líquen esclero-atrófico, nevus acrômico, pitíriase alba, hipocromia residual da pitíriase versicolor), devido à exuberância do quadro apresentado, o diagnóstico clínico de vitiligo foi instituído sem dificuldades. As problemáticas surgem no momento de se decidir pela avaliação clinico-laboratorial e proposta terapêutica.

Muitos estudos confirmaram a maior incidência de atopia nos pacientes pediátricos com vitiligo comparados com a população geral. Os achados de história pessoal e familiar de tireoidites, Diabetes Mellitus e outras enfermidades auto-imunes também não foram ocasionais. Diante disso, torna-se imprescindível uma avaliação laboratorial inicial mínima composta de hemograma completo, glicemia, IgE sérica, TSH, T4 livre e anticorpos anti-tireoidianos. É importante lembrar que os anticorpos anti-tireoidianos podem estar positivos mesmo nos pacientes sem evidência clínica de tireoidopatia, manifestando esta, décadas depois de iniciado o vitiligo. Ademais, a possibilidade de anormalidades nos melanócitos da retina *indica* a necessidade do exame oftalmológico (fundo de olho).

Os corticóides tópicos são freqüentemente usados no tratamento do vitiligo, mas o risco de atrofia cutânea e telangiectasias, principalmente se aplicado na face e pescoço, além de efeitos adversos oculares, como indução de glaucoma e catarata, desencoraja seu uso em casos extensos e com comprometimento do

segmento cefálico. Além disso, a aplicação tópica a longo prazo pode levar a imunossupressão sistêmica, devido ao grande teor de absorção da droga.

A PUVA terapia (sistêmica e tópica), apesar de reconhecida eficácia, é contraindicada em crianças abaixo de 10 anos, pelo risco de catarata. O cristalino só torna-se um filtro efetivo da radiação UVA dos 20 aos 25 anos, e o controle da proteção ocular requerido pela PUVA é de difícil manejo na população pediátrica (excetuando os adolescentes).

Neste cenário terapêutico, surgem novas possibilidades, como o UVB de banda estreita (ainda pouco difundido) e os Imunomoduladores tópicos.

O Tacrolimo é um imunomodulador macrolídeo, aprovado para uso em crianças maiores de 2 anos, que vem sido utilizado em alguns casos de vitiligo infantil. Estudos recentes comprovam sua eficácia e segurança, considerando-o como droga de escolha para os casos de vitiligo em face e pescoço nos pacientes pediátricos, além de uma alternativa aos corticóides tópicos para pacientes com envolvimento de tronco e extremidades.

Em resumo, o vitiligo em crianças pode ser um marcador cutâneo, e o estudo integral do paciente em busca de patologias associadas, pode de forma indireta mudar a expressividade e o prognóstico do vitiligo, diminuindo seu impacto no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes. O tratamento para os menores de 10 anos, principalmente nos casos extensos e com envolvimento do segmento cefálico, pode ser feito com Imunomoduladores tópicos, que têm se mostrado uma droga segura e eficaz.

ABSTRACT

Background: Vitiligo is a relatively common acquired pigmentary disorder. It affects 1% of the population and begins before age 20 in 50% of the cases. The occurrence in childhood is unusual. The cause remains unknown, although an autoimmune pathogenesis seems most likely. The purpose of this article is to report a 3 year-old girl with progressive vitiligo, to show the characteristics in the pediatric population and discuss his therapy. Discussion: Children with vitiligo should be evaluated for the presence of others disorders. Treatment remains difficult. PUVA therapy, the most consistently effective and practical therapy for this disease, has not been recommended in pediatric patients. Topical immunomodulators is a valuable alternative therapy for childhood vitiligo: they're as efficient as topical corticosteroids without their side effects.

Key-words: child, vitiligo, immunomodulators

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL MUTAIRI, N, et.al. Childhood vitiligo: a prospective hospital-based study. **Australasian Journal of Dermatology**, v. 46, p. 150-3, 2005.

BELLET J. S.; PROSE, N. S. Vitiligo em crianças: uma revisão de classificação, hipóteses sobre patogênese e tratamento. **An Bras Dermatol.**, v. 80, n. 6, p. 631-6, 2005.

CARVALHO, V. O. Vitiligo: análise de 174 casos na população pediátrica. **An Bras Dermatol.**, v. 73, n. 5, p. 419-423, 1998.

HU Z. et.al. Profile of childhood vitiligo in China: an analysis of 541 patients. **Pediatr Dermatol.**, v. 23, n. 2, p. 114-6, 2006.

LEPE, V. et al. Estudio a Doble Ciego de Tacrolimus al 0,1% vs Clobetasol 0,05% para el tratamiento de Vitiligo Infantil. **Arch Dermatol.**, v. 139, p. 581-5, 2003.

ORTIZ, L. T. et al. Vitiligo en niños y su asociación con otras patologías. **Dermatol Pediatr Lat.**, v. 1, n. 1, p. 18-23, 2003.

SILVERBERG, N. B, et al. Tacrolimus ointment promotes repigmentation of vitiligo in children: a review of 57 cases. **J Am Acad Dermatol.**, v. 51, n. 5, p. 760-6, 2004.

STEINER, D. et al. Vitiligo: artigo de revisão. **An Bras Dermatol.**, v. 79, n. 3, p. 335-351, 2004.

SINUSITE AGUDA

FIGUEIREDO R. R.*

DEFINIÇÃO E FISIOPATOLOGIA

Rinossinusite é definida como uma resposta inflamatória da mucosa que reveste as fossas nasais e cavidades paranasais. Devido à continuidade do revestimento mucoso das fossas nasais e seios paranasais, através dos óstios de drenagem dos seios, os processos inflamatórios das fossas nasais freqüentemente são acompanhados por respostas semelhantes na mucosa de revestimento das cavidades paranasais.

De fato, com a moderna compreensão da fisiologia das fossas nasais e cavidades paranasais, pode-se afirmar que a imensa maioria das sinusopatias tem sua origem em processos inflamatórios nas fossas nasais, particularmente na região do meato médio, ponto mais complexo da anatomia das fossas nasais, verdadeira “encruzilhada” de óstios, canais, lamelas e projeções da parede lateral (Figura 1). Talvez a única exceção seja a sinusite odontogênica, secundária a processos dentários apicais em arcadas superiores, com drenagem para o interior do seio maxilar e daí para as fossas nasais.

Podemos dividir os fatores predisponentes às sinusopatias da seguinte maneira:

* Professor Assistente de Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina de Valença, Mestre em Otorrinolaringologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituição: Centro de Ensino Superior de Valença – Faculdade de Medicina de Valença.

FATORES AMBIENTAIS

Vírus: muitas sinusopatias são virais, eventualmente progredindo para bacterianas. Os vírus influenza e parainfluenza estão freqüentemente envolvidos.

Poluição: vários estudos clínicos relacionam as doenças respiratórias, incluindo as sinusopatias, à poluição ambiental (Andrae, S., 1988).

Tabagismo: fator predisponente a doenças respiratórias.

Super-antígenos bacterianos: segundo alguns autores, certos antígenos bacterianos, denominados super-antígenos, particularmente encontrados no *Staphylococcus aureus*, são potentes estimuladores dos linfócitos T, desencadeando reações alérgicas. Têm mais relevância na sinusopatia crônica (Bachert, 2003).

Fungos: mais implicados com as sinusopatias crônicas alérgicas e polipose nasossinusal, exacerbam quadros inflamatórios em indivíduos predispostos.

FATORES GERAIS DO HOSPEDEIRO

Fatores genéticos.

Estresse: segundo estudos recentes, pode haver relações entre o estresse e sinusopatias.

FATORES LOCAIS DO HOSPEDEIRO

Fatores anatômicos: como os desvios septais, hipertrofia de cornetos, hipertrofia de apófise unciforme, *bulla etmoidal* etc.

Inflamação da mucosa nasal: como nas rinites agudas e crônicas.

Segundo o 1º Consenso Brasileiro sobre Rinossinusite, realizado pela Sociedade Brasileira de ORL em Recife, 1998, a definição de sinusite aguda, subaguda e crônica é feita pelo tempo de sintomatologia, da seguinte forma:

- *Sinusite aguda:* até 4 semanas de sintomas.

- *Sinusite subaguda*: de 4 a 12 semanas de sintomas.
- *Sinusite crônica*: mais de 12 semanas de sintomas.

De acordo com o mesmo Consenso, a rinossinusite aguda inicia-se quando, frente a uma infecção das vias aéreas superiores (IVAS), os sintomas pioram após o quinto dia ou persistem por mais de dez dias. Estes sintomas podem durar até quatro semanas, desaparecendo completamente após o tratamento.

BACTERIOLOGIA

Os agentes mais freqüentemente envolvidos nas rinossinusites agudas são, pela ordem, o *Streptococcus pneumoniae*, *Haemophilus influenzae*, *Moraxella catharralis*, *Staphylococcus aureus* e *Streptococcus* beta-hemolíticos.

Quadro clínico

Obstrução nasal, rinorréia mucopurulenta, rinorréia posterior, cacosmia, halitose, tosse e hipertermia podem ser encontradas. Sensação de peso facial e cefaléia também são freqüentes, cuja localização pode auxiliar na identificação do seio acometido.

Seios frontais: dor em regiões frontal e periorbitária.

Seios etmoidais: dor em canto interno da órbita e região periorbitária.

Seios maxilares: dor em região geniana e arcadas dentárias superiores.

Seios esfenoidais: dor em regiões frontal, occipital e centro da cabeça.

Localização bastante variável.

Ao exame otorrinolaringológico, verifica-se congestão da mucosa nasal, com mucosas hiperemiada e edemaciada. Com vasoconstrição adequada, podemos evidenciar secreção mucopurulenta em meatos médios, sinal suficiente para o diagnóstico de rinossinusite aguda. A oroscopia pode revelar hiperemia da mucosa da orofaringe, muitas vezes das bandas laterais da orofaringe. Secreção mucopurulenta descendente também é comum. A otoscopia pode revelar retrações, abaulamentos e hiperemia da membrana timpânica.

A palpação dos pontos sinusais, referidos anteriormente, pode ser bastante dolorosa. Edema e eritema das regiões maxilar, orbital e frontal, também podem ser encontrados.

Em crianças, muitas vezes a tosse é um sintoma de grande importância, dada à dificuldade da criança em apontar seus sintomas com exatidão. Deve-se sempre ter em mente a possibilidade de um corpo estranho (CE) em fossas nasais nas crianças.

Pacientes imunodeprimidos (granulocitopenias, HIV-positivos) e portadores de fibrose cística apresentam rinossinusites mais graves, podendo ter como agentes etiológicos fungos e Gram-negativos, inclusive *Pseudomonas sp.*

MÉTODOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO

Em casos de dúvida, a endoscopia nasal pode demonstrar a presença de secreções purulentas drenando pelos óstios dos seios paranasais em direção aos meatos médio, superior e recessos esfenoidais, sendo o melhor método complementar para o diagnóstico (Figura 2). Deve sempre ser realizada, quando disponível. Infelizmente, em um grande número de situações, particularmente na rede pública de saúde, os exames endoscópicos não estão ao alcance do otorrinolaringologista, que pode se ver obrigado a lançar mão de outros recursos auxiliares para diagnóstico, nos casos mais duvidosos. É nessa situação que se enquadram as controversas radiografias simples dos seios paranasais.

A radiologia convencional é o método auxiliar mais antigo existente para o diagnóstico das rinossinusites. Frente aos exames mais modernos, como a endoscopia nasal, tomografia computadorizada e ressonância magnética, seu valor vem progressivamente diminuindo, o que é compreensível, dado o seu limitado valor de informações diagnósticas frente aos métodos mais modernos. Entretanto, dadas às precárias condições da Saúde Pública no Brasil, é nossa opinião que ainda cabe o estudo das radiografias simples, já que, em muitas situações, poderá ser o único método diagnóstico auxiliar disponível.

O estudo radiológico completo dos seios paranasais é feito com quatro incidências:

1. Frontonaso (Caldwell).
2. Mentonaso (Waters).
3. Perfil.
4. Axial de Hirtz.

A incidência frontonaso permite a visualização dos seios frontais e etmoidais, além do assoalho dos seios maxilares. A mentonaso é melhor para visualização dos seios maxilares, sendo também úteis para os seios frontais. É importante a correta angulação do paciente, visando retirar a projeção do rochedo, o que pode levar a falsa impressão de velamento ou nível líquido em seios maxilares. Uma variante desta incidência pode ser feita com a boca aberta (incidência de Blondeau), permitindo a visualização do seio esfenoidal através da projeção do palato.

A incidência em perfil permite a visualização dos seios frontais e esfenoidais. A axial de Hirtz presta-se exclusivamente à visualização do seio esfenoidal.

As alterações radiológicas que podem ser observadas são espessamento mucoso superior a 3 mm, nível líquido ou opacificação completa dos seios. Estes achados devem ser correlacionados ao quadro clínico, sendo bastante imprecisa sua avaliação de forma isolada (Figura 3).

Em crianças, deve-se sempre ter em mente a idade de formação dos seios paranasais: ao nascimento para as células etmoidais e antro maxilar, dois a três anos para o seio maxilar, cinco a sete anos para os seios frontais e 12 anos para o seio esfenoidal.

Em estudo realizado por Mendonça et al. (RBORL, set/ out 99), foi encontrada uma incidência de falsos-negativos em radiografias simples de seios paranasais de 43%. Os autores concluíram que as radiografias simples só têm valor quando positivas e associadas aos sinais clínicos.

Nossa opinião final é que, na falta de métodos complementares avançados, as radiografias simples podem auxiliar no diagnóstico da rinossinusite aguda, desde que associadas a outros achados clínicos. A presença de secreção purulenta em meato médio, diagnosticada pela rinoscopia anterior ou endoscopia nasal, torna as radiografias dispensáveis para o diagnóstico.

A tomografia computadorizada (TC) é o método ideal para avaliação das rinossinusites, devendo ser feita em planos sagitais, axiais e coronais (Figura 4). Estes últimos são os mais importantes, já que são os que melhor simulam a visão

endoscópica das fossas nasais. Tem grande importância na avaliação de complicações, da mesma forma que a ressonância nuclear magnética (RNM).

Os sinais de alerta para complicações, são, de acordo com o *Consenso Brasileiro sobre Rinossinusites*:

- Quando os sintomas dor e febre não melhoram com 72 horas e antibioticoterapia adequada.
- Surgimento de edema e/ou eritema palpebral.
- Alterações visuais.
- Cefaléia intensa acompanhada por irritabilidade.
- Sinais sistêmicos de toxemia.
- Sinais de irritação meníngea.

As complicações das sinusites são mais frequentes na população pediátrica, especialmente as complicações orbitárias e neurológicas. O comprometimento da órbita nas sinusites etmoidais pode ocorrer por: a) extensão direta da infecção nasossinusal para a órbita através de deiscências naturais da lâmina papirácea e b) disseminação retrógrada de êmbolos sépticos para a rede venosa orbital, cuja principal característica anatômica é a inexistência de válvulas.

A complicação mais comum é a celulite peri-orbitária. Outras complicações das sinusites agudas são o abscesso palpebral, abscesso sub-periosteal, celulite difusa intra-conal, síndrome do ápice orbitário, meningite e abscessos cerebrais. Seu tratamento é hospitalar com antibioticoterapia parenteral. Em muitas situações é necessária abordagem cirúrgica, muitas vezes em conjunto com a Oftalmologia e Neurocirurgia.

TRATAMENTO

O tratamento das rinossinusites agudas é fundamentado na antibioticoterapia, sendo inicialmente indicada a amoxicilina para infecções leves ou moderadas. Opções nos casos mais severos ou com má resposta à amoxicilina são a associação amoxicilina-ácido clavulânico, cefalosporinas de segunda geração

(cefuroxima), de terceira geração (ceftriaxona, somente para uso parenteral) e quinolonas (levofloxacina, moxifloxacina).

As quinolonas não podem ser usadas em crianças, pelo risco de alterações no crescimento ósseo.

Opções para pacientes alérgicos a penicilinas incluem quinolonas, macrolídeos (claritromicina) e sulfametoxazol associado à trimetoprim, para infecções leves e moderadas.

Pacientes imunodeprimidos e portadores de fibrose cística com infecções graves devem ser tratados a nível hospitalar, podendo ser usados antifúngicos sistêmicos (como a anfotericina B), cefalosporinas antipseudomonas (como a ceftazidime) e aminoglicosídeos (amicacina).

Em casos de rinossinusites causadas por germes hospitalares multirresistentes, drogas como cefalosporinas de quarta geração (cefepime, cefpirome), imipenem e vancomicina podem ser empregados.

O tempo preconizado para a antibioticoterapia é de 10 a 14 dias.

Como medidas coadjuvantes de tratamento, podemos citar os corticóides tópicos e sistêmicos, vasoconstritores tópicos e sistêmicos e lavagens nasais com soluções salinas.

Os corticóides podem auxiliar na diminuição do edema e melhora da drenagem pelos óstios dos seios paranasais. Os descongestionantes sistêmicos têm como inconveniente a presença de anti-histamínico que, pelo seu efeito anticolinérgico, pode produzir espessamento das secreções nasossinusais, dificultando sua eliminação. Já os tópicos devem ser usados por períodos máximos de 5 a sete dias, pelo risco de efeito rebote e rinite medicamentosa.

O único tratamento coadjuvante com efeitos cientificamente provados na rinossinusite é a lavagem das fossas nasais com soluções salinas isotônicas e hipertônicas, que remove crostas e restos epiteliais, remove o edema intersticial por desidratação tissular (hipertônicas) e aumenta a eficácia do tapete mucociliar. As formulações preconizadas por Parsons são:

1. Isotônica:

Água fervida morna: 1.000 mL.

Sal marinho ou grosso: uma colher de sobremesa.

Bicarbonato de sódio: uma colher de sobremesa.

2. Hipertônicas:

Água fervida morna: 1.000 mL.

Sal marinho ou grosso: duas colheres de sobremesa.

Bicarbonato de sódio: uma colher de sobremesa.

Uma importante observação deve ser feita quanto ao medicamento popular conhecido como “buchinha do Norte”, na verdade uma planta dicotiledônea (*Momordica bucha*). Não existe nenhum trabalho cientificamente controlado que comprove os benefícios de sua utilização, constatando-se, nos pacientes que a usam, importante edema reacional, com congestão mucosa, devido às propriedades irritativas da substância. Seu uso deve, portanto, ser desencorajado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREA, S. et al. Symptoms of bronchial hyperreactivity and asthma in relation to environmental factors. **Arch Dis Child**, v. 63, n. 5, p. 473-8, 1988.

BACHERT, C. et.al. Superantigens and nasal polyps. **Curr Allergy Asthma Rep**, v.3, n. 6, p. 523-31, 2003.

CONSENSO BRASILEIRO SOBRE RINOSSINUSITES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE OTORRINOLARINGOLOGIA. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, v. 65, n. 3, supl. 1998.

FIGUEIREDO, R. R: Lesões inflamatórias agudas das fossas nasais e cavidades paranasais. In: _____. **Urgências e emergências em ORL**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2006.

HUNGRIA, H. **Otorrinolaringologia**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

LOPES FILHO, O.; CAMPOS, C. A. H. **Tratado de otorrinolaringologia**. São Paulo: Roca, 1994.

MENDONÇA, L. M. et al. Valor do Raio X simples dos seios paranasais no diagnóstico da Sinusite Aguda. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, v. 65, n. 5, p. 415-20, 1998.

MINITI, A.; BENTO, R. F.; BUTUGAN, O. **Otorrinolaringologia clínica e cirúrgica**. São Paulo: Atheneu, 1993.

SHANKAR, L. et al. **Atlas de imagem dos seios paranasais**. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

VOEGELS, R. L.; LESSA, M. M.; BUTUGAN, O. Complicações das rinossinusites agudas. In: _____. FIGUEIREDO, R. R. **Urgências e emergências em ORL**, Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2006.

FIGURAS E LEGENDAS

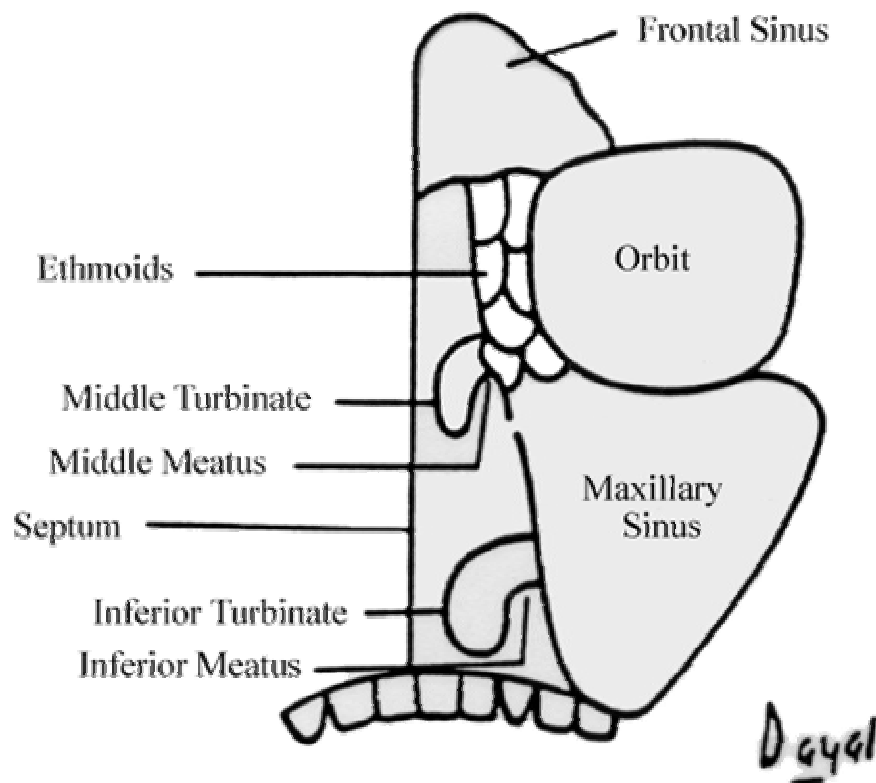


Figura 1: Representação esquemática dos seios paranasais anteriores e complexo óstio-meatal.
Fonte (copiado de http://www.entnet.org/healthinfo/sinus/sinus_front.cfm).



Figura 2: Imagem de endoscopia nasal mostrando secreção purulenta em meato médio à direita. Este achado, em vigência de sintomatologia compatível, é suficiente para o diagnóstico de sinusite aguda.



Figura 3 (A e B): Radiografias simples de seios paranasais (mentonaso) mostrando, respectivamente, espessamento mucoso em seio maxilar direito e nível líquido em seio maxilar esquerdo.

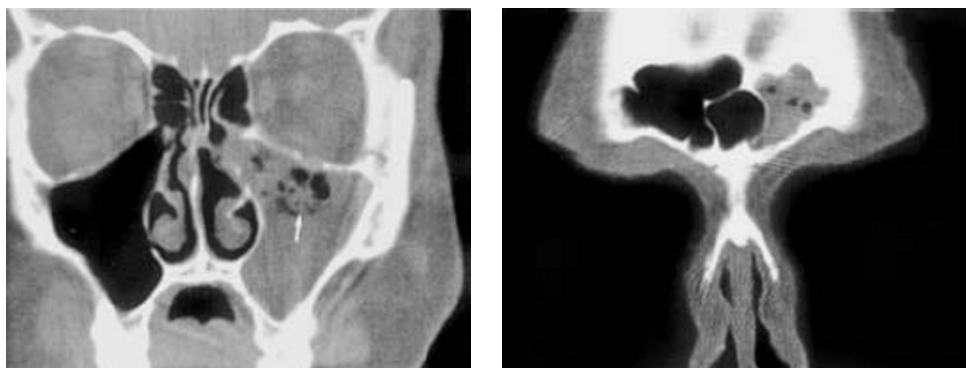


Figura 4: Tomografia computadorizada de seios paranasais em cortes coronais, com sinusites maxilar (A) e frontal (B). (Imagem retirada de Shankar, L *et al.* "Atlas de imagem dos seios paranasais".)

TUMORES DOS TECIDOS MOLES: FIBROMATOSE GENGIVAL

SOFT TISSUE TUMORS: GINGIVAL FIBROMATOSIS

FAÍSCA, T. M. R. T.^{*}

ROSA, A. N.^{**}

RACHID, H.^{***}

RESUMO

Trata-se de um caso clínico de fibroma gengival de um paciente atendido no Serviço de Urgência Odontológica CAIS Aterrado - Volta Redonda – RJ com remissão da lesão, após tratamento cirúrgico.

Palavras chaves: Fibromatose gengival, Fibroma de irritação.

REVISÃO LITERÁRIA

Shafer (1985) refere-se a fibromatose gengival (fibroma) como sendo um tumor do tecido mole mais comum na boca. É uma lesão bem definida de crescimento lento que ocorre em qualquer idade localizada mais freqüentemente na gengiva, mucosa jugal, língua, lábios, e no palato.

Regezi (2000) refere-se a fibromatose como uma proliferação fibrosa benigna que acomete a maxila e mandíbula e o tecido conjuntivo subjacente da cavidade oral.

^{*} Aluna do 8º período Odontologia, 2007 - UNIG

^{**} Aluna do 8º período da UNIFOA

^{***} Profª. Orientadora, responsável pela disciplina de Prótese Total e Materiais Dentários da UNIG; Titular da Disciplina de Prótese Total da FOV/CESVA

Neville (2004) refere-se a fibromatose gengival como fibroma de irritação, e pode ocorrer em qualquer lugar da boca, mais comumente na mucosa jugal ao longo da linha de oclusão, lábio, língua e gengiva.

Shafer (1985), Regezi (2000) e Neville (2004), especificam a fibromatose como um nódulo rosa de superfície branca com coloração semelhante a mucosa circundante, firme, elástico ou mole e esponjoso.

RELATO DE CASO CLINICO

Paciente A. O., sexo masculino, 49 anos, afrodescendente, compareceu a Unidade de Urgência Odontológica do Hospital Intermediário CAIS Aterrado-VR-RJ com queixa de infecção constante na gengiva, mau hálito e queria extrair 3 dentes que estavam bambos.

Ao exame clínico foi verificado presença de periodontopatia avançada e um fibroma entre os elementos 32 e 33. O paciente informou que havia retirado há mais ou menos 6 anos esta mesma lesão, mais que havia retornado (Figura 1).

CONDUTA TERAPÊUTICA

Ao exame de Rx periapical (Figura 2) observou-se bolsas periodontais nos elementos 42, 41, 31, 32, 33 e os elementos 42, 41, 31, 32, apresentavam mobilidade grau III; além da presença de cálculo supra e sub gengival, com secreção purulenta quando da palpação digital. Após exames complementares foi indicada à remoção do fibroma e dos elementos dentários comprometidos. O paciente submeteu-se a profilaxia antibiótica com penicilina 400.00UI.IM associado ao metronidazol 500mg EV, à exérese do fibroma e dos elementos dentários comprometidos, e realizada a sutura (Figura 3, 4, 5, 6, e 7).

RESULTADO

Após 8 dias procedeu-se a remoção da sutura e avaliação do tecido gengival (Figura 8).

O resultado histopatológico realizado pelo laboratório Pasteur VR/RJ, apresentou: fragmento irregular de tecido brancacento com pequenas áreas pardacentas medindo 1,0 x 0,8 cm de consistência firme e elástica. Ao corte mostra superfície pardacenta, com diagnóstico histológico compatível com fibroma de irritação (Figura 9).

CONCLUSÃO

A fibromatose gengival é um tumor benigno que ocorre na maxila e mandíbula com mais frequência na gengiva, lábios, língua e palato podendo manifestar em qualquer idade (Shafer, 1985; Regezi, 2000; Neville, 2004).

As características histopatológicas do presente caso clínico são compatíveis com o fibroma de irritação conforme os autores citados.

ABSTRACT

It's about a clinical case of a patient's gingival Fibroma seen at the Odontologic Urgence CAIS Aterrado – Volta Redonda – RJ with injury's remission, after surgical treatment.

Key-words : Gingival Fibromatosis, Irritation Fibroma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NEVILLE, B. W. et al. **Patologia oral e maxilo facial**. Rio de Janeiro : Editora Guanabara Koogan., 2004. p.144-420.

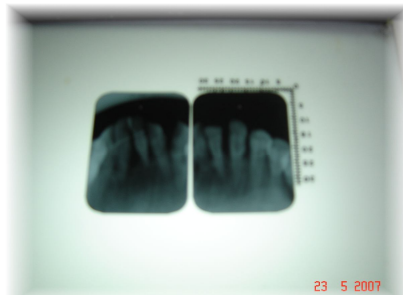
REGESI, J. A. et al. **Patologia bucal**. 3.ed. Rio de Janeiro : Editora Guanabara Koogan, 2000. p. 170-171.

SHAFER, W. G. et al. **Tratado de patologia bucal**. 4.ed. Rio de Janeiro : Editora Interramericana, 1985. p. 126-128.



FONTE: ARQUIVO 2006 - PROFª HELENA RACHID

FIGURA 1



FONTE: ARQUIVO 2006 - PROFª HELENA RACHID

FIGURA 2



FONTE: ARQUIVO 2006 - PROFª HELENA RACHID

FIGURA 3



FONTE: ARQUIVO 2006 - PROFª HELENA RACHID

FIGURA 4



FONTE: ARQUIVO 2006 - PROFª HELENA RACHID

FIGURA 5



FONTE: ARQUIVO 2006 - PROFª HELENA RACHID

FIGURA 6



FONTE: ARQUIVO 2006 - PROFª HELENA RACHID

FIGURA 7



FONTE: ARQUIVO 2006 - PROFª HELENA RACHID

FIGURA 8



FONTE: ARQUIVO 2006 - PROFª HELENA RACHID

FIGURA 9

ÚTERO DIDELFO E SEPTO TRANSVERSO EM HEMIVAGINA, CAUSANDO HEMATOMÉTRIO EM ADOLESCENTE COM MENSTRUACÃO NORMAL

RICARDO V., B.
SILVEIRA, F. A.
ALMEIDA, R. P.
PEREIRA, C. R. N.
MAGALHÃES, N. P.
BARZILAI, V. S.

INTRODUÇÃO

Desordens congênitas mullerianas não são comuns podendo se estabelecer uma incidência de 0,1 a 3,8%. O útero Didelfo é marcado pela não fusão dos ductos de Muller que normalmente estabelece a presença de: dois hemiúteros. dois colos e dupla vagina nos dois terços proximais. Derivações destas anomalias podem dificultar o diagnóstico como a presença de um septo transverso em uma das hemivaginas.

CASO

TSF, 14 anos, virgo, menarca aos 10, ciclos regulares desde então tendo nos últimos seis meses iniciado quadro de dismenorréia e aumento do volume pélvico. Solicitado ultra-sonografia que revelou imagem de conteúdo cístico espesso que se expandia pela fossa íliaca esquerda. englobando o útero, sugestivo de patologia ovariana tumoral. A adolescente foi então submetida a uma ressonância magnética que revelou útero duplo com dois colos e dupla vagina, sendo o hemiútero esquerdo dilatado por conteúdo hemático de grande quantidade e agenesia renal esquerda. O toque retal confirmou massa que se alongava desde a vagina até o útero. Com o

COMENTÁRIOS

SLICE 9/17
POST -39.5
RIGHT 15.1
P U 3113 CAUD -95.9 A
L 1414 ANGLE AP -1
ANGLE CC 3
HOSPITAL VITA

GYROSCAN T5-II

LABS V.R. THAIS DE S. FERREIRA
03-JUN-95 # 0000 F
15:30 20-MAR-1991
SCAN 7 SAG T2 TSE

TSE

SAT
SCTIME 4:52
2031256
NSA 6 M
TR 1000
TE 120

FOV 375/2.0
THK 7.0/ 0.7
SLICE 12/ 17
POST -38.5
RIGHT 30.2
P U 3113 CAUD -95.4 A
L 1414 ANGLE AP -1
ANGLE CC 3
HOSPITAL VITA

GYROSCAN T5-II

LABS V.R. THAIS DE S. FERREIRA
03-JUN-95 # 0000 F
15:30 20-MAR-1991
SCAN 7 SAG T2 TSE

TSE

SAT
SCTIME 4:52
2031256
NSA 6 M
TR 1000
TE 120

FOV 375/2.0
THK 7.0/ 0.7
SLICE 12/ 17
POST -38.2
RIGHT 45.9
P U 3113 CAUD -95.2 A
L 1414 ANGLE AP -1
ANGLE CC 3
HOSPITAL VITA

GYROSCAN T5-II

LABS V.R. THAIS DE S. FERREIRA
03-JUN-95 # 0000 F
15:30 20-MAR-1991
SCAN 7 SAG T2 TSE

TSE

SAT
SCTIME 4:52
2031256
NSA 6 M
TR 1000
TE 120

FOV 375/2.0
THK 7.0/ 0.7
SLICE 16/ 17
POST -37.2
RIGHT 69.0
P U 3113 CAUD -94.7 A
L 1414 ANGLE AP -1
ANGLE CC 3
HOSPITAL VITA

GYROSCAN T5-II

LABS V.R. THAIS DE S. FERREIRA
03-JUN-95 # 0000 F
15:30 20-MAR-1991
SCAN 7 SAG T2 TSE

TSE

SAT
SCTIME 4:52
2031256
NSA 6 M
TR 1000
TE 120

FOV 375/2.0
THK 7.0/ 0.7
SLICE 16/ 17
POST -37.2
RIGHT 69.0
P U 3113 CAUD -94.7 A
L 1414 ANGLE AP -1
ANGLE CC 3
HOSPITAL VITA

GYROSCAN T5-II

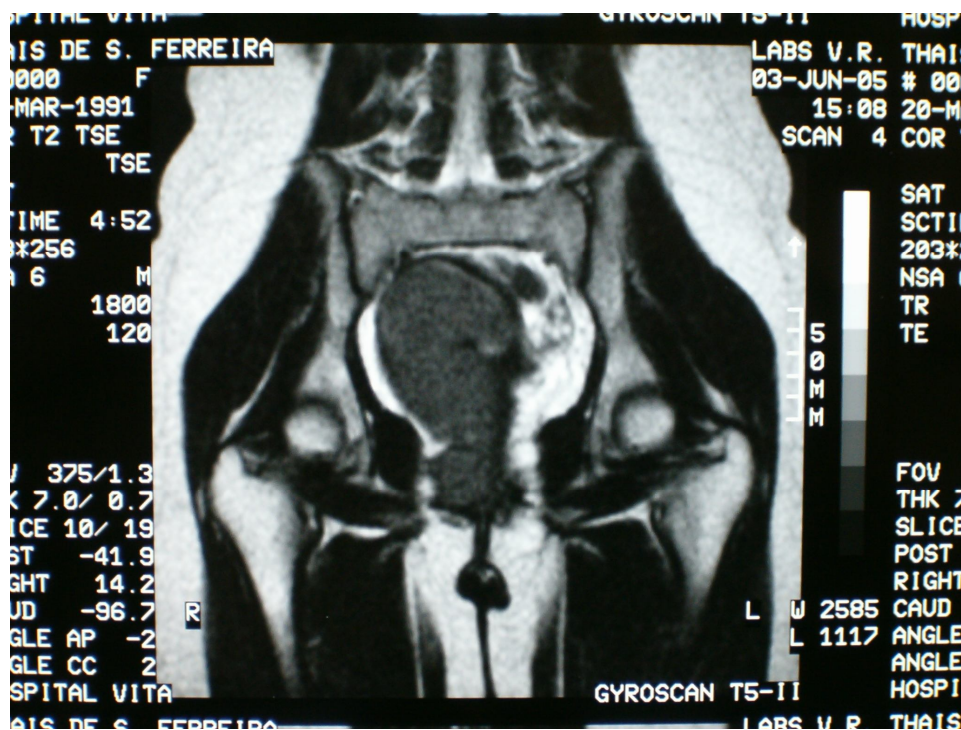


Figura 2: Seta hematômio em hemiútero

**FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: O Arcaísmo como Projeto:
mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade
colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização
Brasileira, 2001**

GUIMARÃES, D.*

ROMANO, G. R.*

CAMPOS, L.*

A resenha crítica que ora apresentamos, provém da leitura e da análise do livro dos professores da UFRJ João Fragoso e Manolo Florentino, **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840**. Escrito a quatro mãos o livro apura e agrega muitas das idéias esplanadas nos livros “Homens de grossa ventura” de João Fragoso e destaca também a natureza do tráfico de escravos e seu centralizador papel no crescimento da economia brasileira, tema esse desenvolvido por Manolo Florentino em seu livro “Em costas negras”. Os autores vão apresentar uma série de estudos ligados ao final do período colonial, questionando e debatendo uma série de dogmas da historiografia brasileira. Argumentando que a escravidão tinha uma função estrutural tanto na África como na América e que a flexibilidade do fornecimento da mão-de-obra, alimento e terras foram responsáveis pelo baixo nível de capitalização no Brasil, admitindo a continuidade da utilização de técnicas rudimentares na agricultura. Colocando de novo suas idéias de outra forma, mostram que o acesso relativamente barato ao tráfico atlântico de escravos e às melhorias durante o século XVIII possibilitou a manutenção de um preço relativamente baixo para o escravo comercializado nessas rotas, ocasionando a rotinização das práticas agrícolas e conseqüentemente a manutenção de uma predominância de relações e práticas sociais. Assim Portugal era beneficiado pela cobrança de taxas e pela reexportação dos produtos coloniais, com isso, o Brasil e sua hierarquia social teriam sido criados para preservar e

* Alunos do 4º Período de História CESVA/FAA/FAFIVA

conservar o Antigo Regime em Portugal, inclusive para não transformá-lo. Tratava-se de um projeto arcaizante de uma metrópole controlada por uma aristocracia, aliada aos comerciantes aristocratizados, residentes na terra natal ou na colônia, reproduzindo esse projeto arcaizante sem a interferência de uma nova burguesia nessa ordem estabelecida. Enquanto na Europa as fortunas comerciais possibilitavam que a classe mercantil desafiasse a nobreza, aqui no Brasil, que não possuía um passado aristocrático, o capital mercantil serviu para consolidar o Antigo Regime. O sarcasmo dessa comparação faz sentido somente se pensada a partir da idéia, ultrapassada, do surgimento da burguesia no restante da Europa ocidental e presume a impossibilidade da manutenção do poder da aristocracia, bem como da continuidade da agricultura. Se os comerciantes e seus negócios estavam acima da agricultura como o setor dinâmico da economia brasileira e sendo a base do sistema social, então de acordo com os autores o Brasil apresentava um quadro totalmente diferente do apresentado na Europa ocidental, e é isso que o livro nos apresenta, a existência de um grupo mercantil representado pela fidalguia portuguesa a qual esterilizava o capital para consolidar o seu projeto de vida que era totalmente aristocrático, ou seja, investiam o capital acumulado na compra de terras e de títulos de nobreza.

No capítulo II - denominado **Interpretações**, os autores nos convidam para um interessante debate entre grandes nomes de nossa historiografia. É estabelecido um dialogo entre modelos explicativos de nossa economia e sociedade colonial, Fragoso e Florentino se põem como mediadores entre as vertentes de Caio Prado e Fernando Novais de um lado com a idéia do sentido da colonização e Ciro Flamarion e Gorender do outro lado com seu modo de produção escravista colonial.

Em um primeiro momento os autores abordam as idéias de Caio e Fernando que enxergam o Brasil como uma junção do latifúndio com o plantation e a mão de obra escrava assim formando uma sociedade totalmente agro exportadora. As elites agrárias reinavam absolutas no topo da hierarquia social figurando uma sociedade bi polarizada, em cima as elites agrárias e ficando bem a baixo e a margem desta produção os homens livres e pobres gerando assim uma enorme herança de desigualdade social e péssima distribuição de renda.

Essa bipolaridade social aleijava e tornava a colônia incapaz de desenvolver grupos economicamente fortes para um acumulo de capital interno. Entretanto tanto Caio quanto Fernando não nega a inexistência de um mercado interno apenas

afirmam que a circulação interna estava voltada e atrelada para a agro exportação e as variações do mercado externo.

Florentino e Fragoso mostram agora as interpretações de Ciro Flamarion e Gorender que vêem a monocultura aliada à mão de obra escrava como uma imensa barreira para nosso mercado interno, esse processo era denominado modo e produção escravista colonial. O modo de produção escravista de Ciro e Gorender era eminentemente produtivo e comercial e essa exploração articulou totalmente as relações sociais e políticas estando sempre presente no topo da base estruturando todo mecanismo colonial.

Ao analisarem essas duas vertentes os autores traçam um paralelo e apresentam todo nosso sistema colonial a partir do desenvolvimento econômico da sociedade portuguesa regida pelo antigo regime. Esta caracterizada por uma agricultura muito pobre, recurso minerais escassos e um indústria mercantil e débil e um Estado que aparentemente centralizado ainda demonstrava vários vestígios feudais.

Portugal por diversos fatores fez de seu pioneirismo e seu desenvolvimento ultramarino uma grande alternativa para sua economia nos séc. XV e XVI possibilitando a coroa um grande enriquecimento e gerando uma grande dependência de Portugal ao mercado do Atlântico.

Isso se refletia no nosso processo colonial que se desenvolvia economicamente como base e sustento para uma aristocracia portuguesa estática e débil. A estrutura social Arcaica demonstrava um Brasil com grande atividade mercantil, fomentada por uma rede de circulação interna de capital e sua reiteração.

Os autores iniciam o terceiro capítulo (**A integração do Rio de Janeiro ao sistema atlântico português**) afirmando que uma série de fatores contribuiu para o crescimento da economia do Rio de Janeiro no século XVIII: da União Ibérica, da desorganização no nordeste devido as invasões holandesas e da crise econômica da Europa resultou o aumento da produção açucareira fluminense e seu fortalecimento no cenário colonial, sendo que paralelo a isto a mão de obra escrava se fez cada vez mais imprescindível. E para confirmar tal pujança econômica é exposto que num período de 20 anos a partir de 1612 o número de engenhos do Rio passaria de 14 para quase 60.

A partir deste ponto é discutida a formação da primeira elite senhorial fluminense composta por conquistadores do século XVI, homens que ocupavam os

principais cargos políticos e administrativos utilizando-se destes para terem posições privilegiadas no processo de formação da economia colonial de plantation, eram camaristas (vereadores), oficiais da coroa e juizes de órfãos que decidiam os rumos da colônia sempre de forma a pender para obtenção de benefícios em seus negócios privados. Tais indivíduos faziam parte de famílias que com status de conquistadoras eram agraciadas com vastas faixas de terras e tinham o acesso a mão de obra barata por participarem de “guerras justas” e “resgates” de gentio. Nas palavras de J. Fragoso e M. Florentino “(...) tal elite formou-se mediante atuação em um ‘mercado imperfeito’ – não regulado pela lei de oferta e procura, mas sim por privilégios obtidos na esfera política” (pagina 66). A influência destas famílias coloniais se estendia até o ainda nascente comércio colonial e esta intervenção impossibilitou, ao menos nesta época, a ascensão de mercadores residentes.

Este cenário é alterado no início dos setecentos quando o ouro de Minas torna-se o principal atrativo da economia colonial em detrimento da plantation fluminense. A “corrida para o ouro” para as Gerais causou a ininterrupta saída de gente do Rio e conseqüente desaparecimento de engenhos e fazendas cariocas. Porém junto a este recuo da agroindústria açucareira tem-se por volta da terceira década do século XVIII a transformação da Praça do Rio de Janeiro em principal centro mercantil da colônia e seu porto é elevado a categoria de principal da América portuguesa, não sendo – segundo os autores – exagerado afirmar que o porto carioca tenha concentrado nos setecentos mais ou menos 650 mil africanos, além de deter entre 1754 e 1757 quase a metade de valor das mercadorias que chegavam a Minas Gerais.

Sendo assim, já em fins deste século predominava no Rio de Janeiro o capital mercantil e seus mecanismos de acumulação. Ascendendo neste cenário um novo grupo socioeconômico: os comerciantes de grosso trato que constituíam ao logo da segunda metade do século XVIII a elite fluminense. Esta época em que a velha nobreza de terras outrora assentada no antigo sistema de mercês cede espaço para outras maneiras de acumulação e outros grupos sociais de caráter mercantil é chamada pelos autores de “colonial tardia”, ainda marcada porém por uma hierarquia excludente e um contexto fortemente escravista. E dentro de tal contexto, ao analisarmos o gráfico da pagina 87 que trata da estrutura de posse de cativos, fica clara a concentração de escravos em poucas mãos, visto que no período de 1790 a 1807, 20% dos proprietários de terra possuíam mais da metade dos escravos

presentes no Rio. E ainda no campo da escravidão, temos que em relação a reposição de escravos na demanda pedida pelos engenhos fluminenses, só a reprodução física dos aqui estabelecidos não seria satisfatória, sendo o tráfico negreiro o grande responsável por esta reposição.

Voltando a tratar do porto carioca os autores utilizam diversas tabelas e gráficos para nos mostrar que não seria absurdo cogitar que grande parte dos ganhos do capital mercantil do Rio vinha da rede de vendas de inúmeros bens europeus, asiáticos e africanos para o mercado interno da colônia: praças como Santos, Rio Grande do Sul. E outras grandes clientes das reexportações cariocas os valores gerados aí eram superiores aos resultantes da exportação de plantation.

O tópico seguinte trata das variáveis que possibilitavam a economia colonial fluminense de ter certa autonomia em relação ao mercado internacional, e eram os baixos custos na obtenção de mão de obra e alimentos precondições para que o mercado interno do Rio não fosse totalmente atingido pelas flutuações econômicas internacionais.

No tocante a estrutura de oferta de mão de obra os autores lançam mão de dados numéricos para nos mostrar a importância do continente africano na demanda brasileira por cativos: no século XVI importaram-se 50 mil escravos, por volta de 500 mil no seiscentos, quase 2 milhões no século seguinte e próximo de 1,2 milhão de africanos no século XIX. E analisam modelos explicativos clássicos de autores como Caio Prado Jr, Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Cardoso e Jacob Gorender alertando para o fato de que tais modelos não se voltam para as motivações do continente africano em servir como depósito contínuo de mão de obra negra para o Brasil. E dentro desta discussão Fragozo e Florentino dão uma ampla explicação de como seria o funcionamento do sistema África – Portugal-América no que se refere ao tráfico atlântico chegando a uma conclusão: o tráfico afro-americano desempenhava função estrutural não só no continente recém descoberto mais também papel estrutural na África com suas disputas tribais pelo poder, guerras internas e fatores sócio culturais e isso tornava os escravos mercadorias socialmente baratas, contribuindo para o crescimento dos empresários brasileiros tanto em épocas de prosperidade como retração do mercado internacional.

E quanto a estrutura de oferta de alimentos inicia-se a discussão descartando o abastecimento da colônia, mais especialmente do Rio de Janeiro, por meio de importações, pois balanços comerciais do período de 1796 à 1811 não registram

entrada de mantimentos ligados à alimentação dos escravos e camadas populares, e descarta-se também a tese de que gêneros desta espécie fossem produzidos em roças internas à plantation cedidas aos cativos pois as áreas envolvidas com a agroexportação eram as que menos produziam alimentos, tais fatos levam a crer que as áreas exportadoras eram adeptas dos alimentos produzidos por áreas não-exportadoras, isto ratificado por diversos inventários *post-mortem* de senhores de engenho fluminense detentores de mais de 100 cativos que demonstram a inexistência da produção alimentícia em suas grandes propriedades. São Paulo e Minas Gerais foram as duas principais áreas abastecedoras do mercado interno na colônia, mais especificamente no Rio, e assentavam suas atividades predominantemente na massa camponesa, com o trabalho escravo intimamente ligado ao familiar.

Tiramos disto que o Rio de Janeiro – área voltada para o mercado externo – tinha seu abastecimento sustentado por uma extensa e complexa rede intracolonial, constatação esta que põe por terra a noção de poder autárquico das plantations. Daí explica-se a reprodução, ao menos parcialmente, desgarrada do mercado internacional. Tendo como base formas coloniais não capitalistas a plantation não só tinha seus custos de operação reduzidos como obtinha ampla autonomia diante das flutuações dos preços do mercado externo e suas crises.

Finalizando o capítulo os autores nos dizem que os negócios rurais necessitavam de menores investimentos que os negócios mercantis porem este setor esterilizava a riqueza anteriormente produzida.

Na Preeminência do capital mercantil (**Capítulo IV – Elite mercantil e lógica de reprodução em uma economia colonial tardia**), os autores buscam dar maior afirmação a hegemonia dos setores ligados à circulação de bens para identificar o peso desempenhado do capital mercantil na assimilação dos traços gerais da hierarquia socioeconômica carioca.

No desenrolar do tópico verificamos que os autores irão basear todas as suas análises através da interpretação de diversos gráficos. Primeiramente, demonstram que havia uma grande intensidade de investimentos relacionados a construções urbanas, fruto de processo de urbanização que se desenrolava no início do século XIX, e que a natureza mercantil se confirma devido ao grande volume de empréstimos, esboçando a existência de um mercado em que as trocas se misturam com o pagamento de juros e com a usura, denotando desse exame que existia um

mercado de pequenas opções de investimento para aqueles que possuíam alguma disponibilidade de capital. Logo em seguida verificam que mesmo em se tratando de uma sociedade basicamente escravista e agrária, os bens rurais, significavam 15% dos valores listados, enquanto que o capital mercantil e usurário representava $\frac{1}{4}$ das fortunas, sendo destacado o predomínio desse capital e de suas formas de acumulação nas feições estruturais.

Verificam posteriormente, através de inventários *post-mortem*, tanto do meio rural como do meio urbano, que a distribuição da riqueza entre as pessoas, baseadas em alguns acontecimentos, como: abertura dos portos ao comércio internacional, o fim do Pacto Colonial, o crescimento demográfico da Corte, o desenvolvimento do setor cafeeiro e a constituição inicial do Estado brasileiro, além de outros acontecimentos fluminenses tais como: a abolição do tráfico atlântico, a maturidade cafeeira, a expansão da vida urbana, expõem uma grande desigualdade, na qual apenas 10% das pessoas mais ricas, tanto do campo, como da cidade, continham mais de $\frac{2}{3}$ do valor total das fortunas arroladas, sendo que para os mais pobres, esse valor era de apenas 4 a 6%, verificando aqui um aumento do empobrecimento relativo em contrapartida a uma concentração excessiva de riqueza.

Passando a analisar diversas praças (Salvador, Taubaté, Minas Gerais, etc), e avaliando a situação da evolução do vale do Paraíba fluminense, no tocante a estratificação escravista, pois a análise dessa estratificação, fornece dados tanto do período da montagem como da maturidade econômica e social da região, possibilitando assim, apreender a significação sociológica do crescimento econômico escravista. Os autores verificam com essa análise, principalmente na fase de maturidade, a forte desigualdade presente e ainda a observância de um distanciamento cada vez maior do grupo dos mais ricos com o grupo intermediário e desse com o grupo dos mais pobres, reafirmando com isso a idéia do sentido sociológico da escravidão, que era a grande diferenciação socioeconômica entre a elite (rica e poderosa) e todos os homens livres.

Verificando outros critérios de acumulação de riquezas, como grupos de grandes faixas de riquezas e não de indivíduos, o nível de concentração da economia fluminense estava assim distribuído: 38% a 55% dos inventariados detinham apenas 2% a 3% dos valores listados, enquanto que de 1% a 8% dos inventariados, concentravam de 34% a 68% das riquezas, reafirmando com isso

uma economia assinalada por formas mercantis de acumulação, mas como essa hierarquia diferenciada se manifestava no mercado, na economia em movimento?

Aqui a análise das escrituras públicas de compra e venda, permitirá compreender o movimento dessa economia e o perfil de investimento dos agentes econômicos, revelando cifras concernente a transações e não com fortunas acumuladas. Da metade a 2/3 das escrituras inventariadas eram de valores inferiores a um conto de réis e estavam ao alcance dos mais pobres, mas esses movimentavam a menoridade dos valores transacionados, de 12% a 17%. Nas transações de bens rurais eles, os pobres, participavam de 63% a 90% das transações, cifra que caía para 30% no tocante às operações referentes ao capital mercantil em geral, daí os mais pobres estarem distanciados de cerca de 70% das operações de circulação de bens. Sendo assim esses grupos mais pobres estarem ligados a opções econômicas muito limitadas, principalmente ao campo, sendo estas de menor rentabilidade. Em compensação de 1/10 a 1/5 das escrituras que possuíam valores maiores que a três contos de réis, e que movimentavam de 51% a 73% dos valores transacionados, estavam ao alcance de uma elite mínima, detentora de $\frac{3}{4}$ da riqueza listada. Nas escrituras rurais de valor superior a três contos de réis essa minoria participava apenas de 3% a 18% das transações, cifra que chega a 35% quando se considera os negócios mercantis. Todos esses dados não poderiam indicar algo diferente, mas reitera que os grupos mais baixos da hierarquia não possuíam as mesmas opções econômicas dos grupos mais ricos, que possuíam as mais diversas e maiores opções e com isso detinham um elevado nível de concentração do mercado em movimento e que a parcela maior da população sem ter alternativas de investimento e nem opções, tinham na lavoura seu investimento mais duradouro. Nesse ponto, cabe salientar que os autores nos mostram que a dinâmica de funcionamento do mercado não capitalista brasileiro levava os homens livres mais pobres a um investimento em atividades menos vantajosas, eternizando e propagando a pobreza e repetindo a diferenciação social do poder afinal, sendo o retrocesso dessa situação, ou seja, o acesso das menores fortunas à esfera mercantil estaria terminantemente impedida aos mais pobres, aqui caracterizando claramente o esboço de uma sociedade hierarquizada e fechada. Mas a escravidão brasileira, mesmo apresentando graus muito altos de exclusão social, foi capaz de superar com êxito todas as adversidades sem que essa exclusão gerasse conflitos que abalariam a estabilidade interna, sendo a causa disso as

características estruturais da economia colonial, a qual permitia que mesmo os mais pobres tivessem acesso a fatores de produção como: terras, mão-de-obra e alimentos muito baratos, possibilitando aos escravos alforriados o acesso a esses fatores, mudando concretamente sua condição jurídica no interior de uma sociedade a princípio estamental, de cativo à de homem livre, mas essa mobilidade apresentava limites definidos claramente em função do alto nível de concentração de riqueza. No caso dos mais ricos, aqueles que detinham 2/3 das riquezas inventariadas, era evidente sua origem mercantil, outros montaram suas riquezas a partir da circulação e alguns poucos com atividades agrárias. Aqui observamos como a elite colonial, em sua constituição, concentrava uma estratégia de acumulação fundamentada na apropriação, pelo setor mercantil, do excesso criado na agricultura, sendo a hierarquia socioeconômica, através dos movimentos de enriquecimento e empobrecimento, resultado desses mecanismos de reprodução da economia colonial.

Vamos verificar que na natureza estrutural do monopólio e da especulação, os mercadores formavam o centro hegemônico da hierarquia colonial, mas os autores irão demonstrar o perfil dessa elite mercantil em relação as principais áreas de comércio, revelando traços importantes e mecanismos que a modificaram em eixo da reprodução econômica colonial tardia. Começam pelo comércio terrestre, que após analisarem o número de tropeiros e de animais transportados no período de 1824 a 1826 no caminho entre a Corte e São João Del Rei, esses dados indicavam a existência de um perfil monopolista no sistema de distribuição terrestre de mercadorias.

Com referência ao comércio marítimo, tanto de exterior e de cabotagem, os autores nos revelam a existência de um comerciante, na base desse comércio, de escassos recursos, sendo especializado em alguns produtos oriundos de uma só região, aparecendo, principalmente no porto do Rio de Janeiro muito raramente em determinada época, em se tratando do comércio marítimo com o exterior, verificam que a abertura dos portos ocorrida em 1808, possibilitou o aparecimento de fluxos diretos de importação e exportação entre o Brasil e outras diversas praças comerciais fora do Império português, sendo esses fluxos submetidos por mercadores estrangeiros, principalmente os ingleses, mas a maior parte das exportações coloniais eram feitas por navios lusos brasileiros. Quanto ao comércio de escravos, tanto terrestre como marítimo, da análise de dados de saídas do porto

carioca para outras praças regionais, verifica-se a tendência de grande participação de agentes mercantis não especializados atuando neste setor e o comércio negreiro para o exterior se assemelha um pouco com o perfil interno, mas com algumas diferenças, aqui a uma preponderância de empresários traficantes de acordo como número de viagens realizadas que adentraram no porto do Rio de Janeiro, sobressaindo a atuação do controle dos negociantes estabelecidos nessa praça, assim dessa análise verificou-se uma grande concentração do comércio de negros para o porto do Rio de Janeiro, sendo esse campo um privilegio para atuação de especuladores.

Os autores fazem uma pausa das análises e revelam traços estruturais do comércio colonial, os quais se destacam 02 aspectos, tanto para as trocas internas quanto para o exterior, primeiro quanto ao perfil claramente concentrado dos negócios e segundo o papel fundamental dos especuladores e mercadores eventuais. Colocam também que o mercado colonial sempre a mercê de bruscas oscilações, fazia com que o pequeno investidor mudasse constantemente o ramo de sua atuação, procurando o melhor setor de lucratividade, mas o grande investidor, com maior diversidade de setores de investimentos, buscava não só a lucratividade, mas também a segurança, pois esse tinha muito a perder em relação ao pequeno investidor, porém havia a dificuldade de apenas um setor absorver esses investimentos dessa elite altamente rica, pois em momentos de diminuta opções de maior lucratividade era natural que os benefícios guardassem uma relação diretamente proporcional ao montante dos recursos investidos, recursos esses muito concentrados, sendo assim o monopólio verificado em diversos setores de negócios eram uma consequência natural da estruturação da sociedade escravista colonial tardia.

Essa concentração adquire um maior significado, quando o comércio é abordado como um negócio de diversas ramificações tanto de atividades ligadas à colônia ou ao mercado exterior, como no comércio de trocas com Portugal ou de importações de negros, ou ainda de entradas de açúcar vindas de outras áreas e saídas de tropeiros para outros centros consumidores internos no litoral e no interior, alocada nas mãos de uma minoria de negociantes, caracterizando uma grande concentração de atividades mercantis unidas ao exterior em detrimento da circulação interna de bens, fato observado também no caso do comércio negreiro, entretanto isso se dava devido ao montante do investimento inicial solicitado por

essas atividades voltadas para o mercado externo, tanto de importação como de exportação. O alto investimento inicial exigido por esse comércio exterior, torna-se mais evidente quando verificava-se a necessidade de gastos duradouros com seguros e compras de naus, e aqui observamos o poder dos negociantes de longo seguimento instituídos na praça do Rio de Janeiro (74% dos navios que participavam do tráfico do atlântico entre 1808 e 1830 estavam nas mãos desses negociantes), com isso verificamos a presença de um grupo altamente restrito de negociantes no interior de uma hierarquia mercantil concentrada, que são os agentes mercantis ligados às trocas internacionais, grupo esse que prevalecia no comércio brasileiro de exportações e importações no interior do Império português, sua preponderância se exercia, pois esses comerciantes controlavam os aspectos fundamentais da atividade mercantil que eram os navios, os seguros e os estoques de bens que seriam comercializados, com a apresentação desses aspectos verifica-se que o comércio exterior não se tratava de um simples comércio e sim de um sistema de trocas essencialmente necessário ao funcionamento da estrutura econômica colonial. Com isso torna-se claro a existência permanente de setores de comércio que requeriam altos investimentos iniciais, eliminando a participação da maioria dos agentes mercantis, sendo assim, o topo da hierarquia era ocupada por uma elite mercantil robustamente ligada ao mercado exterior, capacitada a controlar os diversos setores comerciais os quais dependia a reprodução social, mas essa dependência passava a se definir novamente enquanto espaço da acumulação interna. Com esses exemplos os autores nos mostram a estratégia diversificada da elite mercantil, pois seus integrantes eram ao mesmo tempo grandes importadores e exportadores, traficantes e seguradores, fora outros papéis desempenhados, fato também observado pelas tabelas apresentadas onde mostram os perfis de concentração e diversificação dos negócios coloniais, tanto do comércio atlântico como doméstico de diversas famílias, e segundo os autores isso não poderia ser diferente, pois os negociantes de grosso trato tinham todas as condições para valer a sua autonomia, quaisquer que fossem as conjunturas vividas.

Após identificar a existência de um pequeno grupo de comerciantes de grosso trato conduzindo setores nervosos para reiteração da economia, fica mais fácil entender os elementos que tornaram mais claros os contornos assumidos pela hierarquia econômica, ou seja, que a economia colonial equilibrava-se na sua junção com o exterior, mas não como afirmam os clássicos da historiografia nacional, pois

os dados até aqui apresentados mostra que a forma especial da qual a economia colonial se organizava internamente permitia a supremacia de seu capital mercantil, a ligação entre ela e o mercado externo reafirma tal supremacia. Identificando a existência de um pequeno grupo de comerciantes residentes conduzindo os produtos coloniais de maior valia, dá a entender numa identificação do topo da hierarquia econômico-social, ocupada por homens de grosso trato (o capital mercantil residente representado por esses homens de grosso trato subordinava a agroexportação).

Quanto a natureza estrutural da cadeia adiantamento/endividamento, os autores iniciam argumentando como o caráter não-capitalista do modelo produtivo colonial, com a alta diferenciação econômica e a reunião da esfera da circulação se expressavam no funcionamento da economia colonial tardia. Partem da análise de um gráfico que indicava que grande parte da riqueza inventariada no Rio de Janeiro entre 1707 e 1840, manava sobre forma de empréstimos, formados por contas correntes, letras e créditos pessoais, revelando a existência de um mercado na qual as trocas confundiam-se com pagamentos de juros e com a usura.

Analisa como os grandes traficantes de escravos estavam envolvidos em processos de falência, pois essas dívidas referia-se a um pequeno grupo controlador dos fluxos de importação e estavam associados a dois motivos: primeiro que era o endividamento, um padrão geral assumido pela hierarquia fluminense e segundo que essa elite fluminense endividava-se entre si, proporcionando uma escassa liquidez e conseqüentemente uma pequena concentração, característico do mercado colonial, atestando que a análise do quadro geral sobre a riqueza dos inventariados, riqueza essa detida por 13% dos inventariados, controlados por 2/3 dos montantes brutos e cerca de 88% do total das dívidas ativas, ou seja, as empresas funcionavam através de uma cadeia de adiantamento/endividamento, encobertas por uma elite e monopólios, residentes na própria economia observada. Continuam sua análise através de diversas informações retiradas de inúmeros processos de falência e administração de bens de ausentes, abertos entre 1805 e 1833 e dividiram os devedores em pequenos, médios e grandes, sendo detectado que a cadeia de endividamento dos grandes devedores, constituídos por comerciantes residentes na praça do Rio de Janeiro, estendia-se para outras praças e regiões, inclusive fora do Brasil, e nesse aspecto um setor também vai se destacar que era o tráfico atlântico, na qual indica que a subordinação dos negócios de escravos estavam diretamente

subordinados aos negociantes da praça do Rio de Janeiro, exercendo a própria reprodução física das relações sociais. Demonstram que o processo de subordinação circulava em torno do adiantamento de mercadorias para realização do escambo, quando os comerciantes angolanos recebiam em consignação, tabaco, aguardente, fazendas, armas e pólvora dos capitães dos negreiros, endividando-se assim ao capital traficante do Rio de Janeiro, sendo essas dívidas pagas em letras passadas e quitadas pelos comerciantes do Rio de Janeiro e por sua vez os traficantes pagavam em dinheiro as mercadorias vindas de Lisboa ou mesmo da Índia, sendo assim, os bens do escambo, comprados pelos comerciantes do Rio de Janeiro, iam diretamente de Lisboa para Angola, sem passar pelo porto carioca, o endividamento de mercadorias prosseguindo sendo o maior realce do século XIX. Verificando diversas correspondências entre comerciantes cariocas e angolanos durante 1818 e 1823, Fragoso e Florentino testificam que o adiantamento de mercadorias se tornou o instrumento básico de subordinação dos traficantes africanos com os traficantes do Rio de Janeiro.

Logo em seguida os autores, através de análise de fontes, divulgam que as contas correntes estabelecidas entre os traficantes do praça carioca e seus parentes na região congo-angola, demonstra ainda mais a hegemonia desses traficantes por intermédio do adiantamento de bens, sendo que a própria existência dessas contas correntes indica um mercado restrito cuja relação entre os agentes eram estreitas, personalizadas e sem competição. O conteúdo das contas correntes pertencentes ao tráfico, revela ainda, uma apertada dependência dos comerciantes africanos e seu móveis, verificado através de diversos processos de seqüestro de bens para liquidação de débitos. Com a repetição desse modelo através do tempo entrelaçava o comerciante angolano a um aumento cada vez maior de suas dívidas, sendo o resultado disso a insolvência do devedor requerida a qualquer momento pelo credor, e aqui observamos um outro efeito do mecanismo de adiantamento/endividamento, uma cadeia de endividamento unindo o Brasil ao interior da África, na qual começando com o traficante da praça carioca (núcleo original) a dependência se prolongava aos mercados regionais de negros no âmago da África, isso observado em diversos processos de dívidas, nos quais mais de 161 agentes movimentavam o equivalente a cem contos de réis nessa cadeia de adiantamento/endividamento.

Concluindo este tópico, os autores nos mostram que o endividamento funcionava como um suporte para o mercado colonial numa economia arcaica, onde

a liquidez estava agrupada nas mãos de uma hierarquia espantosamente distinta, sendo que, a capacidade de financiamento era revigorada pela natureza da economia, onde os produtos de grande valor eram submetidos a um pequeno grupo de comerciantes residentes, em síntese, uma economia não-capitalista e mercantil onde a mão-de-obra era a própria mercadoria, as técnicas monopolistas possibilitavam aos comerciantes cariocas de grosso trato dominar os mecanismos de reprodução econômica, ainda mais, controlar a liquidez que ultrapassava as fronteiras coloniais brasileiras, alcançando a África e a Ásia e apresentando uma estrutura de uma real conta corrente atlântica, onde o capital mercantil carioca por eixo, acumulava variadas formações econômicas extracontinente, aqui também é apresentado a concentração de empresas nas mãos de famílias tradicionais e que mantinham acionistas majoritários de seguradoras, empresas de charque e trigo, bem como grandes traficantes de africanos, sendo essa elite inteiramente sabedora de seu papel e devidamente reconhecida pelo Coroa Portuguesa e dela dependente, aliado a esse fato temos os comerciantes de grosso trato da praça carioca os quais eram concomitantemente negociantes imperiais, assim sendo, ao dizer dos circuitos comerciais extracontinentes, significa revelar redes de reciprocidade e a constituição de clientes que cruzaram e uniram variadas searas do grande Império português.

Por tudo isso fica claro verificar que os autores nos mostram que a consolidação do mercado colonial entre diversas regiões e extracontinente, só seria possível com as relações de reciprocidade entre parentes, nos quais podiam envolver até casamentos entre famílias e sócios, e que criavam uma condição necessária para se transformar os grandes comerciantes da praça carioca (homens de grosso trato) em uma elite colonial, tornando possível uma acumulação para dentro da colônia e transformando-se na verdadeira primeira nobreza brasileira.

No desenvolvimento do *primum mobile* da escravidão, os autores (Capítulo V – **O Arcaísmo como Projeto**) verificam que dentre os principais modelos explicativos da economia colonial é possível perceber a existência de uma estrutura produtiva colonial criada para deslocar os excedentes para Europa obtidos pelas grandes propriedades fundiárias de monoculturas e escravistas, sendo que a obtenção desse objetivo implicava a emergência de um sistema cujo o funcionamento se identificava com a renovação temporal de uma hierarquia diferenciada e excludente. Os autores fazem uma equiparação do modelo adotado pela Jamaica e pelo Brasil na montagem e no funcionamento do escravismo

exportador, fundando uma sociedade desigual, mas as diferenças sobressaem quando verifica-se como se deu a colonização desses países pelas metrópoles de naturezas diferentes, no caso Inglaterra e Portugal. No tocante a Inglaterra existia um conjunto de transformações sendo aplicados as suas colônias, que ao invés de tentar manter a velha ordem, procurava elaborar um novo, ou seja, a colonização das Antilhas para Inglaterra e a criação de uma estrutura firmada na radical exclusão social avocava feições de mais de um dos inúmeros instrumentos de transformação da própria sociedade inglesa. No que diz respeito ao modelo português esse era totalmente diferenciado, para os portugueses o seu modelo de colonização e a montagem de estruturas hierarquizadas e totalmente excludentes nas suas colônias era a clara reprodução e a preservação do antigo modelo metropolitano, sendo assim, essa colonização não deveria produzir novos grupos ou frações sociais que estivessem fora do controle das forças do Antigo Regime, sendo a sua preocupação constante a manutenção de uma sociedade estamental do que a sua superação. A sociedade portuguesa era predominantemente arcaica, graças a execução de um projeto aparentemente assumido, na qual a aristocracia e seus sócios estavam a frente (mercadores fidalgos), daí a conexão entre a economia colonial e o projeto arcaico da metrópole coincidiram-se na ininterrupta transferência do excedente criado no Ultramar, sendo o setor mais privilegiado o comércio exterior e a captação de impostos, mas observando o funcionamento do Pacto Colonial, os autores, verificam que esse projeto arcaico português não só impedia a formação de um capital mercantil rígido como também estabelecia um espaço para uma concorrência intracomerciantes metropolitanos, provocando com isso a possibilidade da formação e a afirmação de poderosas comunidades mercantis nos trópicos o que contribuía para o desenvolvimento do projeto arcaizante da metrópole, assim compreendido como a não formação de setores burgueses metropolitanos os quais pudessem ameaçar a manutenção do velho sistema do Antigo Regime.

Contudo a falta de um capital comercial da metrópole portuguesa para a melhor organização da economia colonial poderia facilitar o surgimento de fortes setores mercantis na Colônia, mas isso não se concretizou e nesse aspecto é preciso entender as articulações internas da estrutura colonial na qual se destaca o papel decisivo do emaranhado das produções não-capitalista, compreendendo que essas produções movimentavam-se em meio a um mercado marcado por uma frágil divisão social e com uma escassa liquidez, fica fácil identificar os móveis da

supremacia do capital mercantil residente, assim sendo a estrutura preparada pela colonização dava a oportunidade do aparecimento de elementos que preenchiam o buraco aberto pelos conservadores objetivos da metrópole. Nesse ponto Fragoso e Florentino nos mostram que estamos diante de uma estrutura na qual a dinâmica funcionava numa constante incorporação de fatores móveis e de baixo custo como: terras, alimentos e mão-de-obra, provindo uma série de conseqüências como a possibilidade dessa estrutura resistir às diferentes situações atravessadas pelo mercado internacional, apresentando uma relativa autonomia, mas em se tratando de uma economia colonial tardia possuindo certa independência as orientações exteriores indagam qual o sentido de sua reprodução através dos tempos. Explicam que essa estrutura oferecia o surgimento de uma diferenciação excludente que com o passar dos tempos adotava características estruturais, e demonstram que os estabelecimentos rurais por não exigir altos investimentos no começo podiam ver-se desapossados de parcela considerável de seu excedente pelo capital mercantil e usurário, sem que isso produzisse seu desaparecimento, desta forma dava-se a precondição para se configurar uma hierarquia econômica social na qual a base estava identificada pelos agentes unidos a terra e no seu topo estariam os elementos ligados às atividades mercantis e que emprestavam dinheiro a juros, e essa estrutura hierárquica se torna clara quando se considera a permanência de mecanismos internos que eternizavam a diferenciação apresentada, mecanismos esses que imitavam os traços definidores da estrutura produtiva analisada, qual seja, o ingresso a terras e a homens tornava possível o homem livre e pobre tornar-se lavrador, porém não permitia a ele acumular riqueza para que ocupasse um grau maior na hierarquia de fortunas, com isso, estava proibido o seu acesso nas atividades de maior lucratividade, as de natureza mercantil, especialmente aquelas associadas ao comércio exterior, sendo assim, fica óbvio que a possibilidade de uma ascensão social e econômica revelada anteriormente, transformava-se agora em um rígido e eficaz instrumento de exclusão, sendo que a mobilidade até existia, enquanto movimento de inserção de novos agentes no processo produtivo, mas uma vez efetivado, gerava-se uma diferenciação excludente.

Verificando o ideal aristocrático da elite mercantil e a formação da aristocracia nos trópicos, João Fragoso e Manolo Florentino nos mostram até aqui a um panorama no qual existem um capital mercantil preponderante e um mecanismo que certificasse a propagação dessa preponderância, mas procuram investigar as

implicações socioeconômicas de semelhante hegemonia, que esterilizava grande parcela do excedente produzido.

A grande hegemonia mercantil caracterizava-se pela inclusão de fatores não-capitalistas produtivos marcados por baixos custos, com isso essa hegemonia resultava na prolongação expropriada dos excedentes, oferecendo um aparecimento de uma sociedade intensamente diferenciada, mas da análise das fontes, que mostram o destino dado a parte da acumulação mercantil, ou seja, do excedente colonial, aparece aqui um traço paradoxal, na qual ao se passar vinte ou trinta anos de funcionamento seus responsáveis abandonavam os ofícios mercantis, mudando-se para rentistas urbanos e/ou senhores de terras e homens, contrariando tanto a lógica empresarial como a permanência de grandes comerciantes na elite mercantil, demonstram que entre os anos de 1800 e 1810, havia um grande negócio na compra de bens imobiliários urbanos, na qual a preponderância do capital mercantil nesse tipo de investimento era marcante, diante desse fato, observa-se que havia um alto desvio de investimento da produção para um setor que não gerava a multiplicação da riqueza, pelo contrário o esterilizava, e quando os autores verificam que esses valores estavam relacionados também a compra de diversos símbolos de status (chácaras urbanas), mostram que os investimentos estavam esterilizados em proveito de frações sociais que viviam à margem não somente da produção, mas também do próprio comércio (investimentos menos lucrativos). Os autores argumentam que a transformação do grande comerciante em fazendeiro ou rentista se explicaria pela busca de uma maior estabilidade para parte da fortuna comercial acumulada, por isso viabilizava-se abandonar uma atividade veiculada as diferentes oscilações do mercado internacional, em proveito de uma atividade associada à terra, mas muito mais que procurar segurança, essa transformação, simbolizava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado pelo controle de homens e do distanciamento do mundo do trabalho, revelando uma estrutura onde o funcionamento tinha por condição prévia a constituição de relações de poder, englobando a própria herança aristocratizante ibérica, com isso observa-se que a busca da aristocratização por alguns membros das camadas mais altas das comunidades mercantis não é de modo algum diferente da tradição européia do Antigo Regime, contudo, no Brasil, a transformação dos grandes comerciantes em rentistas e/ou senhores rurais colaborava para a montagem e a perpetuação de uma aristocracia imperial, movimento este diferente do ocorrido na Europa, uma vez

que o capital mercantil aqui contribuía decisivamente para o aparecimento e de uma contínua repetição de uma hierarquia rural onde o topo aristocrático era formado por senhores de terras e de homens.

Os autores nos mostram que ao acompanhar a trajetória da elite mercantil é possível identificar não só a estratégia de determinada fração social como também acompanhar a lógica reprodutiva da sociedade. Isso aconteceu na medida em que uma porção significativa do excedente econômico se traduzia em acumulação mercantil e que o seu destino nos colocava a par dos mecanismos gerais de reprodução da economia. Partindo dessa conjectura, concluímos não existir contradições entre a hegemonia do capital mercantil e o funcionamento da sociedade agrária de base escravista, primeiramente porque a existência de uma parcela mercantil preponderante reforça o caráter não capitalista do processo produtivo, além de não possibilitar a mobilidade econômica dos pequenos lavradores, mas isso não se esgotava aqui, uma vez que as grandes partes mercantis, ao formarem grupos rentistas urbanos, convertiam-se em frações do topo da hierarquia, fortalecia-se assim, a natureza essencialmente excludente da sociedade, uma vez que se estagnavam grupos à margem do trabalho. Mas se considerarmos que uma parte do excedente agrícola já estava esterilizado, pois havia sido apropriado pelos comerciantes, a transformação de uma parte da elite mercantil em senhores de terras e de homens, expressará a volta dessa parte expropriada a própria viabilização da hierarquia social. O movimento ora apresentado completa a reprodução integral da economia e sociedade estudada, evidenciando que a estratégia do capital mercantil se subordinava (ou seja, dominava, subjugava, abaixo dele), à repetição da estrutura agrária escravista.

Fragoso e Florentino ao analisarem uma sociedade historicamente solidária com a exclusão, mostram como a cultura política das elites brasileiras contemporâneas tem por séculos não só convivido como se reproduzido por intermédio da exclusão social, isso devidamente evidenciado pelo fato de ter sido a escravidão o tipo de sociedade mais sólida já conhecida no Brasil. Do ponto de vista sociológico essas nossas elites, habituaram-se à contínua renovação das diferenças socioeconômicas entre elas e a todos os outros homens livres a começar pela renda privada do trabalhador escravo. Os autores mostram que os dados até aqui apresentados, confirmam a constância estrutural da desigualdade na distribuição de renda entre os séculos XVIII e XX, sendo essa concentração e distribuição isentas

as diversas ocorrências econômicas, tanto as da escravidão como as do capitalismo, sendo esse fator o ponto de relação entre a elite contemporânea e as elites de outra épocas, entretanto não é apenas a constância da desigualdade, mas sim de determinado modelo de desigualdade, onde a riqueza se converge de tal maneira a não dar oportunidade do surgimento de grupos intermediários de peso. Surgi então a permanência de um padrão de acumulação de riquezas, assim como uma bactéria contrária a antídotos conseguiu transpor a escravidão alcançando e adaptando-se ao capitalismo, aqui observamos a essência do livro, pois esse padrão o qual não se limita ou se esgota no mercado, tem na cultura, principalmente na cultura política um momento essencial, por dois motivos que vem contribuindo para o êxito desse padrão através dos tempos, primeiro que as nossas elites eternizaram a pobreza no mundo da natureza, o que não as questiona a requerer seriamente o seu fim e as faz sentir absolutamente dispensado de qualquer responsabilidade, associando os pobres ao crime, surgindo a coação como único atenuador, e o segundo motivo esta relacionado ao envolvimento de toda a sociedade com a exclusão.

Assim sendo, como ocorria na época da escravidão, a possibilidade de se prover do crescimento do país constitui para os agentes sociais, poder multiplicar as mesmas estruturas vigentes de profunda desigualdade social e econômica.

Com a Leitura da grande obra de Fragozo e Florentino podemos perceber o vasto leque de alternativas historiográficas que abrem no campo de estudos sobre nossa passagem como colônia. Surgem assim, várias interrogações sobre se realmente o Brasil era totalmente refém de Portugal e principalmente do mercado europeu. Essa força externa realmente existia mais agia junto com uma pequena mais poderosa elite rural e aristocrática que detinha o controle comercial, assim gerando uma forte arrecadação interna criando até problemas para a metrópole, interferindo de forma direta no pacto colonial.

Entendemos que nossa elite se formou através de favores e prestígios políticos, tendo assim um mercado fora dos padrões do capitalismo que é o da oferta e da procura e sim por favorecimentos políticos e sociais.

Assim percebemos que essas grandes diferenças sociais de hoje são partes de uma grande herança de nosso passado colonial, e o que parece é que nossa elite contemporânea segue os mesmo moldes do arcaísmo como modelo político e social e que ainda sofreremos por muito mais tempo com essas grandes diferenças e exclusões sociais de nosso país.

CLÍNICA CIRÚRGICA DE PEQUENOS ANIMAIS: ESTUDO DE NEOPLASIA MAMÁRIA EM GATAS (*FELIS CATUS*)

ALMEIDA, A. P. F.

Este trabalho trata do relato do Estágio Supervisionado do Curso de Graduação da Faculdade de Medicina Veterinária da Fundação Educacional Dom André Arcoverde e teve ênfase na clínica cirúrgica. O trabalho também aborda o assunto Tumores Mamários Felinos, por sua ocorrência no período do Estágio e pelos poucos relatos na literatura científica. Como método, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a observação de casos ocorridos no cotidiano da Policlínica Veterinária. Como resultado, observou-se que crescem os números de tumores mamários em gatas, em parte, devido à administração indiscriminada de substâncias inibidoras do cio. Estes tumores ocorrem com alto grau de malignidade e, quando diagnosticados, encontram-se, geralmente, em estágios avançados. Assim, os tratamentos acabam por ser mais complexos e menos eficazes. Diante disto, é necessário que se crie uma mentalidade de diagnóstico precoce dos tumores mamários, principalmente através do exame de palpação em todos os exames clínicos, mesmo os mais rotineiros.

EFEITOS COLATERAIS ENCONTRADOS APÓS APLICAÇÃO DE VACINA CONTRA LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA EM CÃES DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS - RELATO DE CASO

FIGUEIREDO, J. R.

Após a seleção de 20 cães da raça Pastor Alemão do canil da Polícia Militar d Belo Horizonte, residentes em área endêmica para Leishmaniose Visceral Canina, realizou-se nos mesmos, o exame para diagnóstico da Leishmaniose Visceral Canina, obtendo-se resultados negativos para todo o grupo selecionado. Ao revelarem-se saudáveis, os animais selecionados receberam três doses da vacina LEISHMUNE, com intervalos de 21 dias, como indicado pelo fabricante, e foram analisados duas vezes ao dia, durante 63 dias afim de se observar possíveis efeitos indesejáveis causados pela vacina. Os resultados revelaram que os efeitos mais freqüentemente observados foram: dor no local da aplicação (7 cães), anorexia (2 cães), apatia (4 cães), reações no local da aplicação (3 cães).

ENDOCRINOPATIAS COM REFLEXO NA CÚTIS DE CANINOS (*CANIS FAMILIARIS*)

REIS E QUADROS, F.

Embora o diagnóstico das endocrinopatias não seja comum na clínica de pequenos animais, é de suma importância fazê-lo corretamente a fim de se evitar implementação de tratamentos errôneos para a lesão apresentada pelo paciente e com isso evitar maiores problemas para este. A partir de sinais clínicos dermatológicos específicos, como alopecia bilateral e simétrica pode-se suspeitar de uma endocrinopatia como causa determinante da dermatose; porém o diagnóstico conclusivo se faz com base em dosagens hormonais, facilmente alteradas por determinados medicamentos, e de custo elevado, o que torna este diagnóstico difícil e nem sempre desejado pelo proprietário. Se não tratada, a endocrinopatia pode causar a longo prazo problemas mais graves, o que predispõe à instalação de dermatites secundárias, que são normalmente causadas por agentes oportunistas. Logo se mostra muito valioso o diagnóstico correto e precoce e a instalação do tratamento adequado. São nove as principais endocrinopatias com reflexo na pele dos cães, divididos em grupos de hormônios da tireóide, hormônios adrenais, hormônios sexuais e hormônios de crescimento: Hipotireoidismo, hiperadrenocorticism, hiperstrogenismo, alopecia estrógeno responsiva, hipersensibilidade hormonal, hipoandrogenismo, disfunção de progesterona, hiposomantropismo, e hipersomantropismo.

**ESTUDO DE CASOS DE FASCILOSE EM UM MATADOURO-FRIGORÍFICO
SOB INSPEÇÃO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ, BRASIL, ENTRE OS
MESES DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2007**

MEDEIROS, T. M.

A Fasciolose bovina é uma zoonose que promove significativas perdas econômicas devido à condenações de fígados acometidos por esta enfermidade parasitária pelo serviço de inspeção. A Fasciolose possui distribuição universal e, é causada pelo parasito *Fasciola hepatica*, tendo como principais alterações fibrose hepática e colangite hiperplásica. No presente estudo foi verificado o número de casos de *F. hepatica* observados durante o estágio em um Matadouro-Frigorífico sob Inspeção Oficial no município de Valença-RJ. O resultado encontrado foi de aproximadamente 3,23% de casos positivos no período entre fevereiro a junho de 2007.

HEMODILUIÇÃO NORMOVOLÊMICA AGUDA

KUNIHIRA, P. H.

O presente estudo teve por objetivo relatar as atividades exercidas pelo graduando durante o período de Estágio Supervisionado, proporcionando uma maior experiência na prática anestesiológica. No decorrer deste período houve o interesse em se realizar um estudo mais aprimorado sobre Hemodiluição Normovolêmica Aguda, devido à técnica apresentar grandes vantagens ao paciente. Na qual a técnica consiste na retirada de sangue no período pré-operatório, com reposição volêmica simultânea, utilizando o mesmo sangue retirado, quando necessário, tanto em período trans como pós-operatório. Esta modalidade de transfusão apresenta como vantagens importantes: a menor perda de células vermelhas, baixa incidência de acidentes trombo-embólicos no período pós-operatório, custo reduzido, uso de equipamentos simples, ausência de questionamentos religiosos e possibilidade de utilização no tratamento de doenças resultantes de insuficiência vascular específica. Porém ao término do estudo pode constatar uma grande dificuldade de se realizar tal procedimento, pois os animais que se submeteram à cirurgia não se enquadravam aos critérios de inclusão da técnica.

MASTITE BOVINA

OLIVEIRA, M. R.

A mastite bovina é a inflamação da Glândula Mamária, e é a enfermidade que mais traz prejuízo ao produtor leiteiro, fazendo com que as vacas diminuam sua produção, alterando as propriedades físico-químicas do leite e provocando a destruição do tecido da glândula mamária. A principal causa de mastite nas fazendas é a falta de higiene nos currais (linha de ordenha) fazendo com que as bactérias se multipliquem aumentando as chances de contaminação do rebanho. O *Streptococcus uberis* é a principal bactéria envolvida nos casos de mastite entre outras. Dentre essa e outras razões torna-se imprescindível um diagnóstico precoce da mastite para que os prejuízos causados sejam menores. O desenvolvimento deste trabalho foi realizado em três fazendas do município de Valença, estado do Rio de Janeiro, foi realizado teste de CMT em 75 vacas. Os resultados apresentados acusaram que 80% das vacas estavam com mastite após os teste de CMT. Após a realização do exame laboratorial verificou-se que a bactéria que infectava os animais era *Staphylococcus sp.*

PREVALÊNCIA DE TUBERCULOSE BOVINA

CAMPOS, S. S.

A tuberculose bovina atualmente é uma zoonose que causa grandes prejuízos econômicos à pecuária brasileira e apesar de possuir uma legislação do Ministério da Agricultura para sua profilaxia, não existe uma vigilância sanitária efetiva para o controle desta moléstia. A doença ocorre enzooticamente nos rebanhos bovinos de corte ou leiteiros em todo o território nacional, comprometendo a produtividade do plantel e conseqüentemente a produção nacional e as exportações. A doença é transmitida ao homem principalmente pela ingestão de leite cru contaminado. Pode-se também contrair o *Mycobacterium bovis* pela ingestão de carne contaminada, mas de maneira remota. Porém, tal risco não deve ser ignorado considerando-se o grande número de abates clandestinos, ou mesmo, o abate de animais descartados de rebanhos positivos em matadouros que não atendem as normas de inspeção exigidos pelo rigor da lei. No presente estudo, tendo como referência um matadouro sob inspeção oficial, foi possível constatar que de uma amostra de 4890 animais abatidos entre os meses de fevereiro à junho de 2007, 12 (0,25%) foram considerados positivos. Apesar da baixa prevalência de infecção por *Mycobacterium bovis* no matadouro, esta apresenta grande risco à saúde pública, pois em matadouros sob inspeção oficial as carcaças são condenadas, o que provavelmente não acontece nos abates clandestinos, o que reforça a necessidade de se fiscalizar todas as fases da preparação da carne até o seu consumo.

A EXECUÇÃO DA REGRA: A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NA REGIÃO SUL FLUMINENSE

ALMEIDA, K. S. S.

O objetivo de estudo desta Monografia a indústria automobilística, passou na última década por grandes modificações, e seu grande desafio foi o de como se reorganizar internacionalmente. Para alguns analistas, o setor se viu diante do seguinte dilema: se organizar para permanecer lucrativo em um contexto instável, à espera de uma possível homogeneização das condições de competitividade em termos de produtos, capital e trabalho, ou procurar espaços regionais e locais para recriar as condições de crescimento, como na região Sul-Fluminense.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR EM RALAÇÃO AS DESIGUALDADES SOCIAIS

SILVA, V. C. G.

Historicamente a distribuição desigual da renda é um dos principais fatores que contribuem para que o Brasil mesmo sendo um país tão rico possuir uma população tão pobre. O objetivo central desta monografia, é demonstrar que a matriz principal geradora da pobreza rural e urbana é causada pela má distribuição de renda e pela falta de planejamento familiar.

Através deste estudo vai se procurar também, demonstrar como a utilização do programa de planejamento familiar pode amenizar a situação, e que para isso, basta que tomemos consciência da associação de pobreza com a falta de planejamento familiar.

A MODERNA TIPICIDADE PENAL

BARROS, D. C.

A moderna tipicidade penal é um tema recente no mundo das ciências criminais, pois trata-se de uma verdadeira “colcha de retalhos”. Não há consenso entre os doutrinadores à cerca de qual é a teoria ideal a ser adotada, havendo inclusive aqueles que nada mencionam sobre o tema. Porém, ignorá-lo, por mais tortuoso que ele possa ser, não é a melhor solução visto que o mesmo já vem sendo ventilado em diversas sentenças e acórdãos pelo Brasil. A nova concepção de tipicidade parte de um paradigma comum que é a existência de uma tipicidade formal e uma material, elevando o conceito de tipicidade a uma dimensão maior do que a dada pela tradicional doutrina. Para esta corrente clássica a tipicidade pode ser definida como a conformidade do fato social praticado pelo ser humano com a previsão abstrata legal. Como afirma Damásio E. de Jesus: “A tipicidade é a correspondência entre o fato praticado pelo agente e a descrição de cada espécie de infração contida na lei penal incriminadora.” Essa tendência da valorização da tipicidade pode ser entendida como um conjunto de teorias e de princípios que tem como escopo a celeridade processual bem como a supressão de lacunas existentes no sistema finalista, sistema este que é adotado no ordenamento jurídico pátrio e na maioria dos países que tem o positivismo como berço. Integram esta concepção moderna a teoria da tipicidade conglobante, a teoria da imputação objetiva e a teoria da afetação do bem jurídico que tem como principal fonte o Princípio da Lesividade. As diversas teorias que constituem esse novo entendimento da tipicidade tem origem temporal e espacial diversas umas das outras. A teoria da tipicidade conglobante teve origem na Argentina tendo como expoente o Professor Eugênio Raúl Zaffaroni trazendo elementos da antijuricidade para serem analisados na tipicidade conglobante que muito se assemelha ao conceito de tipicidade material, por isso tratada por muitos autores como sinônimos, o que metodologicamente é bem adequado. Trata-se de uma teoria que tem por fundamento uma hermenêutica sistemática do ordenamento jurídico penal. Também irá refletir na tipicidade material a teoria da afetação do bem jurídico que se baseia na idéia de só haver tipicidade se houver uma ofensa ou um perigo tal a um bem jurídico tutelado. São arcabouços desta Teoria os Princípios da Insignificância ou da Bagatela, o Princípio da Ofensividade e, para alguns autores, o Princípio da Adequação Social. Por fim, a teoria da imputação objetiva cuida de tipicidade em uma visão ampliada que valoriza o contexto social, o risco inerente de se viver em sociedade, aspectos de política criminal e de sociologia que envolvem o direito penal. Seu surgimento ocorre na Alemanha e tem como principais expoentes Claus Roxin e Günther Jakobs.

A PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO – MG: PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A MELHORIA DA RENDA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

FERREIRA, E. S.

Este estudo tem como objetivo tratar a importância das atividades não-agrícolas no desenvolvimento rural, verificar o impacto das transformações ocorridas na agropecuária à partir da década de 70 e as especificidades da pluriatividade no município de Rio Preto que está localizado na Zona da Mata estado de Minas Gerais, divisa com o estado do Rio de Janeiro. Além disso, é preciso lembrar que a pecuária leiteira é a principal atividade do município, mas devido às transformações ocorridas na agropecuária que resultou em um desapontamento para os pequenos produtores rurais porque produziam em pequena escala, apenas para auto-consumo, destinava ao mercado urbano o excedente. Muitos não se adaptaram a essas mudanças devido ao baixo grau de instrução dos pequenos produtores rurais, desvalorização do produto, falta de infra-estrutura social básica entre outros problemas essa atividade não está sendo satisfatória. Tendo os pequenos produtores para se manter no campo partir para outras atividades para complementar sua renda como exemplo prestação de serviços pessoais, fabricação de doces e queijos em sua própria unidade doméstica e turismo rural.

A PRIVATIZAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O USO DA NOVA TECNOLOGIA NA GESTÃO ITAÚ

FREITAS, F. F.

Este estudo objetivou analisar a privatização do Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro), sendo comprado pelo Banco Itaú em 1997. Uma verdadeira revolução tecnológica aconteceu na instituição, e em consequência desta revolução à redução de mão-de-obra, redução de custos, melhoria de processos internos e de atendimento. Mostrando o que a utilização da nova tecnologia pode provocar em uma instituição bancária, antes totalmente arcaica, em comparação com os outros bancos. A adaptação a uma nova cultura e uma nova visão, e plos funcionários, trouxe o fim da estabilidade de emprego e a necessidade do enquadramento aos novos padrões. O sucesso na aquisição de bancos estaduais contribuiu para o Itaú aumentar a quantidade de clientes e conquistar lucros exorbitantes.

A PRODUÇÃO LEITEIRA DE RIO PRETO E SUA RELAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO DE UM APL EM VALENÇA

FERREIRA, A. H.

Este estudo trata da contribuição de Rio Preto para a constituição de um APL ligado à produção leiteira em Valença. Serão abordados como as relações se projetam a partir da cadeia produtiva leiteira, e como as atividades ligadas à esta fazem dos municípios um território econômico.

Com base nas relações, trataremos como Rio Preto torna-se um contribuinte para o desenvolvimento econômico de Valença, uma vez que esta possui uma concentração de laticínios em seu território, e Rio Preto destina 90% da produção ao município vizinho.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DEMORA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

BARBOSA, J. P. S.

O presente trabalho aborda um tema bastante controvertido, qual seja, a possibilidade de responsabilização do Ente Estatal quando da demora na Prestação Jurisdicional. Como meio esclarecedor da humilde obra, mister explorar o conceito de responsabilidade civil; a evolução da responsabilidade civil; a responsabilidade civil do Estado no direito Comparado; o instituto da responsabilidade civil no Brasil; a responsabilidade civil no âmbito da Constituição de 1988; a prestação jurisdicional do Estado; os Princípios Constitucionais e processuais que regem a prestação jurisdicional; a necessidade de um julgamento equitativo e célere; a responsabilidade do Estado-Juiz que, historicamente, apresenta a responsabilidade por atos jurisdicionais, a teoria da irresponsabilidade do Estado, a teoria da Responsabilidade proveniente de culpa, a teoria da responsabilidade objetiva, as atividades jurisdicionais tidas como danosas; o famoso erro judiciário; a denegação da justiça; a responsabilidade civil do Estado pela demora na prestação jurisdicional; os motivos da demora; o posicionamento da doutrina a cerca do tema; a lentidão da prestação como violação dos direitos humanos. Não temos a pretensão de esgotar o presente tema, porém, defendemos a possibilidade do ente estatal ser responsabilizado pela demora na prestação jurisdicional visto que nada mais injusta que uma sentença concedida fora do tema, como já dizia o ínclito jurista Rui Barbosa.

ADOÇÃO POR COMPANHEIROS HOMOAFETIVOS

DANTAS, O. A. C. L.

Trata-se de um tema muito polêmico que envolve muitos mitos e preconceitos de uma sociedade machista e preconceituosa. Em que por vários e vários anos mantemos nossos olhos fechados para essas duas situações que são evidentes em nosso dia-a-dia, que são as crianças abandonadas e a relação homoafetiva. A homossexualidade vem desde antes de Cristo, mais precisamente na Grécia Antiga, aonde se acreditava que ao entrar em contato com o sêmen do Guerreiro, este transmitiria toda a coragem e as virtudes. Em um primeiro momento trataremos a origem da família institucionalizada e a sua evolução ao longo dos anos. Daremos enfoque a esse temas que traz enorme polêmica e o que será mostrado nessa monografia é justamente a adoção feita por companheiros homoafetivos que, mesmo diante de todos os preconceitos, estão dispostos adotarem uma criança sem ter mitos e lendas que envolvem os casais heterossexuais, aliás, são colocados pela própria sociedade como que normalmente preferem crianças com idade entre 01 (um) mês e 01(um) ano e que as crianças acima dessa idade não são adotadas, fato que vem ocasionar a adoção tardia. Apesar de a nossa Lei Maior não apresentar qualquer vedação, o Estatuto da Criança e do Adolescente também na o faz, embora o seu fim seja o de proteger os interesses das crianças e adolescentes.

ASPECTOS JURÍDICOS DA CLONAGEM HUMANA

CARNEIRO, A. M. S.

O tema da presente monografia foi escolhido com o intuito de abordar uma das matérias mais polêmicas e importantes que a humanidade já enfrentou. É um assunto gerador de enorme controvérsia, fazendo surgir argumentos contrários e favoráveis, que para uns chega a ser uma questão assustadora e ao mesmo tempo instigadora. Entretanto, mesmo com toda essa perplexidade, o objetivo é apenas apontar alguns dos diversos aspectos jurídicos que temos que enfrentar sobre a clonagem humana. O trabalho aqui desenvolvido busca conceituar o termo “clonagem”, fazendo um parâmetro entre a clonagem natural e a artificial, diferenciando inclusive clonagem reprodutiva da terapêutica, apontando assim vantagens e desvantagens de cada técnica. Traz também inúmeros questionamentos de natureza moral, ética, jurídica, científica, religiosa e social. Haverá sim, uma abordagem sutil, porém complexa, o que leva a má breve reflexão frente às normas e princípios constitucionais, legislações infraconstitucionais, assim como o Código do Consumidor, Código de Ética Médica e o Código Civil. Tecerá inclusive breves considerações acerca das possíveis implicações no âmbito do Direito das Sucessões e no Direito de Família. A questão se descortina pelo sensacionalismo da mídia, mostrando a situação da regulamentação do tema em todo o mundo e inclusive fazendo menção a ausência e tentativa de se criar uma legislação específica. Esse é o momento de tentar desvendar tal mistério, fazer questionamentos e analisar se somos responsáveis por nossas próprias limitações ou se estaremos dispostos a enfrentar tantos riscos.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO E ECONÔMICO DE RIO PRETO ANTES E PÓS SAGRAÇÃO À MUNICÍPIO

SILVA, A. P. M.

Este estudo tem como principal objetivo analisar a evolução de Rio Preto, antes e após sua sagração à município, sua história e seus benfeitores.

Para a consecução desse objetivo, foram apresentadas as principais realizações, o desenvolvimento e crescimento populacional e as principais atividades econômicas, hoje desenvolvidas pelo município.

Para uma melhor compreensão da atual situação vivida pelos municípios foram analisadas tabelas sobre as receitas e despesas de Rio Preto, estatísticas relativas à situação demográfica municipal, após a emancipação de alguns distritos.

Observou-se, no decorrer do estudo, perdas e carências de Rio Preto e procurou-se apontar uma forma mais adequada de se obter um melhor desenvolvimento do município de Rio Preto.

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS CASOS DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA

LIMA, M. J. T.

O presente trabalho tem por escopo abordar uma questão de Direito Administrativo muito discutida e causadora de inúmeras controvérsias que é a Dispensa da Licitação através do inciso IV do Artigo 24 da Lei 8666 de 21 de Julho de 1993, que diz respeito à Calamidade Pública e Emergência. Diante do impasse ora estabelecido na legislação para uma melhor explicação e compreensão do assunto supracitado há de se mencionar no trabalho em tela os Princípios inerentes ao Processo Licitatório que se façam necessários para quaisquer esclarecimentos. Todavia, será relatada uma síntese sobre a história do instituto da Licitação, a sua origem, legislação pertinente, sua natureza jurídica, conceito e também o dever e a obrigatoriedade do Estado em realizar o certame licitatório. Atualmente, o controle imposto pela Lei de Contratos Administrativos e Licitações propicia ao Administrador trabalhar com base nos princípios, na ética e, sobretudo, na responsabilidade que a função exige. Pela amplitude do tema, é óbvio que o estudo não pretende esgotar todo o assunto relativo à Dispensa de Licitação, pois inúmeros são os casos que superlotam os Tribunais de Contas dos Estados quando da sua missão fiscalizadora.

DIVULGAÇÃO DA PEDOFILIA NA INTERNET

RODRIGUES, R. K. C.

No capítulo I, consta a definição de abuso sexual infantil que ocorrendo ou não o consentimento de relação sexual de uma criança ou adolescente com um adulto se caracteriza crime, pois quando existe o consentimento é crime devido à idade da vítima, por se tratar de um menor. O abuso sexual não ocorre somente com o contato físico, pois o fato de um adulto exibir partes íntimas, mostrar fotos sexuais para um menor, invadir sua privacidade e etc, é denominado abuso sexual infantil. Em relação ao conceito de pornografia infantil posso dizer que é o fato de expor uma criança ou adolescente em cenas eróticas ou de abuso sexual. Apresento também, em meu trabalho, a definição de exploração sexual infantil onde o indivíduo adulto obtém lucros com o corpo de um inocente (crianças ou adolescentes). O fato de vender / expor na internet, fotos de menores em cenas eróticas ou sendo abusados sexualmente trata-se de exploração sexual e isso é crime. E finalmente a pedofilia que é um crime bárbaro, onde adultos cometem atos libidinosos e/ou têm relações sexuais com crianças e adolescentes, e muitas vezes expõem essas cenas a todos os usuários da internet. No capítulo II, apresento a legislação existente no Brasil, ECA (Estatuto da criança e do adolescente) já alterada pela lei 10.764/03 e “alguns” projetos que ainda tramitam no Congresso Brasileiro. Legislações que servem para proteger nossas crianças e adolescentes contra vários crimes, inclusive a distribuição/divulgação da pedofilia na internet. No capítulo III, apresento os deveres e obrigações que o Brasil, a sociedade em geral, tem para com as crianças e adolescentes e mostro também no artigo 277 da CRFB/88 seus direitos. Por fim, no capítulo IV, mostro a importância das denúncias, que fazem com que as autoridades competentes tomam ciência do fato e iniciam uma caçada aos criminosos.

INTERROGATÓRIO ON-LINE

PEREIRA, V. X. R.

O presente trabalho visa abordar um tema recente dentro do ordenamento jurídico, qual seja, o interrogatório realizado através de salas de vídeo-conferência, também denominado interrogatório on-line. O aludido instituto não foi normatizado através de legislação ordinária, tendo em vista que a produção legislativa não consegue acompanhar a evolução da tecnologia, sendo certo que a ausência de lei específica faz brotar no âmago da comunidade jurídica diversos posicionamentos sobre a viabilidade e a legalidade de tal instituto. O interrogatório passou por diversas mudanças no decorrer da história, tendo sua sistemática sido totalmente alterada com a entrada em vigor da Lei 10792/02, adequando o instituto ao sistema acusatório preconizado pela própria constituição Federal, tema este também será analisado na presente monografia.

O MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR

FIGUEIRA, V. V. A.

Este trabalho tem a intenção de trazer um pouco mais de conhecimento sobre o universo do Terceiro Setor, composto por organizações como Fundações, Associações e Institutos totalizando, conforme números disponíveis, 276 mil entidades em todo o Brasil, empregando uma média de 1,5 milhões de trabalhadores e movimentando uma média de 10,6 bilhões de Reais. Tais entidades, na realização de seus objetivos, utilizam-se de recursos privados ou de parcerias com o próprio Estado. Partindo do fato de não haver um marco legal consolidado que delimite de maneira definitiva o que é uma ONG – embora o Banco Mundial as definam como uma variedade ampla de grupos e instituições que são inteiramente ou largamente independentes do Governo, e caracterizadas por serem humanitárias ou cooperativas do que por serem comerciais e objetivas – este trabalho se prendeu a duas legislações mais recentes: a Lei 9637/97 que fala das Organizações Sociais e a Lei 9790/99 que trata da Sociedade Civil de Interesse Público, buscando nessas legislações seus pontos que, a meu ver, deveriam ser corrigidos.

PRODUÇÃO ARTESANAL DE CACHAÇA NO MUNICÍPIO DE VALENÇA

SOUZA, E.

Esta monografia objetivou a busca por um maior entendimento sobre a história da cachaça e o seu mecanismo de produção, dentro de uma abordagem econômica. Para tanto, foram selecionados alguns aspectos que caracterizam a produção artesanal de cachaça no município de Valença a fim de que fossem verificados eventuais relacionamentos destes, com algumas dimensões do desempenho econômico. Neste trabalho acadêmico utilizou-se um levantamento *in loco* das dificuldades e características de alguns produtores formais e informais do município de Valença.

RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL DA EMPRESA NATURA COSMÉTICOS

CASAGRANDE, R. A. G.

O objetivo principal deste trabalho é abordar a responsabilidade sócio-ambiental desempenhada pela empresa Natura Cosméticos no cenário nacional, com a definição de seus valores e sua missão. Para que se possa atingir os objetivos será feito um breve histórico da empresa em questão, focalizando sua evolução.

Ao se fazer o trabalho monográfico a seguir, deve-se ter em mente que o papel de uma empresa como a Natura na sociedade vai muito além da produção e oferta de bens de consumo e serviços, da geração de emprego, do cumprimento da lei e do pagamento de impostos. Essa idéia vem fazendo com que a Natura se destaque por seu comportamento empresarial, com investimentos em projetos e processos cujos objetivos são estreitar e aperfeiçoar sua relação com os diversos públicos de interesse, entre eles colaboradores, consumidores, fornecedores e comunidade, traduzindo tudo isto em uma série de iniciativas.

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA SENTENÇA RESCINDIDA PELA MEDIDA CAUTELAR ANTECIPATÓRIA DE TUTELA

QUEIROZ, F. C.

A Suspensão da Execução da Sentença Rescindida pela Medida Cautelar ou Antecipatória de Tutela era matéria muito controvertida na época em que elaborei o Projeto deste trabalho (primeiro Semestre de 2005). Com o advento da Lei nº 11280 de 18 de Fevereiro de 2006, o legislador corroborou o entendimento sustentado por vários juristas conceituados e, por ora, aqui defendido, consagrando no ordenamento jurídico pátrio a possibilidade de uma medida cautelar ou antecipatória de tutela suspenderem os efeitos da sentença rescindenda, objeto da Ação Rescisória. No primeiro capítulo traço um breve perfil histórico do instituto, passo ao segundo capítulo transcorrendo sobre a Ação Rescisória e suas peculiaridades, denotando sua função, as hipóteses de cabimento, legitimidade, prazo, procedimento, o juízo rescindente e o rescisório e sua importância. No terceiro capítulo trato da Ação Anulatória, diferenciando-a da matéria em comento. O quarto capítulo foi reservado para as tutelas de urgência, nele são estudados o Processo Cautelar, as Medidas Cautelares e suas características, os requisitos para a concessão da Medida Cautelar e a Antecipação de Tutela. No quinto e último capítulo, chego ao cerne da questão jurídica levantada, abordando a palusabilidade das Tutelas de Urgência em sede de Ação Rescisória, explicitando a importância do cabimento dessas medidas e de sua função dentro do contexto da Ação Rescisória e termino o presente com a positivação em nosso Código de Processo Civil, alterando substancialmente a redação do Artigo 489.

TURISMO COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA – CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO A ECONOMIA RIOFLORENSE NO PERÍODO DE 2002 A 2005

FARIA, R. A. S.

Este estudo objetivou reconhecer a importância e os benefícios que o turismo rural traz para o Rio das Flores, município que se destaca devido ao grande número de fazendas históricas do ciclo do café.

Tentou-se apresentar a importância de incentivar no município outras formas de turismo além do turismo rural, o que pode atrair outros tipos de turistas, gerar mais impostos, aumentar o número de empregos, mudando o cotidiano dos profissionais envolvidos, sejam eles comerciantes, guias ou prestadores de serviços autônomos.

Outro ponto a ser destacado é a tentativa de fazer do turismo uma atividade realmente sustentável gerando benefícios à comunidade. Mostramos também como o setor econômico do município participa de forma significativa dos benefícios do turismo, portanto, não há dúvidas de que o turismo traz inúmeros benefícios sociais e econômicos.

Para que se pudesse atingir os objetivos preconizados, os procedimentos adotados foram pesquisas em instituições públicas, bibliotecas, assim como a busca por conceitos sobre turismo em sites, livros e jornais.

Logo, poderemos chegar a uma conclusão positiva em relação as influências do turismo na economia do município de Rio das Flores.

VOLTA REDONDA – RJ – UMA CIDADE MODELO AS MUDANÇAS NA ECONOMIA APÓS A PRIVATIZAÇÃO DA CSN E O CONSEQUENTE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

BARBOSA, F. S.

Este trabalho monográfico objetivou demonstrar como uma mudança econômica em uma cidade pôde representar um modelo de crescimento e desenvolvimento.

A situação em que o Brasil se encontrava no início da década de 90 com as privatizações resultam em profundas mudanças no âmbito sócio-econômico.

As mudanças ocorridas relacionadas ao trabalho, como demissões em massa, perda do poder de compra e mais tarde com a reversão desses problemas demonstram como uma administração e a sincronia entre o Estado e uma empresa podem alcançar.

Como estudo de caso, este trabalho exemplifica a cidade de Volta Redonda – RJ e sua notável evolução a partir, em segundo momento, da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

Os primeiros momentos foram complicados, porém, o consenso entre as partes: pública e privada transformaram a cidade num exemplo de cidade com perspectiva sempre ao crescimento.

No início do século XXI, entendemos o quanto à evolução de Volta Redonda é importante para a região Sul Fluminense – Estado do Rio de Janeiro – no que diz respeito às novas faces de trabalho e serviços prestados, nunca deixando de valorizar a indústria e seu potencial.

Volta Redonda é, portanto, um exemplo de desenvolvimento econômico até então, em 2006, bem sucedido.